Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de História

Programa de Pós-Graduação em História Social

Rafael Pessolato Marchesin

Os grupos populares e as representações nacionais em narrativas sobre a Guerra do Paraguai

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Prof[a] Dr[a] Maria Ligia Coelho Prado

São Paulo

2011

Rafael Pessolato Marchesin

Os grupos populares e as representações nacionais em narrativas sobre a Guerra do Paraguai

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora:

Prof[a] Dr[a] Maria Ligia Coelho Prado

São Paulo

2011

Resumo:

As guerras são acontecimentos que provocam a elaboração de narrativas que estão relacionadas com o nacionalismo e a identidade das nações. Esta dissertação de mestrado tem como principal objetivo a análise de algumas narrativas nacionalistas elaboradas a partir da experiência da Guerra do Paraguai, buscando conferir especial atenção para as representações referentes aos grupos sociais subalternos presentes nelas. Para tanto, foram adotadas como fontes centrais de pesquisa as seguintes obras: *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*, redigido por um enigmático "autor fluminense"; *A retirada da Laguna*, de Alfredo d'Escragnolle Taunay; *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, de Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira; e *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*, de Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, o Conde d'Eu. A idéia principal consiste em avaliar em que medida as imagens de indivíduos dos grupos populares foram utilizadas para a construção de discursos que buscavam legitimar e preservar uma determinada relação social e de poder.

Palavras chave:

Guerra do Paraguai, representações, grupos subalternos, identidade nacional, Brasil

Abstract:

The elaboration of narratives about wars is in general related to nationalism and nation identity. This Thesis intends to analyze certain narratives related to the Paraguayan War. It aims to give special attention to the representations concerning the subaltern groups. For this purpose, the main sources of this research are the following: *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*, written by an enigmatic "Fluminense author"; *A retirada da Laguna*, by Alfredo d'Escragnolle Taunay; *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, by Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira; and *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*, by Luís Filipe Maria Fernando Gastão d'Orléans, Count d'Eu. The central idea is to evaluate the extent to which images of popular groups were used to legitimize a dominant power position.

Keywords:

Paraguayan War, representations, subaltern groups, national identity, Brazil

Agradecimentos

Quando o ponto final foi posto neste trabalho, ele representou o arremate de anos de pesquisas, debates e reflexões apenas tornados possíveis graças ao apoio e incentivos de diversas pessoas. Em sinal de justo reconhecimento e de gratidão, não poderia deixar de registrar algumas notas de agradecimentos a todas elas.

Em primeiro lugar agradeço aos meus familiares queridos representados pela minha irmã Brunna, pela minha tia Célia, pela minha prima Danniela e pela minha mãe, que jamais mediu esforços para me proporcionar as condições ideais de estudo e de existência e sempre confiou em minhas escolhas. Agradeço ainda à Rayzza e à Rhalledy, encantamentos eternos de minha vida. A vocês duas dedico este trabalho.

Muitos amigos acompanharam a realização deste estudo. Fossem eles companheiros mais recentes ou de longa data, todos manifestaram de alguma forma interesse pelas minhas investigações, torcendo para que tudo corresse bem. À Adriana Ricarte, à Alessandra Cavalcante, à Antonieta Perricci, à Cláudia Guerra, ao Daniel Monteiro, ao Diogo Portugal, à Elaine Rodrigues, ao Fernando Turco, ao Horácio Neto, à Hynéia Aguiar, à Ivany Sanches, à Julia Rocco, à Maria Camila Leite, à Patrícia Mota, à Renata Campos, à Sônia Niero, à Tânia Lisboa, ao Thiago Cavallini, a todos vocês, pelo carinho e pela compreensão, meu muito obrigado.

A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo me proporcionou não apenas uma rica formação em História, mas também outras tantas amizades que de algum modo acompanharam o desenvolvimento desta dissertação e me motivaram a seguir em frente. Não poderia deixar de mencionar os estimados nomes de Aline Solosando, Carina Brejeiro, Elisângela Queiros, Fábio Capeleiro, Fábio Moraes, Gabriela Abraços, Ligia Bonfanti, Maíra Hattori, Okàn Dalla Torre, Priscilla Rampin, Raquel Piñas.

Ao longo de minha vida, foram muitos os professores que me inspiraram com seu exemplo e sua erudição. Deixo meu agradecimento especialmente às professoras Stella Scatena Franco e Gabriela Pellegrino, protagonistas de muitos momentos marcantes de minha experiência acadêmica. Tendo ambas participado de meu exame de qualificação, foram responsáveis por observações, críticas e sugestões de grande importância para o bom andamento deste trabalho e pelas quais lhes sou muito grato. À minha orientadora, a professora Maria Ligia Coelho Prado, união de brilhantismo intelectual e generosidade infinita, agradeço por ter confiado em mim,

guiando-me sempre com atenção e bom humor por caminhos novos, tendo me proporcionado, assim, a mais sublime etapa de amadurecimento científico de minha vida. Também sou muito agradecido pelas informações e contribuições fornecidas por Kelma Matos, por Johny Santana de Araújo e por Pedro Paulo Soares.

Durante os últimos anos, o Projeto Temático FAPESP "Cultura e Política nas Américas: Circulação de Idéias e Configuração de Identidades (séculos XIX e XX)" e as reuniões do Laboratório de Estudos de História das Américas (LEHA) representaram um ambiente fecundo, rico de encontros de idéias e de debates, tendo me proporcionado muita inspiração e muitas contribuições e tendo ainda me permitido o contato com alguns amigos fascinantes, incondicionalmente comprometidos com a defesa da história latino-americana, entre os quais menciono: Caio Romero, Eustáquio Ornelas, Laís Olivato e Valdir Santos.

Quero ainda deixar um agradecimento especial a três pessoas: à Sheila Tonietti, fonte inesgotável de ternura, que muitas vezes confiou em minhas potencialidades mais do que eu mesmo; à Aline Cavalcante, que partilhou comigo alguns momentos de incerteza e outros tantos de alegrias; e à Romilda Motta, que me deu conselhos preciosos e acalmou as minhas inseguranças irrefreáveis. Se eu não sucumbi diante das adversidades, devo esta façanha em grande medida a vocês três.

Num país que ainda enfrenta significativos desafios, a existência de agências de fomento à pesquisa que apostam em investigações na área de ciências humanas representa algo que deve ser sempre reconhecido. Portanto, não poderia deixar de registrar a minha gratidão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – que, ao me conceder seu apoio financeiro, proporcionou-me condições ideais para a viabilização da presente dissertação.

Aproximo-me do fim destas breves notas de agradecimento e começo a me convencer cada vez mais de minha incapacidade em prestar as devidas homenagens a tantas pessoas que, de algum modo, forneceram incentivos e auxílios para a concretização deste trabalho. Assim, para evitar injustiças indesejáveis, procuro reparar as faltas de minha memória registrando minha singela – mas sincera – gratidão a todos os amigos familiares e a todos os familiares amigos.

Sumário

INTRODUÇÃO 7

CAPÍTULO 1
Jovita Alves Feitosa e "as mulheres da pátria" em tempos de beligerância 26

A jovem Jovita 28

Representando uma heroína nacional de origem popular 34

A controvérsia em torno da história de Jovita e as posições sobre o espaço ideal conferido às mulheres 49

CAPÍTULO 2
A retirada da Laguna e a ambígua relação de Taunay com a sociedade brasileira 63

Uma aproximação do cenário de guerra 65

A distinção entre soldados e oficiais evidenciada diante das adversidades 81

José Francisco Lopes, um herói popular? 88

CAPÍTULO 3
A República, o Exército e as *Reminiscências da Campanha do Paraguai* de Dionísio Cerqueira 104

As lembranças de guerra de um militar da República 106

A caracterização dos segmentos populares 119

A memória da guerra, a defesa da corporação militar e o lugar do Exército na sociedade brasileira 131

CAPÍTULO 4
A relação entre monarquia e grupos populares no diário *Viagem militar ao Rio Grande do Sul* do Conde d'Eu 145

As representações do "povo" sob a orientação da Monarquia 147

O diário de viagem no tempo de sua publicação 172

CONSIDERAÇÕES FINAIS 185

FONTES E BIBLIOGRAFIA 195

INTRODUÇÃO

Pedro Américo. *Batalha do Avaí*, 1877. (Óleo sobre tela)
Fonte: *19&20 – A Revista Eletrônica de DezenoveVinte*. Rio de Janeiro, v. II, n. 3, julho de 2007.
Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_pa_arquivos/avahy.jpg

Introdução

Foi com grande expectativa e entusiasmo que a população fluminense recebeu, durante a 25ª Exposição Geral da Academia Imperial de Belas Artes, a pintura *Batalha do Avaí*,[1] quadro concluído em 1877. Seu autor, o paraibano Pedro Américo, foi um artista que durante grande parte da vida manteve vínculos estreitos com os grupos dirigentes brasileiros, chegando mesmo a obter uma pensão a expensas da Monarquia, o que lhe permitiu aprimorar os dotes artísticos na Europa, entre 1859 e 1864. Tendo adquirido prestígio e expressiva notoriedade, Pedro Américo acabou por receber de uma elevada autoridade do Império, o ministro João Alfredo Correia de Oliveira, a encomenda de uma obra que abordasse temas excepcionais da história militar brasileira. Após alguns entendimentos, acertou-se pela realização de uma tela que teria como temática a Batalha do Avaí, embate travado em dezembro de 1868, um dos muitos combates constituintes da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.[2]

As origens deste conflito remontam ao conturbado contexto de conformação dos estados sul-americanos ao longo do século XIX. Àquela época, a região da Bacia do Rio da Prata vivia uma intrincada conjuntura de interesses e ameaças veladas. Recém-constituídas as novas unidades estatais da região, apresentava-se de imediato o problema de definição das fronteiras. Territórios litigiosos colocavam em

---

[1] Sobre a acolhida que teve esta pintura e ainda sobre o embate travado pela imprensa entre apreciadores das telas de Pedro Américo e os admiradores de Victor Meirelles durante a 25ª Exposição Geral da Academia Imperial de Belas Artes realizada em 1879, ver MELLO JÚNIOR, Donato. *Pedro Américo de Figueiredo e Melo – 1843-1905. Algumas singularidades de sua vida e de sua obra*. Rio de Janeiro: Edições Pinakotheke, 1983, pp. 41-52.

[2] A denominação do conflito travado em terras sul-americanas durante a década de 1860 é, em si, tema controverso que apresenta uma série de significados e valorações. A designação "Guerra do Paraguai" é mais conhecida no Brasil e seu emprego vem de longa data, dando a entender que a responsabilidade pelo início das lutas se deveu ao Paraguai. Na região do Rio da Prata o conflito é mais conhecido por "Guerra da Tríplice Aliança", conferindo às nações aliadas a posição de protagonistas das hostilidades. Já no Paraguai prefere-se chamá-la de "Guerra Grande", enfatizando desta maneira a duração e as dimensões da disputa e de suas conseqüências. "Guerra do Brasil" é o nome empregado por aqueles que, como Sylvio Back em filme de mesmo título (1987), almejavam inverter as opiniões tradicionalmente difundidas de difamação da República paraguaia, apresentando o Império brasileiro como o principal algoz do conflito. Mais recentemente, o historiador Francisco Fernando Monteoliva Doratioto retomou a expressão "Maldita Guerra", de João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, para se referir à refrega. Sobre as diversas denominações da guerra, ver: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. "História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai", in. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2009, Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/49012. Apesar de priorizar a expressão "guerra contra o Paraguai", este trabalho recorre esporadicamente à utilização indistinta das nomenclaturas "Guerra do Paraguai" e "Guerra da Tríplice Aliança", ambas amplamente difundidas pela historiografia. Busca-se, assim, evitar o emprego de uma terminologia que pareça atribuir as responsabilidades pela carnificina a apenas uma das nações envolvidas no conflito, posto entender-se que todas as quatro pátrias sul-americanas têm a sua parcela de culpa pela eclosão dos enfrentamentos militares então travados.

rota de colisão Brasil e Paraguai, Paraguai e Argentina, e Brasil e Argentina. Além disso, questões espinhosas se prestavam a convulsionar ainda mais os novos países da América do Sul. O Paraguai, por exemplo, tendo conquistado sua independência após se desmembrar do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, empenhava-se em preservar sua soberania, mantendo-se numa posição de constante desconfiança em relação a Buenos Aires. Ademais, ocupando um território no interior do continente, os governos de Assunção procuravam meios que lhe garantissem uma saída para o mar. Para tanto, algumas autoridades paraguaias, notadamente Francisco Solano López, buscaram construir uma política de aproximação com a República do Uruguai como forma de garantir um novo eixo de poder, impedindo assim que o governo do Paraguai restasse isolado e caísse refém do Brasil ou da Argentina. Em relação ao Império brasileiro, os interesses restringiam-se essencialmente à defesa da livre navegação dos rios da região platina de modo a garantir as trocas comerciais e a comunicação entre a Corte e a distante Província de Mato Grosso. As autoridades imperiais almejavam também isolar as províncias do sul do país de possíveis tensões externas. Dessa maneira, agiam de modo a defender os interesses dos grupos dirigentes locais, especialmente dos estancieiros gaúchos que possuíam significativos negócios no Uruguai. Já a Argentina vivenciava um prolongado enfrentamento civil motivado por projetos divergentes referentes à configuração estatal e à questão das autonomias regionais daquele país. Na década de 1860, após a eleição de Bartolomé Mitre, a principal preocupação daquela nação era garantir a unidade e a estabilidade da pátria sob a liderança do grupo dominante mercantil de Buenos Aires, que buscava, para tanto, enfraquecer as forças contrárias a tal projeto, os federalistas, os quais, em diversas ocasiões, agiam articulados com outros atores estrangeiros (como autoridades paraguaias, uruguaias e brasileiras). Quanto à República do Uruguai, seu principal desafio estava na preservação de sua autonomia frente à Argentina e ao Brasil. Mas não deixavam de ser relevantes os embates internos entre duas forças políticas opostas: os *colorados*, de orientação liberal, e os *blancos*, antigos latifundiários. Estes dois grupos políticos protagonizaram violentos enfrentamentos civis ao longo da história, e um destes embates travado na década de 1860 pode ser considerado o estopim da Guerra do Paraguai.

Naquela ocasião, Bernardo Berro, presidente uruguaio ligado ao *Partido Blanco*, lutava para se manter no poder, mas sofria forte resistência dos *colorados* que se organizavam a partir da figura de Venancio Flores, liderança esta que contava com a simpatia e o apoio de Rio de Janeiro e Buenos Aires. Neste cenário, o Império

brasileiro, seguindo uma antiga linha de ingerência na política interna dos países platinos, interveio no Uruguai e derrubou o governo de Atanasio de la Cruz Aguirre (sucessor interino de Berro), pois os *blancos* eram tidos como os responsáveis pela criação de obstáculos aos interesses comerciais dos estancieiros sul-rio-grandenses. Após as operações militares brasileiras (vistas com bons olhos pela administração argentina de Mitre), o caminho estava livre para o *colorado* Venancio Flores, que foi conduzido à presidência da República uruguaia. Contudo, no Paraguai estes eventos não foram bem recebidos. Seu presidente vitalício, Francisco Solano López tinha em Bernardo Berro um aliado com quem contava, sobretudo, para rearranjar o equilíbrio de forças na região platina a partir da aliança entre seus dois países. Por isso, após ter alertado o Brasil sobre a não aceitação de qualquer ingerência nos assuntos internos uruguaios, ordenou Solano López, como ato de represália, a invasão da província brasileira do Mato Grosso em fins de 1864, dando início às hostilidades.[3]

No princípio do conflito, o líder paraguaio almejava construir uma ampla união de forças contrárias ao Império, e para tanto, esperava obter o apoio de Justo José de Urquiza e de outras lideranças das descontentes províncias argentinas de Entre Ríos, Corrientes e Santa Fe. Contava ainda com uma persistente resistência dos *blancos* uruguaios em sua luta civil pelo poder. Nos planos de Solano López, estas forças articuladas poderiam fazer frente ao poderio militar do Império e intimidar Buenos Aires de Mitre, que se manteria neutro no conflito. Assim, confiando na capacidade de suas armas, o presidente do Paraguai enviou suas tropas para auxiliar os aliados uruguaios. Necessitava, contudo, de uma autorização para passar pelo território argentino. E como esta autorização não veio, em pouco tempo estava declarada a guerra contra a Argentina também. Rapidamente as aspirações de Solano López começaram a se esvair: os *blancos* sucumbiram e o apoio das províncias argentinas descontentes não se concretizou. O Paraguai se via, dessa maneira, sozinho numa luta colossal. Por outro lado, o interesse convergente de acertar contas com a República paraguaia aproximava os dirigentes de Brasil, Argentina e Uruguai, que em 1º de maio assinavam o Tratado da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai.[4]

---

[3] Sobre os antecedentes da guerra, ver particularmente: BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UNB, 1998. Ver também: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

[4] Havia ainda uma convergência de natureza ideológica a aproximar Argentina, Brasil e Uruguai uma vez que autoridades de inspiração liberal encontravam-se, nesse momento, à frente de seus respectivos

A Guerra da Tríplice Aliança constituiu, portanto, o desfecho trágico de uma série de disputas, intrigas e provocações ocorridas durante o processo de conformação das quatro nações que viriam a integrar a região platina,[5] ou, na feliz e sintética assertiva do historiador Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, "a Guerra do Paraguai foi, na verdade, resultado do processo de construção dos Estados nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações."[6] Resultado assombroso, posto que este embate representou o maior enfrentamento militar da história do continente sul-americano, estendendo-se de dezembro de 1864 a março de 1870, quando morreu Francisco Solano López.

Pois foi deste contexto impactante e memorável que Pedro Américo se apropriou para realizar a sua obra magistral, a *Batalha do Avaí*, como desejavam as autoridades do Império brasileiro. A suntuosa tela de grandiosas dimensões (600 x 1.100 cm.) foi elaborada entre 1874 e 1877, resultando, segundo o crítico Donato Mello Júnior, em uma composição "de cru realismo, com movimentação, variedades e confusão típicas do tratamento dos temas bélicos" que, ademais, apresenta "magníficos grupos de ação dispostos em grandes linhas curvas, com surpreendentes soluções de

---

governos. Desse modo, bandeiras como a defesa da livre-navegação dos rios platinos se prestavam como mais um elemento a vincular as administrações de Buenos Aires, Montevidéu e Rio de Janeiro numa aliança contra os seus adversários adeptos de políticas protecionistas.

[5] Este trabalho se alinha, portanto, à visão partilhada por uma historiografia mais recente, conhecida por "Interpretação Sistêmica Regional" (ou, em espanhol, *Nueva Historiografia*), que conta como principais expoentes Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, Ricardo Salles, Diego Abente Brun, Wilma Peres Costa, Vitor Izecksohn, André Amaral de Toral, entre outros. Segundo estes autores, as razões para o início do conflito se encontram no processo local de construção das nações sul-americanas. Esta linha interpretativa apresenta-se como um contraponto à chamada "Historiografia Clássica", elaborada nos anos subseqüentes à guerra e que contou, em grande medida, com obras de ex-combatentes. Enfocando particularmente as dimensões política e diplomática, tal produção mais tradicional consagrava uma interpretação personalista do conflito na qual Solano López emergia como um tirano ambicioso e insensato responsável pelo início das "hostilidades injustificadas" contra o Brasil. A Interpretação Sistêmica Regional também se contrapõe à análise "Revisionista", predominante, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970. O Revisionismo, que se desenvolveu num contexto fortemente marcado pela posição anti-imperialista das esquerdas latino-americanas, identificava no imperialismo inglês do século XIX as causas do conflito platino, e, ao mesmo tempo, buscava reabilitar a figura de Francisco Solano López, que passava a ser tomado como uma liderança que resguardaria o modelo de desenvolvimento autônomo paraguaio. Não cabe aqui uma análise detalhada da historiografia sobre o tema, que, ademais, já foi magistralmente realizada e pode ser conferida em: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Op. cit.*, 2009. Ver também: SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. ABENTE BRUN, Diego. "The War of the Triple Alliance: Three Explanatory Models", in. *Latin American Research Review*. Albuquerque: University of New Mexico, v. XXII, n. 2, 1987.

[6] DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Op. cit.*, 2002, p. 23.

forma, cor e desenho [...].”[7] Posição semelhante a de Mario Barata, para quem a imagem recorre a “um movimento desenfreado na composição” e à “paixão na utilização de certas cores”, numa expectativa de retratar com realismo o assunto militar abordado, sem, no entanto, deixar de lançar mão de artifícios inventivos,[8] tudo em acordo com o objetivo de criar uma narrativa visual que servisse à exaltação da pátria.

A tela *Batalha do Avaí* se propõe retratar o combate no momento em que o confronto já se encontra em estágio adiantado, prevalecendo o emaranhado de soldados numa luta alucinada. No tumulto da imagem, que nada mais é do que uma figuração da violência e da agitação da refrega, é possível identificar diversos nichos de ação.[9] No primeiro plano, por exemplo, sobressai a figura de um oficial da cavalaria imperial que, possuindo duas recém-conquistadas bandeiras paraguaias, arrisca a própria vida para proteger estes verdadeiros troféus de guerra tomados do inimigo que ainda resiste e procura impedir tal inglória. À esquerda, sobre uma ligeira elevação no canto da tela, localiza-se o comandante-em-chefe brasileiro Luís Alves de Lima e Silva, o Marquês de Caxias. Montado serenamente em um cavalo branco, observa, em posição altiva e de liderança, os desdobramentos da batalha acompanhado por seu Estado-Maior. Mais à direita, é a imagem do General Manuel Luís Osório que se impõe solene, a conduzir com espada em punho, de sua montaria marrom, o arrojado ataque contra os adversários. Dessa forma, dois dos mais graduados oficiais que participaram da batalha fazem-se presentes no quadro, numa alusão importantíssima aos homens de destaque do grupo dirigente imperial, o último ligado ao Partido Liberal, o outro ao Partido Conservador. Mas não só as grandes personalidades encontram-se destacadas. Espalhadas por toda parte da pintura, é possível identificar figuras de combatentes brasileiros de origem popular a realizar prodígios de bravura. No primeiro plano, no canto esquerdo, um soldado de cabelo moreno, trazendo o quepe em uma das mãos e a espada na outra, toma posse de um canhão paraguaio recém-conquistado. Mais ao lado, um rapaz alourado, desprende suas últimas energias para conter o golpe que o inimigo pretende desferir contra o oficial de cavalaria que carrega as flâmulas conquistadas. Um combatente brasileiro dispara o tiro certeiro. Outro golpeia o inimigo com o sabre. E os exemplos se multiplicam...

---

[7] MELLO JÚNIOR, Donato. *Op. cit.*, p. 36.

[8] BARATA, Mario. “Século XIX. Transição e início do século XX. A arte no século XIX: do Neoclassicismo e Romantismo até o Ecletismo”, in. ZANINI, Walter (org.). *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles/Fundação Djalma Guimarães, 1983.

[9] Para uma impressão tradicional, mas bastante interessante, da obra *Batalha do Avaí*, ver: DUQUE ESTRADA, Luiz Gonzaga. *A arte brasileira*. Campinas: Mercado de Letras, 1995, pp. 149-161.

Há também na obra de Pedro Américo abundante referência aos paraguaios. No canto esquerdo, um grupo em posição submissa rende-se e pede clemência às autoridades brasileiras. Em outro ponto, na parte inferior esquerda, um soldado aos trapos dedica-se mais à rapinagem do que ao combate, buscando evadir-se da refrega com a vida salva e levando consigo o maior número possível de armas e outros objetos de valor abandonados em campo de batalha. Outro paraguaio, mais à direita, agoniza, levando a mão destra à ferida sofrida no dorso nu. Em muitas partes da tela é possível identificar os rivais do Exército brasileiro sendo combatidos. Em comum, a figuração dos homens da República do Paraguai procura revelar sempre a inferioridade dos adversários, detentores, é verdade, de certo destemor, mas um destemor intempestivo e desregrado, típico dos selvagens, movidos mais pelo impulso do que pela disciplina e pelos dotes militares.

Na pintura de Pedro Américo existe ainda a alusão a personagens pouco lembradas no contexto de guerra. Na borda direita, no primeiro plano, destaca-se um grupo de civis: uma família paraguaia que, aterrorizada, procura por uma rota de fuga. Aglutinados ao redor de um carroção, o idoso cego, o carroceiro, a mulher e suas duas crianças buscam desesperadamente salvar suas vidas. O terror manifesta-se em suas expressões. Compondo este cenário de bravuras e de medos, ao fundo, na parte direita, a vegetação nativa arde em chamas, desprendendo densa fumaça que se junta aos rolos de fumo vertidos pelos canhões. Forma este conjunto uma espécie de moldura de névoa negra a acentuar ainda mais a violência do combate.

Alguns críticos apontaram nesta pintura militar uma excessiva fragmentação e confusão, o que acabaria por estilhaçar a unidade da obra em diversos quadros autônomos. Outros a acusaram de faltar com a veracidade, indicando inclusive algumas imperfeições como a impossibilidade do Marquês de Caxias apresentar-se com a farda desabotoada (em desacordo com a sua distinta figura) ou mesmo a ausência da população civil no dia da batalha. Em realidade, contudo, a obra de Pedro Américo é apenas uma apropriação (das muitas possíveis) da temática da Batalha do Avaí. Partindo de um assunto militar, o artista paraibano, em articulação com as autoridades do Império brasileiro, elaborou uma narrativa visual em que figurações de personagens ligados aos grupos dirigentes e outros tantos de origem popular se prestavam a compor um discurso de exaltação nacional no qual estão condensadas algumas idéias recorrentes construídas a partir da experiência da guerra contra o Paraguai. Desse modo, a tela apresenta-se repleta de representações, nas quais se expressam valores que são

consciente ou inconscientemente registrados e que passam a dialogar com a sociedade. Representações podem ser consideradas como mecanismos por meio dos quais uma dada realidade ausente é reposta (ou re-apresentada) através de um discurso que recorre de algum modo à imaginação e à linguagem (em sua multiplicidade de formas: escrita, visual, sonora etc.).

De acordo com as reflexões do renomado historiador francês Roger Chartier, as formas como os indivíduos e os grupos vêem o mundo e as representações que se elaboram a partir do contato com a realidade são forças motoras que transformam a história e que moldam as relações sociais. Dessa forma, as representações passam a ser identificadas como elementos de grande poder de mobilização que trazem por trás de si uma série de significações e interesses, não podendo jamais ser vistas como neutras ou ingênuas. Segundo Chartier, a noção de representação

> "permite articular três modalidades da relação [dos indivíduos] com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns 'representantes' (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade."[10]

Para o historiador, a dimensão simbólica se constrói a partir de percepções múltiplas do social. Tal dimensão emerge com grande força "no processo de longa duração, de erradicação e de monopolização da violência", contexto em que os símbolos passam cada vez mais a representar um instrumental de ordenação do mundo que se insere numa lógica de poder e de controle social.

> "As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências, de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas

[10] CHARTIER, Roger. *A história cultural; entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand-Brasil, 1990, p. 23.

> econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio."[11]

Cabe assim, como indica Chartier, conhecer as "estratégias" e as "formas de dominação simbólica" que "determinam posições e relações e que atribuem, a cada classe, grupo ou meio, um 'ser-apreendido' constitutivo da sua identidade."[12] Nesse sentido torna-se essencial o estudo dos mecanismos de elaboração das ditas representações, bem como do contexto histórico no qual elas são criadas e os agentes sociais responsáveis por tais criações.

A estas reflexões de Roger Chartier somam-se as ponderações do filósofo e historiador franco-polonês Bronislaw Baczko acerca da idéia de "imaginação social". Imaginação social constitui uma espécie de conjunto de símbolos e representações coletivas que integram o imaginário das mais diversas comunidades induzindo à ação, moldando comportamentos e legitimando ou contestando poderes estabelecidos. Nas palavras de Baczko:

> "Os imaginários sociais constituem [...] pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual [...] ela se percepciona, divide e elabora os seus próprios objetivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de 'bom comportamento', designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do 'chefe', o 'bom súdito', o 'guerreiro corajoso', etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma 'ordem' em que cada elemento encontra o seu 'lugar', a sua identidade e a sua razão de ser."[13]

O filósofo e historiador não deixa de analisar a idéia de imaginário social inserida numa lógica de poder e de dominação, apontando que a elaboração de um conjunto de símbolos e representações se prestam a regular a vida de uma comunidade, a criar hierarquias e a legitimar autoridades.

> "O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem à mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais, etc. O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida

---

[11] *Ibidem*, p. 17.
[12] *Ibidem*, p. 23.
[13] BACZKO, Bronislaw. "A imaginação social", in. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 309.

> coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o *lugar* e o *objeto* dos conflitos sociais."[14]

Deriva daí não apenas a importância adquirida pelos imaginários como também as disputas travadas neste campo das simbologias. Desta forma, o imaginário social afasta-se da idéia do quimérico e ilusório para ser posto definitivamente no campo das disputas concretas das mais variadas sociedades. E para se fazer presente nesta relação de poder real, Baczko recorda que o imaginário deve ganhar forma, uma espécie de "materialidade" adquirida a partir da elaboração de discursos:

> "O imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos 'discursos' nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem. Os signos investidos pelo imaginário correspondem a outros tantos símbolos. É assim que os imaginários sociais assentam num simbolismo que é, simultaneamente, obra e instrumento."[15]

Contudo, cabe sempre registrar que tais representações não são frutos de algumas poucas cabeças inventivas e imaginosas, mas ao contrário, sempre existe uma base real e de experimentações e/ou projeções concretas a partir das quais são elaboradas estas simbologias: "Os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações."[16]

Desse modo, tendo em vista a grande relevância da dimensão simbólica na legitimação de poderes, na conformação de comportamentos, no estabelecimento de relações de dominação e na indução de ações, este trabalho se propõe o objetivo de analisar as representações existentes em narrativas brasileiras elaboradas a partir da experiência da guerra contra o Paraguai, procurando abordar tais imagens/representações inseridas numa lógica de poder e de orientação das mobilizações/movimentações coletivas. Para tanto, foram selecionadas algumas obras como fontes primárias principais. São elas: *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*, redigido por um enigmático "autor fluminense" (datada de 1865);[17] *A retirada da Laguna*, de Alfredo d'Escragnolle Taunay (cuja primeira edição integral é de 1871);[18] *Reminiscências da*

---

[14] *Ibidem*, pp. 309-310.
[15] *Ibidem*, p. 311.
[16] *Ibidem*, p. 311.
[17] [SEM AUTOR]. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1865.
[18] TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *A retirada da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Campanha do Paraguai, de Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira (impressa em 1910);[19] e *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*, de Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, o Conde d'Eu (publicada em 1920).[20]

Cabe registrar ainda que, dentre a vastidão de simbologias presentes nestas narrativas, buscar-se-á conferir especial atenção às representações referentes aos grupos subalternos. Esta categoria bem como o conceito de subalternidade foram sofisticadamente desenvolvidos pelo intelectual e líder político italiano Antonio Gramsci, que se dedicou ao tema de modo particularmente sistemático no seu Caderno 25 (de 1934) de sua produção carcerária. De acordo com Gramsci, os grupos sociais subalternos (também denominados classes populares e, por vezes, mais genericamente, "povo" ou "homens do povo") se definem em grande medida pelas relações sociais de dominação. A subalternidade se estabelece a partir de uma complexidade de relações sociais desvendada por meio de uma sofisticada tessitura do pensamento gramsciano no qual à idéia de subalterno se associam noções como Estado, classes dominantes (ou grupos dirigentes), sociedade civil, hegemonia, ideologia, cultura, filosofia da práxis, entre outras. Para o intelectual italiano, a definição dos subaltenos se dá em grande medida, a partir das relações do povo com o grupo dirigente, grupo este marcado por uma unidade hegemônica estabelecida a partir do Estado que lhe garante a manutenção da ordem, da hierarquia e do controle, além da submissão e, por vezes, do consenso da população em geral:

> "A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e 'sociedade civil'."[21]

Em oposição aos dirigentes, as classes subalternas são marcadas pela heterogeneidade e pela desagregação:

> "As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar 'Estado': sua história, portanto, está entrelaçada à da

[19] CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
[20] D'EU, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul. Com prefácio e 19 cartas do Príncipe*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
[21] GRAMSCI, Antonio. "Caderno 25 (1934): Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos)", in. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 5, p. 139.

> sociedade civil, é uma função 'desagregada' e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados."[22]

Desse modo, a história dos grupos subalternos é episódica e constantemente influenciada pela ação desagregadora do grupo dominante, que assim atua na expectativa de assegurar sua hegemonia:

> "A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe a tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória 'permanente' rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta [...]."[23]

Ademais, os grupos subalternos são marcados por uma formação cultural (ou ideológica) bastante complexa e heterogênea, sendo a sua visão de mundo composta por uma miscelânea de valores e tradições filosóficas de diversas épocas e origens variadas, assimilando inclusive concepções formuladas pelo grupo dirigente.[24] Neste trabalho, portanto, busca-se investigar nas fontes selecionadas as figurações dos indivíduos de origem subalterna entendidos como um segmento social amplo, heterogêneo e fragmentado, inseridos numa relação de dominação construída pelo grupo dominante.[25]

---

[22] *Ibidem*, pp. 139-140.

[23] *Ibidem*, p. 135.

[24] Ver, para tanto, as impressões de Gramsci registradas acerca de Davide Lazzaretti e de seus seguidores que conformaram o grupo dos lazzarettistas ou jurisdavídicos em GRAMSCI, Antonio, *Idem*, pp. 131-135.

[25] Vale reforçar que o conceito de subalternidade vincula-se a uma série de outras categorias extremamente importantes na reflexão gramsciana que não serão aqui abordadas. Cabe registrar ainda que, nas reflexões de Gramsci, vinculadas como são a concepções do materialismo histórico, o conceito de subalternidade associa-se intimamente ao desenvolvimento e transformações do universo das relações de produção econômica, às forças de produção e às relações sociais de produção (ou seja, chama-se atenção para a relevância da infra-estrutura, tão salientada pelo marxismo clássico, na definição dos "atores sociais"). Ademais, sendo o intelectual italiano um homem de espírito revolucionário, todas as suas concepções visam, em última instância, à análise da sociedade na perspectiva de transformá-la e de emancipar as classes subalternas, propondo, portanto, a investigação das iniciativas deste segmento social no sentido de cisão e de construção/formulação de sua própria hegemonia (ou contra-hegemonia). Essas outras dimensões da reflexão gramsciana a evolver o conceito de subalternidade serão apenas tangencialmente abordadas no presente trabalho, justificando este tratamento por duas razões principais: em primeiro lugar pelas particularidades das fontes selecionadas, que tendo sido elaboradas por indivíduos ligados ao grupo social dirigente, não proporcionam acesso ao universo cultural dos grupos subalternos; e em segundo lugar, pela opção por uma abordagem que tem como objetivo principal identificar a forma como algumas narrativas recorrem a representações de elementos populares como recurso de elaboração de discursos que procuram reforçar e/ou legitimar hegemonias dos grupos dirigentes brasileiros.

Este trabalho buscará também associar a idéia de nação à investigação referente às representações dos grupos subalternos posto que, nos contextos mais variados, a idéa de nação pode aparecer como uma construção discursiva na qual existe um forte apelo emocional que visa a mobilizar grandes segmentos sociais, induzindo-os à ação em nome de uma causa comum, ao mesmo tempo em que dissimula as relações de poder, garantindo assim o reforço da hegemonia do grupo dominante. Como registra o historiador Ricardo Salles,

> "A nação moderna e seu par, o Estado nacional, que se organiza como um dos elementos e produto da expansão ocidental do século XV ao XIX, são o lugar por excelência das relações sociais de hegemonia, seja do ponto de vista interno, seja do ponto de vista das relações internacionais entre Estados. Sua problemática dominante é a de sua unidade, política, administrativa, ideológica e econômica."[26]

Convém, dessa maneira, refletir sobre a forma como as diversas narrativas estudadas vinculam nacionalismo e figurações referentes aos populares, buscando, assim, identicar nestas construções discursivas alguns projetos de dominação e de poder. Para tanto, cabe registrar que, no tocante à idéia de nação, este trabalho utilizará a definição do professor britânicoBenedict Anderson. Segundo este intelectual, a nação apresenta-se como "uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana."[27] A "soberania" se explica em função do momento histórico em que as entidades nacionais começaram a emergir, no contexto do Iluminismo e das revoluções, afirmando-se os países como instâncias políticas autônomas frente a outras comunidades supranacionais, fossem elas dinásticas ou religiosas. A "limitação" refere-se à necessidade das nações circunscreverem-se a um espaço físico determinado e a um agrupamento humano específico, sem jamais aspirar a incorporar toda a humanidade. A partir de tais limites estabelece-se uma relação entre "incluídos" e "excluídos". A noção de "comunidade" traz em si a idéia de uma coletividade composta por indivíduos com valores e/ou interesses em comum que passam a estabelecer entre si vínculos de solidariedade. Assim, "independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal."[28] Por fim, a nação é uma entidade "imaginada" porque, segundo Anderson,

---

[26] SALLES, Ricardo. "Memória da guerra: Guerra do Paraguai e narrativa nacional", in. *Revista História*. Nº. 16. São Paulo: UNESP, 1997, p. 131.
[27] ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 32.
[28] *Ibidem*, p. 34.

"mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles."[29] E aqui neste ponto, a idéia de imaginação pode ser associada às reflexões de Bronislaw Baczko acima apresentadas, de modo a tomar a nação como uma construção que estrutura e organiza simbolicamente a sociedade, induzindo-a à ação. A noção de imaginação vincula-se também à idéia de elaboração discursiva ativa (por oposição às elaborações passivas, involuntárias), o que remete às reflexões do renomado historiador Eric Hobsbawm, para quem a narrativa nacional é construída a partir de uma complexa relação, em grande medida consciente, entre seleções e amnésias, entre apropriações do passado e esquecimentos seletivos.[30]

A opção pela análise de representações acerca de indivíduos de origem popular elaboradas particularmente a partir da experiência da guerra contra o Paraguai se justifica em função das amplas implicações que este evento teve na história nacional brasileira. Além da grande duração, o conflito cobrou grande mobilização financeira, material, logística e humana das nações envolvidas. Apenas no caso brasileiro, estimativas levantadas pelo historiador Ricardo Salles apontam que, entre 1864 e 1870, o governo imperial mobilizou 136.996 homens para ingressarem no Exército e 9.177 indivíduos para comporem a Marinha, enquanto outros 18 mil membros da Guarda Nacional permaneceram prestando serviços no território nacional. A cifra total de convocados pode chegar à casa dos duzentos mil caso sejam considerados aqueles que adoeceram, morreram ou foram recusados antes de partirem para o campo de batalha. Este número representa 2,1% da população brasileira do período, e considerando apenas o universo de homens com idade entre 15 e 39 anos, apresenta-se a relação de um alistado para cada 20 indivíduos.[31] Estes dados dão idéia da real dimensão da guerra, revelando que o tema do conflito fez-se próximo à grande parcela da sociedade, que se via diretamente envolvida no conflito ou se envolvia indiretamente por meio de um parente, amigo ou conhecido alistado. Ademais, a grande magnitude das mobilizações, que atingiu todas as províncias brasileiras (ainda que em graus distintos de comprometimento), abriu pela primeira vez na história nacional a possibilidade de um encontro em larga escala de pessoas dos mais diversos estratos sociais e das mais

[29] *Ibidem*, p. 32.
[30] Ver: HOBSBAWM, Eric J. & e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, particularmente pp. 09-23.
[31] Para números e estimativas referentes aos alistamentos realizados pelas forças armadas brasileiras no contexto da guerra contra o Paraguai, ver: SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: memórias & imagens*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003, p. 28.

diversas regiões do Brasil. A guerra representou, desse modo, o encontro de populações diversificadas do ponto de vista sócio-cultural que se achavam espalhadas pelo vasto território brasileiro. E esta reunião de compatriotas acontecia num contexto de emoções exaltadas pelo clima de beligerância, em que uma causa comum aglutinava os nacionais que se contrapunham ao inimigo estrangeiro. Desse modo, a idéia de defesa da pátria (uma bandeira que, ao menos no campo discursivo, era defendida por todos, independente da condição social) exigia a superação das distinções internas, abrindo, ao mesmo tempo, possibilidades de criação de coesões que, por conseqüência, repercutem na idéia de identidade nacional, como sugere o professor Vitor Izecksohn.[32]

Em face das grandes implicações decorrentes do conflito, a guerra contra o Paraguai constitui um importante evento da história brasileira, definidor e ao mesmo tempo re-definidor de narrativas nacionais que estabeleceram (ou reforçaram) novos discursos, novas representações, novas sociabilidades e novas formas de dominação. Assim, nas palavras de Ricardo Salles,

> "a guerra, por um lado, recoloca, num momento de crise, em questão as relações sociais, políticas e simbólicas longamente estabelecidas entre as diferentes classes e grupos sociais. Entre estes e suas instituições e cultura. A guerra é um momento de verdade e teste para a estrutura de dominação e hegemonia. Por outro lado, ao fazê-lo num momento em que se rediscutem as bases da coesão social, fornece elementos para uma reconstrução e um redimensionamento, mais ou menos diferenciado em relação à situação anterior, dos elementos da memória social, de seu quadro de referências, de seu passado-patrimônio e projeção de futuro. Numa palavra, a guerra é um momento dinâmico de transformação social em que há maior ou menor potencial de recriação da narrativa nacional. Momento em que os acontecimentos atuam sobre as condições do ato do discurso que conta, propiciando a criação de novos relatos de histórias em novas narrações que surgem."[33]

A percepção de que as grandes dimensões do conflito contra o Paraguai impactou fortemente sobre a narrativa nacional, gerando novas apreensões e representações acerca da realidade social brasileira abre uma perspectiva interessante de análise de discursos buscando identificar neles estratégias de poder. Desse modo, com base nesta perspectiva e, a partir da relação de fontes principais acima apresentadas, este trabalho estrutura-se em quatro capítulos, cada um deles essencialmente vinculados a

---

[32] IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia. A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002, pp. 80-85. Contudo, ainda de acordo com Vitor Izecksohn, a construção e/ou o reforço da identidade nacional brasileira encontrava seus limites no escravismo e nos privilégios de classe, que limitavam a idéia de cidadania partilhada por todos em condições de igualdade.
[33] SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, 1997, p. 134.

um dos textos/documentos selecionados. Assim sendo, dedica-se às referidas fontes um capítulo exclusivo no qual são abordadas algumas das questões inerentes a cada um dos trabalhos estudados. Essa opção organizacional se justifica pelas peculiaridades dos autores analisados, pelas abordagens distintas conferidas ao tema do conflito contra o Paraguai e pela variedade de formas como são abordados e representados os segmentos populares nas fontes. O tema das representações dos grupos subalternos em face da Guerra da Tríplice Aliança constitui o elemento recorrente e central da dissertação. A disposição dos capítulos busca seguir a ordem cronológica de publicação das fontes, de modo que o trabalho se inicia abordando um livro publicado em pleno contexto de guerra. A simbologia construída em torno da história de um alistamento voluntário gerador de grande celeuma constitui o objeto central de "Jovita Alves Feitosa e 'as mulheres da pátria' em tempos de beligerância". A partir da análise da obra *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*, realiza-se uma investigação sobre a jovem piauiense de origem popular que se decidiu por lutar contra o Paraguai. A intenção é perceber como uma história de surpreendente patriotismo, ao ser apropriada, acabou convertendo a moça de origem simples num emblema brasileiro a inspirar nacionalismo em grande parte da sociedade. O segundo capítulo, "*A retirada da Laguna* e a ambígua relação de Taunay com a sociedade brasileira", vincula-se essencialmente ao estudo de representações contidas numa publicação que se sagrou como uma das obras mais célebres a abordar a temática da Guerra do Paraguai, ainda que tenha sido elaborada a partir de uma campanha menor na história do conflito. A intenção aqui é verificar como a experiência da guerra repercutiu em um homem imbuído de valores do Romantismo, analisando particularmente a dubiedade que passa a cercar as representações literárias elaboradas por ele para se referir ao "indivíduo do povo", ao "indivíduo nacional". O capítulo três "A República, o Exército e as Reminiscências da Campanha do Paraguai de Dionísio Cerqueira" trata essencialmente da retomada da temática do conflito da Tríplice Aliança efetuada por um militar, decorridos quarenta anos do término dos confrontos. Busca-se aqui refletir sobre a maneira como a memória da Guerra do Paraguai foi apropriada pelos militares ex-combatentes para fortalecer as instituições armadas e para legitimar sua participação nos grandes debates nacionais e nas esferas de poder da República nascente, avaliando, particularmente as imagens dos grupos populares nesse discurso e o espaço de participação que lhes foi conferido. Por fim, o último capítulo, "A relação entre monarquia e grupos populares no diário *Viagem militar ao Rio Grande do Sul* do

Conde d'Eu", aborda as impressões de um nobre de origem estrangeira, com todos os seus vícios e valores, acerca da realidade social brasileira, de suas tropas e do confronto contra o Paraguai em geral. Mas a análise se centrará na forma como os grupos populares são representados, comparando tais imagens com aquelas criadas para se referir à família imperial, e buscando ainda confrontar os interesses em jogo no contexto da redação do texto com aqueles existentes no momento de sua publicação.

Orientando toda essa reflexão estará a curiosidade por saber como foram apropriados e representados os indivíduos dos grupos subalternos, procurando ainda sondar as intenções que subjazem à elaboração destas figurações inseridas no contexto de sua elaboração, sem deixar de avaliar as implicações de tais simbologias no debate político de sua época. Busca-se, desse modo, compreender o universo de representações no qual o autor das fontes estudadas se inseria e a relação desses mesmos autores com as referidas representações vigentes, quer no sentido de difundi-las, quer no sentido de rejeitá-las, criando, por oposição, novas imagens.

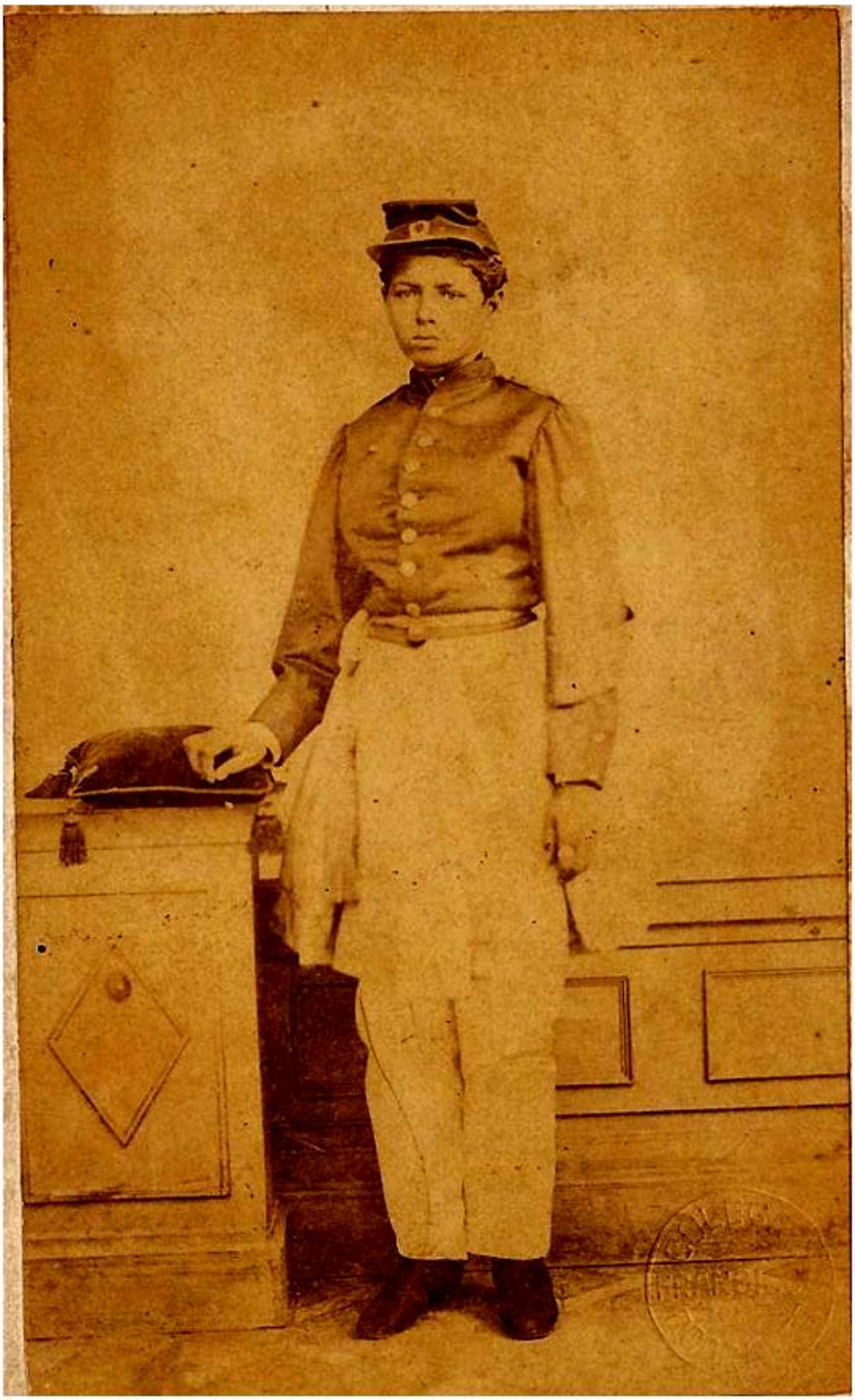
O discurso de um livro pode, muitas vezes, ser visto como um emaranhado (até mesmo confuso) de símbolos, como aqueles que se observam na tela *Batalha do Avaí*. Assim como no quadro de Pedro Américo, por detrás de uma aparente desordem de acontecimentos, personagens e emoções, encontram-se representadas diversas idéias e categorias que trazem consigo valores que muito dizem sobre a percepção de mundo e sobre as relações sociais existentes. Cabe ao leitor destes discursos uma atenta perscrutação de modo a ultrapassar uma leitura superficial, buscando identificar indícios e outros pormenores que permitam refletir sobre realidades mais amplas e complexas. Nas palavras do historiador italiano Carlo Ginzburg, "pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível."[34] Dessa maneira, "a partir de dados aparentemente negligenciáveis, [torna-se possível] remontar a uma realidade não experimentável diretamente."[35] Essa forma de investigação certamente não possibilita conclusões totalizantes, posto ater-se ao universo micro, ao estudo de casos (algo que se afasta, portanto, do "paradigma galileano" assentado em abstrações e ponderações quantitativas generalizantes).[36] A proposta de análise aqui adotada é essencialmente qualitativa, apoiada naquilo que Ginzburg chama de "paradigma indiciário" e baseada no estudo de algumas

[34] GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 150.
[35] *Ibidem*, p. 152.
[36] Sobre essa discussão, ver GINZBURG, Carlo. *Op. cit.*, pp. 143-179.

obras/discursos principais. A despeito de ser uma reflexão mais individualizante, espera-se não torná-la excessivamente restrita. Ao contrário, coloca-se a expectativa de, ao abordar casos específicos, poder expandi-los de modo a comunicar sobre concepções e valores mais amplos que influenciaram um segmento social num determinado período histórico. Os desafios talvez sejam ousados. Mais uma vez, como na pintura de Pedro Américo, por entre rolos de fumaça espessa e alvoroço de imagens é possível depreender idéias e indícios que informam sobre a realidade e sobre as relações sociais e de poder. Ao cabo, ainda que haja névoas em abundância a turvar as vistas e a confundir a razão, no horizonte longínquo desponta um clarão, uma inundação de luz radiante, promessa (talvez) de dias melhores e mais lúcidos.

CAPÍTULO 1:

Jovita Alves Feitosa e “as mulheres da pátria” em tempos de beligerância



Leon Chapelin. *Fotografia de Jovita Alves Feitosa em uniforme de sargento*, 1865. (Fotografia em preto e branco)
Fonte: ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai – 1865-1866.* Niterói: Tese de Doutoramento em História Social. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 294.

A jovem Jovita

Numa manhã comum do mês de julho de 1865, estupefatos, os moradores da cidade de Teresina se depararam com uma surpreendente notícia estampada nas páginas do periódico *A Imprensa*. Uma jovem cearense, radicada há pouco na Província do Piauí, havia se disfarçado de homem, buscando assim ludibriar as autoridades e se alistar na condição de Voluntário da Pátria. Tratava-se de Antonia Alves Feitosa, comumente chamada desde menina pelo afetuoso apelido de Jovita, cuja história começava a se tornar conhecida pelos brasileiros. Primeiramente foram os jornais os principais responsáveis pela divulgação desta notícia inusitada. Em um intervalo de tempo relativamente curto, a crescente repercussão desta história acabou resultando na publicação de um pequeno livro intitulado *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*,[37] escrito e impresso na cidade do Rio de Janeiro, trabalho este que se propôs a compilar as informações até então disponíveis e correntes.

Antonia Alves Feitosa era uma moça solteira, de dezessete anos, nascida no dia 08 de março de 1848, em Brejo Seco, na Província do Ceará, num casebre bastante humilde situado no sertão de Inhamuns, onde viveu durante toda infância e boa parte da juventude. Era filha de Simeão Bispo de Oliveira e de Dona Maria Rodrigues de Oliveira, tendo por avô paterno Simões Dias, homem natural da Bahia.[38] Jovita possuía um irmão mais velho de nome Jesuino Rodrigues da Silva (que no já início da guerra contra o Paraguai havia seguido para o sul, deslocando-se para o teatro de operações na condição de Voluntário da Pátria) e outros dois irmãos menores (não se pode precisar nem o sexo nem o nome deles). Muito cedo, quando contava com apenas 12 anos de idade, Jovita perdeu a mãe vitimada pela *cólera-morbo* em 1860. Quando já

---

[37] [SEM AUTOR]. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1865.

[38] Na obra *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*, o seu autor identifica algumas informações desencontradas. Os nomes dos pais de Jovita acima revelados constam no interrogatório realizado pelo Chefe de Polícia do Piauí e em diversos periódicos que passaram a reportar a história da jovem que buscou se alistar como Voluntário da Pátria passando-se por homem. Contudo, em entrevista particular realizada pelo autor da referida obra, Jovita teria afirmado ser filha de Maximiano Bispo de Oliveira e de Dona Maria Alves Feitosa. Sobre essa incoerência, ver nota de rodapé do livro [SEM AUTOR]. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1865, p. 11.

haviam se iniciado as hostilidades entre Brasil e Paraguai, Jovita deixou o lar paterno (provavelmente no mês de janeiro) e foi morar, por insistência do pai, junto ao tio de nome Rogério, mestre de música. A jovem passa então a viver na vila de Jaicós, na Província do Piauí, tendo a intenção de se iniciar na arte musical. À essa época, Jovita tinha por ocupação as costuras, que representavam seus meios de sobrevivência. Ela sabia ler e escrever, mas realizava mal essas duas habilidades. Como aptidão adicional, viria declarar posteriormente que sabia atirar, mas não possuía o domínio da técnica de carregar uma arma de fogo.

No momento em que Jovita passou a viver na casa do tio, em princípios de 1865, eram grandes as agitações suscitadas pelas notícias do conflito entre Brasil e Paraguai, e a jovem não conseguiu se manter indiferente a esses acontecimentos. No dia 20 de junho ela abandonou escondida a casa do tio e partiu da vila de Jaicós rumo à Teresina, capital da Província do Piauí, não revelando a nenhum familiar suas intenções de se fazer incorporar às forças armadas do Império. O deslocamento se deu em companhia de um grupo de homens arregimentados pelo capitão Cordeiro nas paragens do interior do Piauí, homens estes que seriam dentro em breve apresentados como voluntários. Somente a eles Jovita declarou suas reais intenções de se fazer alistar no Exército imperial, sendo alertada que não poderia realizar seu intento por ser mulher. Jovita decidiu-se, então, por adotar medidas drásticas. Ao chegar a Teresina, após caminhar cerca de 70 léguas[39], ela cortou seus próprios cabelos com uma faca, pedindo depois a uma mulher que a ajudasse a terminar de cortá-los "bem rente". Na seqüência tomou alguns trajes rudes de homem – uma camisa e uma calça – e passou a portar um chapéu de couro, buscando assim disfarçar o seu sexo. No dia 08 de julho de 1865, ela se ofereceu como Voluntário da Pátria ao então Presidente da Província, Franklin Américo de Menezes Doria (que viria a ser consagrado em 1888 com o título de Barão de Loreto). Sendo aceita como tal, as autoridades lhe ordenaram que se apresentasse no dia seguinte para se realizar o aquartelamento. No dia 09 de julho de 1865, pouco antes de se dirigir ao quartel, na rua do mercado ou no imóvel do mercado foi descoberto o seu verdadeiro sexo. Próximo às cinco horas da tarde, ela foi então levada à casa do Doutor José Manoel de Freitas, chefe de polícia da província, onde, na presença do escrivão Raymundo Dias de Macedo, esteve submetida a um interrogatório. Foi nessa ocasião em que ela, muito abalada, confessou, a contragosto, o seu disfarce. O

[39] A légua brasileira corresponde a 6.600 metros, segundo informa, em nota, Sergio Medeiros em TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. *A retirada da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 31.

interrogatório assim descreve o momento em que se deu a revelação da verdadeira identidade de Jovita:

> "[...] estando [Jovita] na casa da feira, hoje pelas quatro horas da tarde, uma mulher vendo-a com as orelhas furadas, dirigiu-se a ela respondente e apalpando-lhe os peitos, apesar de sua oposição, e de ter atados os seios com uma cinta, a referida mulher pôde conhecer o seu sexo, e imediatamente descobriu-a, dando parte ao inspetor de quarteirão, que mandou-a conduzir à polícia por dois soldados."[40]

Mesmo após revelado seu disfarce, Jovita se manteve firme em seu propósito, e continuou pleiteando junto às autoridades a efetuação de seu alistamento na condição de Voluntário da Pátria. Diante de tamanha insistência, o presidente Franklin Doria acabou aquiescendo a tal desejo (provavelmente vislumbrando as vantagens que este acontecimento simbólico poderia representar para a arregimentação de novos recrutas). O periódico *A Imprensa* de Teresina não deixou de registrar esse interessante momento da história da província, e assim noticiou o episódio em suas páginas:

> "S. Ex. [o presidente da Província do Piauí, Franklin Doria] acedeu a tão ardentes desejos [de Jovita se alistar].
>
> Hoje a vimos de saiote e farda com as insígnias de 1º sargento.
>
> Mostra-se satisfeita e resoluta sempre. Não lhe causam emoção os perigos da guerra."[41]

Jovita prestou então o juramento de fidelidade à Pátria e foi alistada no Exército imperial com as honras de 1º sargento de voluntários. Acabou incorporando-se ao 2º Corpo de Voluntários da Pátria da Província do Piauí, que tinha como comandante o Tenente Coronel José da Cunha Lustosa. Ainda na capital, na cidade de Teresina, Jovita encontrou-se com seu pai, o senhor Simeão Bispo de Oliveira, que, em deslocamento de Caxias, após breve encontro com a filha, aceitou, depois de alguma insistência, a resolução da jovem de partir para a guerra[42]. Já incorporada, Jovita passou a usar farda do exército com alguns adereços adicionais. Segundo informações

---

[40] O interrogatório foi transcrito pelo periódico piauiense chamado *Liga e Progresso*. Tal matéria foi, por sua vez, reproduzida nas páginas do livro [SEM AUTOR]. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1865, pp. 18 e 19.

[41] *Ibidem*, p. 14.

[42] Uma matéria publicada pelo periódico *Diário de Pernambuco* transcrita no livro *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy* (p. 34) dá a entender que toda a família de Jovita (o pai e os irmãos menores) se transferiu para Jaicós na época em que a jovem encontrava-se em Teresina buscando alistar-se. O deslocamento dos familiares de Jovita é perfeitamente factível e compreensível visto que Jaicós, próximo ao município de Oeiras, possuía, à época, maior dinamismo econômico e social se comparado à pacata Inhamuns. Desse modo, além de garantir a reunião da família com o tio, a mudança poderia revelar novas e melhores possibilidades de vida a todos.

apresentadas pelo periódico *Diário de Pernambuco*, Jovita "traja calça e saiote, fardeta e boné do corpo e tem o cabelo cortado à escovinha."[43]

Assim, no dia 10 de agosto de 1865, Antonia Alves Feitosa embarcou num vapor junto a outros 460 Voluntários da Pátria piauienses tendo como destino o município de Parnaíba, na região litorânea da Província do Piauí. Dessa cidade, a bordo do vapor Gurupy, rumaram todos para o Maranhão. A história de Jovita já havia se tornado famosa. Jornalistas de periódicos variados das mais distintas províncias brasileiras acompanhavam a jornada da recruta cearense buscando noticiar as demonstrações de abnegação e heroísmo da jovem que decidira se alistar para assim combater os paraguaios em honra da pátria e do imperador.[44] Dessa forma, ao se saber da aproximação do vapor que carregava a bordo a recruta cearense, realizavam-se, em cada parada, recepções e festejos em homenagem a Jovita, sempre organizados por autoridades, empresários e comerciantes, nos quais grande número de populares concorria para conhecer pessoalmente a cada vez mais famosa "heroína nacional".

São Luis foi a cidade onde atracou o vapor Gurupy. Na chegada, Antonia Alves Feitosa recebeu as honras do Juiz de direito da 2ª vara, o Dr. Antonio Francisco de Salles, e foi hospedada na casa do Tenente Campos, ajudante de ordens da presidência do Maranhão, recebendo da família da referida autoridade um agasalho de presente e uma carinhosa acolhida. O empresário ludovicense Vicente Poates de Oliveira organizou para o dia do desembarque um espetáculo no teatro da cidade, e tamanha era a curiosidade por conhecer a jovem recruta que em menos de três horas foram vendidos todos os bilhetes de acesso aos camarotes e cadeiras. Jovita, vestida com o uniforme militar, assistiu ao espetáculo de um local privilegiado, especialmente adornado com a bandeira nacional. Como registro dessa noite, noticiou o periódico *A Imprensa*:

> "Houve, como estava anunciado, o espetáculo em honra da heroína. Ela ocupava o 1º camarote da 1ª ordem, que a empresa lhe oferecera, e foi alvo da admiração do extraordinário número de espectadores que enchiam o teatro. Trajava farda e calças brancas, saiote encarnado e trazia banda e insígnia de 1º sargento [...]. Depois de uma poesia patriótica brilhantemente recitada pela Sra. D. Manoela e do hino de guerra cantado pelos artistas da Companhia, foi a jovem Jovita chamada à cena pelos

[43] *Diário de Pernambuco* in. [SEM AUTOR]. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1865, p. 35.

[44] Ver ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai – 1865-1866.* Niterói: Tese de Doutoramento em História Social. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2009.

> expectadores e aí coberta de flores, saudada com grande entusiasmo e prolongados vivas a ela e a seus companheiros de armas. Então ofereceu-lhe a Sra. D. Manoela uma coroa de flores e um crucifixo de ouro, pendente de um cordão do mesmo metal do valor de duzentos mil réis [...] O Sr. Boaventura José Coimbra Sampaio, negociante português [...] entusiasmado pela nobre dedicação da patriótica cearense ofereceu-lhe fardamento fino de pano azul, e outras pessoas fizeram-lhe diversas dádivas."[45]

Terminados os festejos, passavam agora os recrutas integrantes do 2º corpo de Voluntários do Piauí ao vapor de nome Tocantins, que rumava ao Rio de Janeiro. Numa parada na Paraíba uma comissão de notáveis foi a bordo da embarcação e presenteou Jovita com um anel de brilhantes. Em sua passagem por Pernambuco, realizou-se novo espetáculo, ao qual Jovita assistiu ao lado do presidente da província em seu camarote. Em Salvador, foi recebida no Palácio Presidencial onde foi saudada e aclamada pelas autoridades e pela população da cidade, que curiosa, se aglomerava na praça do paço na expectativa de avistar a jovem cearense. No dia 09 de setembro de 1865 o vapor Tocantins atracou no Rio de Janeiro. Comerciantes e artistas da cidade organizaram para Jovita um grande espetáculo no Teatro São Pedro de Alcântara no dia 12 de setembro. Importantes periódicos como o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Jornal do Commercio* e o *Correio Mercantil* fizeram grande divulgação do evento.[46] E mais uma vez ouviram-se hinos patrióticos, recitaram-se poesias, ofertaram-se presentes e realizaram-se saudações.

Contudo, depois de laureada em inúmeras homenagens, e estando inebriada com tantos presentes e aplausos, uma triste notícia veio a abalar o júbilo de Antonia Alves Feitosa. Chegou ao quartel do Campo da Aclamação uma ordem baixada pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, datada de 16 de setembro de 1865, na qual se revelava a ilicitude inerente ao alistamento da jovem cearense. Destinado ao Tenente Coronel José da Cunha Lustosa, comandante que vinha acompanhando o 2º corpo de Voluntários do Piauí desde sua partida de Teresina, o despacho estava concebido nos seguintes termos:

> "Ilustríssimo Senhor

---

[45] *A Imprensa*, 09/09/1865 (transcrevendo matéria do jornal *O Paiz*, da cidade de São Luis) *apud* CHAVES, Joaquim. *Cadernos Históricos*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993, p. 131. Embora este trabalho seja dedicado a um estudo mais amplo sobre a história do Piauí, não deixam de constar em suas páginas breves, mas relevantes observações referentes à vida de Antonia Alves Feitosa. Tais observações apóiam-se sobretudo em dados extraídos de periódicos da época da guerra, a partir dos quais foi elaborada uma reflexão na qual o alistamento da jovem cearense é tratado como uma espécie de inconveniente exótico. Apesar de certo viés conservador, é possível extrair deste texto alguns subsídios úteis.

[46] Cf. ARAÚJO, Johny Santana de. *Op. cit.*.

> Não havendo disposição alguma nas Leis e Regulamentos militares que permita às mulheres terem praça nos Corpos do Exército, nem nos da Guarda Nacional, ou de Voluntários da Pátria; não pode acompanhar o corpo sob o comando de V. S. com o qual veio da Província do Piauí a voluntária Jovita Alves Feitosa na qualidade de praça do mesmo corpo, mas sim como qualquer outra mulher das que se admitem a prestar junto aos corpos em campanha os serviços compatíveis com a natureza do seu sexo, serviços cuja importância podem tornar a referida voluntária tão digna de consideração, como de louvores o tem sido pelo seu patriótico oferecimento: o que declaro a V. S. para seu conhecimento e governo."[47]

Jovita chegou a apelar ao então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, o General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, buscando assim fazer com que a questão fosse repensada e o decreto anteriormente expedido revogado. O ministro respondeu-lhe por meio de uma carta que apreciava e louvava as provas de patriotismo dadas pela jovem, mas fazia-se mister cumprir os preceitos das lei. Ademais, ainda segundo a carta, manifestava-se o temor de que a árdua campanha pudesse acarretar graves danos à compleição da moça. Desse modo, não foi revertida a situação. No dia 18 de setembro de 1865, antes do deslocamento do 2º corpo de Voluntários do Piauí para o Paraguai, Jovita, junto de seu comandante e de outros oficiais, foi recebida no Paço Imperial por autoridades destacadas da monarquia. Mas ao cabo, os recrutas piauienses partiram para o teatro de guerra sem o seu soldado mais aclamado.[48]

Em finais do ano de 1865 era ambígua a situação de Jovita. Em um curto intervalo de tempo a jovem cearense viveu profundas experiências. Abandonou a pacata vida que levava no interior do Piauí e foi parar no seio da agitada capital do Império. Passou do anonimato para a fama em menos de um ano, tendo sua história de abnegação patriótica divulgada em diversos periódicos do país. Possuía o espírito tomado por abundante alegria após a realização de diversas recepções e homenagens realizadas em sua honra. Contudo, na iminência de partir para o Paraguai, o seu principal desejo lhe foi negado. O sonho que a fizera famosa parecia não poder se concretizar. Nos últimos meses do conturbado ano de 1865, Jovita mantinha-se no Rio de Janeiro, amargurada e indiferente a tudo e a todos.[49]

---

[47] [SEM AUTOR]. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1865, p. 27.
[48] Ver: ARAÚJO, Johny Santana de. *Op. cit.*, p. 109.
[49] Impressões colhidas e registradas em jornais e no livro *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*.

Representando uma heroína nacional de origem popular

A inusitada história de Antonia Alves Feitosa foi objeto de atenção de diversos periódicos do Brasil. De acordo com o historiador Johny Santana de Araújo, "de agosto de 1865, quando se apresentou em Teresina, até o dia de sua dispensa no quartel do Campo da Aclamação, no Rio de Janeiro, Jovita esteve sempre cercada por jornalistas."[50] Eram estes profissionais da informação os responsáveis pela elaboração de matérias que circularam por grande parte do Império brasileiro.[51] A vida de Jovita, as recepções que se realizavam em sua homenagem e a repercussão de sua história viraram notícia em jornais de distintas cidades, tais como *A Imprensa* de Teresina e *Liga e Progresso* de Oeiras (ambos municípios do Piauí); *O Paiz* de São Luís (MA); *Diário da Bahia* de Salvador (BA); *Diário de Pernambuco* de Recife (PE); *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *Jornal do Commercio*, todos do Rio de Janeiro.[52]

Por onde passava, Jovita despertava o interesse da população em geral. As pessoas ansiavam por ler e ouvir notícias da jovem recruta cearense e adquirir alguma lembrança que fizesse referência a ela. Em anúncio revelador, o *Jornal do Commercio* registrava a distribuição e venda de fotografias de Jovita:

> "Anúncios
>
> Retrato da Voluntária da Pátria Jovita
>
> Vende-se hoje e também se distribui grátis aos assinantes da Revista Fluminense e a quem assinar desde o 1º número deste periódico; na Rua de Santo Antonio nº 26 A, Tipografia dos Srs. Brito & Irmão."[53]

---

[50] ARAÚJO, Johny Santana de. *Op. cit.*, p. 110.

[51] Em estudo sobre a repercussão da temática da Guerra do Paraguai na imprensa do Piauí, o historiador Johny Santana de Araújo se refere à história de Jovita como um "fenômeno nacional". Segundo ele, "a dimensão nacional do fenômeno construído [o fenômeno Jovita], somente foi possível graças ao alcance da imprensa, por meio da transmissão das notícias do Norte, através da reprodução em órgãos da imprensa na Corte e no Sul, e vice-versa, à medida que [a jovem recruta] se aproximava da capital do império." ARAÚJO, Johny Santana de. *Op. cit.*, p. 110. Esta é também a opinião de Pedro Paulo Soares, que, em estudo dedicado à análise da iconografia produzida pela imprensa fluminense no contexto da Guerra do Paraguai, aborda em algumas páginas de seu trabalho o caso de Antonia Alves Feitosa. Pedro Paulo Soares entende que a história de vida desta jovem cearense alcançou uma repercussão nacional em grande medida graças à atuação da imprensa. Ver: SOARES, Pedro Paulo. *A guerra da imagem: iconografia da Guerra do Paraguai na imprensa ilustrada fluminense*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003, pp. 104-120.

[52] Era comum na época que periódicos reproduzissem em suas páginas matérias veiculadas por jornais de outras localidades, tornando-se praticamente impossível mapear todos os periódicos que tenham feito alusão à história de Jovita.

[53] *Jornal do Commercio*, *apud* MATOS, Kelma. *Jovita Feitosa*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 40.

Diariamente eram reproduzidas grandes quantidades desta fotografia posada, *carte-de-visite* de grande popularidade[54] na qual a jovem voluntária aparecia sóbria, em trajes militares especialmente acrescidos de uma saia, o que evidentemente demarcava a excepcionalidade e o exotismo de sua história. Este material foi vendido em abundância, sendo comum encontrarem-se no Rio de Janeiro pessoas que já possuíam uma imagem de Antonia Alves Feitosa em suas residências.[55]

Tirando proveito desse clima de surpresa e curiosidade que se criou em relação a Jovita, e ainda aproveitando-se da onda de fervor patriótico que se desenvolvia pelo início das hostilidades entre Brasil e Paraguai, um autor fluminense não identificado[56] resolveu publicar um pequeno livro em fins de 1865.[57] A obra intitulada *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º Corpo de Voluntários do Piauhy*, composta por cinco capítulos, preocupa-se em narrar a jornada da jovem recruta cearense, desde a sua partida da pacata cidade de Jaicós, no interior da Província do Piauí, até sua chegada à Corte, quando foi expedida a ordem que impedia o alistamento de mulheres nas forças armadas imperiais. Para compor o livro o autor fluminense fez uso de informações colhidas por meio de uma entrevista realizada pessoalmente com Jovita[58]. Ele também se utilizou de matérias publicadas em diversos periódicos do Brasil, da transcrição de um poema de exaltação a Jovita e do texto do interrogatório ao qual foi submetida a jovem voluntária quando detida em Teresina, logo após ser revelado o seu disfarce de homem. Quanto ao estilo, o livro lembra em diversos momentos o trabalho de um jornalista, visto que as informações são

---

[54] Sobre a popularidade do *carte-de-visite* que retratava combatentes, ver TORAL, André Amaral de. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, 2001, pp. 82-85.

[55] Ver: [SEM AUTOR]. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1865, p. 23.

[56] Existem indícios que parecem sugerir ser o referido autor fluminense um dos muitos jornalistas que acompanhavam Jovita em sua jornada pelo Brasil. Pedro Paulo Soares e Johny Santana de Araújo vão ainda mais longe e afirmam que o misterioso autor é, na verdade, o jornalista Damião de Góes. A partir de uma análise dedutiva, Johny Santana de Araújo constata a existência de semelhanças entre o texto do livro *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa* e matérias já publicadas em periódicos da época, as quais traziam a assinatura de Damião de Góes, pseudônimo de algum jornalista fluminense. Kelma Matos também menciona o mistério em torno do verdadeiro nome do autor em questão, revelando que, para alguns estudiosos, seria Damião de Góes o provável redator da obra sobre Jovita, enquanto outros crêem ser o jornalista Antônio Rodrigues Ferreira o autêntico autor do texto. Contudo, em face da inexistência de dados concretos que comprovem a verdadeira autoria do livro, julgou-se por bem manter aqui a enigmática alcunha "autor fluminense".

[57] Consta estampado na contracapa da obra apenas o ano de sua publicação (1865), não sendo possível precisar o mês em que o livro foi a prelo. Contudo, pelas informações contidas em seu texto, é possível presumir que o trabalho foi realizado no último trimestre do ano, pouco após a decisão do Secretário Geral dos Negócios da Guerra de proibir o alistamento de Jovita. Nota-se, portanto, que a obra foi realizada com muita presteza, aproveitando-se do frescor dos fatos.

[58] Essa entrevista se deu no momento em que a jovem já se encontrava proibida de partir para o Paraguai na condição voluntária, estando a moça bastante consternada.

apresentadas e depois confrontadas com dados obtidos em fontes diversas. É comum identificar ao longo da obra extensas reproduções, quer seja de matérias jornalísticas ou do texto jurídico do interrogatório, de modo que o livro parece, por vezes, um grande mosaico. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa* não apresenta nenhum dado novo sobre a história da jovem recruta, sendo a obra uma espécie de compilação de notícias já correntes em periódicos da época. O mérito do autor fluminense reside justamente no trabalho de reunir e organizar num texto completo e coeso as informações que até então se conheciam dispersas, colocando-as, assim, à disposição de um ávido público leitor. O livro, portanto, está evidentemente associado ao contexto de entusiasmo criado em torno da figura de Antonia Alves Feitosa. E assim, é de se supor que o seu autor procurasse obter ganhos pecuniários com o seu pequeno trabalho, explorando a transitória voracidade por notícias que se criara em relação à figura de Jovita.[59] Por fim, cabe registrar que *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa* constitui o único livro de teor biográfico a relatar a história da jovem recruta cearense a ser redigido no momento em que a personagem biografada ainda vivia, passando por experiências surpreendentes.[60] Desse modo, a análise deste texto, elaborado no calor dos fatos, pode trazer importantes informações sobre as representações elaboradas à época da Guerra do Paraguai – no caso, representações referentes a uma mulher oriunda dos grupos subalternos.

Como pano de fundo, *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa* apresenta Brasil e Paraguai como um par dicotômico, dois povos frontalmente opostos cujas distinções culturais realçadas servem para marcar as identidades de cada uma das nações. De um lado surgem os paraguaios caracterizados com um "*povo estúpido e sanguinário*", "*tigres sedentos*" movidos por impulsos primitivos e liderados por um "*déspota*". As qualificações associadas à nação vizinha são sempre depreciativas, criando-se uma imagem de atraso, violência, miséria e irracionalidade, em suma, a imagem da barbárie. As razões para o início da guerra não são apresentadas

[59] No dia 12 de outubro de 1867, em análise retrospectiva, o *Diário do Rio de Janeiro* lembrava que Jovita proporcionou muito dinheiro aos fotógrafos da Corte que se empenharam em fotografar a recruta cearense, passando a vender em abundância as suas imagens. Ver: SOARES, Pedro Paulo. *Op. cit.*, p. 116. É presumível que houvesse uma avidez semelhante do público por textos sobre a garota, haja vista a grande quantidade de matérias publicadas por diversos jornais.

[60] Pedro Paulo Soares e Johny Santana de Araújo relatam que no último trimestre de 1867, alguns jornais do Rio de Janeiro, entre eles o *Diário do Povo*, anunciaram ao longo de dois meses consecutivos a venda de um livro romanceado cujo título era *Jovita, a voluntária da Morte*. Tratava-se de outro impresso que tomava Jovita como protagonista. Essa obra, contudo, foi elaborada no contexto imediatamente posterior ao falecimento de Antonia Alves Feitosa, sendo o referido trabalho fortemente marcado por este evento trágico.

no livro, mas a iniciativa das hostilidades vincula-se ao Paraguai, à "*República ingrata* e *insensata*", a qual deu início à "*infame agressão*" ao território e ao povo brasileiro, disseminando assim "*devastações, pilhagens e atrocidades*". Em oposição aos "*algozes* que difundiam "*infortúnios e sofrimentos*", o autor fluminense coloca a vítima "*agredida, injuriada* e *ofendida*",[61] o Império do Brasil. O povo brasileiro, atacado, surge descrito como patriótico, brioso, abnegado e unido em torno da causa de desagravar o honra nacional vilipendiada.[62] Em uma passagem fica evidenciada essa oposição:

> "Ergueu-se o altar da pátria mais alto do que nunca.
>
> O sentimento nacional, ofendido pelos ultrajes deste déspota do Paraguai, se manifestou de uma maneira estrondosa.
>
> Os lamentos dolorosos dessas vítimas, sacrificadas às ambições de um povo estúpido e sanguinário, fizeram reunir junto do Trono Imperial todos os corações verdadeiramente Brasileiros.
>
> O espírito de patriotismo, que parecia adormecido, levantou-se grande e sublime.
>
> Milhares de voluntários moços, e de um futuro esperançoso surgiram como que por encanto de todos os ângulos do Império.
>
> Operou-se um desses prodígios, que eternizam e cobrem de glória os belos feitos de uma nacionalidade briosa.
>
> Todos se apresentam trazendo suas oferendas, seu ouro, seus serviços, e mais do que tudo – seus próprios filhos!
>
> Belas recordações dos tempos idos! Exemplos sublimes para o futuro!
>
> O altar da Pátria, coberto de prendas preciosas, ilustrado por atos de civismo, oferece um desses espetáculos fascinadores, que esperta a imaginação, infundindo o gênio marcial no peito de seus cidadãos.[63]

---

[61] As palavras destacadas em itálico encontram-se *ipsi litteris* presentes no texto do autor fluminense.

[62] Cabe registrar que essas imagens eram recorrentes no Brasil durante a Guerra do Paraguai e mesmo no período subseqüente ao conflito. Ao analisar os textos patrióticos de Machado de Assis, o historiador Francisco Alambert esmiúça algumas representações que de certa forma integravam o senso comum da opinião pública brasileira e que se assemelham bastante às imagens presentes no livro que narra a história de Jovita. A respeito do estudo sobre Machado de Assis, ver: ALAMBERT JR., Francisco Cabral. *Civilização e Barbárie, História e Cultura. Representações culturais e projeções da "Guerra do Paraguai" nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República*. São Paulo: Tese de Doutoramento em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998. A respeito de representações semelhantes sobre paraguaios e brasileiros na imprensa durante a guerra ver ARAÚJO, Johny Santana de. *Op. cit.*; e SOARES, Pedro Paulo. *Op. cit.*. Estudos como: TORAL, André Amaral de. *Op. cit.*; e SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel. A charge como arma na guerra contra o Paraguai*. Florianópolis: FAPEU/UFSC, 2010, demonstram como representações semelhantes sobre paraguaios e brasileiros se faziam presentes também no campo imagético.

[63] [SEM AUTOR]. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1865, pp. 7 e 8.

É justamente nesse cenário polarizado e de euforia patriótica que o autor fluminense insere a figura de Antonia Alves Feitosa. Em uma longa passagem realiza-se uma descrição em que se faz menção aos atributos físicos da garota, excerto rico em imagens sugestivas:

> "É um tipo Índio. Tem uma estatura mediana, maneiras simples, e sem afetação, despida daquela gravidade, que impõe um respeito profundo; bem proporcionada, rosto redondo, uma cútis amarelada, cabelos curtos, crespos, e de um negro acaboclado, mãos de homem e secas, pés grandes.
>
> Seus olhos negros, cheios de luz, tornam-na simpática, seus lábios fechados com alguma graça ocultam dentes alvos, limados e ponte agudos.
>
> Uma serenidade d'alma estende-se pelo seu todo, e mesmo lhe assegura uma confiança, que a tranqüiliza. [...]
>
> Sua voz cantada, e de um timbre agradável conserva sempre uma firmeza imperturbável. [...]
>
> Surpreendeu-nos a sua singeleza e tranqüilidade que conservava vivendo entre soldados."[64]

Chama atenção no excerto a referência a predicados indígenas. Como se sabe, no Brasil do século XIX o índio foi alçado à categoria de símbolo nacional.[65] Desse modo, da mesma forma como um índio austero representava o Brasil nas caricaturas dos periódicos brasileiros da época, busca-se no texto fazer de Jovita, a "heroína brasileira", um ícone da nação. Por essa razão ela é revelada como uma cabocla de "maneiras simples" que se ofereceu para defender a pátria dos inimigos externos. Nota-se também no fragmento acima que a jovem recruta não é descrita como uma beldade, como um ícone de beleza, muito embora não seja feia (ela é "bem proporcionada", "simpática", "graciosa" e "agradável"). As qualidades estéticas valem pouco aqui. O que importa são as suas características morais, seu virtuosismo cívico. Daí serem abundantes as menções referentes aos valores que inspiraram os atos de Jovita. Em uma passagem afirma-se que "a palavra liberdade domina-lhe tanto o espírito quanto lhe horroriza a palavra cativeiro."[66] Em outro trecho reforçam-se os nobres atributos morais que prematuramente se desenvolveram em Jovita:

> "Uma menina de 18 anos incompletos, tomando toda a coragem diante desses acontecimentos vertiginosos, que iam arrastando os ânimos para um martírio, que já se

---

[64] *Ibidem*, pp. 23 e 24.

[65] Existem diversos trabalhos que se dedicam a analisar a utilização do índio como símbolo nacional brasileiro. Um bom estudo sobre esse tema encontra-se em: RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

[66] [SEM AUTOR]. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1865, p. 33.

> prolongava, apresentou-se pobre, e singela, tendo n'alma o sentimento generoso das mulheres Espartanas, ajoelhou-se ante o altar da Pátria, e aí prestou um juramento solene de amor e dedicação eterna!"[67]

Jovita encarna o virtuosismo que remonta a um passado longínquo, que remonta à Grécia Antiga. Associada à descrição dos vigorosos valores fica exposta a condição material "pobre e singela" da heroína. Não é gratuita a menção à condição econômica e social da jovem recruta (menção que se realiza em mais de uma ocasião). Revelar a origem humilde de Jovita possui vários significados. Em primeiro lugar amplifica seu ato de abnegação e compromisso, demonstrando que a adoração e entrega da jovem à pátria se desenvolveu não "em função de" condições privilegiadas, mas sim "apesar de" todas as adversidades. Em segundo lugar transmite a idéia de que todos os brasileiros, independente de sua origem social, são providos de nobres sentimentos. E, por fim (e talvez o mais importante), permite a incorporação controlada de segmentos populares subalternos nesta narrativa de guerra, possibilitando aos indivíduos humildes e despojados de todo o Império que se identifiquem nos gestos e na história de Jovita, e se sintam tentados a seguir o mesmo exemplo de entrega e patriotismo da garota. Afinal, em tempos de guerra, a união de sentimentos e propósitos surge como um elemento precioso, buscando-se (dentro de um determinado segmento social) a superação de divergências políticas, culturais e de classe em prol de uma causa comum. Por isso, o autor fluminense constrói em diversos momentos de sua narrativa um clima de solidariedade entre os nacionais. E Jovita é então tomada como uma espécie de personificação desse sentimento de solidariedade nacional. Ela é uma cidadã que adquire conhecimento das dores e dificuldades de seus compatriotas, se compadece e parte para ajudar sua nação:

> "A repercussão dos sofrimentos da Pátria foram despertá-la neste estreito horizonte [na cidade de Jaicós], onde ela vivia longe do sol da Corte.
>
> O desespero público, a narração triste e sanguinolenta das devastações, pilhagens, e atrocidades cometidas pelas forças invasoras do Paraguai, impressionou-a fortemente.[68]

O autor fluminense busca, em sua construção textual, dar ênfase aos sofrimentos da pátria, dores estas que se tornam ainda maiores e mais agudas quando associadas à dimensão espacial: a aflição e agonia impostas aos brasileiros pelas mãos paraguaias seriam tamanhas que as notícias sobre elas chegaram aos mais longínquos

---

[67] *Ibidem*, pp. 8 e 9.
[68] *Ibidem*, p. 12.

rincões do país, e toda população nacional tomou como suas as dores da pátria. Nesse angustiante contexto de conflito contra o Paraguai, todos brasileiros passam a se irmanar, e assumem solidariamente a responsabilidade pela defesa de seu país, quer o indivíduo viva na Corte, quer viva em alguma terra distante (onde o "limite é estreito"). As notícias sobre as violências sofridas por brasileiros chegavam a todos os cantos do país, e são elas as responsáveis por sensibilizar Jovita, que passa a se sentir imbuída de um dever patriótico. "Seu maior desejo, diz ela, é bater-se com os monstros que tantas ofensas têm feito às suas irmãs de Mato Grosso; é vingar-lhes as injúrias ou morrer nas mãos desses tigres sedentos."[69] Em outra passagem reforça-se essa idéia de que não foram sentimentos outros que não os patrióticos a motivar Jovita em seus atos, uma vez que, como afirma o autor fluminense "não foram as [expectativas de] ovações das massas populares que atraíram *Jovita*, mas sim o sofrimento de sua pátria, os infortúnios de seus irmãos!"[70] Fica patente, pois, a atmosfera de solidariedade nacional (que, ademais, é um sentimento de grande importância para a construção da idéia de nação). A jovem voluntária de origem popular, inspirada por sentimentos nacionalistas, representa a superação de qualquer clivagem social. Trata-se da imagem de uma personagem que, apesar de suas fragilidades (inclusive aquelas supostamente relacionadas ao sexo), guia-se unicamente em função dos interesses superiores da nação, preocupada sempre em resguardar a todos os seus compatriotas (ainda que ela não os conhecesse pessoalmente).

Assim, compadecida da situação de seus "irmãos brasileiros", e nesse clima de violência e sofrimento, os sentimentos fraternais impelem Jovita a sair em defesa de seus conterrâneos. E em tom de epopéia, a partida para a guerra surge como uma missão que se impõe. Num ato de insubordinação, a jovem contraria a natureza (a geográfica – a flora e a fauna – e a sua própria, a do gênero) e parte para sua luta:

> Um dia ao cair do crepúsculo pelo infinito, seu espírito magoado concentrou-se nesse quadro elegíaco, que mais se apura no silêncio dos sertões, e sua imaginação foi assaltada pelas cenas de sangue e de miséria, infligidas pelo déspota do Paraguai.
>
> Nem as flores, nem o romper das alvoradas, nem mesmo o sorriso da família, nada deleitava o seu espírito. – Era preciso abandonar a pobre cabana de seu velho pai,[71] tesouro precioso dos melhores tempos da vida. – Era forçoso que ela se revestisse de

[69] *Ibidem*, p. 14.
[70] *Ibidem*, p. 33.
[71] Em realidade, Jovita já se encontrava em Jaicós, na casa do tio Rogério, no momento em que se decide por alistar-se como Voluntário da Pátria. Contudo, por razões de estilo e buscando conferir maior dramaticidade e abnegação aos feitos de Jovita, optou o autor fluminense por se referir à casa do pai como ponto de partida, e não à casa do tio.

> toda a coragem para deixar a doce habitação de seus dias de infância, – esses sítios, onde cada flor lhe marcava uma lembrança querida, e dizer adeus aos pássaros da campina, aos crepúsculos da montanha, a tudo enfim dizer *adeus*![72]

Cabe registrar que outros dois importantes elementos são associados à representação de Jovita elaborada pelo autor fluminense, quais sejam, a fé católica e a monarquia. Numa passagem, ao descrever as vestes utilizadas pela moça cearense, aponta-se que ela "trajava calças brancas, com uma blusa de chita mal afogada, num desalinho desgostoso, deixando ver, através do colarinho de homem, um rosário de contas escuras, e uma corrente de ouro, cingidos ao pescoço."[73] Em outro trecho menciona-se que, após a aclamação realizada no teatro de São Luís (quando da passagem do 2º corpo de voluntários do Piauí pelo Maranhão), Jovita passa a usar lançado ao pescoço "um cordão e um crucifixo de ouro."[74] Portanto, símbolos católicos (o rosário e o crucifixo) aparecem associados à figura da heroína. Outra associação se realiza entre a imagem de Jovita e a autoridade máxima do Império brasileiro. No momento em que a jovem recruta encontrava-se no Rio de Janeiro, desanimada pelo decreto que impedia sua partida para a guerra, o autor fluminense a visitou no quartel do Campo da Aclamação, e nesta ocasião foi realizada uma entrevista. Após algumas perguntas, a jovem recruta, "num tom apaixonado", lembra do exemplo inspirador de coragem e patriotismo dado por Dom Pedro II quando partiu para o teatro de guerra no sul do país.[75] Na seqüência, prossegue a entrevista:

> "- A Senhora estima o nosso Monarca!
>
> - Se eu não estimá-lo, a quem mais devo estimar? Respondeu-nos com uma inflexão de voz decisiva."[76]

Outro aspecto relevante da construção da imagem de Antonia Alves Feitosa é a comparação que o autor fluminense estabelece entre a recruta cearense e

---

[72] [SEM AUTOR]. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1865, pp. 12 e 13.
[73] *Ibidem*, p. 24.
[74] *Ibidem*, p. 37.
[75] Em julho de 1865 o Imperador partiu com uma comitiva composta por membros da família real e por alguns dos mais graduados generais do país para a Província do Rio Grande do Sul. O monarca buscava acompanhar pessoalmente as operações de combate às tropas do Paraguai que haviam invadido as terras mais ao sul do Brasil. Por onde passava, a comitiva imperial era recebida com as mais entusiásticas manifestações de apoio e simpatia. No dia 18 de setembro Dom Pedro observava a rendição das forças paraguaias que se encontravam entrincheiradas na cidade de Uruguaiana. Vale realçar que a menção de Jovita à ida do Imperador ao sul demonstra que a jovem estava bem informada sobre os acontecimentos do campo de batalha, o que reforça a idéia de plena consciência da recruta na realização de suas escolhas e, por conseqüência, invalida a tese difundida por alguns críticos que julgavam ser Antonia Alves Feitosa "mentalmente debilitada".
[76] [SEM AUTOR]. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1865, p. 25.

outras mulheres notáveis das narrativas nacionais do Brasil e da França. Mulheres que também subverteram os padrões impostos pela sociedade patriarcal de seu tempo e se destacaram na vida pública, envolvendo-se em feitos políticos e militares consagrados pela história de seus países. E, sobretudo, trata-se de personagens de origem popular, sendo esta característica uma importante dimensão constantemente realçada em muitas narrativas que buscaram homenageá-las e imortalizá-las. Ao se referir às "heroínas francesas", o autor remonta essencialmente ao período revolucionário de finais do século XVIII:

> "Assim nós vemos entre os bustos venerandos de toda essa Assembléia Francesa, nos tempos sanguinolentos da grande Epopéia social, que reformou o mundo pelo exemplo e pela palavra, surgirem vultos de mulheres, notáveis pela grande influência que exerceram pelo seu devotamento, e pela sua fé gloriosa.
>
> *Carlota Corday* [Charlotte Corday] pela inspiração patriótica sobe a guilhotina – foi-lhe a morte sublime nesse martirológio [sic] sagrado de uma nova religião!
>
> *Madame Roland*, cuja coragem concorreu para erguer o altar do futuro, é recebida pelos *Jacobinos* como um dos seus membros ilustres.
>
> *Theroigne de Mirecourt* – a Joana d'Arc impura da praça pública – como a crismou *Lamartine*, vindo a Paris atraída pela Revolução Francesa, ai mostrou prodígios de valor – foi a primeira que subiu à torre no assalto da Bastilha! [...]
>
> Olímpia de Gouge [Olympe de Gouges] fundando o direito das mulheres bem o disse: '*Elles ont bien le droit de monter à la tribune, puis qu'elles ont cellui de monter à l'echafaud.*'
>
> Parodiando suas palavras nós diremos '*As mulheres têm o direito de se iniciarem nos destinos da pátria, visto como tem o dever de contribuir com seus filhos para a guerra.*'"[77]

Recuando ainda mais na história da França, em outra passagem do livro é feita uma nova referência a uma importante mulher do período medieval. Ao defender Jovita da acusação de agir irrefletidamente, o autor fluminense afirma que "também *Joana d'Arc*, foi considerada como uma *louca* pelo Sr. de *Beaudricourt* quando seu tio *Durand* a apresentou comunicando a sua resolução."[78]

Cabe aqui uma brevíssima apresentação das personagens citadas. Marie Gouze, depois conhecida como Marie-Olympe de Gouges, ou simplesmente Olympe de Gouges foi uma jornalista, escritora e uma entusiasta revolucionária. Durante a Revolução Francesa, defendeu arduamente os direitos das cidadãs francesas (direitos

[77] *Ibidem*, pp. 30 e 31.
[78] *Ibidem*, p. 43.

civis, como o divórcio, e direitos políticos).[79] Morreu guilhotinada em 1793. Quanto a Anne-Josèphe Théroigne de Méricourt, também chamada de Lambertine, foi uma mulher de destacada atuação pública nos anos revolucionários franceses, tendo participado de episódios importantes como a Tomada da Bastilha e do cortejo que foi a Versailles para buscar o casal real e conduzi-lo sob custódia a Paris. Manon Roland, ou Jeanne Marie, ou Manon Phlipon, ou simplesmente Madame Roland foi entusiasta defensora dos ideais republicanos, tendo escrito em jornais sobre temas relacionados à República. No ano de 1793 morreu na guilhotina.[80] Marie-Anne-Charlotte de Corday d'Armont era uma mulher resoluta. Foi responsável pelo assassinato do publicista Jean-Paul Marat, tendo alegado como motivação para o crime a necessidade de conter as violências civis que vinham se desenvolvendo na França. Considerava que assim estaria contribuindo para salvar o seu país da guerra civil. Também morreu guilhotinada em 1793.[81] Joana d'Arc foi a "heroína francesa" da Guerra do Cem Anos. Ela era uma jovem pastora humilde e analfabeta que, julgando-se imbuída de uma missão, apresentou-se ao rei Carlos VII pretendendo conduzir o exército do monarca à vitória. À frente de tropas do rei, recuperou a cidade de Orléans e obteve outras conquistas militares importantes. Capturada durante uma campanha, acabou condenada à fogueira em 1431 após um processo organizado por parte da Igreja encabeçada pelo cardeal de Winchester.[82] No século XIX, aquela que viria a ser canonizada (em 1920) passou a ser conhecida como a mulher que doou a vida pelo país, tornando-se padroeira e símbolo da nação francesa.

Todas as mulheres aludidas pelo autor fluminense haviam praticado atos de grande bravura e abnegação, apresentando uma atuação destacada na vida pública. Mas vale ressaltar que no livro *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa*, as personagens citadas surgem dissociadas de qualquer elemento controverso ou inconveniente. Apego a idéias republicanas, radicalismos, assassinatos ou conspirações constituem temáticas omitidas no texto. Quando uma sentença de morte é mencionada

---

[79] Olympe de Gouges também escreveu uma peça com teor marcadamente anti-escravagista, *L'Esclavage des Nègres*, obra na qual denunciava os vícios e horrores da escravidão. Essa informação não consta na narrativa realizada pelo autor fluminense, omissão bastante sugestiva.

[80] Alguns dados sobre estas francesas podem ser obtidos numa historiografia de caráter mais tradicional, que, ademais, revela uma forma nacionalista de apropriação das imagens e memórias das heroínas da Revolução Francesa. Para tanto, ver: MICHELET, Jules. *Les femmes de la Révolution*. Paris: Carrère, 1988.

[81] Ver: PIRES, Francisco Murari. "Charlotte Corday. O Anjo do Assassinato". Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/antigosmodernos/revolutions/francesa/corday/cordaymarat.html>.

[82] Ver: MICHELET, Jules. *Joana d'Arc*. São Paulo: Editora Imaginário/Polis, 1995.

(como é o caso Charlotte Corday), não são reveladas as razões que conduziram a sentenciada a este final trágico. Essas mulheres francesas são evocadas, sobretudo, na condição de representantes de valores morais, como retidão e constância. Dessa maneira, Jovita é associada à intrepidez de Théroigne de Méricourt; ao denodo de Olympe de Gouges por buscar ampliar os espaços de participação feminina; à coragem e abnegação de Madame Roland, que deu a vida por uma causa coletiva elevada; ao destemor e perseverança de Joana d'Arc que teve de superar até mesmo a desconfiança de seus compatriotas para poder servir a seu rei; e ao desapego e altruísmo cívico de Charlotte Corday, que renunciou à própria vida a bem de pátria.

Em outro excerto afirma-se que os mesmos feitos de bravura praticados pelas francesas certamente seriam executados pelas mãos da brasileira Jovita Alves Feitosa. "Não era pois de admirar que *Jovita* com o desinteresse com que se atirava às lutas duma campanha, produzisse atos de valor na qualidade de sargento. – Houve também na Bastilha uma mulher que seguiu para a guerra como capitão de artilharia."[83]

A história brasileira também possuía exemplos de heroísmo feminino dignos de nota.

> "No Brasil, além dos nomes célebres das mulheres heroínas dos tempos coloniais [o autor refere-se, em nota, à Guerra dos Holandeses], existe ainda bem rica na memória do povo essa figura majestosa da *mineira* [?] que na revolução de 42 sagrava com seu ósculo de mãe a fronte de seus filhos *rebeldes*, e com eles caminhava aos campos da Batalha!"[84]

Em outro fragmento, recorda-se o exemplo da "heroína da independência" brasileira, e em tom de expectativa registra-se: "Talvez que a nossa voluntária faça atos de bravura, e qual outra Maria Quitéria de Jesus, da guerra da independência na Bahia, venha a merecer, como aquela mereceu do primeiro reinado, uma banda de oficial e a venera de uma ordem honorífica."[85] A história de Jovita guarda algumas semelhanças com a trajetória e a vida de Maria Quitéria (aliás, seria a heroína baiana da independência uma referência que teria inspirado Jovita?). Maria Quitéria nasceu na Bahia em 1792. Aos nove anos ficou órfã de mãe, e paulatinamente começou a desenvolver um estilo de vida "independente", não atrelado aos rigores da tradicional educação feminina. Ao tomar conhecimento do movimento pró-independência, a jovem baiana decidiu-se por aderir voluntariamente àquela causa. Agindo em contrariedade à

---

[83] [SEM AUTOR]. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1865, p. 32.
[84] *Ibidem*, p. 30.
[85] *Ibidem*, pp. 14 e 15.

vontade paterna, a garota cortou os próprios cabelos e, trajando uma farda emprestada pelo cunhado, alistou-se no Regimento de Artilharia disfarçada de homem. Mesmo depois de revelada sua verdadeira identidade, Maria Quitéria foi aceita no Batalhão dos Periquitos, participando de várias batalhas e destacando-se pela habilidade no manuseio das armas e bravura com que combatia os inimigos portugueses. A fama de Maria Quitéria rapidamente cresceu, sendo ela aclamada como heroína do Exército Libertador e recebendo pessoalmente das mãos do Imperador Dom Pedro a insígnia dos Cavaleiros da Imperial Ordem do Cruzeiro. Faleceu em 1853, aos 61 anos, quase cega e em condições materiais bastante modestas.[86]

A exemplo das mulheres da Revolução Francesa que deixaram suas imagens registradas "entre os bustos venerandos da Assembléia da França", o autor fluminense pretende que Jovita Alves Feitosa também passe a figurar no panteão dos heróis nacionais. Nesse sentido, a jovem recruta é investida de nobres e elevados valores morais e cívicos: patriotismo, coragem, determinação, constância e abnegação. E se o caráter de Jovita é exaltado, também devem ser glorificados os seus feitos. Daí narrarem-se em clima apoteótico as ações e posicionamentos de Jovita, da partida de Jaicós até sua chagada à Corte. E assim, tal qual Joana d'Arc, que passou para a história como mulher que enfrentou a incredulidade e com perseverança defendeu sua pátria, tornando-se depois de morta emblema da França livre, também Jovita, a despeito das dificuldades que se lhe apresentavam, surge como mulher disposta a todos os sacrifícios para afastar as ameaças impostas por inimigos externos. E ao aproximar o exemplo da jovem cearense à história de Maria Quitéria e de outras mulheres heróicas brasileiras, o autor fluminense parece construir uma "linhagem de heroínas nacionais". Em outras palavras, o autor fluminense dá a sua contribuição para a construção do panteão de heroínas brasileiras que glorificam a história nacional, e desse modo adota uma posição semelhante àquela de Joaquim Norberto de Souza e Silva, que em 1862 publicou o seu livro *Brasileiras célebres*, obra que pretendia "fazer justiça", imortalizando e difundindo as histórias de "mulheres nacionais" que se distinguiram pelas virtudes ou pelos feitos bélicos e que, por suas ações e valores, engrandeceram o Brasil.[87] Desse

[86] Ver verbete em SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (org.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

[87] O trabalho *Brasileiras célebres* representava, em essência, uma contribuição no sentido de elaborar uma versão da história nacional e de suas personagens femininas ilustres, e com esta narrativa almejava-se ajudar a composição de uma identidade própria do país. O texto agrupa suas "personalidades memoráveis" em quatro categorias distintas, quais sejam: moças que se destacaram nas "Guerras brasílicas" (Dona Clara Camarão, Dona Maria de Souza, Dona Rosa de Siqueira e Dona Maria Úrsula);

modo, se no século XIX criaram-se importantes narrativas nacionais, *Traços biographicos* representa mais um esforço no sentido de inserir as mulheres nessa história gloriosa da pátria.

Por fim, cabe registrar que no processo de representação de Jovita, o autor fluminense realiza uma reflexão sobre as razões que teriam levado a jovem cearense a se alistar. Embora Jovita tenha declarado em diversas ocasiões que sua decisão de se fazer incorporar ao exército tenha se dado exclusivamente em função de comprometimento com o país e em sinal de solidariedade aos brasileiros vitimados pelos ataques paraguaios, algumas pessoas, à época, desconfiavam que as "motivações reais" fossem outras. Muitos da sociedade patriarcal brasileira do século XIX não poderiam conceber que uma jovem mulher adotasse comportamentos tão extremados inspirada unicamente por valores patrióticos. Por isso, lançavam suspeitas de que o gesto da moça ocultava razões afetivas ou revelava a falta de razão. Assim, alguns acreditavam que o disfarce e a tentativa de alistamento atestava que Jovita era, na verdade, uma pessoa movida por impulsos ou mesmo desprovida de juízo pleno. Outros suspeitavam que a ansiedade por partir para o território paraguaio demonstrava que a jovem apenas teria interesse em seguir algum rapaz, algum voluntário em campanha por quem ela estaria apaixonada. Incapaz de suportar as dores de uma paixão interrompida, Jovita teria, de modo irrefletido e irresponsável, adotado a firme resolução de se alistar como Voluntário da Pátria, a única saída que lhe teria ocorrido para se deslocar para o sul, buscando assim juntar-se ao grosso das tropas, sempre determinada a reencontrar seu amado.[88] Na percepção dessas pessoas céticas, Jovita seria, portanto, apenas a

---

brasileiras que se projetaram no campo da religião (Josepha de San José, Beata Joana de Gusmão e Irmã Germana); mulheres nacionais que se sobressaíram pelo "gênio e glória" (Dona Rita Joana de Souza, Dona Ângela do Amaral, Dona Grata Hermenelinda, a filosofinha e Dona Delfisa da Cunha, a poetinha); e senhoras baianas que obtiveram realce nas lutas pela pátria e pela independência (Joana Angélica, a freira mártir e Dona Maria de Medeiros, a Maria Quitéria). Cf. SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Brasileiras célebres*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.

[88] Essa hipótese de que Jovita não teria se alistado por razões patrióticas mas sim em função de uma paixão secreta possui algumas inconsistências. Como mencionado anteriormente, a ordem expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra proibia Jovita de seguir para o Paraguai na condição de praça, mas manifestava expressamente que não existia nenhum impedimento em prosseguir para a República vizinha com a intenção de lá prestar serviços de apoio aos corpos em campanha, ou, nos termos do documento oficial, realizar "os serviços compatíveis com a natureza do seu sexo". Se o interesse do Jovita fosse se manter próxima a algum amante, ela talvez alcançasse seu intento partindo para o Paraguai na condição de enfermeira, algo semelhante ao que se passou com Ana Justina Ferreira Neri, que desejava permanecer em contato com seus três filhos e demais parentes. Mas essa não era a vontade de Jovita. Ela chega a manifestar taxativamente que seu desejo é tomar parte nos combates. "Eu tenho muita raiva dos Paraguaios, queria ir para a guerra para matar essa gente; mas não me querem – enjeitaram-me." E quando indagada se aceitaria seguir para o teatro de operações na condição de enfermeira para prestar "os serviços próprios do seu sexo", Jovita lamenta, queixa-se e acaba refutando a proposta. "Não, nesse caso não vinha, podia ficar na minha terra, onde faria tudo isso [...]." Ver: [SEM AUTOR]. *Traços*

sombra de um homem, tendo suas vontades e atitudes pautadas pelo universo masculino.

Já no interrogatório realizado em Teresina pelo chefe de polícia da província José Manoel de Freitas, revelam-se as suspeitas que se desenvolveram em alguns sobre as razões para o alistamento da garota cearense. Segundo o texto do referido interrogatório:

> "Perguntado se não era amasia de algum dos voluntários com que veio [da vila de Jaicós à capital Teresina]? Respondeu que não tinha relações com esses homens, e que os acompanhou somente porque vinham também para a capital, tendo por muitas vezes declarado-lhes, quando indagaram da sua viagem – que se ia apresentar como voluntária da pátria."[89]

O próprio Presidente da Província do Piauí, Franklin Américo de Menezes Doria, somente consentiu na incorporação de Jovita após serem afastadas algumas suspeitas:

> "O presidente desta Província [Franklin Doria], depois de se convencer de que a sua resolução [de se alistar] não era filha de uma loucura nem pretexto para encobrir um ilícito amor, a mandou alistar com a graduação de 2º sargento, em cujo posto com facilidade se exercitou, e dizem ser o sargento do corpo que está mais prático nos manejos das armas."[90]

É bem verdade que ao repercutir tais suspeitas (que pairavam entre alguns segmentos da sociedade) em sua narrativa, o autor fluminense voluntaria ou involuntariamente acaba por apequenar a figura de Jovita que vinha sendo agigantada. Até mesmo o autor chega a lançar dúvidas sobre as reais intenções de sua heroína cearense: "Procurando-a no seu aquartelamento tivemos por fim estudá-la; e mesmo ver se conseguíamos o segredo que a moveu nessa resolução inabalável [de partir para a guerra]."[91]

Em estudo sobre a participação das mulheres na guerra de independência de Nova Granada, as historiadoras Maria Ligia Coelho Prado e Stella Maris Scatena Franco afirmam que, no século XIX, era comum em narrativas biográficas latino-americanas consagradas a mulheres com atuação política que se realizasse uma associação entre as figuras femininas e as masculinas, ou melhor dito, uma associação entre as disposições femininas e os propósitos e causas tidas como próprias do universo masculino. Desse modo, a vida pública dessas mulheres comumente vinculava-se a

---

biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1865, p. 25.

[89] *Ibidem*, pp. 17 e 18.

[90] *Ibidem*, p. 35.

[91] *Ibidem*, p. 24.

algum homem, fosse ele noivo, marido ou irmão. Ademais, nesses textos, a dimensão sentimental sempre estaria à espreita, a induzir as ações das mulheres:

> "Estas representações [sobre a vida pública feminina associada a figuras masculinas] nos remetem a uma reflexão a respeito das questões de gênero. A despeito de ter inegavelmente exercido um papel em âmbito público, Manuela [Sáenz] é na maior parte das vezes lembrada como 'a amante de Bolívar'. No discurso construído a respeito da personagem, o que desponta com toda a força é o seu lado sentimental, não sendo os seus atos entendidos propriamente como decisões e ações deliberadas da personagem na construção de sua própria atuação política. [...]
>
> Podemos entender este tratamento como a reprodução de uma tendência que tradicionalmente atrela a mulher à esfera privada, sendo esta, supostamente, uma ligação demarcada pela 'natureza feminina'. Este traço pode ser visto como uma forma de dominação simbólica que se apresenta freqüentemente no discurso masculino. [...]"[92]

Seja como for, o autor fluminense não deixa de defender sua "heroína" dos ataques que recebera. Chama os detratores da moça de levianos, preconceituosos e ignorantes, pessoas que expressaram suas opiniões de maneira irrefletida e motivadas pela surpresa, pelo pasmo. Assim, o último capítulo de *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa* é consagrado à defesa da recruta cearense, quando, de modo enfático, em longa passagem, afirma-se:

> "Entretanto, pobre mulher! Não deixaram de aparecer seus preconceitos!
>
> Muitos, ignorando qual o verdadeiro lugar que nestes acontecimentos te deviam dar, não quiseram acreditar que um ajuntamento de causas naturais, combinadas pela mão da Providência, produzisse tamanho civismo! Procuraram inverter as altas aspirações que te impeliram para o centro dos perigos.
>
> Quiseram negar-te essa alma generosa, depurada num sentimento grandioso!
>
> Mas, debalde! – A alma que te ilumina é como a luz que brota espontânea das regiões ocultas do infinito para infundir-se deslumbrante pelo espaço além.
>
> O que te faltava pois?
>
> És moça, tens a alma dos 18 anos, o vigor do sangue, e a imaginação ardente da mulher do Norte, que concebe e realiza por paixão. [...]
>
> Qual pois o móvel que te guiou?
>
> Seria o amor ultrajado? [...]
>
> Como quer que seja, se algum motivo estranho te inoculou tamanha coragem, ainda assim és digna de toda a admiração da posteridade.
>
> Suspendamos, porém, o nosso juízo, neste ponto, e perdoemos aos *levianos*.

---

[92] PRADO, Maria Ligia Coelho & FRANCO, Stella Maris Scatena. "A participação das mulheres na independência de Nova Granada: gênero e construção de memórias nacionais", in. PAMPLONA, Marco A. & MÄDER, Maria Elisa (org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, pp. 201 e 202.

> – É que eles se maravilharam com a grandeza da ação, e, covardes, atordoaram-se por assim dizer com este heroísmo de uma moça de 18 anos, e com a severidade com que ela afrontou sempre tamanhas dificuldades."[93]

Oriunda de terras distantes, do seio das massas populares, Jovita Alves Feitosa permanecia consagrada como heroína nacional nas palavras e representações elaboradas pelo autor fluminense.

A controvérsia em torno da história de Jovita e as posições sobre o espaço ideal conferido às mulheres

De modo geral, é possível afirmar que as representações referentes à Jovita buscavam construir a figuração de um ideal de solidariedade nacional e de fervor patriótico, e esta figuração se prestava a compor uma "identidade guerreira" da pátria e ainda a insuflar os ânimos dos brasileiros no contexto da guerra contra o Paraguai. Pedro Paulo Soares e Johny Santana de Araújo, que se dedicaram em suas pesquisas a estudar a produção da imprensa brasileira durante a Guerra da Tríplice Aliança, abordaram com bastante propriedade a repercussão das proezas de Jovita nas páginas de periódicos. Para eles, a história da jovem cearense serviu como uma espécie de chamariz, um exemplo atraente de ufanismo que foi oportuna e amplamente divulgado com o propósito de difundir um sentimento patriótico e, como conseqüência, ampliar as bases sociais para arregimentação de voluntários. Johny Santana de Araújo vai ainda mais longe e afirma que Antonia Alves Feitosa representou um "elemento de propaganda" bastante conveniente ao grupo dirigente imperial. Particularmente interessado no cenário piauiense, este historiador afirma que:

> "A divulgação da guerra e a propaganda para instituir o alistamento foram amplamente disseminadas pelo Governo Provincial; um dos exemplos de propaganda refere-se à construção da imagem de grande patriota de uma Voluntária da Província do Piauí, chamada Jovita Alves Feitosa. Essa imagem foi exaustivamente trabalhada pela mídia da época, estabelecendo um estereótipo ideal de heroína nacional."[94]

Para além dos textos de jornais, o livro *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy* constitui mais uma obra que se propunha a difundir ufanismo a partir da imagem apologética e de exaltação ao comportamento destemido e nacionalista da jovem recruta cearense. E

---

[93] [SEM AUTOR]. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1865, pp. 42-45.
[94] ARAÚJO, Johny Santana de. *Op. cit.*, p. 15.

trabalhando aquela história inusitada e entusiasmante de "mulher guerreira", o autor fluminense não deixa de realçar a origem popular de sua heroína. Construía, assim, um símbolo que se prestava a enfatizar a idéia de solidariedade nacional e ao mesmo tempo procurava induzir os demais compatriotas à ação, ou seja, ao recrutamento espontâneo que garantiria a defesa dos supostos interesses brasileiros. É possível afirmar também que a origem popular de moça fervorosamente patriótica fornecia elementos para a construção de um discurso que parecia escamotear as divisões sociais, que restavam ocultadas por trás de um verniz nacionalista num texto em que predominava o apelo à comunhão de todos os brasileiros a se unirem em torno dos interesses do país. Para tanto, o caso de entrega e comprometimento de Jovita se tornava uma espécie de exemplo exótico e empolgante sabiamente manipulado por indivíduos do grupo dirigente, como atesta a declaração do capelão militar Domingos Elias da Costa Morais, que em discurso diante das tropas, realça a dimensão modelar da heroína que merece ser celebrada e imitada enquanto ato de bravura e patriotismo: "Bravos do Piauí! [...] Acompanha-os uma heroína. [...] Sim piauienses, esta passagem, virgem nos anais de um povo novo, seja um estímulo para vós."[95] Contudo, além da origem popular, havia ainda a problemática questão de gênero a acompanhar toda esta história. Assim, não tardaram a surgir as notas dissonantes de crítica e contestação aos atos da surpreendente voluntária.

À medida que a façanha de Antonia Alves Feitosa passava a se tornar mais conhecida do público, as pessoas começaram a se posicionar e a expressar suas opiniões a respeito das ações e condutas da jovem cearense e das implicações de suas atitudes. Por existirem juízos divergentes, um acalorado debate travou-se nas páginas da imprensa, colocando de um lado aqueles que apoiavam a garota e as autoridades que haviam permitido o seu alistamento e, de outro, aqueles que se questionavam sobre possíveis "razões subjacentes" a motivar o alistamento de Jovita, criticando também as autoridades que haviam consentido no recrutamento de mulheres.[96] Por meio de notas publicadas nos periódicos, alguns leitores manifestavam seu apoio, encorajando a jovem voluntária a prosseguir em seu intento. Outros se deslumbravam com o exemplo de abnegação e com a demonstração de patriotismo vinda de uma mulher. Chegavam

[95] Discurso publicado pelo periódico *A Imprensa*, 09/09/1865 (transcrevendo *O Paiz*, de São Luis), *apud* CHAVES, Joaquim. *Op. cit.*, p. 131.

[96] Para referências a esse debate entre leitores realizado por meio da imprensa, ver SOARES, Pedro Paulo. *Op. cit.*, pp. 110-112; ver também ARAÚJO, Johny Santana de. *Op. cit.*, pp. 104-109; ver ainda MATOS, Kelma. *Op. cit.*, pp. 18-24.

mesmo a questionar as razões para alguns oficiais ainda se manterem inoperantes em território brasileiro num momento em que até senhoras passavam a dar demonstrações de disposição para a luta. Havia também aqueles que respondiam às acusações de que o alistamento de Jovita representava um demérito, uma demonstração de fraqueza dada pelo país por incorporar mulheres às fileiras do Exército quando apenas homens estariam aptos a dar as verdadeiras provas de força e valor. Assim, no dia 15 de setembro de 1865, um leitor que assina com o pseudônimo "Um que já foi militar" registrou nas páginas do *Jornal do Commercio*:

> "[...] Jovita não se acha nas fileiras de nosso exército porque seja preciso, mas sim para deixá-la provar que é Brasileira, e que, muito embora mulher, não deixa por isso de ser patriota e de querer também erguer seu braço contra o malvado Paraguai. Julgo que não deve ser esse o motivo para ser censurado o governo, porque quando na Europa chegar a notícia de que no Brasil uma mulher marchou para os campos de batalha, deverá chegar também a de que essa mulher foi, não porque faltassem brasileiros para defender a pátria, mas sim porque ela pediu para que lhe deixassem descarregar um golpe, ao menos contra aquele que insultou a sua nação."[97]

Existia ainda quem se entusiasmasse com a alta carga simbólica vinculada à figura de Jovita. Percebiam que sua história trazia em si um significativo potencial político e não hesitavam em manifestar suas esperanças de que o alistamento inusitado pudesse difundir um sentimento de patriotismo entre os brasileiros ou mesmo agitar as campanhas de recrutamento, possibilitando um incremento no número de Voluntários da Pátria que ingressavam espontaneamente nas fileiras do Exército. Foi neste sentido que se expressou um leitor anônimo do periódico *Correio Mercantil* ao registrar nas páginas da edição de 12 de setembro de 1865 a seguinte declaração ufanista:

> "Acha-se entre nós, acompanhando seus co-provincianos que lá vão ao campo de guerra defender os brios nacionais, a brasileira Jovita Alves Feitosa, que com seu belo exemplo animará novos protestos de amor às coisas do país."[98]

Mas havia também aqueles que não viam com bons olhos o alistamento de Antonia Alves Feitosa. Uns desconfiavam das reais motivações da moça e julgavam que não era sincera a demonstração de patriotismo dada pela cearense. Por isso, em suas manifestações e textos imputavam o alistamento a uma suposta paixão secreta. Outros, talvez impelidos por orientação e/ou simpatias político-partidárias, faziam uso da polêmica história de Jovita para atacar o Presidente da Província do Piauí, Franklin

---

[97] *Jornal do Commercio*, 15/09/1865, *apud* ARAÚJO, Johny Santana de. *Op. cit.*, pp. 108 e 109.
[98] *Correio Mercantil*, 12/09/1865, *apud* SOARES, Pedro Paulo. *Op. cit.*, p. 109.

Américo de Menezes Doria, classificando de temerária a decisão do político ao acolher a jovem mulher. Existiam ainda aqueles que invocavam a diferença entre os gêneros e associavam as mulheres ao espaço privado, reservando a esfera pública aos homens. Desse modo, consideravam que a presença feminina entre as fileiras das forças armadas poderia ofender os brios dos soldados e desmotivá-los. Poderia ainda inibir outros jovens a se alistar voluntariamente e, em face de tudo isto, acabaria por expor o país a constrangimentos internacionais. Tais indivíduos consentiam, no máximo, que as mulheres pudessem partir para o teatro de guerra na posição de enfermeiras ou em alguma condição de suporte ao Exército, de modo a executar atividades de apoio às tropas, mas jamais atuando na frente de batalha. Essa posição é defendida por um leitor anônimo que assina com suas iniciais (J.M.C.) uma nota publicada pelo *Jornal do Commercio* do dia 14 de setembro de 1865:

> "A heroína brasileira
>
> A ofensa mais grave à dignidade dos homens que se prezam e à daqueles que militarão é sem dúvida a presença de jovem Jovita Alves Feitosa nas fileiras do segundo batalhão de voluntários do Piauí. Custa crer, porém esse fato infelizmente deu-se, e na atualidade houve um presidente de província que aceitou semelhante oferecimento dessa senhora; e ainda mais, para galardoá-la mandou dar-lhe o posto de sargento. Desejávamos que o presidente do Piauí nos dissesse em que se firmou para fazer semelhante aceitação e conferir-lhe o posto que mencionamos. [...]
>
> Nos exércitos em campanha, muitas mulheres, quer de soldados ou não acompanham e prestam, reunidas a eles, serviços úteis como sejam lavar, cozinhar e engomar a roupa das praças. A mulher poderá servir quando muito para fornecer um ou outro cartucho, um ou outro cantil d'água em ocasião de fogo, ao soldado que peleja; mas não poderá jamais lançar mão de um sabre e bater-se quando se apresentam as ocasiões."[99]

As discussões e posicionamentos conflitantes não se davam exclusivamente pela imprensa. O jovem oficial Alfredo d'Escragnolle Taunay, enquanto marchava em direção ao território ocupado de Mato Grosso, ao tomar conhecimento da história de Jovita, não deixou de emitir sua opinião a respeito da moça de maneira um tanto quanto irônica:

> "Chegaram os retratos do Viegas, o meu antigo inspetor [do Colégio Pedro II], e da interessante Jovita que me pareceu muito engraçada nos seus trajes de primeira Sargenta.
>
> Entretanto Polidoro, como homem de muito juízo e bom senso, fez muito bem não consentindo na partida daquela patriota como soldado. O papel de enfermeira para a

[99] *Jornal do Commercio*, 14/09/1865, *apud* ARAÚJO, Johny Santana de. *Op. cit.*, pp. 106 e 107.

> mulher que queira dedicar-se é o mais elevado e nobre possível; concilia a dedicação e a conveniência, a abnegação e a dignidade. A piauiense devia considerar tudo isto e em lugar de seus instintos belicosos, lembrar-se de que para uma mulher é mais nobre sanar feridas do que as abrir."[100]

Neste fragmento de uma carta endereçada à irmã, Taunay se refere ao decreto de 16 de setembro de 1865 do então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra que fazia notar a impossibilidade de mulheres serem incorporadas ao Exército, manifestando o jovem oficial sua plena concordância com a decisão tomada pelo General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. As palavras da correspondência expressam, de certo modo, os valores conservadores de orientação patriarcal que predominavam em um expressivo segmento da sociedade brasileira. E essa não seria a única vez que Taunay faria alusão às mulheres no contexto da Guerra do Paraguai. Alguns anos após o término do conflito, ele ainda relembrava com certo desprezo que

> "[...] não poucas farpelas seguiam a coluna [da expedição brasileira enviada ao Mato Grosso], vindas de São Paulo e Ouro Preto, ou saídas de Uberaba, em geral muito feias, quase repulsivas, com exceção apenas de três ou quatro, que tinham pitorescos apelidos: *Francesa* (ruiva, sardenta e bochechuda), *Sol da China*, *Buscapé*, a mais viva e espirituosa de todas, e outras. Mais de duzentas dessas pobres coitadas lá iam aos trambolhões pela imensa estrada afora, algumas carregadas de crianças, desgraçadas amasias ou legítimas esposas de soldados."[101]

Na célebre narrativa *A retirada da Laguna*, Taunay volta a fazer algumas alusões pontuais a personagens femininas que acompanhavam as tropas da Campanha de Mato Grosso, e suas posições são praticamente idênticas: salvo uma ou outra brasileira que se destacava por atos de bravura, eram todas as demais "miseráveis", "medrosas" e de "comportamento desprezível".[102]

E a posição de Taunay não representava uma voz isolada. Outro combatente, André Rebouças, registrou uma nota no seu diário em que expressava sua

---

[100] Carta do Visconde de Taunay de 21 de outubro de 1865, in. TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle Taunay, (Visconde de). *Cartas da Campanha de Mato Grosso: 1865-1866*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar/Instituto de Geografia e História Militar, 1944, p. 119. Nesta mesma correspondência, Taunay chega a associar a repercussão da história de Jovita a um suposto "golpe comercial", afirmando que "merecem não este título [de tolos] mas o de refinados tratantes os que exploram este novo meio de ganharem dinheiro vendendo polcas, fotografias etc. Estou certo de que o Garnier [B. L. Garnier, livreiro editor] anunciou, para aproveitar a influência, algumas histórias de Joana d'Arc que talvez alguns basbaques compraram para estudar o tipo de Jovita."

[101] *Idem*. *Memórias*. São Paulo: Iluminuras, 2005, p. 186

[102] Ver: *Idem*. *A retirada da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 148 e pp. 186-187.

contrariedade quanto à presença de mulheres junto às tropas. Lamentando os inconvenientes causados pelo elemento feminino, comentava com desdém e deboche:

> "Nada mais cômico do que o embarque dessa pobre Boemia feminina, que há 6 dias não abandona as três Pontes nem mesmo à noite, anelando e precipitando o momento de embarcar e de se ir reunir ao Exército!
>
> As mulheres levam quase sempre ao ombro 2 ou 3 caturritas (periquitos) e à cabeça barracas, utensis [sic] de cozinha, etc., seus maridos ou protetores as seguem levando, de envolta com o armamento e equipamentos, objetos que com eles formam os mais ridículos contrastes!"[103]

Na crônica jornalística, até mesmo Machado de Assis deixou transparecer posições tradicionais a respeito do espaço ideal de atuação das mulheres. Em texto publicado no *Diário do Rio de Janeiro* no dia 07 de fevereiro de 1865, o autor que viria a se consagrar como o grande nome da literatura nacional procurava dedicar algumas palavras de inspiração e motivação às "damas" brasileiras, buscando assim incorporá-las aos esforços de guerra:

> "Já falei dos voluntários; já consagrei algumas palavras de homenagem aos corações patrióticos que, na hora do perigo, se esqueceram de tudo, para correr em defesa da pátria. Mas nada escrevi a respeito das damas, e quero hoje reparar a falta, começando por aí, e dedicando às damas estas humildes colunas."[104]

Muito embora Machado de Assis empenhe-se em consagrar algumas palavras às "damas", buscando incorporá-las também aos esforços e à atmosfera e de guerra que imperava na época, suas palavras não deixam de revelar a posição secundária que se desejava ver conferida às mulheres. Assim, de acordo com o escritor, o nascimento naturalmente determinava quais tarefas estavam interditadas às senhoras. Mas, por outro lado são apresentados os legítimos espaços de participação feminina nos preparativos para os combates (evidentemente a reboque dos homens):

> "Não nascestes para a guerra, isto é, para a guerra da pólvora e da espingarda. Nascestes para outra guerra, em que a mais inábil e menos valente vale por dois Aquiles. Mas, nos momentos supremos da pátria, não sois das últimas. De qualquer modo ajudais os homens. Uma, como a mãe espartana, arma o filho e o manda para a batalha, outras bordam uma bandeira e a entregam aos soldados, outras costuram as fardas dos

---

[103] REBOUÇAS, André. *Diário: a Guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1973, p. 125.

[104] ASSIS, Machado de. Crônica de 07 de fevereiro de 1865 publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, *apud* MAGALHÃES JR., Raimundo. "Machado de Assis e a Guerra do Paraguai", in. *Machado de Assis desconhecido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955, p. 42.

valentes, outras dilaceram as próprias saias para encher os cartuchos, outras preparam os fios para os hospitais, outras juncam de flores o caminho dos bravos."[105]

Nessa mesma crônica, Machado de Assis chega a censurar o exemplo "aborrecido" das guerreiras amazonas como forma de evidenciar que a presença das mulheres no campo de batalha deveria ser coibida, sendo mais aconselhável às senhoras uma atitude de apoio aos soldados que partiam para a guerra. Tal postura de suporte representaria uma "batalha pacífica" que constituiria o gesto mais nobre e patriótico de dedicação feminina admissível. É bem verdade que Machado de Assis não dirige sua crônica a todas as brasileiras. Ele falava às "damas", às mulheres vinculadas aos grupos dirigentes, e a elas emitia sua conclamação, marcando, assim, as diferenças entre a boa forma de ação patriótica e a forma repreensível das moças mais intrépidas que tal como as já referidas amazonas, "violavam as leis da natureza" para participarem diretamente das batalhas.

Como apontou Maria Teresa Garritano Dourado em seu estudo, um expressivo segmento do grupo dominante da sociedade imperial havia elaborado uma clara distinção entre a expectativa de atuação "das senhoras de respeito" e a expectativa de atuação "das mulheres comuns".[106] Das primeiras almejava-se um patriotismo recatado. Das demais não se esperava praticamente nada. Dessa maneira, alguns veículos de imprensa, em acordo com os valores mais tradicionais da sociedade da época, passaram a enaltecer a imagem circunspecta de outras personagens femininas como forma de celebrar a atuação das mulheres nos esforços de guerra. Exemplo disto foi a repercussão da história da alagoana Rosa Maria Paulina da Fonseca, mãe de Deodoro da Fonseca e de outros seis rapazes, todos eles enviados à guerra. Oriunda de uma família de posses do grupo dominante, ela foi reverenciada por seu gesto de desprendimento, merecendo como homenagem de Machado de Assis o soneto "Cala-te amor de mãe",[107] publicado no periódico *A Semana Ilustrada* em agosto de 1865,[108] no

---

[105] *Ibidem*, pp. 42-43.

[106] Ver: DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis. A presença feminina na Guerra do Paraguai*. Dourados: Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2002. O trabalho de Maria Teresa Dourado propõe uma investigação sobre a atuação das mulheres durante a guerra contra o Paraguai, centrando atenção particularmente em histórias de paraguaias e brasileiras que se viram envolvidas no conflito. Cabe registrar ainda que algumas páginas desta pesquisa são dedicadas à Antonia Alves Feitosa, que é apresentada como uma moça simples que não se inseria nos rígidos padrões de comportamento impostos às "senhoras de respeito". Sobre os apontamentos referentes à Jovita, ver pp. 93-96.

[107] Sobre o soneto de Machado de Assis, ver: PEREGRINO, Umberto. "A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis", in. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: 1966, v. XVI, p. 114. Vale registrar que na crônica anteriormente citada, Machado de Assis deixou evidenciado seu modelo de atuação feminina em tempos de guerra ao evocar como exemplo o caso de Philipa de Vilhena, uma

qual se elogiava o estoicismo e o espírito espartano de entrega dado pela mulher da Província de Alagoas que ofertou seus sete filhos para que estes cumprissem a missão de defender a pátria.[109]

Como se nota, no contexto social no qual apareceu a história de Antonia Alves Feitosa, existiam percepções variadas sobre a participação feminina na esfera pública. De um lado havia aqueles que aprovavam uma presença mais atuante das mulheres na sociedade, entendendo inclusive que a atuação feminina mais arrojada e bravia (como era o caso de Jovita) deveria ser incorporada nas narrativas nacionais, a exemplo do que fez Joaquim Norberto de Souza e Silva ao buscar imortalizar em seu livro *Brasileiras célebres* algumas histórias de "senhoras memoráveis" que teriam se distinguido inclusive no campo de batalha. Mas, por outro turno, havia também aqueles que, orientados por valores conservadores, não admitiam a atuação das mulheres na vida pública, temendo as implicações que esta atuação poderia trazer para a sociedade. Quando muito, tais indivíduos toleravam algumas concessões às mulheres do povo, fazendo-se "vistas grossas" a suas atitudes de "impertinente insubordinação". Mas no geral não era admitida a participação autônoma de mulheres ligadas aos grupos dirigentes na esfera pública. Nessa ótica, às damas apenas era conferido o direito de atuarem na condição de apêndice, de suporte aos homens. Mesmo no difícil momento de guerra, quando as instituições estatais da nação cobravam de seus cidadãos provas de apego à pátria, o compromisso exigido das mulheres era particular, secundário. Desse modo, o exemplo de patriotismo feminino lícito era recuperado no passado clássico, de onde se invocava o modelo da mulher espartana que cumpria basicamente o papel de criar seus filhos com valores rígidos, preparando-os para alguma guerra que não tardaria a chegar.

Inserida nesse quadro de concepções conflitantes sobre a posição da mulher na sociedade brasileira, a história de Antonia Alves Feitosa acabou se prestando para acirrar as discussões em torno desta temática. Gradualmente começou a ganhar força um grupo de pessoas com valores conservadores que expressavam seu temor em

---

aristocrata portuguesa, Marquesa de Atouguia, que se notabilizou e tornou-se símbolo do patriotismo lusitano ao dotar seus dois filhos de armas e enviá-los à guerra de Restauração de Portugal. Trata-se, evidentemente, de uma história que se aproxima bastante daquela vivida por Rosa Maria Paulina da Fonseca.

[108] O poema em homenagem à Rosa Maria Paulina da Fonseca ainda se fazia acompanhado por uma alegórica gravura que retratava a mãe alagoana rodeada por seus sete filhos. Ver SOARES, Pedro Paulo. *Op. cit.*, p. 96.

[109] De todos os sete rapazes, três jamais retornaram ao Brasil. São eles: Affonso Aurélio da Fonseca, Hyppolito Mendes da Fonseca e Eduardo Emiliano da Fonseca.

relação ao exemplo manifesto em Jovita. Estes indivíduos registravam de modo cada vez mais enfático o seu repúdio no tocante à aceitação da figura da jovem recruta, alertando para os aspectos "mais perniciosos" da imagem de uma mulher no Exército. Eles negavam veementemente a idéia de que pudesse haver participação de brasileiras na vida pública. E no caso de Jovita, se recusavam a ver em seus atos qualquer espécie de motivação inspirada por valores cívicos. Agiam dessa maneira buscando preservar o seu mundo de transformações imprevisíveis, e procuravam, assim, isolar a história da voluntária, numa tentativa de evitar que o exemplo da jovem viesse a inspirar outras moças a seguir seus passos de bravura e independência. Esse temor foi expressamente registrado em nota redigida por um indivíduo já mencionado anteriormente, que assina com as iniciais de seu nome (J.M.C.) um texto publicado no *Jornal do Commercio* do dia 14 de setembro de 1865:

> "Não nos admira que o presidente do Piauí a aceitasse e a fizesse marchar para esta corte; não nos admira ainda que os especuladores a façam apresentar-se nos teatros, cobrindo-a de flores, bravos e palmas; não nos causa admiração que a abnegação dela fosse tanta que deixasse seu pobre pai e tenros irmãos por amor à pátria; nada disso nos faz admirar; o que unicamente admiraremos é que o Exmo. Sr. ajudante general do exército consinta que essa heroína marche para o teatro da guerra. Foi um oferecimento justo, honesto, nobre e muito patriótico; mas cumpre, para honra e moralidade do país, que ele não seja imitado."[110]

O decreto do General Polidoro veio, portanto, a representar uma solução satisfatória para todas as inquietações dos setores mais conservadores da sociedade. Ao impedir que Jovita partisse para o Paraguai incorporada ao Exército, dissipava-se a possibilidade de que o exemplo de coragem e patriotismo dado pela indômita jovem cearense fosse seguido por outras brasileiras. É bem verdade que durante o contexto de embate contra o Paraguai, o grupo dirigente brasileiro demonstrou disposição em acolher sempre de bom grado os indivíduos de origem popular, aproveitando-se de suas manifestações de patriotismo para promover a idéia de solidariedade nacional e assim mobilizar toda a sociedade nos esforços de guerra. Mas, para alguns, o caso de Antonia Alves Feitosa parecia ultrapassar o limite do aceitável. Além da origem social, acompanhava a jovem voluntária a espinhosa questão de gênero. E desse modo, a história, que no início pareceu bastante proveitosa, começou a render excessiva controvérsia. Diante do temor de que uma demonstração de arrojo feminino pudesse repercutir junto a outras mulheres, acabou prevalecendo uma atitude cautelosa, ou

[110] *Jornal do Commercio*, 14/09/1865, *apud* ARAÚJO, Johny Santana de. *Op. cit.*, p. 107.

mesmo conservadora. E depois de tantas objeções e polêmicas, o grupo dirigente imperial optou por dispensar a jovem recruta após ter se aproveitado da imagem da moça durante alguns meses.

Por fim, como uma espécie de pá de cal a sepultar o indesejado "modelo de mulher insubordinada", a historiadora Nanci Leonzo lembra que, buscando preservar "a boa sociedade" do "mau exemplo de mulheres combatentes", a historiografia tradicional passou a realizar um esforço para imortalizar uma espécie distinta de "heroína nacional", mais comportada e submissa. Tal historiografia empenhou-se em engrandecer outro modelo de participação feminina na guerra: a figura de Ana Neri, a mãe recatada e amorosa que partiu para o teatro de batalha na condição de enfermeira a fim de acompanhar os seus filhos e demais parentes, buscando curar as feridas físicas e psicológicas dos soldados e amparando sempre com ternura o bom combatente brasileiro.[111] Seja como for, o simples fato de ter havido pessoas como o autor fluminense, que enalteceram e divulgaram histórias de mulheres de coragem indomável demonstra que a posição mais conservadora não era a única a atuar no embate pela construção de símbolos nacionais. A conclusão deste embate é outra história, cujos sinais de vitoriosos e derrotados são dados pelos símbolos legados deste passado.[112]

Quanto ao desfecho da história de Jovita, faltam informações e sobram incertezas. Após ser proibida de partir para o Paraguai, a visibilidade conferida à heroína nas páginas da imprensa foi minguando gradativamente, fato perfeitamente compreensível, posto que se insere na lógica do esquecimento das memórias das

---

[111] Cf. LEONZO, Nanci. "Nossas Marias Quitérias", in. SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Trabalho feminino e cidadania*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

[112] Ainda que tenha prevalecido a escolha de uma concepção mais discreta de participação feminina nos esforços de guerra para ser legada à posteridade, cabe registrar a existência de algumas notas dissonantes sobre o tema. Passados alguns anos do término do conflito contra o Paraguai, alguns ex-combatentes faziam questão de registrar breves notas sobre a atuação corajosa de mulheres no campo de batalha. José Luiz Rodrigues da Silva, por exemplo, lembrava as provas de caridade e altruísmo dadas por moças que acompanhavam o Exército em operações. Chega também a lembrar o caso particular da "amasia do General Osório" que participou ativamente em combates, colocando-se muitas vezes na linha de frente. Ver: SILVA, José Luiz Rodrigues da. *Recordações da campanha do Paraguay*. São Paulo: Melhoramentos, 1924, p. 44. Já Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel prefere recordar o exemplo de duas mulheres em especial: Florisbella, a gaúcha que se armava de carabina para combater os paraguaios e Maria Francisca da Conceição, também conhecida como Maria Curupaity, a pernambucana de treze anos que mesmo após perder o marido, passou a usar trajes masculinos para lutar junto do Exército brasileiro. Após salientar os atos de bravura praticados pelas duas, Joaquim Pimentel lamenta o esquecimento que se abateu sobre a história das moças. Ver: PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo. *Episódios militares*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, pp. 8-9 e pp. 109-110. E mesmo Dionísio Cerqueira (que mais adiante será objeto de análise) não deixa de registrar a atitude de mulheres que acompanhavam com destemor seus parceiros para servir-lhes as refeições, para curar suas feridas ou mesmo para auxiliá-los nos combates. Ver: CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p. 300.

heroínas guerreiras brasileiras numa tentativa de consagrar um estilo mais recatado à mulher atuante na vida pública. Para a posteridade restaram informações desencontradas que conduziram a interpretações distintas. Alguns, como o historiador Francisco Fernando Monteoliva Doratioto acreditam que Jovita acatou as recomendações das autoridades imperiais, abandonou a idéia de se tornar recruta e partiu para o Paraguai na condição de enfermeira, atuando nos hospitais de sangue montados pelos exércitos aliados.[113] Existem também aqueles que, à semelhança de Kelma Matos e Maria Teresa Garritano Dourado, amparados em conjecturas parcamente documentadas, avaliam a possibilidade de Jovita ter embarcado como combatente para o Paraguai a bordo do vapor Jaguaribe, tendo morrido sob disfarce naquelas terras durante a batalha de Acosta Ñu.[114] Ademais, à semelhança de Pedro Paulo Soares e Johny Santana de Araújo, existem outros pesquisadores a afirmar que foi mantida a decisão de não incorporar Jovita Alves Feitosa ao Exército imperial, e desse modo ela não teria chegado a partir para o Paraguai, nem como combatente nem como enfermeira. Este último desfecho é o mais provável. Nessa circunstância, teriam sido oferecidos os meios necessários para que a jovem voluntária retornasse para junto de sua família na vila de Jaicós. De acordo com os referidos historiadores, Jovita ainda foi homenageada uma última vez no Rio de Janeiro com um espetáculo organizado pela empresa artística administradora do Teatro Ginásio. Enquanto isso, na cidade de Teresina a imprensa ligada ao Partido Conservador dava início a uma campanha de desmistificação da imagem da "heroína", visando, dessa forma, a atacar o Presidente Franklin Doria. Após retornar ao Piauí em viagem discreta e sem o requinte e as festividades de outrora, Jovita, já na casa dos parentes teria sido muito mal recebida. Infeliz, ela decidiu retornar à Corte para lá viver os últimos momentos de sua vida no anonimato.[115]

E assim, debaixo de mistério, encerrava-se a experiência de Antonia Alves Feitosa na esfera pública. Ao retornar à vida privada, a jovem cearense deixou de ser notícia de jornais, e desse modo desapareceram quase que por completo as informações sobre a moça que fora sagrada heroína. Os dados sobre a vida privada de Jovita são poucos, esparsos e muitas vezes imprecisos, tanto aqueles referentes à sua infância e juventude quanto aqueles referentes a seus últimos anos de vida. Em geral,

---

[113] Ver: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 116.
[114] Ver: MATOS, Kelma. *Op. cit.*, pp. 43-51 e pp. 66-70; ver também DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Op. cit.*, p. 96.
[115] ARAÚJO, Johny Santana de. *Op. cit.*, p. 111. Ver também: SOARES, Pedro Paulo. *Op. cit.*, p. 112.

apenas os fatos ligados a experiências públicas da jovem, ou seja, seu alistamento e os festejos cívicos realizados em sua homenagem, ganharam maior notoriedade e difusão (particularmente por meio dos periódicos da época). Isso reforça a idéia de interesse institucional na utilização da figura pública de Jovita, ou seja, a intenção de apropriação da imagem de abnegação patriótica da recruta cearense como um instrumento de difusão do sentimento de apego à nação, buscando assim criar e/ou realçar um clima de apoio generalizado à política externa imperial no momento da guerra. Vale enfatizar que, por meio da figuração de Jovita, buscava-se ainda inspirar outros jovens a se alistarem voluntariamente, incrementando assim o número de fileiras a compor o Exército nacional. Encerrado o uso público da imagem da heroína, praticamente desaparecem as informações sobre sua vida privada. Os poucos dados disponíveis sobre os momentos finais de sua existência remetem ao desfecho trágico de sua biografia, na cidade do Rio de Janeiro, e possibilitam um breve olhar para o expressivo e emblemático desenlace desta história.

Os últimos anos de Jovita Alves Feitosa se passaram no Rio de Janeiro, onde ela habitava junto de outra mulher amiga sua uma casa modesta localizada na Rua das Mangueiras nº 36. Nessa época a Companhia City Improvements enviou para o Brasil os engenheiros ingleses William Noot[116] e Howard para que realizassem serviços na Corte. Os referidos engenheiros vieram a se instalar na casa da praia do Russel, nº 43, alugando o imóvel que então pertencia ao Tenente Coronel João Frederico Russel. Foi durante a estada da companhia inglesa no Brasil que Jovita conheceu William Noot, nutrindo por ele grande simpatia. Logo se desenvolveu entre os dois um relacionamento afetivo. Mas os engenheiros estavam a realizar um trabalho temporário, e assim que finalizou o tempo de contrato, William Noot recebeu uma ordem para regressar à Europa. Num domingo de primavera, buscando antecipar a notícia de uma sofrida ruptura que já vinha sendo anunciada, o engenheiro escreveu à Antonia Alves Feitosa um bilhete de despedida em inglês. Mesmo sem compreender o idioma no qual o texto estava escrito, a heroína de outrora não se deu ao trabalho de procurar alguém que pudesse traduzi-lo. Sabia que as notas manifestavam a concretização de uma possibilidade já aventada anteriormente, uma hipótese que se tornava realidade. Na manhã do dia 09 outubro de 1867, de forma discreta e sem despedidas, deu-se a partida do engenheiro inglês. Após o embarque de Noot no paquete britânico de nome Oneida

[116] Existe um desacordo em relação ao verdadeiro nome deste inglês, havendo algumas matérias da imprensa a designá-lo Guilherme Noot, e não William Noot.

que rumava à Inglaterra, uma pessoa não identificada foi transmitir as notícias da viagem a Jovita. As informações sobre a partida vinham confirmar a efetivação da separação indesejada, mas já prevista. Os relatos do embarque causaram grande desassossego e comoção em Antonia Alves Feitosa. A mulher que morava com a jovem cearense tentou acalmá-la, buscando dissuadi-la de que talvez as notícias não fossem verdadeiras. Mas os esforços foram em vão. Aproximadamente às duas horas da tarde, Jovita, trajando com certo apuro um vestido de sarja preta, fez chamar um carro de aluguel, despediu-se de sua amiga manifestando intenção de não mais voltar e partiu para a casa da praia de Russel. Chegando à referida habitação, foi recebida por uma escrava de aluguel que confirmou a partida de Noot. Nutrindo talvez uma última esperança ou buscando cercar-se de lembranças que remetessem à paixão recente, Jovita avançou em direção ao quarto antes habitado pelo engenheiro. Lá chegando, pediu à criada negra material para escrever uma carta e um envelope, e nele colocou alguns papéis, solicitando que tudo fosse remetido a seu amado. Jovita sentou-se então na cama que fora de William Noot e a escrava se retirou do quarto. Passado algum tempo, às cinco e meia da tarde voltou a criada ao cômodo e deparou-se com Jovita estirada na cama com a mão direita depositada sobre o coração. Julgando que a moça tivesse sido vítima de um ataque, a criada buscou reanimá-la, fazendo-lhe inalar o conteúdo de um frasco de vidro com água de colônia. Não obtendo sucesso, a escrava fez um último esforço por levantar a moça, quando então pôde constatar que sob a jovem mão havia um punhal cravado fatalmente no peito. Então o proprietário do imóvel, João Frederico Russel, tendo sido informado do trágico acontecimento, fez chamar a polícia. Foram enviados até o local o subdelegado da Glória, Dr. Peçanha, o médico atestador de óbitos, Dr. Goulart, um escrivão e testemunhas que reconheceram na morta a imagem de Jovita, heroína consagrada pela população e pela imprensa havia dois anos. No bolso do vestido de Antonia Alves Feitosa acharam-se duas fotografias, alguns escritos e poesias e o bilhete de despedida no qual ela declarava ter cometido suicídio por não poder aceitar a separação e o fim de seu relacionamento.

No dia 10 de outubro, após quase ser abandonada numa vala comum, Jovita foi enterrada numa modesta cova separada do cemitério do Caju, sepultura esta obtida graças à ação caridosa de anônimos coordenados pelo respeitável e generoso ancião de nome Francisco Mendes de Araújo. Duas missas de sétimo dia foram encomendadas para zelar pela alma da heroína. Durante dois meses a imprensa noticiou a venda de um pequeno livro de 92 páginas intitulado *Jovita, a voluntária da Morte*. O

livro, que custava mil réis, fora redigido por José Alves Visconti Coaracy e em seu texto realizava-se uma descrição dos traços morais da jovem e uma narrativa acerca de sua vida. Anunciava-se que a intenção era utilizar a renda obtida com a venda da obra na realização de melhorias no túmulo de Jovita. A morte de heroína de outrora foi então amplamente divulgada pela imprensa do Rio de Janeiro e de Teresina, que relembrou a situação de abandono e esquecimento que passaram a cercar a moça logo após a publicação do decreto que a dispensava do serviço no Exército.[117] Este representou o último momento de fama da jovem cearense que sonhou tornar-se recruta para defender seu país nos campos de batalha. Em 1865, dois anos antes da morte de Jovita, o autor fluminense manifestava em seu livro a preocupação de que a memória de sua heroína fosse preservada. Escrevia ele no prefácio da obra *Traços biographicos*:

> "Levantem-se embora os ESPÍRITOS MOFADORES condenando estas páginas, inspiradas pelo sentimento nacional; nós unicamente nos contentamos de ter seguido os grandes exemplos, e de não ter lançado no olvido o nome de uma Brasileira, cujo patriotismo espontaneamente gerado em seu peito, e amaldiçoado pelos INDIFERENTES, foi concentrar-se em sua alma para reviver em melhores tempos.
>
> A geração futura nos fará justiça."[118]

Pouco tempo após o trágico suicídio, jazia novamente no esquecimento da história a personagem popular festejada (e utilizada) como símbolo da comunhão nacional que ofertou a própria vida em defesa dos interesses do Brasil.

---

[117] Informações biográficas complementares sobre os últimos momentos de vida de Antonia Alves Feitosa podem ser vistas em: CHAVES, Joaquim. *Op. cit.*, pp. 130-137. Ver também: CORREIA, Maria Parente. *Mulheres do Brasil*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno/Pensamento e Ação, 1971, v. 2, pp. 468-479. Ver ainda SOARES, Pedro Paulo. *Op. cit.*, pp. 115-120. E ainda ARAÚJO, Johny Santana. *Op. cit.*, pp. 111-115.

[118] [SEM AUTOR]. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1868, p. 5.

CAPÍTULO 2:

A retirada da Laguna e a ambígua relação de Taunay com a sociedade brasileira

Louis-Auguste Moreaux. *Retrato de Alfredo d'Escragnolle Taunay, Visconde de Taunay*, 1878. (Óleo sobre tela)
Fonte: TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Melhoramentos, 1942, p. I.

Uma aproximação do cenário de guerra

É comum que guerras forneçam farto material para a elaboração de discursos de forte componente nacionalista, propiciando a elaboração de narrativas que criam imagens, símbolos e heróis que passam a integrar e/ou ajudam a formular a identidade de diversas nações.[119] No Brasil não foi diferente. A Guerra do Paraguai encontrou em Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay (que passou para a história como Visconde de Taunay após receber o título nobiliárquico em setembro de 1889) o seu mais prolífico e primoroso narrador, responsável por aquela que se tornou a mais célebre obra brasileira a abordar o conflito, *A retirada da Laguna*. Trata-se de um livro que, além de abordar as inúmeras adversidades e provações de uma coluna militar enviada à Província de Mato Grosso, também apresenta uma série de representações e personagens que constituem uma contribuição para a criação de símbolos, heróis e narrativas a integrar o imaginário da nação.

Em essência, a obra aborda a chamada Campanha do Mato Grosso e outros acontecimentos a ela relacionados. Desde dezembro de 1864, forças do Exército paraguaio haviam invadido a referida província, que ademais, com o início das hostilidades, encontrava-se isolada em função da interrupção das comunicações fluviais via Rio Paraguai. Duas expedições militares (uma fluvial, composta por dez embarcações e 4.200 homens sob comando do Coronel Vicente Barrios, cunhado de Solano Lopes; e outra terrestre, composta por aproximadamente 3.500 homens comandados pelo Coronel Francisco Isidoro Resquín) garantiram a ocupação das colônias militares de Miranda e de Dourados e das vilas de Nioaque e de Miranda ao derrotarem, sem grandes dificuldades, um pequeno efetivo do Exército brasileiro que já se encontrava estacionado naquela região. A ação bélica paraguaia restringia-se, dessa maneira, à zona territorial litigiosa que àquela época era disputada pelas duas nações.

---

[119] Em interessante artigo, Anthony Smith investiga alguns símbolos nacionais, como o túmulo ao soldado desconhecido, que permitem constatar a estreita ligação que pode se construir entre as narrativas de guerra e as narrativas da nação. Ver: SMITH, Anthony D. "Conmemorando a los muertos, inspirando a los vivos. Mapas, recuerdos y moralejas en la recreación de las identidades nacionales", in. *Revista Mexicana de Sociología*. Cidade do México: Instituto de Investigações Sociais, 1998. Volume 60, número 1 – janeiro-março.

Para socorrer os territórios invadidos, a governo brasileiro optou pela formação de uma coluna expedicionária que teria como objetivo repelir os invasores e executar uma manobra diversionista que dividisse as atenções das forças paraguaias. Em 10 de abril de 1865 uma espécie de "coluna embrionária" composta por 568 homens, sobretudo paulistas e paranaenses, iniciou uma marcha com rumo à cidade de Uberaba. Sob o comando do Coronel Manuel Pedro Drago, antes de atingirem seu primeiro destino (Uberaba), a tropa passou por Campinas para incorporar novos soldados. Nesta cidade se mantiveram estacionados durante considerável tempo, sendo surpreendidos por uma epidemia de varíola que impôs significativo número de baixas à coluna. Excessivamente morosas, apenas no dia 18 de julho as forças comandadas por Drago chegaram a Uberaba, onde receberam o reforço de 1.212 homens da brigada mineira de Ouro Preto. Após outra longa espera, no dia 04 de setembro a coluna, que oficialmente passava a ser designada como "Corpo Expedicionário em Operações no Sul de Mato Grosso", reiniciou sua marcha, tendo como destino a cidade de Cuiabá. Ao longo do percurso ainda incorporou os reforços da Província de Goiás. Ao chegar ao solo mato-grossense, a tropa estava composta por 2.080 homens, e já contava com um novo comandante, o Coronel José Antonio Fonseca Galvão, que substituía o Coronel Manuel Pedro Drago afastado por conta do comprometimento de sua imagem pública em função da prolongada e controversa estada em Campinas.[120] Em 20 de dezembro de 1865, o Corpo Expedicionário partiu em direção ao sul de Mato Grosso. Agora composta por 2.203 combatentes (acompanhados por outras 1.300 pessoas, entre mulheres crianças, carreteiros, bagageiros e comerciantes) a tropa recebeu uma nova denominação, "Forças em Operação ao Sul da Província de Mato Grosso". As forças permaneceram acampadas em Coxim até junho de 1866, mas a carência de víveres e a insalubridade do terreno levaram o Coronel Fonseca Galvão a optar por uma nova marcha rumo à Vila de Miranda. A pestilência dos terrenos pantanosos disseminou doenças que levaram a deserções e mortes, inclusive do comandante da coluna. As tropas chegaram a Miranda no dia 17 de setembro de 1866, já sob comando do Coronel Alexandre Albino de Carvalho. Mas a permanência em Miranda foi desastrosa: seus terrenos alagadiços e

[120] Em suas *Memórias*, Alfredo d'Escragnolle Taunay relata os prazeres que cercaram a tropa no período em que estivera em Campinas. Foram 66 dias ocupados com jantares, partidas, piqueniques, festas e bailes que constituíram "um dos períodos mais alegres" de sua existência. Mas este estilo de vida mundano e cheio de ostentação excedeu todos os limites. "A tal ponto chegaram as coisas, que os jornais do Rio de Janeiro e a opinião pública [...] começaram a falar abertamente nas novas delícias de Cápua. Houve, decerto, exagero; mas não há dúvida gastou-se inutilmente tempo bastante precioso, começando a mostrar-se o nosso chefe de todo impróprio para as coisas grandes e sérias." TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *Memórias*. São Paulo: Iluminuras, 2005, pp. 163-164.

suas águas lodosas propiciaram um novo surto epidêmico que ocasionou a morte de aproximadamente 400 homens.

Nomeado pelo presidente da Província de Mato Grosso, Carlos de Moraes Camisão assumiu o comando da tropa em 1º de janeiro de 1867. Uma de suas primeiras medidas foi transferir suas forças para Nioaque, onde chegaram no dia 24 do mesmo mês reduzidos a apenas 1.800 combatentes. Enquanto isso, as unidades militares do Paraguai permaneciam estacionadas nas proximidades do Rio Aquidauana. À frente das tropas imperiais, o novo comandante buscou se reabilitar junto às autoridades e à opinião pública nacional. É que à época da invasão paraguaia, Camisão integrava o efetivo brasileiro estacionado em Mato Grosso, tendo sido este grupo acusado de fugir, facilitando, pois, a ação das tropas adversárias na conquista da fortaleza brasileira de Corumbá. Tentava agora o coronel dar provas de bravura e patriotismo. Mas o anseio por reconquistar a honra acabou tornando o oficial cego às debilidades e aos perigos que o cercavam. Assim, ao invés de simplesmente recuperar os territórios outrora ocupados pelos paraguaios, ele buscou ainda executar um plano temerário de invasão do Paraguai sem possuir, contudo, recursos bélicos e víveres que garantissem o êxito da operação. Contando com o auxílio de sertanejos locais a servirem como guias, Carlos de Moraes Camisão deu início a seus planos ambiciosos. Em 04 de março retomou a Colônia Militar de Miranda. Após algum titubeio, decidiu cruzar a fronteira, e a invasão da República inimiga se deu no dia 21 de abril de 1867 por uma força de 1.680 homens. O primeiro alvo foi o Forte Bella Vista, tomado após breve batalha. A tropa brasileira prosseguiu sua marcha, mas só pôde avançar até a fazenda Laguna, propriedade do presidente Francisco Solano López, que caiu conquistada em 1º de maio de 1867. Sem contar com mantimentos necessários e não encontrando, como o previsto, gado que pudesse garantir a subsistência, Camisão ordenou o recuo da tropa, realizando a partir do dia 07 de maio de 1867 a manobra que restou celebrizada no título do livro de Taunay, a retirada da fazenda Laguna rumo à localidade de Nioaque. Após uma marcha repleta de adversidades e privações, os cerca de 700 sobreviventes da coluna[121] chegaram a seu destino em 04 de julho, já não mais contando com Carlos de Moraes Camisão, nem com seus guias, vitimados, todos eles, pela cólera.[122]

---

[121] A coluna fora drasticamente reduzida, tendo perdido 908 os soldados mortos por doenças ou pelo fogo inimigo, sem contar os feridos.

[122] Para informações mais detalhadas sobre as operações militares realizadas na Província de Mato Grosso, ver: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 97-111 e pp. 121-130; ver também: TASSO

Alfredo d'Escragnolle Taunay se incorporou à coluna expedicionária enviada ao Mato Grosso na condição de ajudante da Comissão de Engenheiros adida ao Estado Maior. Esta nomeação foi conquistada por intermédio da atuação de Félix Émile Taunay, pai do autor d'*A retirada da Laguna*, que fez valer suas relações pessoais com o Imperador Dom Pedro II.[123] A família Taunay sempre esteve vinculada aos grupos dirigentes imperiais do Brasil, e sua história em terras americanas remonta à Missão Artística Francesa, acontecimento que proporcionou a vinda em 1816 de Auguste Taunay, Nicolas-Antoine Taunay e seu filho Félix Émile Taunay. Desde logo, a vida destas pessoas se associou à corte dos Bragança estabelecida no Rio de Janeiro. Já adulto, Félix Émile exerceu a função de diretor da Academia Imperial de Belas Artes, sendo também mestre de Pedro II no ensino de desenho, história universal e das artes, literatura antiga e grega. O próprio imperador brasileiro reconheceu mais tarde ser Félix "seu verdadeiro mestre" e amigo[124], e esta relação de amizade se perpetuou por meio das ligações que logo se estabeleceram entre Dom Pedro e Alfredo Taunay. Evidencia-se, portanto, os estreitos vínculos que desde muito cedo foram se construindo entre os Taunay e os altos círculos de poder monárquico e a família real. Inserido nessa teia de relações sociais, Alfredo Taunay, nascido em 22 de fevereiro de 1843 no Rio de Janeiro, bacharelou-se em ciências e literatura no colégio Pedro II em 1858, aos 15 anos de idade. Em 1859 matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha no curso de ciências físicas e matemáticas. Em 1864 tinha alcançado a patente de segundo tenente de artilharia, e foi justamente quando faltavam dois anos para conclusão de seus estudos que ele acabou sendo incorporado ao Exército brasileiro. Para a família de Alfredo d'Escragnolle Taunay, a carreira das armas era a única "para o homem superior".[125] Assim, assumindo este encargo da "condição de superioridade", o rapaz que contava

---

FRAGOSO, Augusto. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956, vol. 1, pp. 249-286.

[123] Diz Alfredo d'Escragnolle Taunay em suas *Memórias* que após manifestar a seu pai possuir disposição para integrar a coluna expedicionária a ser enviada à Província de Mato Grosso, Félix Émile Taunay saiu de imediato em direção a São Cristóvão para "pedir a intervenção do Imperador. [...] Estava o Imperador despachando com o [Ministro da Guerra, o Visconde de] Camamu, quando meu pai apareceu. Aproveitando a vaza, contou a que ia ao imperial amigo e, depois de verificado com o habitual escrúpulo que tal ato não ia de encontro a lei nenhuma positiva, foi ali mesmo assentada a minha nomeação de ajudante da Comissão de Engenheiros junta às forças destinadas a Mato Grosso." TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *Op. cit.*, 2005, p. 130.

[124] Essa informação é fornecida por José Murilo de Carvalho a partir dos estudos da correspondência trocada entre Pedro II e a Condessa de Barral. Cf. *Dom Pedro II – ser ou não ser*, p. 31.

[125] TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *Op. cit.*, 2005, p. 99.

com apenas 23 anos marchou com destino a Mato Grosso, rumo à guerra, vivendo por lá todas as agruras sofridas pelas forças expedicionárias brasileiras.[126]

No mês de junho de 1867, após a efetivação da manobra de retirada, deram-se por encerradas as operações da coluna do Exército imperial. Com o propósito de informar as autoridades nacionais sobre os sucessos da campanha, o comandante chefe das forças em operação no Mato Grosso, o Major José Tomás Gonçalves, encarregou Alfredo d'Escragnolle Taunay de levar ao governo o relato oficial relativo às operações militares. Já no Rio de Janeiro, o jovem oficial começou a desconfiar que as cenas de infortúnio e de superação vividas em terras longínquas forneciam interessante material para a realização de uma narrativa épica. Assim, graças às insistências de Félix Émile Taunay, as histórias que jaziam na mente e em anotações esparsas ganharam forma. A primeira versão desta obra saiu em 1868 e intitulava-se *La retraite de Laguna*. O texto foi elaborado a partir dos apontamentos registrados durante a campanha por Taunay em seu diário de secretário da comissão de engenheiros.[127] Este pequeno trabalho inicial, que contava com pouco mais de cinqüenta páginas, foi todo redigido em francês e continha apenas os cinco primeiros capítulos daquela que viria a ser a versão ampliada e completa da narrativa. Ainda compunha a publicação uma dedicatória ao Imperador Pedro II elaborada pelo pai de Taunay. Apesar do interesse pelo tema da Guerra do Paraguai, o livro teve inicialmente uma recepção fria. Em 1871 se deu a publicação daquela que poder ser considerada a versão integral da obra (que ainda viria a ser reelaborada). Mais uma vez redigida em francês, a reformulada *La retraite de Laguna* foi impressa pela Imprensa Nacional por ordem do Visconde do Rio Branco, então ministro da Guerra. A primeira tradução do trabalho de Taunay para o português foi realizada em 1874 por Salvador de Mendonça e publicada pela Tipografia Americana, no Rio de Janeiro. Foi em Paris, no ano de 1879, que se deu a publicação da versão definitiva do livro, impresso pela Plon-Nourrit et Cie. e que contava com a revisão e o prefácio do escritor francês Xavier Raymond.[128] Em 1901 o Barão de Ramiz

---

[126] Muitos outros trabalhos podem apresentar relevantes informações biográficas adicionais referentes ao Visconde de Taunay. A título de sugestão, ver: AZEVEDO, Gentil de. *O Visconde de Taunay: história de sua vida (estudo biográfico)*. Itatiba: Livraria Vanguarda, 1951; ver também: CASTRO, José Antônio de Azevedo. "Escorço biográfico sobre o Visconde de Taunay", in. *A Retirada da Laguna: Episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1975.

[127] Ver "Prólogo da primeira edição", elaborado por Alfredo d'Escragnolle Taunay em outubro de 1868, in. TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *A retirada da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 31-33.

[128] A obra ainda conta com outras três edições em língua francesa. Em 1891 o livro foi impresso mais uma vez pela Plon-Nourrit et Cie. Na cidade de Tour se realizou a impressão da 4ª edição de *La retraite de Laguna* pela E. Arrault et Cie. em 1913. E mais recentemente, em 1995, a editora Phébus realizou a

Galvão publicou a segunda tradução da obra de Taunay pela H. Garnier (esta versão contou com outras quatro reedições). Affonso d'Escragnolle Taunay, filho de Alfredo Taunay, também verteu a obra do visconde para o português, publicando entre 1927 e 1975 dezoito edições de sua tradução d'*A retirada da Laguna* (a maior parte delas pela editora Melhoramentos, e algumas outras pela Edições de Ouro e pela INL/MEC).[129] Mais recentemente, em 1997, Sergio Medeiros traduziu e organizou uma edição crítica d'*A retirada da Laguna*,[130] trabalho este que será aqui tomado como referência para análise e citações.

Do ponto de vista estrutural, o livro é composto por 264 páginas divididas em 21 capítulos. A narrativa inicia-se com a apresentação do contexto histórico, do cenário geográfico e dos preparativos da coluna brasileira que marchava para o interior do Brasil. Do capítulo 2 ao 9 discorre-se sobre a chegada das tropas ao teatro de guerra e início das manobras ofensivas da tropa imperial. Contudo a atmosfera de entusiasmo e de confiança no soldado brasileiro que prevalecia no início do texto começa a se dissipar diante da perspectiva de retirada (que efetivamente se realizou). A narrativa sobre os 35 dias da marcha de recuo da coluna ao território nacional (de 08 de maio a 11 de junho de 1867) se realiza sob clima de crescente desalento entre os capítulos 10 e 21. O regresso ao solo brasileiro injeta novo ânimo nos soldados e, ao final de seu texto, Taunay apresenta uma breve apreciação do saldo da campanha.

A obra elaborada a partir do conturbado contexto de guerra ganhou maior dimensão na medida em que se propôs a narrar não apenas as manobras militares e outros aspectos de ordem técnica, mas por se dedicar também à realização de um relato minucioso que incorpora a dramaticidade que acompanhou a coluna, agregando a comoção e os sentimentos que cercaram a tropa. *A retirada da Laguna* ainda se destaca por registrar em sua narrativa relevantes ponderações sobre as peculiaridades do Brasil, ponderações estas que parecem inserir-se numa reflexão mais ampla sobre a concepção de nação que se construía e também sobre o projeto de país que se buscava implementar.

última edição do referido trabalho na França. Estas informações foram cotejadas com os dados levantados pela professora Maria Lídia Lichtscheidl Maretti e disponibilizados no livro O *Visconde de Taunay e os fios da memória*. São Paulo: UNESP, 2006.

[129] Informações sobre as diversas edições de *A retirada da Laguna* podem ser obtidas em: MEDEIROS, Sergio. "Introdução", in. TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, (Visconde de). *A retirada da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

[130] Pelo trabalho apurado de Sergio Medeiros, que consultou e comparou todas as primeiras versões da obra, optou-se por utilizar aqui a sua tradução do livro *A retirada da Laguna*.

Assim, em função da relevância conferida ao tema da nacionalidade, Antonio Candido não hesita em associar a produção de Taunay ao Romantismo. Aponta o crítico literário que um dos grandes atributos do visconde enquanto literato refere-se a sua capacidade de percepção e descrição da paisagem, qualidade certamente vinculada aos dotes plásticos do militar-escritor, oriundo, como se sabe, de uma família de artistas. Baseado nesse refinamento da percepção e da narrativa descritiva sempre atenta à realidade brasileira, Antonio Candido enquadra Alfredo d'Escragnolle Taunay dentre os autores do Romantismo, assinalando que

> "a sua obra encerra harmoniosamente o período romântico, ao se inscrever em pleno nacionalismo literário. Poucos terão efetuado levantamento tão cabal do país quanto Alfredo Taunay, que, na ficção e no documentário, só fez descrever as suas cidades e campos, a natureza e o homem, preocupado em registrar, depor, interpretar."[131]

A procura por "retratar o nacional" era muito freqüente nos meios literários do século XIX, sendo mesmo uma marca recorrente de diversos trabalhos de escritores românticos brasileiros. Taunay, apreciador das artes e homem ligado aos grupos dirigentes, não se manteve indiferente diante desta preocupação tão característica do período. Em sua obra existe uma busca por identificar e valorizar as singularidades da terra, da natureza, do povo e do Brasil em geral. Assim como em outros textos do Romantismo, o tema das peculiaridades da pátria se impunha na obra do visconde. E, para além desta preocupação em investigar as especificidades locais, outra marca romântica da produção de Taunay é a sua busca por singularizar o Brasil enquanto nação civilizada inserida no continente americano, estabelecendo a partir desta temática uma série de juízos que, de certo modo, constituem uma reflexão sobre a identidade nacional brasileira.

Como reforça Montserrat Guibernau em suas ponderações sobre os nacionalismos, os critérios mais importantes para a definição da identidade nacional são continuidade no tempo e diferenciação dos outros.[132] O livro *A retirada da Laguna* não se preocupa muito com investigações sobre os primórdios ou o passado do povo brasileiro, ou seja, não existe uma busca por recuperar as origens do país ou por elaborar uma espécie de história e/ou linhagem que remonte a períodos imemoriais e se projete a um futuro indefinido. Mas, por outro lado, Taunay se empenha por demarcar a

---

[131] CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Itatiaia, 1975, p. 296.
[132] Ver: GUIBERNAU, Maria Montserrat. *Nacionalismos: o Estado Nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, pp. 75-94.

singularidade brasileira, e o seu trabalho se debruça substantivamente numa investigação que realça a confrontação entre os nacionais e os paraguaios. Como é sabida, a confrontação com o elemento distinto, com o "outro", constitui etapa importante para a definição das identidades. Para se fazer consciente de si, impõe-se a necessidade de estabelecimento de uma oposição diante de uma alteridade. Desse modo, a nação passa a se definir, em grande medida, não por aquilo que é em si, mas por aquilo que não é.

Geralmente composta por uma população heterogênea, uma comunidade nacional, para alcançar êxito, possui como desafio a criação de um discurso que dilua as distinções intra-sociais e construa e/ou acentue similitudes internas, ou seja, entre os membros desta mesma comunidade. Ao mesmo tempo, é preciso demarcar a sua singularidade, impondo-se, portanto a necessidade de amplificação das diferenciações frente aos "excluídos", os membros de outras comunidades nacionais. Esse processo de afirmação das semelhanças entre os membros de uma comunidade e de demarcação das diferenças frente ao segregados desta comunidade se dá geralmente de modo simultâneo, apoiando-se freqüentemente em acontecimentos recentes do campo político que fornecem material precioso para a criação de discursos de fundação e/ou reforço das identidades nacionais. O Brasil não fugiu a esse processo.

Ao assumir para si a tarefa de "revelar" a identidade própria de seu povo (porque, em essência, acreditava-se que a identidade já existia em si, era dada naturalmente, bastando apenas colocá-la em evidência), a intelectualidade romântica brasileira, consciente ou inconscientemente, passou a elaborar discursos nos quais se encontra claramente demarcada esta relação com a alteridade. No Brasil, este processo de singularização/individualização foi levado a cabo em grande medida a partir da confrontação com o mundo hispano-americano. Os intelectuais e dirigentes da única monarquia das Américas criaram desde os primeiros anos subseqüentes à Independência um discurso original, repleto de idéias, imagens e símbolos no qual se afirmava a superioridade do Império frente às repúblicas hispânicas. Um discurso reproduzido e repetido à exaustão em que se ressaltavam os atributos vinculados ao regime monárquico contrapostos aos vícios relacionados ao regime republicano dos demais países sul-americanos. De um lado os intelectuais e dirigentes brasileiros afirmavam a singularidade de sua pátria assentada na condução política centralizada e civilizada, garantidora da ordem, da paz, da estabilidade e da manutenção da unidade territorial. Por oposição, no restante da América governada por repúblicas prevaleceria o

caudilhismo violento responsável por conflitos extremados, pelo caos e pela fragmentação territorial.[133]

Essa construção discursiva buscava apoiar-se em episódios políticos que lhe eram contemporâneos, como, por exemplo, as diversas disputas travadas entre lideranças hispano-americanas locais e a idéia de caudilhismo que daí se depreendia.[134] Estes enfrentamentos serviam para "comprovar" a inferioridade dos americanos de origem hispânica ao mesmo tempo em que singularizava e engrandecia, por oposição, os brasileiros. Neste mesmo contexto, a guerra contra o Paraguai apresentou-se como um acontecimento propício para uma nova explicitação das diferenças entre o Brasil e o restante da América hispânica. O clima de beligerância existente durante a década de 1860 representou um período de grande importância para a constituição da identidade nacional brasileira na medida em que colocou o "outro", o estrangeiro, em evidência. O "outro" era evidentemente o Paraguai. Retratada por meio de juízos carregados de grande emotividade que iam do ódio ao desprezo, a nação vizinha ocupava as atenções de expressiva parcela da população do Império. Ao mesmo tempo, o confronto contra a República paraguaia servia para irmanar os brasileiros. Vale lembrar que, à época, o Brasil era um país composto por uma população heterogênea distribuída por um vasto território e que convivia com sérias precariedades no sistema de comunicação. Assim, a Guerra do Paraguai, conflito de grandes dimensões e que mobilizou indivíduos de todas as províncias, representou uma ocasião para que a população de todo o Império convergisse para uma causa comum. Gente de todo país passou a se encontrar nos corpos do Exército em função dos esforços de guerra. E no campo de batalha, irmanados em torno da causa comum de desagravar a honra nacional, as distinções entre nacionais são superadas em nome do combate ao adversário estrangeiro.

Ora, se a identidade nacional se afirma particularmente frente ao "outro", que é tomado em muitos casos como inimigo potencial, quando este "outro" se torna um inimigo real e declarado, as circunstâncias políticas avivam ainda mais as emoções,

---

[133] Sobre esse discurso de afirmação nacional brasileira frente à suposta inferioridade das demais repúblicas hispano-americanas, ver: PRADO, Maria Ligia Coelho. "O Brasil e a distante América do Sul", in. *Revista de História*, nº 145. São Paulo: Humanitas/FFLCH/Universidade de São Paulo, 2001. Ainda sobre este processo discursivo de afirmação nacional , desta vez assentado no estudo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional", in. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vértice, n. 1, 1988.

[134] A Argentina da época de Juan Manuel de Rosas com o seus embates violentos oferecia, por exemplo, algumas das mais cabais demonstrações de "inferioridade dos costumes e da vida política hispano-americana". Outras mostras de desolação eram percebidas ainda em praticamente todas as demais Repúblicas do continente sul-americano, "fragmentadas e convulsionadas".

fornecendo condições para o reforço da diferenciação e para o fortalecimento de um sentimento de solidariedade e, por conseguinte, da afirmação da comunidade nacional que passa a se ver como injustiçada, agredida e ultrajada, apresentando-se como válida a união de todos os membros da nação, irmanados em torno de uma causa comum, buscando uma reparação nos campos de batalha. A guerra surgia, então, como elemento útil à formulação e ao reforço da identidade nacional brasileira em dois aspectos: primeiro por construir uma unidade a partir da diferenciação frente ao inimigo estrangeiro. Isso tudo se passava num contexto de emoções exaltadas (como costumam ser as ocasiões de guerra), e como é sabido, o sentimento de nacionalidade se nutre em grande medida dessa dimensão menos racional e mais emocional. Em segundo lugar, por aproximar pessoas em circunstâncias extremadas e por fornecer datas e heróis que podem vir a integrar a memória e o imaginário da nação, ofertando farto material para possíveis rituais cívicos de reafirmação do sentimento de uma comunidade nacional, a guerra revelava o seu potencial de aglutinação, imprescindível para a construção de identidades nacionais.

Neste aspecto, a obra *A retirada da Laguna* constitui uma contribuição valiosa para o reforço da construção da identidade nacional brasileira. Explorando o contexto extremado de uma guerra, Alfredo d'Escragnolle Taunay utiliza-se fartamente de representações discursivas que demarcam a alteridade, depreciam os vizinhos paraguaios e simultaneamente enaltecem a superioridade dos brasileiros. A necessidade de delimitar os nacionais, separando-os dos inimigos, adquiria tamanha importância que ganha concretude por meio da significativa descrição realizada sobre a fronteira:

> "De repente, um grito partiu simultaneamente de vários lugares: 'A fronteira!'. Da altura onde se encontrava o destacamento, via-se efetivamente a mata sombria do [rio] Apa, limite dos dois país.
>
> Foi um momento solene, uma emoção a que ninguém escapou, oficiais e soldados. Ver o aspecto da fronteira que demandávamos representou para todos uma surpresa. Ninguém estivera ali antes. Alguns podiam já tê-la visto, mas apenas com os olhos de caçador ou de andarilho, para quem o chão é indiferente. A maioria de nós ouvira falar vagamente da fronteira, mas agora ali estava ela à nossa frente, como ponto de encontro de duas nações armadas, como campo de batalha."[135]

Para Taunay, a delimitação da nacionalidade se definia em parte pela demarcação territorial, e esta delimitação de territórios se prestava a compor um quadro

[135] TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *A retirada da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 82-83.

dicotômico, uma separação entre dois povos distintos. Deste modo, a imagem da fronteira surge envolta por grande carga simbólica. Num contexto de guerra, esta linha demarcatória, mais do que nunca, demonstrava a existência de uma dualidade incontestável: de um lado encontrava-se uma comunidade de companheiros que se empenhavam pela mesma causa, do outro, os adversários a serem combatidos.

Estabelecida a separação física entre as duas nações, Alfredo d'Escragnolle Taunay passa a demonstrar a distinção existente entre os contendedores. Na obra *A retirada da Laguna*, o Paraguai representa o agente responsável pelo início das hostilidades e a parte que constitui o lado do atraso, da selvageria e da injustiça. Os paraguaios são descritos como criaturas infames e sacrílegas, freqüentemente tomados por impulsos irrefreáveis que não respeitavam nem ao menos os símbolos religiosos. Registra-se que durante pilhagens realizadas por aqueles homens, as igrejas não eram poupadas, sendo despojadas de qualquer ornamento que pudesse demonstrar algum valor material. Aponta-se ainda que eles cometiam os mais odiosos atos de profanação. Contudo, diante de um anátema proferido por padre brasileiro indignado, os paraguaios revelavam sua faceta submissa, quase infantilizada. Era como se fossem ainda crianças insubordinadas a escutar com respeito a reprimenda de alguém que lhes era superior. Ou, nas palavras de Taunay, todos ouviam "cabisbaixos, como se aquela voz severa fosse a de um dos padres que, em tempos passados, haviam catequizado seus ancestrais."[136]

O Visconde também descreve a condição de miserabilidade do povo paraguaio, o que evidenciava ainda mais o grau de atraso e selvageria daquela sociedade. Diante de situações de extrema penúria, aqueles homens não demonstravam nenhum apego a valores morais ou cristãos. Esta deformidade de caráter fica explicitada, por exemplo, quando a narrativa se debruça sobre a atitude dos paraguaios diante dos corpos de brasileiros mortos. Afirma Taunay:

> "[Os paraguaios] Notaram os montículos recentes e reabriram as covas, retirando delas os cadáveres para despojá-los, para se apropriar de alguns miseráveis trapos que a seguir disputaram violentamente entre si; vários até se apressaram em vesti-los. O binóculo permitiu-nos acompanhar claramente este episódio revoltante, o qual nos deixou estupefatos como uma inacreditável miragem."

Junto de sua comitiva, falando de um local onde imperavam os atributos da civilização, Taunay identificava ao longe, graças a seus óculos de longa mira, a barbárie que

[136] *Ibidem*, p. 45.

grassava entre os paraguaios. E na medida em que os vícios daqueles homens se revelavam aviltantes, recorria-se às armas brasileiras para buscar uma reparação e para ensinar à força os modos elementares do mundo civilizado:

> "[...] um de nossos obuses [...] foi explodir precisamente sobre suas cabeças, matando alguns, precipitando outros nas covas, dispersando o resto e livrando o lugar de sua presença. Esta justa represália espalhou algum ânimo no acampamento até o pôr-do-sol deste triste dia."[137]

Os atributos negativos não eram exclusividade do homem simples paraguaio. O Visconde aponta que mesmo os altos oficiais eram autores de atos abomináveis. Cita como exemplo o caso do Coronel Vicente Barrios, cunhado do presidente paraguaio, que, ao empreender o ataque à Província de Mato Grosso, perseguia civis brasileiros em fuga, comandava pessoalmente o saque e abusava de mulheres.[138] Mas o exemplo mais reprovável de conduta, e que de certo modo simbolizava todos os vícios do Paraguai, encontrava-se materializado na figura de seu líder maior, Francisco Solano López. Ele é descrito como "chefe impiedoso" que ofertou seu próprio povo em sacrifício numa guerra sem sentido e injusta. O presidente do Paraguai surge como o principal responsável pelo conflito e pela carnificina em geral, posto que ditava todas as ações de seu povo, despertando tamanho fascínio e temor, que seus soldados passavam a nutrir por ele uma devoção ilimitada, seguindo cegamente o seu líder. "O respeito pelo presidente – *el Supremo* –, cujo nome ninguém pronunciava sem se descobrir, continuava o mesmo [apesar das circunstâncias adversas]."[139] De poder ilimitado, é tratado sempre como ditador. Um ditador mesquinho e desonesto que não recusava nem ao menos os objetos saqueados de casas brasileiras que lhe eram oferecidos como presentes.[140]

Se o caráter das lideranças paraguaias não revelava bons predicados, o dos populares daquela nação não se mostrava melhor. Base do Exército inimigo, o soldado simples é descrito como detentor de um espírito indolente e hesitante. Além disso, eram ignorantes, destituídos de conhecimentos marciais mais elementares. E o despreparo se estendia a toda corporação: "Pudemos verificar também que lhes faltava [aos paraguaios], além da prática da guerra, a inspiração tática, aquela que sabe avaliar os fatos no próprio instante em que ocorrem e prever os obstáculos para poder superá-

---

[137] *Ibidem*, pp. 204-205.
[138] *Ibidem*, p. 53.
[139] *Ibidem*, p. 73.
[140] *Ibidem*, p. 53.

los."[141] A imagem que acompanha o Exército do Paraguai é sempre de atraso material e má formação. Seus homens não estavam bem armados e não sabiam fazer uso do equipamento que dispunham. "Empregavam cartuchos muito grandes, que provocavam um considerável recuo: era como se preferissem fazer barulho com as armas a usá-las com eficiência. A verdade, porém, é que lhes faltava aprendizado suficiente e prática."[142]

As tropas do Paraguai são descritas como acovardadas, constituídas por homens que fogem sempre que constatam a sua inferioridade, mas que, ao sentir alguma oportunidade ou vantagem diante de um inimigo abatido, não hesitavam em acintosamente provocar os brasileiros com manobras traiçoeiras que contrariavam as mais elementares regras da guerra civilizada. Mostravam-se ainda insolentes e oportunistas.[143] Os paraguaios não combatiam de maneira honesta, desrespeitavam os códigos de honra e buscavam empreender ataques covardes, baseados em estratagemas ardilosos. Sanguinários, revelavam-se destituídos de qualquer sentimento de comiseração diante do inimigo que caia vencido ou que se mostrava sem condições para o combate. Praticavam os atos mais hediondos e pusilânimes, como a tortura de doentes que eram feitos prisioneiros. Diante de tudo o que representavam os paraguaios, Taunay reforça que a tropa brasileira não nutria respeito pelos adversários, mantendo-se convicta de sua superioridade. Chega-se mesmo a registrar: "Os paraguaios não nos inspiravam temor."[144]

Ainda assim, o visconde foi capaz de identificar em alguns "destacados paraguaios" indícios, ainda que singelos e matizados, de bons modos. Numa dada ocasião, após trocas de mensagens entre os comandantes dos exércitos que se confrontavam, registra-se que o texto redigido pelos paraguaios fora escrito com letra segura e fluente, e que "as fórmulas empregadas nesta resposta atestavam certo grau de cultura e de boa educação, mas veio também o insulto."[145] Nota-se, pois, que mesmo as breves referências elogiosas vinham sempre acompanhadas por ressalvas que revelavam a dimensão grotesca dos adversários. Até mesmo aqueles que seriam considerados

---

[141] *Ibidem*, p. 150.
[142] *Ibidem*, p. 171.
[143] *Ibidem*, pp. 87-88.
[144] *Ibidem*, p. 158. Cabe registrar que essa frase é anotada depois de uma série de infortúnios sofridos graças às táticas adotadas pelos paraguaios; mas como os adversários representavam o oposto da grandeza do Império, como eles materializavam a barbárie, não era possível lhes reconhecer nenhuma espécie de bons atributos. A vantagem estaria sempre do lado do Brasil, por isso as tropas imperiais são descritas com tanta autoconfiança, "jamais temendo o inimigo".
[145] *Ibidem*, p. 103.

“gestos elevados” dos paraguaios se fazem inseridos numa lógica de selvageria: afirma Taunay que o combatente inimigo, buscando se preservar junto de seus camaradas mesmo depois de vencidos, amarravam seus corpos às suas montarias, “assim, se caírem mortos ou gravemente feridos, seu cavalo, acompanhando os outros no retorno, os arrastará também, ainda que em pedaços; precaução selvagem, mas não destituída de grandeza.”[146] Impondo-se a necessidade de inferiorizar todas as possíveis vantagens dos adversários, Taunay vincula os estratagemas paraguaios a conhecimentos primitivos e caracteriza tais ardis como desleais ou diabólicos. “[Os paraguaios] São muito hábeis, como já sabíamos sobejamente, nesta manobra [de, trabalhando com os ventos, atear fogo na planície pantaneira], que entre eles chega a constituir uma arte, com regras baseadas no conhecimento dos ventos e das localidades, arte aliás, diabólica, quando empregada como arma de guerra.”[147]

Na narrativa resta afirmada a inferioridade dos paraguaios a todo instante. Do ponto de vista militar expunham-se as suas debilidades no tocante à matéria técnica e tática bem como em relação à atuação durante os combates. O número de baixas de cada uma das partes comprovaria a superioridade brasileira. Ao reproduzir as palavras supostamente ditas pelo comandante das tropas nacionais em operação no Mato Grosso, o Coronel Camisão, Taunay acaba por expressar a visão predominante entre os grupos dirigentes do Império: “‘Estes selvagens [...] que massacraram tanta gente e devastaram toda a região [invadida de Mato Grosso] quando ela estava indefesa, não dirão mais que os tememos; sabem que podemos fazê-los expiar, em seu próprio território, todo o mal que nos causaram.’”[148] Dessa forma, o Império aparece como vítima que se viu envolvida num conflito que não desejava. Ainda assim, após a consumação da agressão ao território nacional, o Brasil, convicto da superioridade de suas instituições e de seus princípios, demonstraria cabalmente aos próprios adversários a supremacia das tropas e dos costumes brasileiros. Reparava-se uma afronta ao mesmo tempo em que se dava uma comprovação de poder.

Por fim, dirigindo-se a um público mais amplo, aos povos de nações não envolvidas no conflito, Taunay registra que se equivocavam aqueles que apoiavam a causa paraguaia acreditando tratar-se da parte fraca que combate o opressor. O visconde empenha-se em demonstrar que, na realidade, a opressão existia do lado paraguaio,

---

[146] *Ibidem*, p. 147.
[147] *Ibidem*, p. 181.
[148] *Ibidem*, p. 118.

sendo particularmente imposta por Solano López a todo seu povo. A causa verdadeiramente nobre encontrava-se, no raciocínio de Taunay, junto aos brasileiros, a parte civilizada que se viu envolvida numa guerra que não almejava e que, portanto, buscava obter uma reparação da honra nacional no campo de batalha ao mesmo tempo em que prometia expurgar do Paraguai toda forma de opressão que por lá vigesse.[149]

Por oposição ao povo paraguaio, tomado por vícios repugnantes, estava o Brasil, exemplo de virtudes e sucedâneo da civilização européia nas Américas. Em evidente contraste, Taunay demonstra a singularidade e a superioridade dos brasileiros, afirmando e realçando a individualidade e os atributos do Império frente ao atraso do inimigo. Do ponto de vista material, as armas nacionais são retratas como modernas e mortíferas. Dando provas da supremacia do Império, às vezes um projétil lançado servia para demonstrar "ao inimigo a potência de nossa artilharia."[150] No campo de batalha, eram os equipamentos bélicos que comprovavam o grau de progresso e o avanço técnico de uma nação.

Quanto à população brasileira (que se representava nos combatentes), Taunay, num primeiro momento, reforça a imagem do Brasil como uma comunidade dotada de grandes valores morais, uma comunidade na qual seus compatriotas são descritos como homens honrados, valorosos e corajosos. Eram indivíduos bravos mas que se mostravam sensíveis e atentos ao sofrimento alheio. Cristãos virtuosos que respeitavam os adversários caídos, chegavam mesmo a atrasar a própria marcha para enterrar os corpos dos camaradas e dos paraguaios tombados em batalha. Eram sujeitos disciplinados, e "mesmo nos momentos mais críticos", os soldados brasileiros executavam sempre "com muito vigor" e senso de dever os trabalhos que lhes eram demandados. Os combatentes do Exército imperial são retratados como homens de grande disposição e compleição infatigável: "Muitas vezes observamos que as marchas, por longas que sejam, não podem abater a energia do soldado brasileiro."[151] Tratavam-se de pessoas entusiasmadas e ansiosas por tomar parte em combates, podendo assim dar a sua contribuição à causa nacional.

---

[149] Taunay evidentemente não leva em consideração uma gravíssima opressão vivida em terras brasileiras: a escravidão. Este tema controverso não é mencionado em nenhum momento da narrativa, o que soa como uma curiosa ironia, posto que o autor de *A retirada da Laguna*, assim como outros tantos membros do grupo dirigente, julgava-se apto a libertar os paraguaios da servidão mas não apresentava nenhuma disposição em desagravar os oprimidos de sua própria pátria.
[150] *Ibidem*, p. 88.
[151] *Ibidem*, p. 67.

> "Este bem-estar de que não desfrutávamos há vários meses [proporcionado pela natureza da Província de Mato Grosso], a renovação da existência, o sentimento de plenitude da vida exaltava-nos e transformava-se em desejo de nos distinguirmos, de realizarmos algo notável que chamasse a atenção do país para uma expedição desde muito inativa: a esperança e a alegria reinavam no acampamento."[152]

O clima que acompanha as tropas brasileiras é de euforia nacionalista, revelando o comprometimento incondicional do soldado com a causa de defender a honra da pátria.

> "Estes [os soldados], por sua vez, entregaram-se à ocupação com bom humor. Tocara-se já o hino nacional, recebido com uma explosão de entusiasmo. Vários ajudantes-de-ordens, por sua vez, leram então uma ordem do dia que apelava ao patriotismo da coluna e recomendava-lhe confiança nos chefes. Ecoaram aclamações enérgicas e repetidas após a leitura: a animação atingiu o auge."[153]

E, portanto, acompanhando este clima de arrebatamento que se vivia no acampamento brasileiro, as tropas nacionais são cercadas por uma atmosfera solene, grandiloqüente, particularmente nos momentos que antecedem a confrontação com os adversários paraguaios:

> "Íamos finalmente transpor a fronteira, entrar em território paraguaio e atacar o forte de Bela Vista, que é, daquele lado, a chave de todo o país. Com ânimo redobrado, sentíamos todos a importância da operação. Cada um vestiu o seu melhor uniforme, e as velhas bandeiras, que nenhum feito notável consagrara, foram substituídas por novas, cujas cores vivas se destacavam no belo céu dos campos paraguaios."[154]

Assim, este momento tão extremado de confrontação entre o nacional e o estrangeiro se prestou a reforçar um "sentimento de brasilidade", uma solidariedade entre os nacionais por oposição aos interesses e costumes dos paraguaios. Num clima apoteótico, Taunay descreve o deslocamento das tropas "com bandeiras desfraldadas e música à frente, espetáculo sempre imponente às vésperas de um combate. Graças ao empenho do comandante, apresentaram-se as tropas numa ordem que as teria

---

[152] *Ibidem*, p. 52. O historiador Francisco Alambert chama atenção para a associação que Taunay estabelece entre a natureza brasileira e as marcas psicológicas dos homens que acompanham a tropa imperial. A título de exemplo, menciona-se a passagem em que o Visconde exalta os atributos da geografia brasileira, associando tais atributos ao revigoramento das tropas nacionais. Por oposição, o contato com as terras paraguaias seria uma fonte infindável de mazelas. Ver: ALAMBERT JR., Francisco Cabral. *Civilização e Barbárie, História e Cultura. Representações culturais e projeções da "Guerra do Paraguai" nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República*. São Paulo: Tese de Doutoramento em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998, pp. 52-83. Esta construção discursiva do visconde pode ser facilmente inserida na linha do nacionalismo romântico de valoração dos atributos naturais da pátria, com a respectiva associação entre o "caráter do povo" e a natureza.

[153] TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *Op. cit.*, 1997, p. 76.

[154] *Ibidem*, p. 96.

distinguido em qualquer lugar."[155] Do lado brasileiro estavam a justiça, a civilidade e a ordem. Os combatentes nacionais não temiam as lutas, e nas refregas mais árduas davam elevadas provas de bravura. "Verificamos então o que poderíamos esperar de todos, em termos de coragem e abnegação."[156] Mas, como aponta o texto de Taunay, a ordenação e os bons predicados das tropas se faziam garantidos "graças ao empenho do comandante".

A distinção entre soldados e oficiais evidenciada diante das adversidades

Ainda que exista o empenho por construir a imagem do Brasil como uma nação unida, Taunay não deixa de registrar em sua obra uma distinção entre grupos sociais que integravam o Exército Imperial: de um lado os soldados, de outro, os oficiais. Trata-se de uma diferenciação que vai se revelando gradualmente, às vezes por meio de dados banais, como na ocasião em que se descreve os trajos das tropas nacionais: "Carecíamos de tudo, o despojamento era completo: vestíamos todos farrapos, oficiais e soldados, mas a privação de calçados era, em razão do hábito, muito menos penosa a estes do que aos primeiros, cujos pés estavam inchados e feridos."[157] Para o Visconde, a soldadesca, por sua origem popular, poderia abdicar dos calçados sem maiores prejuízos, ao passo que os grupos dominantes já se revelavam afeitos a tais confortos, signos de civilização que demarcavam os bem nascidos dos mal nascidos. E assim, ao longo de sua narrativa, prossegue Alfredo d'Escragnolle Taunay revelando (não sem certo desconforto) uma dimensão menos polida dos soldados oriundos de grupos subalternos.

Isso não significa que o visconde destituísse os populares de uma aura valorosa. Ao longo d' *A retirada da Laguna* existem significativas passagens nas quais o homem do povo é retratado como um herói a dar as mais vivas mostras de bravura e abnegação em defesa dos interesses e da grandeza da pátria. Em um excerto, por exemplo, realiza-se a alusão a "um soldado cujo nome merece ser lembrado, Damásio" Trata-se de um indivíduo apresentado como herói por sua disposição em arriscar a vida na revolta correnteza do Rio Miranda, buscando assim recuperar o patrimônio da artilharia imperial que se encontrava submerso: "ofereceu-se prontamente para

[155] *Ibidem*, p. 69.
[156] *Ibidem*, p. 130.
[157] *Ibidem*, p. 179.

mergulhar no ponto da imersão [do equipamento perdido], e, depois de reconhecer o fundo e voltar à tona duas ou três vezes para respirar, conseguiu passar em volta do canhão a corda que levava e que serviu para trazê-lo [o canhão] à superfície."[158] Em outro fragmento, faz-se referência a um bravo combatente brasileiro que, após destacada atuação durante batalha contra os paraguaios, caíra ferido:

> "[...] devemos mencionar um jovem soldado, Laurindo José Ferreira, que, cercado por quatro inimigos e tendo como única arma de defesa o fuzil, todo golpeado a sabre, a mão esquerda ferida, o braço direito com cortes profundos em vários lugares e o ombro quase arrancado por um golpe de lança, assim mesmo não se rendeu. Só muito depois curou-se de tantos ferimentos: sua firmeza na ambulância [sic] não foi suplantada pela bravura que havia mostrado diante do inimigo."[159]

Existe ainda outra passagem em que se declara a bravura e o bom desempenho dos combatentes do povo que compunham as armas imperiais. Apesar do fogo cerrado paraguaio, registra-se que "[...] nossos homens não recuaram. Eram, entretanto, simples recrutas de compleição enfermiça vindos de Goiás, comandados, é verdade, por um valente oficial, o capitão Ferreira Paiva."[160]

Até mesmo as mulheres, que na concepção do Visconde representavam um estorvo e um elemento de desestabilização das tropas, foram responsáveis por alguns momentos memoráveis. Registra Taunay que "Uma delas [das 71 senhoras que acompanhavam as tropas imperiais] era apontada como heroína; obstinando-se um paraguaio em arrancar-lhe o filho, apanhou de um salto um sabre abandonado no chão e matou o agressor."[161] Há também a menção ao nobre exemplo da "preta Ana":

> "Uma mulher de soldado, a preta Ana, antecipara, nesta obra de caridade [de prestar os primeiros socorros aos feridos que caíam durante o combate], os cuidados da administração militar. Colocada no meio do quadrado do 17º batalhão, havia cuidado de todos os feridos levados para lá, tirando ou rasgando das próprias vestes o que faltava para os curativos e ataduras."

Mas não foram todas que agiram desta forma louvável, existindo mesmo a conduta "desprezível" "[...] das outras mulheres; quase todas permaneceram escondidas debaixo das carroças, onde disputavam um lugar com horrível tumulto."[162]

Contudo, as demonstrações de heroísmo dadas por indivíduos oriundos de grupos subalternos começam a minguar num dado momento da narrativa do

---

[158] *Ibidem*, pp. 235-236.
[159] *Ibidem*, p. 124.
[160] *Ibidem*, pp. 129-130.
[161] *Ibidem*, p. 186.
[162] *Ibidem*, p. 148.

Visconde. À medida que as adversidades vão se avolumando, uma dimensão menos nobre da soldadesca começa a se revelar, e aquela distinção entre oficiais e soldados, que apenas se insinuava por meio de alusão a calçados, por exemplo, passa a se tornar cada vez mais evidente. Demonstrando grande perplexidade e desolação, Taunay não deixa de registrar uma cena lamentável ocorrida por ação dos brasileiros logo após uma vitória alcançada pelas tropas imperiais em escaramuça contra as forças paraguaias:

> "O campo estava coberto de moribundos e feridos do inimigo: vários soldados nossos, exaltados pela pólvora e pelo fogo, dispuseram-se a acabar com eles; nossos oficiais, tomados de horror, tentaram em vão arrancar-lhes as vítimas das mãos, reprovando-lhes a indignidade de tal carnificina. [...] Vimos, além disso, como complemento inevitável destas cenas deploráveis, a pilhagem desenfreada a que se entregaram os mascates e os acompanhantes do exército; as próprias mulheres participaram do saque. Eram os corpos [dos paraguaios] despidos e revistados, e os despojos ensangüentados passavam de mão em mão como mercadorias, muitas vezes disputadas com violência."[163]

As dificuldades e provações que vinham sendo enfrentadas somadas a um estado de excitação extremada motivado pelo contato com os bárbaros paraguaios (e sempre parece existir uma influência nefasta da selvageria dos vizinhos a repercutir junto aos soldados do Império) acabaram por revelar a dimensão selvagem da soldadesca brasileira. A partir do momento em que o Exército imperial invadiu o Paraguai, entrando em contato com seu território, com sua natureza e com sua gente, uma série de adversidades começou a se interpor no caminho dos brasileiros. Primeiro se deu a interrupção na linha de fornecimento de mantimentos, o que resultou na escassez de víveres e em fome. Depois veio a doença, a cólera a dizimar homens que já se encontravam abatidos. E acompanhando toda esta penosa e desafortunada marcha, os paraguaios desferiam os seus golpes, criavam emboscadas e ateavam fogo na macega ressecada, aumentando assim toda a sorte de infortúnios que grassava entre os brasileiros. Mais do que demonstrar a faceta perversa e diabólica dos inimigos, estas circunstâncias atribuladas acabaram por ecoar junto às tropas imperiais. À medida que a penúria ia aumentando, a coluna brasileira começou a perder seus rumos e a ordem foi seriamente comprometida. Entre os soldados as insatisfações aumentaram, fazendo com que a disciplina e o respeito à hierarquia militar se revelasse cada vez mais ameaçadas. Como contraponto, no texto de Taunay, os membros do grupo dirigente esforçavam-se por manter os códigos de civilidade. Buscando preservar o espírito humanitário entre as tropas brasileiras, os oficiais estabeleceram como incumbência irrenunciável o

[163] *Ibidem*, pp. 145-146.

transporte de todos os doentes, ainda que terminais, os quais deveriam ser conduzidos sempre juntos de seus compatriotas. Além de mostrar-se árdua, tal missão revelava um aspecto oculto dos soldados:

> "As incessantes convulsões dos agonizantes [coléricos] faziam terrivelmente penosa esta tarefa [de transporte dos mesmos por meio de liteiras improvisadas], levando também os soldados, já exauridos, a soltar, como se competissem com os doentes, gritos selvagens de impaciência, com a ameaça de largar tudo e ir embora. Só algumas redes ocupadas por oficiais ainda conservavam um ar de melancólica decência; lembramo-nos de ter visto numa delas o belo rosto resignado do tenente Guerra, rapaz exemplar, filho único de uma viúva que não voltaria a vê-lo."[164]

Mas as privações eram extremas. Os soldados, já sem forças, começavam a questionar suas atribuições. E os valores morais, que antes distinguiam os brasileiros dos paraguaios praticamente, desapareceram. O espírito de sobrevivência agora se impunha e cenas hediondas não tardaram a aparecer. "À espessa escuridão que sobreveio sucedeu sem intervalo uma daquelas noites propícias aos desastres e aos crimes: mais de um dos doentes foi afogado por seus carregadores."[165] Esta situação desesperadora, chegando a seu limite, passou a ameaçar ainda mais a disciplina da tropa, e a ordenação mais elementar que deve existir em uma organização militar dava sinais de grande fragilidade:

> "Uma tentativa de dar nova disposição às liteiras, feita por ordem do comandante, levou ao desespero o descontentamento dos soldados, que enxergavam nisto apenas um aumento de carga e fadiga. Chegamos [os oficiais] mesmo a pressentir que crescia entre eles a idéia de debandada geral: 'Metendo-nos todos juntos no mato', diziam, 'alguns chegarão a Nioaque, e deixaremos pelo menos de ser escravos de moribundos, a maior parte em desvario'."[166]

A passagem acima deixa clara uma clivagem que antes apenas se insinuava: uma oposição entre os oficiais e os demais homens, "nós" como contraponto a "eles". O momento de crise aguda revelou não apenas uma nova faceta dos soldados, como também demonstrou que nestes momentos mais árduos, os oficiais eram os únicos brasileiros a se manterem fiéis aos valores civilizados. Reforçando esta distinção de ordem social, Taunay registra ainda que "um outro mal começou: a deserção. Desapareceram 24 soldados da linha de defesa do acampamento, embora só pudessem esperar a morte pela fome ou pelas mãos do inimigo. A partir deste dia, não houve capão ou matagal que não abrigasse um fugitivo." Mas, por outro lado, "apesar de

[164] *Ibidem*, p. 197.
[165] *Ibidem*, pp. 199-200.
[166] *Ibidem*, p. 204.

dizimados os próprios oficiais, ainda se mantinha calmo o espírito geral da corporação [o Estado-Maior]: acercavam-se eles uns dos outros, reuniam-se, trocavam palavras de cordialidade e de bom conselho."[167] Enquanto os comandantes mantinham-se fiéis aos valores e anseios da pátria, a soldadesca entregava-se aos impulsos primitivos, adotando atitudes que, como conseqüência, apenas lhe acarretaria a morte certa. Assim, ocupando as patentes mais elevadas, cabia aos oficiais do Exército imperial não apenas conduzir as manobras militares das forças brasileiras, como também zelar pela manutenção de um estado de mínima civilidade, ainda que à força. Esta relação fica bem demarcada quando, ainda em referência ao transporte dos doentes, Taunay registra:

> "Cruzaram o rio 86 liteiras, sendo cada uma transportada por oito homens que se revezavam: todos, aliás, de má vontade e enfezados, os mais recalcitrantes mostrando os pés esfolados e sangrentos. De espada em punho, os oficiais exigiam o cumprimento do dever, mais penoso na medida em que dele não se podia esperar nenhum resultado positivo; como estavam todos doentes, por assim dizer, condenados de antemão, sacrificava-se aos moribundos o que no corpo de exército restava de força e esperança no futuro."[168]

A partir de então Alfredo d'Escragnolle Taunay apenas cria imagens que reforçam esta dicotomia no interior das tropas nacionais. De um lado a perda de controle, a insubordinação e a inclemência que ganhava cada vez mais força entre os subalternos. De outro lado os oficiais apareciam como os únicos representantes da civilização brasileira, os únicos que poderiam colocar a salvo a coluna, e em essência, o Brasil, afastando a pátria da barbárie:

> "Aproximando-nos do rio Canindé, não vimos senão destroços de todo tipo, restos do saque [efetuado há pouco pelos paraguaios] espalhados de um lado e outro da estrada e alguns repulsivos montes de farinha e arroz, amalgamados pela chuva às poças de água do chão.
>
> Ninguém teria imaginado que aqueles horríveis montes de mantimentos, praticamente irreconhecíveis, pudessem ser objeto de uma disputa séria, quase um motim; mas é tal o império do organismo sofredor, tal o grito dos estômagos longamente privados de alimento, que soldados se puseram a comer aquilo com avidez de feras que devoram uma presa. Queriam todos correr para lá: romperam-se as fileiras num tumulto indescritível, em meio a uma balbúrdia ensurdecedora de queixas, ameaças, vociferações e risos idiotas, à vista de uma carniça com que cada qual pretendia se fartar. Tentaram os oficiais, inicialmente, interpor sua autoridade, mas ela

[167] *Ibidem*, p. 198.
[168] *Ibidem*, p. 203.

foi ignorada; um deles, o tenente Benfica, insultado por aqueles furiosos, agarrou um soldado, atirou-o no chão e o imobilizou sob o revólver.

A surpresa produzida por este ato de vigor começou por conter a turba.[169]

A situação havia chegado a seu extremo. Com o adoecimento e a morte do Coronel Camisão, os infortúnios atingiram a seu ponto máximo. Urgindo retomar o controle da situação, os oficiais, legítimos representantes do grupo dirigente, reassumiam a tarefa de conduzir a situação a bom termo: precisavam salvar o resto da coluna, conduzindo-a ao território brasileiro, e ainda deveriam levar os soldados a retomarem o caminho da disciplina, da ordem e da civilidade. Em evidente contraponto à desestruturação e instabilidade da tropa, Taunay descreve a maneira regrada como os oficiais se portaram, como reestruturaram o comando militar, conduzindo racionalmente todo o processo para que tudo evoluísse bem:

"Ao meio-dia, reuniu-se o conselho dos comandantes. O major José Tomás Gonçalves, sem nenhum preâmbulo para firmar seu direito, e com aquele tom de confiança que subjuga, com aquele ar de indubitável superioridade a que se prestava a sua fisionomia animada e inteligente, anunciou a morte do coronel Camisão e a do tenente-coronel Juvêncio, seu substituto designado; do que resultava para ele, José Tomás Gonçalves, a obrigação de assumir o comando como capitão, entre os presentes, mais antigo no posto: nada lhe foi objetado. Comunicou-se a seguir a doença do tenente-coronel comissionado Enéas, bem como a entrega do comando ao seu imediato, o major em comissão José Maria Borges.

Esta sucessão no poder, regida pela razão e pelo direito, e habilmente subtraída ao jogo das paixões que podiam eclodir, teve completa sanção de todo o corpo do exército."[170]

A partir deste momento a narrativa de Taunay adquire outro aspecto. A atmosfera até então trágica e repleta de incertezas começa a ficar mais leve, e os primeiros raios de esperança passam a iluminar o cenário que há pouco se mostrava tenebroso. A epidemia de cólera cessa, as mortes de doentes diminuem, o rio que impedia o prosseguimento da marcha dá vau. Com os oficiais assumindo novamente a posição de protagonistas, a civilização suplanta a barbárie e a serenidade volta a reinar junto às tropas, que readquirem confiança graças à intervenção de seu novo comandante:

"Apenas investido do comando, publicou o major José Tomás Gonçalves uma ordem do dia em que, apelando à coragem e aos sentimentos de honra individuais para conjurar o perigo comum, apontava, como único meio de salvação, uma marcha rápida

[169] *Ibidem*, pp. 244-245.
[170] *Ibidem*, pp. 227-228.

> para Nioaque, sem consideração de riscos e custos. O tom vibrante desta proclamação provocou um choque de exaltação moral, útil para elevar ainda mais um estado sanitário que melhorava, bem como para introduzir nos espíritos abatidos os felizes hábitos ardorosos do novo chefe. [...] o prestígio da disciplina restabelecia por toda a parte a confiança.
>
> Uma mudança de chefia desperta sempre a atenção geral e empolga poderosamente, à espera de uma primeira manifestação sensível. O que a ordem do dia do novo comandante não dissera, seus atos revelaram: ele se tornara a personificação da ordem, era o seu instrumento, e logo demonstrou sua força a alguns recalcitrantes que ousaram tentar desobedecer-lhe. Foi imediata a repressão, o que é, para as multidões, o sinal da legitimidade do poder."[171]

Assim, com esta nova disposição, as tropas imperiais concluem com êxito sua retirada e retornam ao território brasileiro. Em solo pátrio, as últimas mazelas que acompanhavam o Exército imperial se dissipam. Já não mais havia a influência nefasta da selvageria da natureza e do povo paraguaio a desvirtuar os soldados brasileiros. Mas o desfecho feliz não era capaz de apagar as dolorosas revelações recentes. As dificuldades que se colocaram no caminho das tropas imperiais demonstravam para Taunay que o grau de civilização alcançado pelo homem de origem popular não passava de uma conquista instável. Diante das privações impostas pelos paraguaios, os valores morais dos soldados se revelaram pouco vigorosos. Nessas ocasiões, estes indivíduos chegavam mesmo a se igualar ao paraguaio, exemplo de atraso e barbárie que grassava em terras hispano-americanas. Desse modo, colocavam em risco não apenas a disciplina das tropas como também a causa nacional. Contudo, felizmente os oficiais estavam de prontidão e, cônscios de suas responsabilidades, souberam controlar a situação. Evitaram a quebra de hierarquia e levaram a coluna às terras brasileiras em segurança. O Visconde demonstra que apesar dos perigos que cercaram a expedição, o grupo dirigente soube se manter atento, zelando pela civilização em terras brasileiras. Mas desolado, constatou que a barbárie também estava à espreita, escamoteada entre os homens do povo, o que exigia dos dirigentes uma postura vigilante, mantendo-se sempre de prontidão para impedir que a civilização retrocedesse no Brasil, evitando, assim, que o país se igualasse ao restante da América hispânica.

[171] *Ibidem*, pp. 230-231.

José Francisco Lopes, um herói popular?

Dentre as personagens populares que figuram n'*A retirada da Laguna*, uma projetou-se em especial. Trata-se de José Francisco Lopes, o guia sertanejo que voluntariamente se juntou às tropas imperiais em campanha na região de Mato Grosso mesmo sem estar oficialmente alistado. O guia Lopes emerge como um autêntico homem do sertão, região que se definia, em grande medida, em oposição aos grandes centros urbanos dispostos na costa brasileira. Se por um lado as cidades representavam para os grupos dirigentes nacionais os pontos de contato com o mundo europeu, constituindo-se em zonas cosmopolitas que simbolizavam o que havia de mais civilizado no Império brasileiro, o sertão, por sua vez, assumia a imagem das matas virgens, dos grandes vazios demográficos e das solidões incultas. Era, para usar a expressão do historiador Francisco Alambert, a fronteira entre a civilização e a barbárie, visto que estas áreas semi-povoadas configuravam zonas de transição entre o mundo urbano e o universo desconhecido e inexplorado onde reinavam povos nativos com seus costumes selvagens, e, para além, os desprezíveis paraguaios.[172] Pois foi nestas paragens que nasceu e se criou José Francisco Lopes. Natural de São Roque de Minas, distrito de Piumhí, nasceu no dia 26 de fevereiro de 1811. Seus ancestrais eram desta região, mas aos poucos a família começou a se dispersar, tendo uma parte dela migrado para a vila paulista de Franca e outra parte se espalhado pelo território mais ao interior do Brasil, em especial na área fronteiriça que então compunha a Província de Mato Grosso.[173] Reproduzia-se assim um estilo de vida migrante orientado pela busca por novas terras para se fixar, produzir e constituir riqueza.

Se à época os grupos dirigentes tomavam o sertão como uma zona intermediária, uma espécie de fronteira entre a civilização e a barbárie, o sertanejo era visto como um homem de transição entre dois mundos: um ligado à cultura e o outro conformado à natureza bruta. Ser um sertanejo significava, portanto, possuir um vínculo com o mundo branco civilizado e outro com o mundo da matas nativas selvagens. Assim, a tradição cultural de origem européia em contato com a natureza brasileira teria se moldado ao longo dos anos, conformando-se a uma nova realidade durante o

[172] Cf. ALAMBERT JR., Francisco Cabral. *Op. cit.*, pp. 60-61.
[173] Outras informações gerais sobre a migração de membros da família Lopes podem ser encontradas em: DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis. A presença feminina na Guerra do Paraguai*. Dourados: Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2002, pp. 52-55.

processo de desbravamento de territórios virgens e da superação das adversidades que as solidões das terras bravias impunham, surgindo ao final o sertanejo. Nesta ótica, o homem do sertão resultava em um indivíduo de personalidade multifacetada. Era, em parte, resultado de conhecimentos que vinham da cultura branca européia, ao mesmo tempo em que era também a manifestação de uma nova tradição cultural, genuinamente nacional, posto que este homem se criava a partir do contato direto com a natureza brasileira, não se pautando mais por valores vindos exclusivamente do exterior. E é justamente esta dimensão híbrida e nacional que parece ter fascinado Alfredo d'Escragnolle Taunay, que recorre a sua caneta para retratar e investigar esta categoria de brasileiro de origem popular, fixando-se particularmente na figura de José Francisco Lopes.[174]

Quando, em princípios de 1867, as tropas imperiais chegaram à região de confronto na Província de Mato Grosso, José Francisco Lopes contava com 55 anos de idade. Após viver durante sete anos com a família no Paraguai, ele havia retornado ao Brasil, estabelecendo-se na região de Nioaque, ou, mais especificamente, na fazenda Jardim, propriedade sua tornada fértil graças a seu trabalho e ao esforço de seus filhos já adultos. Mas com a deflagração do conflito, as terras do sertanejo foram invadidas pelos paraguaios e grande parte de seus parentes bem como membros de outras famílias de fazendeiros da localidade (como os Barbosa e os Ferreira) foram aprisionados pelas forças invasoras, sendo levados quase todos para a vila de Horcheta, a sete léguas de cidade paraguaia de Conceição, onde passaram a cultivar terras fornecidas pelo governo de Solano López.[175] Entre os prisioneiros encontravam-se Rafaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa, mais conhecida como Dona Senhorinha, a esposa de Francisco Lopes, seu filho, seu genro Gabriel Francisco Barbosa, entre outros parentes.[176] Sozinho, com a mente tomada por lembranças da família querida, o sertanejo identificou na operação das tropas imperiais uma oportunidade para conciliar valores cívicos com interesses pessoais: ajudaria a defender a pátria contra a nação invasora ao mesmo tempo em que buscaria se vingar daqueles que capturaram seus parentes. Desse modo, com viva disposição, aceitou o convite formulado pelo Coronel Camisão para se juntar às tropas, passando a atuar como guia da expedição.

---

[174] Esta compreensão dual do sertanejo acompanha a percepção dicotômica do Visconde acerca do sertão, pois, como lembra Sergio Medeiros, "essa região, segundo Taunay, exibe duas características contrastantes: é às vezes 'esplendorosa', outras, 'inóspita'." *Op. cit.*, p. 16.
[175] Cf. TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *Op. cit.*, 1997, p. 58 e também pp. 70-71.
[176] Para informações adicionais sobre a família de José Francisco Lopes, ver DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Op. cit.*.

Foi nestas circunstâncias que Alfredo d'Escragnolle Taunay conheceu a rica e complexa figura de Francisco Lopes. Descrito como "velho pioneiro explorador da região" de fronteira, o guia passa desde logo a atrair as atenções da narrativa. Dentre os diversos atributos do sertanejo, talvez o que mais tenha despertado a curiosidade do Visconde foi a relação entre o homem e a natureza e o conhecimento que a partir daí se construiu. Sondando as origens desta afinidade, Taunay remonta a um passado impreciso:

> "Seu gosto [de Francisco Lopes] pelas longas viagens datava da infância; comentava-se também que um ato de violência, na primeira mocidade, tornara-o [o gosto pelas viagens] uma necessidade durante algum tempo; a seguir, com a idade, desenvolvera todas as suas aptidões. De uma sobriedade quase absoluta, viajava dias inteiros sem beber, levando na garupa do cavalo um saquinho de farinha de mandioca, amarrado ao pelego macio que lhe forrava a sela; tinha sempre à mão um machado para cortar palmitos."[177]

A partir de experiências imprecisas (e que de certa forma já antecipam uma dimensão bruta, uma existência violenta que se associa à história do guia), Francisco Lopes teria se familiarizado com o sertão. Tornou-se assim conhecedor das regiões mais incultas e desenvolveu um estilo de vida que lhe permitia garantir a sobrevivência mesmo encontrando-se em situações adversas e em localidades hostis. Neste particular, o vínculo com a natureza rústica dotava o guia de um bom atributo, um conhecimento adaptado às realidades mais severas. Mas este não era o seu único predicado. Além deste aguçado senso de sobrevivência, Taunay aponta que o espírito aventureiro do Francisco Lopes transformara-o num exímio conhecedor do território interiorano brasileiro:

> "Oriundo da vila de Piumhí, província de Minas Gerais, percorrera, ao sabor do acaso, todos os pontos da região que se estende do rio Paraná ao rio Paraguai. Conhecia perfeitamente os campos que confinam com o rio Apa, fronteira do Império com o Paraguai; havia explorado certas localidades virgens até então nunca pisadas pelo homem, mesmo selvagem; deu nome a algumas delas (pedra de Cal, entre outras)."[178]

A partir daí, fundindo conhecimentos geográficos (adquiridos praticamente de modo instintivo), com patriotismo (que também parece brotar naturalmente, como se emergisse da terra), Taunay demonstra como a figura do sertanejo encarnava, num certo sentido, o tipo ideal de súdito brasileiro:

---

[177] TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *Op. cit.*, 1997, p. 58 e também pp. 56-57.
[178] *Ibidem*, p. 57.

> "[Francisco Lopes] havia tomado posse sozinho, em nome do Brasil, de uma imensa floresta no meio da qual plantara uma cruz talhada grosseiramente no local, com uma inscrição de próprio punho: 'P.II' (Pedro Segundo): monumento imponente perdido no fundo dos desertos; a iniciativa do pioneiro havia dado novos domínios ao soberano."[179]

A narrativa descreve um desbravador que age voluntariamente. Mas Taunay cuida para colocar este espírito indômito ao lado das autoridades imperiais, ressaltando que suas ações se faziam "em nome do Brasil". Contudo, esta não era a única demonstração de patriotismo revelada n'*A retirada da Laguna*. A lealdade deste súdito ainda se fazia notada por meio de demonstrações de generosidade ilimitada, posto que em diversas ocasiões o sertanejo ofertou, sem comedimento, boa parte de sua propriedade à expedição militar brasileira, como se passou com as 250 cabeças de gado trazidas da fazenda Jardim para abastecer as tropas no dia 03 de março, reforçado este abastecimento logo depois por um novo rebanho composto por mais 200 cabeças. Estas ofertas providenciais impediram a disseminação da fome entre os soldados brasileiros e transformavam o sertanejo numa criatura redentora.[180] Generosidade, entrega e comprometimento com a causa nacional e com os esforços de guerra fundiam-se na figura de Francisco Lopes, que passa a ser investido também de um elevado sentimento de abnegação segundo as descrições de Taunay. A narrativa parece revelar ainda uma grande dedicação (que beira à submissão) do sertanejo aos anseios e necessidades da pátria, como ocorre, por exemplo, ao se registrar a realização de uma expedição num passado não identificado:

> "Numa viagem realizada para estudar a navegação do rio Dourados, [o guia Lopes] sofreu na planta do pé um grave ferimento, do qual jamais se curou inteiramente. Certo dia, como olhássemos para essa ferida semicicatrizada, mas ainda sangrando, ele nos disse: 'O governo prometeu-me, como indenização, uma recompensa de 300 mil réis, mas nunca me pagou: perdoei esta dívida. O que eu merecia é uma condecoração: já a tenho, não desejo mais nada'."[181]

Se fora de combate Francisco Lopes demonstrava ser um homem hospitaleiro e generoso, em campo de batalha seus atributos não se revelavam menores. Segundo Taunay, ele era capaz de atos intrépidos, movimentos arrojados e gestos de bravura que inspiravam respeito nos demais soldados brasileiros. E mesmo possuindo tantos talentos, o Visconde não deixa de enfatizar a posição subalterna do sertanejo,

---

[179] *Ibidem*, p. 57.
[180] Ver: *Ibidem*, pp. 61 e 62.
[181] *Ibidem*, pp. 57-58.

demonstrando inclusive a existência de uma espécie de autoconsciência do guia acerca de sua condição submissa:

> "[Francisco Lopes] nunca esquecendo a modéstia da posição que alcançara [de guia], costumava dizer: 'Sou um sertanejo, não sei nada; os senhores que estudaram nos livros é que devem saber tudo'."
>
> Orgulhava-se apenas de seus conhecimentos da região, pretensão legítima, aliás, pois a ela devemos a nossa salvação. 'Desafio os engenheiros com suas agulhas (bússolas) e seus mapas', exclamava. 'Nos campos de Pedra de Cal e Margarida, sou eu o rei. Só eu e os índios cadiueus conhecemos aquilo tudo.'"[182]

Esta dimensão de subalternidade é uma marca muito importante a constar na narrativa e não deixa de ser, na visão de Taunay, um bom atributo quando associado a homens de origem popular. Assim, por meio da figura do guia Lopes, o Visconde preserva a distinção social, demonstrando que os oficiais, detentores de um saber acadêmico, ocupavam um lugar de destaque e de comando. É verdade que esta superioridade do saber civilizado não valia por si mesma, colocando-se à prova em circunstâncias excepcionais como aquela em que se encontrava a coluna brasileira. No contexto de contato com os sertões misteriosos e bravios, em terras pouco conhecidas da região de fronteira, o conhecimento de caráter mais empírico, construído no contato cotidiano com a natureza, revelou as suas vantagens. Mas este saber deveria vir a se somar. Respeitando a hierarquia social, Taunay insere a figura de Francisco Lopes com seus conhecimentos empíricos numa relação de complementaridade. Sob o comando dos ilustrados oficiais, as experiências e saberes do guia Lopes incorporavam-se na busca do êxito da expedição militar.

Porém, quando as adversidades aumentaram e impôs-se a necessidade de efetivação de uma retirada militar estratégica, o Visconde não hesita em assumir que as esperanças de todos, inclusive dos comandantes, estavam depositadas nos conhecimentos e nas mãos do sertanejo, enfatizando a confiança no "[...] velho Lopes, que, se era intrépido e, pode-se dizer, terrível no combate, uma vez envolvido nele, mostrava-se nas decisões, mais do que ninguém, homem de bons conselhos e expedientes imprevistos. Somente deste último lado poderíamos esperar algum meio de salvação."[183] E esta salvação veio de diversas formas. Nas ocasiões em que os paraguaios atearam fogo na macega tentando atordoar e sufocar o Exército brasileiro com chamas, "foi Lopes quem primeiro deu pelo incêndio: já o esperava; nada em sua

[182] *Ibidem*, pp. 58-59.
[183] *Ibidem*, p. 152.

pessoa manifestou surpresa. Imóvel por algum tempo, interrogou o horizonte e em seguida, quebrando o silêncio com uma daquelas apóstrofes costumeiras em homens simples que deparam com um empecilho, desafiou as chamas que começaram a crescer: 'Pois bem! Lutaremos!"[184] E logo depois o guia

> "[...] já organizava o pessoal de que dispunha: ordenou aos homens que cortassem rapidamente o mato que nos cercava e, feito isso, que o transportassem o mais longe possível; cuidou pessoalmente para que ainda fosse amassado com os pés, coberto de terra e comprimido, o que exigiu grande esforço e muito sofrimento dos trabalhadores. Mas todos corríamos risco de vida, e as ordens do guia não eram senão a expressão da mais rigorosa necessidade. Nesta cena de incêndio da macega, Lopes foi para nós a grande figura, dando ordens por toda a parte, prodigalizando-se, sua silhueta projetando-se sobre as chamas ou desaparecendo entre elas; entretanto, não era um personagem de teatro: estaríamos perdidos sem ele."[185]

Em outra ocasião, já em plena retirada, havendo a necessidade de adoção de um caminho que acelerasse o retorno ao território brasileiro e que ao mesmo tempo surpreendesse os paraguaios, foram mais uma vez os conhecimentos de Lopes que pautaram a decisão do comando da expedição.

> "A maioria dos oficiais também se pronunciou pela adoção desta passagem, através da qual nos conduziria Lopes, que, dando sua palavra, afirmou novamente que dentro de cinco ou seis dias estaríamos na fazenda [Jardim, propriedade do guia] [...]
>
> Último grande dia para José Francisco Lopes! A opinião da tropa estava toda a seu favor, bem como a dos oficiais e do chefe. A confiança de todos o investira, com certa solenidade, de uma autorização quase ilimitada: a necessidade pública e a lei suprema da salvação transformaram-no como que num ditador entre nós."[186]

Muito embora o experiente guia fosse auxiliado por seu filho e por seu genro no desafio de orientar as tropas imperiais (posto que estes dois jovens haviam sido recentemente incorporados à coluna após fuga do cativeiro paraguaio), era ele, José Francisco Lopes, que ia assumindo uma posição de destaque cada vez maior, tornando-se uma espécie de protagonista da expedição brasileira. Tamanha era a importância das habilidades e dos saberes do sertanejo que a hierarquia da coluna em alguns momentos parece subvertida: um homem de origem popular passava ditar aos oficiais quais atitudes e manobras deveriam ser executadas.[187]

---

[184] *Ibidem*, p. 160.
[185] *Ibidem*, pp. 163-164.
[186] *Ibidem*, p. 156.
[187] O historiador Francisco Alambert nota que a projeção do guia e o seu papel de liderança ao longo da retirada são reconhecidos por Taunay com certa desconfiança, receio que se manifesta, por exemplo, por

Contudo, apesar das inúmeras qualidades constatadas no guia, Taunay não deixa de revelar gradualmente uma dimensão menos nobre que se ocultava na personalidade do sertanejo. Em algumas passagens o Visconde insinua um orgulho que Francisco Lopes nutria por si mesmo, um sentimento perigoso quando notado num homem de origem popular: "[...] vimos avançar o velho Lopes, montado num belo cavalo baio, um daqueles que seu filho e nossos outros refugiados haviam tomado aos paraguaios. Não cabia em si de contentamento, o olhar como de ave de rapina fixado em Bela Vista, que começávamos a perceber."[188] Dada sua proeminência na condução das tropas imperiais por caminhos desconhecidos, a figura de um simples sertanejo parecia tomar um vulto maior do que o recomendável. Para além desta altivez incômoda, em outras passagens Taunay revela outra faceta reprovável do guia. O Visconde demonstra que apesar de Lopes possuir um espírito arrojado, suas ações e ousadias eram em muitas circunstâncias temerárias, colocando mesmo em risco a vida dos soldados brasileiros:

> "Pôs-se o nosso guia Lopes a provocá-los [os paraguaios] com assobios e palavras ofensivas, das quais era difícil não rir. Poderiam ter-se voltado contra nós, e aqueles robustos soldados, montados em cavalos poderosos e trazendo pesados sabres, teriam reduzido a nada nosso pequeno grupo, montado e armado precariamente; mas não pensamos nisto, e Lopes ainda menos do que os outros."[189]

Alfredo d'Escragnolle Taunay revela ainda a existência de um excessivo senso de oportunidade a pautar as ações de Francisco Lopes. Embora o sertanejo desse provas de patriotismo abnegado e generoso, o Visconde revela que as ações do guia eram motivadas particularmente pela lembrança da família aprisionada e pelo temor de que seus parentes pudessem sofrer no cativeiro. Assim,

> "Por todas estas razões o coronel Camisão encontrou nele [em Francisco Lopes] um partidário apaixonado. Quando o comandante comunicou a Lopes seus projetos e ofereceu-lhe, como guia da expedição, a oportunidade de ir ao encontro da família e vingar as afrontas recebidas, o sertanejo brasileiro aceitou com ardor, e também com um perfeito senso de conveniência."[190]

É justamente a este senso de conveniência que se atribuem muitos dos atos inconseqüentes do guia Lopes.

> "O intrépido velho havia-nos quase sempre precedido em nossa corrida a todo o galope, por mais que nos esforçássemos; a cada momento aumentava a velocidade, ao pensar na

---

meio do emprego do termo "ditador", vocábulo destinado particularmente à depreciação do Presidente Francisco Solano López. Ver: ALAMBERT JR., Francisco Cabral. *Op. cit.*, p. 68.

[188] TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *Op. cit.*, 1997, p. 97.

[189] *Ibidem*, pp. 98-99.

[190] *Ibidem*, p. 58.

> mulher, duas vezes capturada e cativa no Paraguai, nos filhos, nos amigos, nos companheiros de vida, prisioneiros como ela; mil recordações de atrocidades antigas e recentes alimentavam nele uma sede de vingança."[191]

O oportunismo de Francisco Lopes vai ganhando uma proporção cada vez maior na narrativa, e atinge o clímax nos momentos que antecedem a invasão do Paraguai. No contexto de impasse, entre o anseio por realizar uma manobra militar memorável em defesa dos interesses nacionais e o receio de colocar a expedição brasileira em risco em função da carência de uma linha de abastecimento de víveres, os conselhos de Francisco Lopes passaram a ser o fiel da balança. Contudo, Taunay demonstra que tais conselhos não se pautavam pela razão, mas tinham como motivação elementos de ordem emotiva e pessoal.

> "Preocupado, sombrio, sem falar com ninguém desde que havíamos recuado, [o guia Lopes] estava absorvido na contemplação dos sofrimentos de sua família, submetida a cativeiro, sujeita a ser torturada, se já não o fora: a mulher, os filhos, os amigos.
>
> Pareceu-lhe que a marcha para a frente, decidida em nome do patriotismo e da humanidade, era um compromisso definitivo, mesmo que a todos custasse a vida! Agora que se falava novamente em penetrar no Paraguai, enchia-se de entusiasmo e tornava-se expansivo; do comandante, fechado em seu silêncio, ia ter com os oficiais e passava destes aos soldados, afirmando que ele próprio se encarregaria de abastecer o corpo de exército. Confiássemos nós em sua experiência e ele nos conduziria, por um caminho que mais ninguém conhecia, a um lugar seguro, onde deveríamos aguardá-lo. Enganavam-se os que supunham exauridos os recursos de sua fazenda. Ele ainda possuía reservas, estava disposto a sacrificá-las... Já sacrificara tudo. Admiramos a sua alma magnânima; mas suas ilusões eram patentes, e os exageros, destruindo-se a si próprios, ajudavam-nos a abrir os olhos para a verdade."[192]

Assim, parte da responsabilidade pela manobra imprudente de invadir o território paraguaio passa a ser atribuída ao guia, ou seja, o sertanejo torna-se um dos responsáveis pela tragédia que se abateu sobre as tropas brasileiras, posto que sua firme resolução em socorrer familiares e amigos se converteu em conselhos decisivos que levaram as tropas imperiais a executar uma manobra inviável, apoiada em conjecturas improváveis.[193]

---

[191] *Ibidem*, p. 99.
[192] *Ibidem*, pp. 134-135.
[193] No que diz respeito ao aconselhamento que resultou na fatídica manobra de invasão do território paraguaio, em outra passagem Taunay relata também a influência exercida por familiares de Francisco Lopes: "Nesta perturbação de espírito, e na falta de dados seguros para tomar uma resolução, deu ouvidos [o Coronel Camisão] aos refugiados [filho e genro do guia Lopes], que, consultados indiretamente, puseram-se a falar, com mais desenvoltura do que até então haviam demonstrado, de uma fazenda chamada Laguna, a cerca de quatro léguas de Bela Vista; era propriedade do presidente da república e destinava-se à criação de gado. Ali encontraríamos, diziam eles, um grande rebanho, e teríamos a posição

Mas havia ainda outros inconvenientes na personalidade do sertanejo. Além de conferir parcela significativa da culpa pela manobra de invasão do território paraguaio a José Francisco Lopes, Taunay identifica no guia um perigoso sentimento de "amor próprio" que quase colocou em risco as vidas de toda tropa brasileira. A manifestação de tal sentimento se dá na delicada ocasião em que o Exército imperial empreendia sua marcha de retirada por caminhos nebulosos. Assim, num clima de suspeitas, Taunay registra sua desaprovação à atitude de Francisco Lopes, que buscava mascarar a inconveniente constatação de encontrar-se desorientado:

> "Nosso guia, tão triste e pensativo como o víramos antes do incêndio, seguia à frente da coluna e às vezes se distanciava demais, sem prestar atenção ao perigo que corria. [...]
>
> O coronel [Camisão], também impressionado com o ar inquieto de Lopes, perguntou-lhe sem rodeios se estávamos no rumo certo, se caminhávamos como ele queria, mas só obteve uma resposta evasiva, fazendo-nos acreditar que o guia havia perdido a segurança, ainda que hesitasse em admiti-lo. Aqueles que durante muito tempo viveram nas matas são, mais do que os outros homens, dominados pelo amor-próprio; provém este sentimento dos próprios selvagens, entre os quais é muito poderoso, como se pode verificar pela inquebrantável firmeza com que suportam os tormentos mais cruéis que um inimigo vencedor resolva lhes infligir."[194]

A este perigoso sentimento de "amor próprio" vinha se somar outro inconveniente: as relações familiares cultivadas entre os sertanejos haviam desenvolvido nos filhos uma deferência excessiva em relação a seus pais, impedindo assim que os equívocos nos rumos tomados pelas tropas pudessem ser corrigidos.

> "Avançamos deste modo, embora extenuados, por quase duas léguas. Confidencialmente, o filho de Lopes veio dizer-nos que, segundo acreditava, tínhamos de reconhecer um grande rio chamado das Cruzes. Observaram-lhe que estas palavras pareciam sugerir que marchávamos ao acaso; respondeu imediatamente que de fato não sabia para onde nos dirigíamos e que infelizmente tinha consciência de um erro, mas não ousava dizê-lo ao pai. Procurara-o fazê-lo ver que já não sabia onde estavam, mas o respeito pelo pai, pelo chefe da família, por aquele que tantas vezes o guiara em viagens por aquelas solidões, obrigara o rapaz a guardar silêncio. Este traço da vida primitiva não podia deixar de ser registrado: fez-nos correr um grande perigo.
>
> Quando o velho constatou que duvidávamos de sua capacidade de direção, sentiu um desgosto amargo e não pôde ocultá-lo: 'Sem o transtorno desta interrupção',

---

segura e base sólida de operações. Como esta sugestão parecia agradar ao coronel, vários oficiais que o rodeavam e a quem ele parecia consultar deixaram-se também seduzir pela idéia." *Ibidem*, pp. 105-106. O Visconde partilhava assim a responsabilidade pela tragédia que se abateu sobre as tropas imperiais com os demais sertanejos, parentes do guia Lopes.

[194] *Ibidem*, pp. 175-176.

murmurou, 'o caminho nos guiaria por si mesmo; nunca se deve parar quando se está explorando o terreno'.

Não permitiu que seguíssemos a indicação dada por seu filho; era, aos seus olhos, uma violação das leis da natureza, do direito patriarcal. Felizmente, a noite se acercava e impediu-nos de prolongar uma marcha evidentemente incerta."[195]

Para Taunay, estes vícios identificados na personalidade de Francisco Lopes e dos sertanejos em geral referiam-se à dimensão menos civilizada do homem nascido e criado nos sertões, em terras assoladas por valores selvagens onde prevalecia não a lei moldada pelos anos de tradição jurídica, mas sim a lei da natureza. Essas características mais nebulosas e preocupantes ocultavam-se na alma do sertanejo, podendo se revelar nos momentos mais inusitados e colocando em risco o êxito dos brasileiros. Tais vícios eram certamente o resultado de uma vida distante do mundo civilizado, tão familiar ao universo do Visconde. Mas por paradoxal que possa parecer, era justamente essa vida construída longe dos grandes centros urbanos e repleta de deformidades que reservava os conhecimentos e valores necessários à sobrevivência da tropa imperial nas circunstâncias excepcionais da retirada. Apesar do equívoco de Lopes e do clima de desconfiança que se seguiu após as hesitações na escolha do caminho a ser trilhado, foram as orientações de Francisco Lopes que garantiram o retorno da coluna expedicionária ao território brasileiro. Assim, o sertanejo readquiria o prestígio e a confiança que antes desfrutava e, segundo as impressões de Taunay, Lopes,

"[...] após dúvidas cruéis, sentia-se justificado aos próprios olhos. A alegria devolveu-lhe toda a vivacidade da primeira juventude. [...]

Estava novamente em plena posse de si mesmo, livre de toda a responsabilidade que o acabrunhara; e, quando lhe observavam que precisava poupar-se, respondia que ninguém podia modificar os desígnios de Deus, cujas decisões tínhamos de acatar cegamente; Deus lhe dissera que chegávamos ao fim de nossas provações: 'Aliás', acrescentava, 'saibamos morrer; os sobreviventes dirão o que fizemos'."[196]

As manobras da tropa imperial aproximavam-se do fim. Mas existem momentos em que a vida real parece surpreender, como se buscasse oferecer material precioso para a composição de uma ficção. Após longo período de privações e dores, quando as operações do Exército brasileiro acercavam-se de um desfecho feliz, o guia Lopes comunicou a morte de seu estimado filho na véspera da chegada das forças ao

[195] *Ibidem*, pp. 176-177.
[196] *Ibidem*, pp. 194-195.

território brasileiro. E completando este quadro dramático, pouco tempo depois, também vitimado pela cólera, Francisco Lopes dava suas últimas orientações:

> "Designou-se o ponto de parada: era no retiro[197] da propriedade de Lopes; chegava ao seu termo a missão do velho guia, e este dever parecia ser o último laço que o ligava à vida. Horas antes, Lopes dissera-nos: 'Olhem aquele campo verde-escuro; é o meu reduto, não chegarei lá. Os senhores em breve estarão em Nioaque'.
>
> Enfraquecido, curvado, ia com a cabeça inclinada sobre o arção da sela. De repente escaparam-lhe os estribos e ele rolou para o chão, abatido pela doença. Levado para uma carreta de canhão, foi aos poucos se reanimando, e dali ainda dirigia a marcha. Como seu genro Gabriel quisesse cruzar uma mata, disse numa voz apagada: 'Contorne-a, esta é muito fechada'."[198]

E numa coincidência digna de um romance imaginoso, José Francisco Lopes expira às portas de sua amada fazenda Jardim. Cumpria assim a sua palavra empenhada, entregando em segurança o que restava da coluna imperial a um terreno benfazejo, em pleno solo brasileiro. A partir de então a propriedade do sertanejo proveria os soldados famintos de alimentos há muito tempo demandados. Sem deixar este tocante momento passar em branco, num comovente excerto, Taunay descreve a atmosfera que acompanhava a tropa naquela trágica ocasião:

> "A meia légua do retiro, atingimos enfim a margem do rio Miranda, mas excessivamente abatidos e doentes para sentir a alegria que havíamos esperado. Na margem oposta, vimos a casa do guia, o teto hospitaleiro onde o viajante encontrava outrora boa acolhida e fartura de tudo. No momento de chegar, o nobre velho rendeu a alma, insensível à visão do que tanto amara.
>
> Foi enterrado em nosso acampamento. Os amigos colocaram uma cruz de madeira sobre sua sepultura."[199]

A partir de então as adversidades começam a ser superadas. Já em terras brasileiras, a terrível doença esmorece e, sob novo comando militar, a esperança ressurge e tudo começa a se encaminhar bem. Dando conta do bom termo da expedição, Alfredo d'Escragnolle Taunay reproduz a ordem do dia assinada pelo Comandante José Tomás Gonçalves datada de 12 de junho de 1867, e que de certa forma procurava resumir os 35 dias de campanha efetivada pelas tropas brasileiras:

> "A retirada, soldados, que acabais de efetuar, fez-se em boa ordem, ainda que no meio das circunstâncias mais difíceis. Sem cavalaria, contra o inimigo audaz que a

---

[197] De acordo com as informações apresentadas por Sergio Medeiros, prefaciador e comentador da obra de Alfredo d'Escragnolle Taunay, "retiro" designava o local onde os criadores de gado reuniam suas reses para marcá-las, dar-lhes sal e efetuar a sua contagem. Esta informação também é fornecida pelo próprio Taunay em seu romance *Inocência*.

[198] TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *Op. cit.*, 1997, p. 213.

[199] *Ibidem*, pp. 215-216.

possuía formidável, em campos em que o incêndio da macega, continuamente aceso, ameaçava devorar-vos e vos disputava o ar respirável, extenuados pela fome, dizimados pela *cólera* que vos roubava, em dois dias, o vosso comandante, o seu substituto e ambos os vossos guias, todos esses males, todos esses desastres vós os suportastes numa inversão de estação sem exemplo, debaixo de chuvas torrenciais, no meio de tormentas e através de imensas inundações, em tal desorganização da natureza que ela parecia conspirar contra vós. Soldados, honra à vossa constância que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras!"[200]

A retirada da Laguna chegava a seu fim realizando um movimento narrativo parabólico. O livro que se inicia num clima de entusiástico patriotismo, passa a descrever uma série de agruras que acarretaram muitas incertezas, dor e morte até chegar a seu desfecho, onde novamente prevalece uma atmosfera de otimismo, reforçando o bom desempenho das tropas nacionais. De certa forma, um percurso narrativo semelhante pode ser observado ao longo de todas as passagens nas quais Taunay apresenta as características e ações de José Francisco Lopes. Parte-se de um entusiasmo acentuado em relação à figura do sertanejo, passa-se por momentos de incertezas até que se chega ao desfecho exitoso (ainda que, no caso do guia, o destino lhe reservasse uma trágica e irônica surpresa – a impossibilidade de retomar seu antigo estilo de vida justamente quando se encontrava às portas de sua estimada fazenda Jardim). Assim, tanto na narrativa referente à coluna brasileira quanto naquela relacionada à vida de Lopes, o desfecho parece ser triunfal. Estava retomada a credibilidade nos homens brasileiros, que se mostravam aptos a enfrentar as mais árduas missões em defesa da causa nacional.

Desta maneira, inserido no contexto do Romantismo e afeito aos pressupostos nacionalistas desse movimento artístico, o Visconde de Taunay elaborou uma narrativa que representava sua contribuição à construção e/ou reforço da identidade nacional brasileira. Produziu uma epopéia na qual o brasileiro, após passar por uma série de provações, conseguia concluir com altivez uma campanha militar realizada em defesa da integridade e da honra nacionais. E nesta narrativa heróica, uma personagem tipicamente brasileira ganhava proeminência, sendo uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento de toda a ação. Era a figura de José Francisco Lopes, a figura do sertanejo. Como lembra Bernardo Ricupero, uma das preocupações maiores (e com forte dimensão política) dos artistas românticos era identificar as peculiaridades da terra para, a partir daí, elaborar um discurso com as cores locais, dotando o país de uma

[200] *Ibidem*, pp. 263-264.

identidade própria, com símbolos próprios.[201] Após entrar em contato com os sertões brasileiros, Taunay percebeu nas terras do interior e em sua gente as peculiaridades do homem nacional. Assim, o sertanejo investido de atributos positivos passava a figurar praticamente na condição de herói, repousando sobre ele as esperanças de salvação da expedição militar brasileira.

A princípio, quando se fez integrar à coluna expedicionária enviada ao Mato Grosso, Taunay acreditava que a guerra estaria encerrada antes mesmo da chegada das forças imperiais ao território brasileiro invadido.[202] Entendia, assim, que a expedição representava uma oportunidade para a contemplação da idílica natureza do interior do Brasil, possibilitando um contato com os autênticos atributos nacionais, como almejavam os artistas e intelectuais de inspiração romântica. "Todo o interior do Brasil se abria ante os nossos passos, nada mais, nada menos, e, certamente, a vastidão tem inúmeros atrativos e grandioso prestígio",[203] dizia o Visconde no início da marcha. De acordo com Maria Lídia Maretti, a partir de então Taunay passaria a pensar "[...] a configuração de uma imagem de nação que supõe, por exemplo, a necessidade de interiorização do olhar nacionalista para além [...] dos estreitos limites litorâneos tradicionais."[204] Mas a expectativa inicial de escapar dos combates foi frustrada. O conflito estendeu-se indefinidamente ao longo dos anos e os olhos do visconde se viram forçados a presenciar as mais terríveis cenas de miséria proporcionadas pelo contexto de beligerância. Desse modo, ainda segundo Maria Lídia Maretti, a guerra contra o Paraguai acabou por evidenciar as contradições subjacentes à sociedade brasileira em formação, contradições estas que se manifestam n'*A retirada da Laguna* por meio de ambigüidades: a natureza ora benfazeja, ora perniciosa; o sertanejo ora bom, ora rude. Assim, se por um lado o conflito proporcionava a oportunidade para o conhecimento efetivo do "verdadeiro Brasil", como almejavam os românticos,[205] por outro lado, a guerra também se prestou a revelar uma dimensão oculta e negativa desta "pátria

---

[201] Ver: RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870).* São Paulo: Martins Fontes, 2004.
[202] Ver: TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *Op. cit.*, 2005, p. 130.
[203] *Ibidem*, p. 146.
[204] MARETTI, Maria Lídia Lichtscheidl. *Op. cit.*, p.70.
[205] O próprio Visconde destacava a importância "da observação exata da natureza ou do conhecimento pleno do cenário" a ser descrito como um atributo definidor da boa literatura nacional. Como lembra o crítico literário Antonio Candido, Taunay chegou mesmo a se comparar com José de Alencar, o grande expoente do romantismo brasileiro, afirmando que ele "não conhecia absolutamente a natureza brasileira que tanto queria reproduzir, nem dela estava imbuído. Não lhe sentia a possança e verdade. Descrevia-a do fundo do seu gabinete, lembrando-se muito mais do que lera do que daquilo que vira com os próprios olhos." *Apud.* CANDIDO, Antonio, *op. cit.*, p. 310.

autêntica", daí resultando um grande dilema de representação que se manifesta numa espécie de figuração dualizada da nação e numa certa dose de incerteza e insegurança a se projetar sobre o futuro do país. A obra de Taunay resultaria, então, em um discurso de transição entre as apoteóticas imagens da nacionalidade já consagradas pelo romantismo brasileiro e as imagens dúbias e críticas que foram revisadas ou recriadas a partir da guerra contra o Paraguai.[206]

Cabe ainda ressaltar a importância desempenhada pela República paraguaia, a grande antagonista da obra *A retirada da Laguna*. Ao longo do texto, além de se prestar para a afirmação da identidade nacional brasileira por meio de uma confrontação com a alteridade bárbara hispano-americana, os paraguaios também induziram grande parte da ação e das revelações surgidas no livro. Ou dito de outra maneira, toda ação narrativa se desenvolve em função dos inimigos que devem ser combatidos, e é também por conta dos adversários que Taunay passa a descobrir e revelar uma dimensão oculta e mesmo perniciosa da personalidade do sertanejo e do brasileiro do povo em geral. Sim, porque as imagens construídas por Taunay para se referir aos sertanejos não diferem muito daquelas elaboradas para descrever os homens oriundos dos grupos subalternos. E não poderia ser diferente. No Brasil do século XIX, grande parte da população livre era composta por indivíduos de origem popular nascidos e crescidos nos vastos "sertões" da pátria. Desse modo, o sertanejo enquanto homem do povo aparecia nas representações de Taunay como uma figura dual, híbrida. Possuía em si as marcas da bravura, abnegação e da perspicácia. Mas também era intempestivo e orgulhoso. A figura do sertanejo poderia salvar e ao mesmo tempo arruinar as forças imperiais, e de certa forma, tomando a coluna como uma metonímia da pátria, é possível afirmar que o sertanejo trazia em si a potencialidade de redenção e de perdição do Brasil enquanto nação.[207] Esta faceta dicotômica do caráter do homem

---

[206] Cf. MARETTI, Maria Lídia Lichtscheidl. *Op. cit.*, pp. 65-98.

[207] O estudo de Maria Lidia Maretti apresenta interessantes observações sobre as personagens sertanejas do romance *A mocidade de Trajano*, de Taunay, indicando nesta narrativa a existência de juízos bastante depreciativos em relação ao homem do interior brasileiro. Já a historiadora Ana Paula Squinelo aproxima diversas obras do Visconde em seu trabalho de doutoramento, chegando a tecer relevantes observações sobre as personagens do livro *Inocência*. Nestes dois romances (*A mocidade de Trajano* e *Inocência*) é possível identificar uma percepção do sertanejo enquanto símbolo nacional dual, que carrega em si tanto as marcas da virtude quanto as marcas do atraso e da selvageria. Particularmente na caracterização das personagens de *Inocência*, virtudes e vícios se combinam no processo de conformação psicológica do sertanejo, fazendo com que este ícone da identidade nacional traga em si as possibilidades de redenção e de perdição da nação brasileira. Ver: MARETTI, Maria Lídia Lichtscheidl. *Op. cit.*. Ver também: SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868-2003)*. São Paulo: Tese de Doutoramento em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

do sertão exigia atenção redobrada dos indivíduos oriundos do grupo dirigente, como era o caso do Visconde de Taunay. Era preciso permanecer vigilante para garantir que os subalternos se mantivessem sempre sob o comando das autoridades, de modo a garantir assim o êxito do projeto nacional brasileiro.[208] Impunha-se, portanto uma dupla missão: por um lado havia a necessidade de fomentar os bons valores para desenvolver o virtuosismo entre os populares; e por outro lado era preciso combater e controlar a faceta selvagem que ainda existia no brasileiro simples. Somente assim o sertanejo poderia desenvolver as suas potencialidades positivas colocando-as a serviço da pátria.

Curiosamente, em 1876 o artista plástico Louis-Auguste Moreaux realizou uma obra que parece sintetizar perfeitamente a postura de Taunay diante da realidade social brasileira, resultando seu trabalho numa imagem alegórica bastante reveladora. O retrato a óleo elaborado pelo pintor era um presente oferecido pelos oficiais da guarnição do Rio de Janeiro ao autor d'*A retirada da Laguna*. Esta pintura apresenta em destaque a figura de Taunay no contexto da guerra do Paraguai. Enquanto operações militares e o fogo se desenvolvem no fundo da tela, no primeiro plano, de costas para a ação, está o Visconde, sereno, em pleno contraste com a conturbação do cenário. A imagem o representa em trajes militares, trazendo na mão esquerda uma espada desembainhada em posição de descanso e na mão direita os óculos de mira longa. Fundia-se nesta composição a dimensão da força e a dimensão do conhecimento, tudo isso encarnado na figura solene de Taunay, homem representativo do grupo dirigente do Império. Naquele cenário de adversidades reveladas pela guerra, era como se o Visconde colocasse seus atributos a serviço do dever cívico e da causa nacional, assumindo uma postura de "patriotismo vigilante".[209] Buscava, desta maneira, evitar

---

[208] De certa forma, esta opinião também se encontra expressa no primoroso capítulo que Francisco Alambert dedica ao estudo do Visconde de Taunay no contexto da Guerra do Paraguai. Segundo o historiador, *A retirada da Laguna* "é principalmente um convite à construção da nacionalidade e um aviso de que esta mesma construção está em perigo constante. A barbárie está solta lá fora, nos sertões, nas fronteiras, escondida entre a natureza (que ora é luxuriante, ora é inóspita e traiçoeira), pronta para atacar a civilização que demora a se formar. Quando o escritor colocou o ponto final em sua narrativa, a guerra já chegara a seu termo. A função da obra passaria a ser, então, a sutil problematização dos impasses da formação da nacionalidade e a exposição do ponto de vista do homem 'civilizado' das terras brasileiras, primeiro para o público europeu, depois para o brasileiro. O livro é tanto uma elegia ao orgulho e heroísmo pátrio quanto um alerta à 'civilização', além de um arrazoado, nem sempre otimista, das dificuldades de sua formação." ALAMBERT JR., Francisco Cabral. *Op. cit.*, pp. 53-54.

[209] Jorge Jobim talvez tenha sido a primeira pessoa a reparar na alta carga simbólica existente nessa pintura e a estabelecer, a partir dela, interessantes conexões com a postura política de Alfredo d'Escragnolle Taunay (ainda que sua interpretação possuísse contornos de matiz conservador). A idéia e a expressão "patriotismo vigilante" encontram-se em suas análises. Para as observações de Jorge Jobim, ver: JOBIM, Jorge. "Taunay", in. OLIVEIRA, Alberto de e JOBIM, Jorge. *Visconde de Taunay. Páginas escolhidas*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1922. Ainda sobre o retrato elaborado por Louis-Auguste

que a nação brasileira e o seu povo desviassem do caminho de civilidade, procurando garantir, quer seja no campo militar, quer seja no campo das letras, um futuro de glórias e de consagração do Império, a única monarquia do continente americano. Um futuro em que os segmentos populares ou o sertanejo, símbolo nacional, se manteriam controlados, sob o olhar atento dos grupos dirigentes.

Moreaux, ver também "Uma homenagem honrosíssima e um retrato magnífico", in. *A Retirada da Laguna: Episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1975.

CAPÍTULO 3:

A República, o Exército e as *Reminiscências da Campanha do Paraguai* de Dionísio Cerqueira

Fotografia de Dionísio Cerqueira com trajes e insígnias de general. (Fotografia em preto e branco)
Fonte: CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p. 08.

As lembranças de guerra de um militar da República

O século XX havia sido inaugurado. O Brasil vivia sob um novo regime político, o republicano, que assentava cada vez mais solidamente as suas bases institucionais. Ainda assim, passadas dezenas de anos de seu término, o tema da Guerra do Paraguai ainda pairava na atmosfera brasileira, para alguns como fantasma assombroso, para outros como louros de um tempo heróico[210]. Em realidade, o conflito contra a República vizinha representou um catalisador a operar significativas transformações na política brasileira[211]. O Exército Nacional, que se fortalecera e desenvolvera forte sentimento de corpo durante e após a guerra, representou um dos

[210] No artigo intitulado "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", José Murilo de Carvalho apresenta a rivalidade entre dois grupos militares, rivalidade esta que se marcava em grande medida pelo tema da Guerra do Paraguai. De um lado estavam aqueles que pejorativamente foram chamados de "tarimbeiros". Eram, em geral, veteranos do conflito da Tríplice Aliança, quase sempre oficiais mais velhos. Em oposição a este agrupamento estavam os "bacharéis de farda" ou "oficiais científicos", militares mais jovens formados na Escola Militar, fortemente influenciados pelos princípios do Positivismo de Auguste Comte. Era admissível que os "tarimbeiros" se vangloriassem das experiências militares e firmassem sua identidade apoiada em feitos bélicos passados, uma vez que eles tinham arriscado suas vidas e conquistado projeção nos campos de batalha. Para eles, a Guerra do Paraguai surgia como um atestado de patriotismo que deveria ser sempre lembrado e reverenciado pela nação. Não era desse modo que pensavam os "bacharéis de farda", que, sob influência direta da idéia positivista de Unidade Universal dos povos e de triunfo da paz, repudiavam o conflito, tido por embate fratricida entre povos irmãos da América do Sul. Sobre o posicionamento dos positivistas brasileiros frente ao tema da Guerra do Paraguai, ver ALAMBERT JR., Francisco Cabral. *Civilização e Barbárie, História e Cultura. Representações culturais e projeções da "Guerra do Paraguai" nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República*. São Paulo: Tese de Doutoramento em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998, pp. 172-182. Sobre as rivalidades entre distintos grupos militares, ver CARVALHO, José Murilo de. "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", in. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, tomo III, v. 9, 1996.

[211] Wilma Peres Costa, em seu minucioso estudo, demonstra como o Conflito da Tríplice Aliança operou significativas transformações no sistema político imperial. A necessidade de vencer a guerra fez com que o Imperador Pedro II, em pleno gabinete de maioria liberal, nomeasse o conservador Caxias como comandante das forças brasileiras em operações no Paraguai. Não tardou para aflorarem as desavenças. Em pouco tempo caiu o Almirante Tamandaré, nome ligado ao Partido Liberal. O então Marquês de Caxias gozava, àquela época, de grande prestígio, mas o conflito se tornava cada vez mais impopular. No parlamente brasileiro, o embate entre liberais e conservadores acabou sendo vencido pelos últimos, que foram novamente alçados ao poder com a dissolução do gabinete Zacarias em julho de 1868. A troca de partidos, dessa vez, deixou marcas muito profundas no círculo político brasileiro. Conseqüência direta desses acontecimentos foi o enfraquecimento do Imperador, que passava a observar o encolhimento de suas bases de apoio na mesma medida em que cresciam os seus opositores. Para essa frenética movimentação político-partidária, ver COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1996, pp. 205-264. Ver também DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 237-308.

atores mais importantes no processo de derrocada do Império[212]. Foi a partir dos quartéis que se orquestrou o golpe fatal desencadeado contra a monarquia. Exilada a família real, era presumível que os militares triunfantes passassem a desempenhar um papel de maior relevo nos rumos políticos do país. Indicativos desta maior presença são os nomes dos dois primeiros presidentes a assumirem os rumos da República, militares ex-combatentes no Paraguai, o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca e o Marechal Floriano Peixoto.

Nesse momento, alguns dos personagens de maior destaque da Guerra da Tríplice Aliança ainda se mantinham atuantes, vivendo, então, embates políticos nos mais elevados postos de comando republicanos. Este é o caso do General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira. Baiano de expressiva carreira militar, o general havia adquirido projeção como geógrafo encarregado da demarcação das fronteiras brasileiras em litígio com os países vizinhos. Também foi constituinte em 1891 e eleito deputado federal em outras legislaturas. De 1896 a 1898, ocupou o posto de Ministro das Relações Exteriores no governo de Prudente de Morais. Assumiu ainda, na ocasião dessa mesma presidência, as pastas da Viação e da Guerra de forma interina.[213] Mas, em realidade, o primeiro feito público de maior impacto e relevância na carreira de Dionísio Cerqueira foi sua participação na Guerra do Paraguai. A este tema o militar dedicou uma obra, redigida cerca de quarenta anos após o término do conflito. Trata-se de *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. É bem verdade que a redação de um livro abordando este mesmo assunto não representou feito singular. Assim como Cerqueira, muitos outros camaradas de armas também lançaram mão de tinta e papel para registrarem seus testemunhos e impressões acerca do maior combate travado no continente sul-americano[214]. Dessa maneira, o confronto contra o Paraguai mantinha-se vivo, particularmente entre o grupo dirigente republicano da sociedade brasileira, que relembrava, debatia e escrevia sobre o assunto.

Com o propósito de refletir sobre as representações políticas elaboradas (ou re-elaboradas) a partir da temática da Guerra do Paraguai nos primeiros anos da

---

[212] Sobre o fortalecimento institucional do Exército, ver SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Ver também COSTA, Wilma Peres, *op. cit.*.

[213] Para outras informações biográficas de Dionísio Cerqueira, em especial sobre sua carreira profissional, ver PEREGRINO, Umberto. "Introdução. Estudo biocrítico de Dionísio Cerqueira", in. CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. Ver também PEDREIRA, Paulo. *General Dionísio Cerqueira*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1954.

[214] Esse foi o caso, por exemplo, de Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel, de José Luiz Rodrigues da Silva, de Francisco Pinheiro Guimarães, entre outros.

República e buscando conferir especial atenção às imagens elaboradas para retratar os grupos subalternos, tomar-se-á aqui o testemunho de Dionísio Cerqueira em suas *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Esta narrativa possui especial importância pelas destacadas funções políticas desempenhadas por seu autor nos primeiros anos da República, pelo amplo e variegado repertório abordado ao longo do relato e pelo estilo envolvente do texto. Além disso, como se verá adiante, a alusão aos segmentos populares se dá, nesse trabalho, de maneira distinta, com intenções particulares que se colocam em conformidade com o novo momento histórico brasileiro e com o lugar social ocupado pelo autor da obra.

Foram, as *Reminiscências*, primeiramente redigidas sob a forma de artigos publicados entre 1904 e 1906 na revista *Os Anais*, editada na cidade do Rio de Janeiro sob a direção de Domingos Olímpio Braga Cavalcanti. Da posterior reunião de tais artigos, revistos e acrescidos de novas informações, chegou-se finalmente ao livro, publicado postumamente em 1910 por uma editora francesa não identificada. A segunda edição saiu em 1929, impressa na França pela Briguiet. No ano de 1948, a Biblioteca do Exército[215] publicou uma nova edição, sendo esta mesma editora a responsável pela última publicação do livro em 1980.[216] *Reminiscências da Campanha do Paraguai* é uma obra composta por 341 páginas distribuídas em 32 capítulos, o primeiro deles versando sobre o início das hostilidades e o processo de alistamento brasileiro e o último deles sobre o encerramento do conflito e o seu balanço. Como o próprio título já anuncia, o texto resulta de impressões subjetivas acerca de fatos passados. Para o autor,

> "É difícil guardar nítidas na memória, por mais intensas que hajam sido, as impressões de um passado de quarenta anos. [...] Guardei a lembrança dos lugares, dos homens e dos feitos, e a reproduzo neste livro tal qual ainda existe.
>
> Das ações de guerra, de que fui testemunha e obscuríssimo comparsa relato o que resta, do que me foi dado observar no campo demasiado restrito da visão do soldado e oficial subalterno.
>
> Diz bem o título deste livro, o que ele é: – Reminiscências...

[215] Vale registrar que a Biblioteca do Exército, editora particularmente interessada no tema marcial, é responsável pela impressão de importantes e variados títulos relacionados ao tema da Guerra do Paraguai. Esta atenção especial revela que o conflito contra a nação paraguaia possui ainda hoje significativa importância para as instituições militares brasileiras, quer seja por sua simbologia, quer seja pela memória de seus heróis e/ou de seus combates.

[216] Para a presente análise optou-se pela utilização da edição de 1980 publicada pela editora Biblioteca do Exército.

Reminiscências semi-apagadas de tempos remotos, escritas à luz bruxoleante da cansada memória."[217]

O autor, nesta Advertência que precede o início da narrativa, deixa desde logo evidenciadas as "fragilidades" do texto por ele realizado. Seu ponto de vista está determinado: tratam-se das percepções de um jovem soldado de baixa patente. Talvez exista um excesso de modéstia na citação acima, visto que as impressões e experiências narradas não estão restritas a um universo tão limitado e tampouco são excessivamente acanhadas como se afirma. Dionísio Cerqueira assentou praça no dia 2 de janeiro de 1865, cinco dias antes do decreto que instituía os corpos de Voluntários da Pátria. Àquela época, ele cursava o segundo ano de engenharia na Escola Central, situada na capital do Império, que fervilhava desde a declaração oficial de guerra. O jovem estudante ingressou nas forças imperiais com 17 anos na condição de praça de pré, a patente mais baixa do exército, seguindo para o teatro de operações a 5 de fevereiro de 1865 no batalhão de artilharia. Regressou ao Brasil somente após o término do conflito, em maio de 1870, com a patente de tenente. Pôde, portanto, acompanhar todo o desenrolar do combate *in loco*, na condição de testemunha ocular dos feitos históricos que se iam desenvolvendo.

Durante sua estada em terras paraguaias, contudo, não produziu nenhum testemunho impresso minimamente organizado, nenhum diário, nenhuma anotação. Em suas palavras, "nunca me sobraram lazeres para escrever diários, nem possuía ementários para apontar o que ia sucedendo."[218] Como a advertência registra, o livro resulta de lembranças recuperadas de um passado remoto e semi-apagado. De forma quase despretensiosa, fica insinuada uma suposta falta de compromisso. Não existe consulta a dados ou apontamentos. A fonte primordial do relato é a lembrança do autor. Mas por trás de toda esta liberdade aparentemente descompromissada está um registro preocupado com a memória da guerra contra o Paraguai. Dionísio Cerqueira evoca as recordações de sua experiência no campo de batalha para elaborar uma obra cujo propósito primordial é celebrar o Exército nacional. O que está em jogo, deste modo, é a memória do conflito, recuperada e resguardada, nesse caso, pelo militar e político Dionísio Cerqueira. A par das atuações do inconsciente, existe, portanto, uma dimensão ativa/consciente do autor na seleção, organização e atualização de impressões e/ou

[217] CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p. 45.
[218] *Ibidem*, p. 45.

informações passadas[219]. Essas questões merecem ser devidamente sondadas, com o firme propósito de avaliar o papel das lembranças da guerra nas disputas pela memória e pelo poder nos primeiros anos da República, procurando identificar também o lugar ocupado pelos grupos sociais subalternos nessas reminiscências.

Sendo o general uma importante personalidade do cenário político e militar brasileiro, seu texto é tomado por forte nacionalismo, em conformidade com sua patente e com sua trajetória pública. E Dionísio Cerqueira faz questão de realçar o seu patriotismo. Lembra aos leitores que seu alistamento foi um gesto espontâneo que chegou mesmo a anteceder a iniciativa governamental de instituir o voluntariado como forma de recrutamento. A decisão de assentar praça contrariou, a princípio, a vontade paterna. Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira era oriundo de uma família baiana tradicional e de vultosas posses. Seu avô materno, o Coronel Cerqueira Pinto, possuía grande propriedade em Curralinho. Seu pai era lente da Faculdade de Medicina, dono de uma fazenda com muitos escravos entre São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana, cujas terras pertenciam à linhagem dos Cerqueira Pinto desde o século XVII. Era lá que se acolhiam e tratavam rendeiros e acostados diretamente vinculados à família. Dionísio, o primogênito entre quatro irmãos, foi enviado ainda jovem para o Rio de Janeiro com o intuito de realizar os estudos de engenharia na Escola Central.[220] Era desejo dos familiares que o jovem seguisse uma carreira civil. A ida para a guerra (assim como a própria guerra) não estava nos planos da família Castro Cerqueira. Mas é certo, porém, que Dionísio não foi o único membro da linhagem a tomar parte nas questões relativas ao conflito. O capitão Luís Gonçalves Pedreira França (o primo Lulu), o capitão de voluntários José Joaquim de Macedo Costa (primo), o cadete Mascarenhas, o major da Guarda Nacional João Evangelista de Castro Tanajura (primo), todos parentes de Dionísio, igualmente se envolveram no conflito contra a nação vizinha. Para além dos familiares, havia ainda os amigos íntimos da família: o Coronel D. José Baltazar da Silveira, comandante do 16º Batalhão de Infantaria, o

[219] Aqui, o emprego do conceito "memória" se faz amparado nas reflexões de Jacques Le Goff em seu ensaio "Memória", in. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, pp. 423-477.

[220] A Escola Central surgiu a partir da Academia Real Militar de 1810, que foi transformada e bipartida em 1858. Após esta reforma, o ensino das ciências militares ficou sob a responsabilidade da Escola Militar da Praia Vermelha, ao passo que os estudos de engenharia civil ficaram sob a responsabilidade da Escola Central (que posteriormente, em 1874, viria a se transformar na Escola Politécnica). A separação, contudo, foi mais formal do que real, visto que seus alunos mantinham estreitos vínculos de aprendizagem e camaradagem, o que se somava às semelhanças de orientação filosófica de ambas as instituições. Para mais informações sobre estas instituições de ensino, ver CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*.

Coronel Joaquim Maurício Ferreira, Comandante do 8º Batalhão de Infantaria e o Tenente-Coronel Manoel da Rocha Galvão, Comandante do 25º Batalhão de Voluntários da Pátria, todos haviam partido para o teatro de batalha. Este último era amigo do avô de Dionísio, o Coronel Cerqueira Pinto, ambos veteranos da luta pela independência do país. Em realidade, na mentalidade daqueles homens ainda havia muito do espírito romântico que enxergava a guerra como um dever de honra e fidalguia.[221] E se a princípio não se viu com bons olhos o alistamento de Dionísio Cerqueira, em pouco tempo o comportamento passou a ser outro. Manifestando o sentimento geral de todos os parentes, a matriarca recomendava ao filho, através de cartas, "que cumprisse sempre o seu dever e conservasse ileso e puro o nome da família."[222]

À época da guerra contra o Paraguai, o alistamento surgia como provação pessoal, e tal ato era capaz de inspirar orgulho e admiração na sociedade. Confidencia o autor que "entre meus colegas, meus professores e amigos de minha família, eu era considerado, estimado e tratado de igual para igual."[223] E complementa, recordando que, antes de partir para o teatro de operações,

> "Pedi dois dias de licença e fui dormir na minha *república*, à rua Fresca, onde os queridos companheiros me cercaram de todo o carinho.
>
> No dia seguinte, deixei a roupa de paisano e os meus livros; despedi-me, com o coração confrangido, daquela casa, onde passei tantos dias descuidado e feliz, voando o espírito juvenil nas asas da fantasia e sonhando com um futuro de glórias."[224]

Essa é a dimensão mais íntima da guerra. Trata-se dos efeitos que o embate produzia no indivíduo, revelando as aspirações pessoais que se abriam no contexto de beligerância. "Éramos todos rapazes de 18 a 20 anos, cheios de vigor, ardentes de entusiasmo, cérebros povoados de ilusões; estremecíamos a Pátria e aspirávamos, na sua desafronta, o [sic] nosso quinhão de glória."[225] Lutando pelo triunfo da pátria, o jovem queria ver exultar o seu nome nos campos de batalha, se fazer reverenciado pelos amigos, parentes e compatriotas em geral. A gloriosa memória do sujeito se faria associada à memória triunfante da nação.

---

[221] Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A caminho da República", in. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, t. 2, v. 7, pp. 354-401.
[222] CERQUEIRA, Dionísio, *op. cit*., p. 298.
[223] *Ibidem*, p. 48.
[224] *Ibidem*, pp. 50-51.
[225] *Ibidem*, p. 113.

Mas embora existam algumas referências à dimensão individual (às esperanças e aspirações do indivíduo), tais menções são poucas e breves. Nas *Reminiscências* predominam as representações de coletividades. E são justamente estas representações – que versam sobre o conflito e sobre os combatentes – um dos pontos mais marcantes e importantes da obra. Dionísio Cerqueira retoma e reforça as imagens da Guerra do Paraguai que vinham desde a época do próprio conflito, na década de 1860. A primeira imagem amplamente evocada diz respeito ao povo e ao soldado do Brasil. São várias as ocasiões em que se apresenta o brasileiro como provido de um caráter patriótico, heróico por natureza, plenamente entregue à causa de desagravar a honra nacional. Em uma passagem registra ser "boa gente a brasileira, abnegada, intrépida, sofredora, resistente, sóbria e sempre alegre."[226] Em relação ao soldado, a adjetivação positiva se multiplica ainda mais. Destemor, inteligência, honradez, generosidade e compaixão são as suas máximas marcas distintivas. "Era boa aquela gente, que tanto honrou ao Brasil na fase das suas maiores provações"[227], diz em uma ocasião. Mais adiante acrescenta que "brasileiro não briga por dinheiro, morre por gosto pela pátria."[228] Terminada a refrega, se o adversário ainda vivia, "[...] o brasileiro compassivo dava-lhe água fresca do seu cantil para lhe matar a sede", pois um homem que sofria compungia "o coração generoso e bom do nosso soldado."[229] Entre a soldadesca predominava a mais absoluta "boa camaradagem! Que cordialidade sincera reinava entre nós, que cooperávamos, de mãos dadas, lealmente, sem ciúmes nem prevenções, para elevar bem alto o nome da nossa Pátria!"[230] Relata, por fim, o parecer dos próprios adversários sobre o soldado brasileiro, que teriam contundentemente afirmado que "Os brasileiros não são cruéis [...]. Nós [os paraguaios] conhecemos sobejamente a bondade da sua alma."[231] Imagem melhor parecia não existir.

Seguindo o raciocínio de Dionísio Cerqueira, haveria já na natureza do povo do Brasil todos os bons e patrióticos predicados. Do indivíduo comum ao soldado, tais grandezas se amplificariam ainda mais, inexistindo mesmo qualquer necessidade de educação especial para inculcar patriotismo na soldadesca. Registra o autor, com certo ar de censura em relação ao descuido dos oficiais no que se refere à formação do combatente brasileiro:

---

[226] *Ibidem*, p. 106.
[227] *Ibidem*, p. 111.
[228] *Ibidem*, p. 282.
[229] *Ibidem*, p. 192.
[230] *Ibidem*, p. 294.
[231] *Ibidem*, p. 255.

> "Não consta que houvesse coronel ou capitão que cogitasse da instrução individual dos seus comandados, ensinando-lhes os seus deveres e exaltando a sua nobilíssima missão de morrer pela pátria. Felizmente o nosso rude tarimbeiro estava compenetrado do seu papel e podia dispensar a educação moral, neste particular,"[232]

É interessante reparar que a dimensão individual possui menor relevância, apequenando-se em face da nação. O indivíduo perde em importância quando o que está em jogo são os interesses nacionais. Segundo o militar-narrador, todos os soldados brasileiros, incluindo ele próprio, "tínhamos votado à pátria a nossa vida, que considerávamos *dada em consumo* e estávamos no firme propósito de a não poupar todas as vezes que nos fosse exigido o seu sacrifício."[233]

Acompanhando as representações sobre o povo brasileiro, surgiam as imagens da nação. As tropas formadas e os símbolos nacionais, como hinos, bandeiras e distintivos são imagens evocadas por Dionísio Cerqueira para elaborar uma representação una, grandiloqüente e fervorosamente patriótica de toda nação simbolizada pelo Exército. Em uma das muitas passagens de ufanismo, na ocasião em que o acampamento das tropas aliadas foi visitado pelo Conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, o ministro plenipotenciário brasileiro em missão na Região do Prata, a atmosfera da solenidade marcial aparece assim descrita:

> "Fazia gosto ver aquela massa imponente de homens dominados pelo amor à pátria marchar com garbo e galhardia, em cadência, ao som dos *dobrados* sugestivos, desfilando, orgulhosos de sua nobilíssima missão, diante do diplomata, [o conselheiro Otaviano, ministro plenipotenciário brasileiro em missão na Argentina] que devia ter ficado desvanecido com aqueles patrícios que ansiavam por praticar feitos gloriosos à sombra sagrada da bandeira auriverde, que tremulava ufana no centro dos batalhões."[234]

Diante desse quadro, todos se entusiasmavam, inclusive os estrangeiros, homens vindos de longínquas terras para integrarem os exércitos aliados. De acordo com o ufanismo do General Cerqueira, até mesmo os mercenários se rendiam aos encantos do solo brasileiro, e após encerrado o conflito, estes combatentes das mais distintas nacionalidades optavam por tomar o Brasil como residência. Foi esse o caso de oficiais de um corpo uruguaio de infantaria (o Garibaldino), composto por "homens de todas as raças: polacos e hindus, turcos e espanhóis, portugueses e marroquinos, bascos e peruanos, piemonteses unitaristas e napolitanos do partido dos Bourbons." Em 1867, no Chaco paraguaio, este corpo foi dissolvido e seus soldados foram incorporados ao

---

[232] *Ibidem*, p. 72.
[233] *Ibidem*, p. 137.
[234] *Ibidem*, p. 111.

16º Batalhão de Infantaria, no qual servia Dionísio Cerqueira. Depois de encerradas as missões no Paraguai, dos "oficiais do Dezesseis, quase todos tiveram a sorte do bom oficial napolitano, que adotou a nossa pátria e bateu-se por ela como os mais valentes dos seus filhos."[235] A generosa nação brasileira que a todos encantava, também a todos acolhia, sabendo reconhecer os nobres valores daqueles que por ela lutaram.

No livro são também bastante significativas as representações acerca dos paraguaios e das motivações da guerra (ambas geralmente associadas). Neste tocante, o General Cerqueira reproduz muitas das opiniões correntes no Brasil Império. Segundo ele, a guerra se fez exclusivamente em função de Solano López, tomado sempre como Ditador, de modo que toda fúria patriótica brasileira se voltou contra a liderança da República vizinha, jamais contra o povo paraguaio. "A guerra era feita ao homem e não ao povo, assim dizia o cabeçalho das nossas ordens do dia: *Comando-chefe do Exército em operações contra o governo do Paraguai*. E o governo do Paraguai era ele, o Ditador, *El Supremo*."[236] E relembrava:

> "Íamos atacar o Ditador e todo o seu exército concentrado nas fortes posições de Piquiciri, Angostura e Lomas Valentinas. O nosso objetivo nessa guerra foi sempre o exército inimigo. A capital do país era ponto secundário. Fazia-se a guerra ao governo do Paraguai. O governo era o Ditador e este estava sempre com o seu exército... no Passo da Pátria, Tuiuti, Humaitá, Piquiciri e Lomas Valentinas, Cordilheiras e finalmente em Aquidabã, onde pereceu com ele."[237]

Evidenciado, pois, o real inimigo, Dionísio Cerqueira se põe a caracterizá-lo melhor. Evoca imagens shakespearianas, recorre a Macbeth e a Nero para tecer comparações e, por fim, relata as cenas dantescas das covas comuns dos traidores da pátria, reveladoras do espírito despótico e corrompido do líder paraguaio, o autor de tamanhas atrocidades:

> "Ainda hoje enche-se de assombro a minha memória ao relembrá-lo. O trágico pincel do próprio Ribera [José de Ribera, pintor espanhol do século XVII] tremeria ao copiá-lo. Tínhamos perto uma vala imensa, atopetada de cadáveres denegridos pela podridão, moços e velhos, todos nus com ferimentos medonhos de lança, de bala, de faca. As gargantas cortadas, cobertas de varejeiras, os peitos largamente fendidos e restos dos intestinos, que os urubus já tinham arrancado. Todos imensamente inchados. Um ou outro com os olhos esbugalhados, quase todos só com as órbitas, que os abutres cavaram. Como aquela, havia outras valas, perto de um laranjal; e descobertas todas.

[235] *Ibidem*, p. 132.
[236] *Ibidem*, p. 334.
[237] *Ibidem*, p. 280.

> Cada uma tinha na ponta de uma vara fincada numa garganta ou numa boca o letreiro: 'Traidores a la Pátria'."[238]

Estava feito. Contrastando com a glória, a ordem, o júbilo e o ufanismo que se viam nos corpos imperiais apresentava-se este cenário de trevas, de morte e de violações impostas ao Paraguai por seu líder ferino. Fora contra este tirano sanguinário, detentor de carregados traços psicóticos, que as tropas brasileiras fizeram a guerra. O conflito aparecia, assim, como um ato de reparação, em primeiro lugar, uma resposta à agressão sofrida pelo Brasil quando da invasão de seus territórios. Em segundo lugar, surgia como uma justiça prestada pelos brasileiros ao mundo ocidental, uma vez que suas tropas livrariam os povos de todo o mundo da ameaça representada por aquele déspota paranóico. E, por fim, tratava-se de um gesto de beneficência, uma caridade brasileira ao povo paraguaio, que finalmente se veria libertado do tirano que escravizara a nação inteira.

Esclarecida a relação entre o governo brasileiro e a população paraguaia, Dionísio Cerqueira empenha-se ainda em caracterizar o povo e o soldado da República vizinha. De acordo com o general, os paraguaios, diante da violência e do terror gerado por Solano López, foram forçados a seguirem seu líder. Ainda assim foram abandonados por seu governante máximo. Conforme o resultado da guerra ia se revelando cada vez mais desfavorável, os paraguaios passavam a ser acusados de traição, sendo sentenciados e assassinados após julgamentos sumários de um tribunal improvisado no qual a vontade de *El Supremo* definia os destinos de cada um. Em face de tudo isso, a população da República vizinha é descrita como vítima manipulada e agredida pela vontade ilimitada de seu dirigente maior. Apesar de todas essas condições adversas, foi deste povo que surgiram as armas paraguaias, compostas por "gente heróica", a "tudo disposta". O exército era constituído por "homens resistentes às fadigas, bravos por atavismo e capazes de todas as loucuras que *el Supremo* lhes ordenasse."[239] Em campo de batalha, combatiam sempre de forma tenaz e honrada. Todas essas características positivas não poderiam ser associadas à liderança de Solano López. A justificativa, portanto, para tanta qualificação das tropas do Paraguai se encontra na disposição natural de todo cidadão em assumir a defesa de sua pátria. "Cumpriam o mais sagrado dos deveres, defendendo a sua pátria invadida; mereciam,

[238] *Ibidem*, p. 258.
[239] *Ibidem*, p. 108.

portanto, o respeito dos que sabiam também amar a terra em que nasceram."[240] Desse modo, o nacionalismo justificaria a adesão da soldadesca paraguaia aos planos perversos do Ditador. Todas essas qualificações, todos esses nobres valores consagrados ao adversário serviam ainda aos interesses de Dionísio Cerqueira de exaltar e engrandecer as tropas brasileiras. Registra o autor das *Reminiscências*: "Não sei que glória há em triunfar de um inimigo covarde. Os japoneses exaltaram-se, exaltando a coragem dos russos na última guerra."[241] De igual modo, pretendia o general que os soldados valorizados do Paraguai aquilatassem ainda mais as tropas brasileiras.

Ainda em relação aos povos vizinhos, o texto apresenta interessantes e reveladoras apreciações. Muito embora sejam poucas as menções aos argentinos e aos uruguaios, as imagens elaboradas sobre estes países fornecem informações importantes acerca da percepção das repúblicas sul-americanas no Brasil de princípios do século XX. Nas considerações de Dionísio Cerqueira nota-se uma dubiedade semelhante àquela existente à época do Império no que se refere à relação com as nações vizinhas. Por um lado, havia a necessidade de encontrar semelhanças que justificassem a aliança entre Uruguai, Argentina e Brasil no contexto da guerra. Em função disso, os povos das nações aliadas são apresentados como bons amigos, bravos e heróicos, sempre prontos a darem mostras de patriotismo, ainda que o custo dessa demonstração fosse o sangue e a vida de seus melhores jovens.[242] Ademais, assim como os brasileiros, os uruguaios e os argentinos surgiam como justiceiros, respondendo implacavelmente à agressão expansionista do tirano Solano López. Portanto, um mesmo espírito de grandeza reparadora aproximava todas as três nações sul-americanas em oposição ao governo paraguaio. Além disso, outra razão que leva o autor das *Reminiscências* a adjetivar positivamente os povos vizinhos, inclusive, os paraguaios, é o término das hostilidades entre os países quando da redação de seu livro. Estabelecida a paz, interessava ao homem público Dionísio Cerqueira (há pouco Ministro das Relações Exteriores) a

---

[240] *Ibidem*, p. 255.
[241] *Ibidem*, p. 122.
[242] É interessante observar a relevante ausência de críticas contundentes aos aliados, uma vez que, como são sabidas, as relações entre os países integrantes da Tríplice Aliança foram marcadas por substantivas desconfianças, particularmente entre Brasil e Argentina, que se mantiveram mesmo ao longo do conflito, quando trocas de acusações e intrigas eram recorrentes. Quanto a estas suspeitas recíprocas, Dionísio Cerqueira silencia. Vale registrar a existência de algumas poucas exceções (talvez deslizes), ocasiões nas quais escapa uma sutil ironia em relação aos aliados, como na passagem em que se afirma "Felizmente tínhamos por nós a fortuna de Osório e a consciência da alta missão que íamos cumprir na presença de nossos aliados, que, além de bons amigos, não deixavam de ser temíveis críticos." CERQUEIRA, Dionísio. *Op. cit.*, p. 126. Sobre as desconfianças que pairavam entre os aliados, ver DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Op. cit.*, pp. 162-170 e pp. 297-308.

formulação de um discurso amistoso que aproximasse o Brasil de todas as demais repúblicas da América do Sul, uma vez que o país, apesar de alguns litígios territoriais, propunha-se agora a trilhar um caminho de paz e cooperação.

Mas, se por um lado era preciso marcar as semelhanças que aproximavam as nações sul-americanas, por outro lado se fazia necessário distinguir e singularizar o Brasil. Nesse caso, então, são realçadas as diferenças que evidentemente favoreciam e destacavam os atributos da nação brasileira. Em certa passagem, quando Dionísio Cerqueira narra os acontecimentos nas paragens argentinas onde se encontravam as forças aliadas antes de invadirem o solo guarani, fica registrada a seguinte descrição do interior argentino: "Terra aberta, terra plana onde tanto cresceu e medrou a semente da caudilhagem, que infestou por longos decênios o belo torrão platino e ali manteve a anarquia e a desordem."[243] A associação entre a geografia e a "caudilhagem"[244] e entre "a anarquia e a desordem" caudilha e a República Argentina ficam evidentes. Quanto ao Paraguai, ou mais precisamente sobre o clima paraguaio, elemento determinante do caráter daquele povo, o autor assinala que "o vento norte assoprando abrasado como saindo de fornalhas, empolga os nervos, relaxa os músculos e entontece como o álcool. Desperta em uns, como em Francia [primeiro líder do Paraguai independente], os instintos ferozes, e atormenta outros num torpor indescritível de laxidão [sic] física e moral."[245] De onde resulta que a população paraguaia, apesar de seus atributos positivos, como coragem e patriotismo, distingue-se sobretudo pelo seu espírito alterado e feroz nalguns e pela postura subserviente e apática de outros.

Certa feita, as tropas brasileiras acampadas no Chaco paraguaio encontraram-se com a população indígena local, com os guaranis. As impressões causadas por essa gente ficaram registradas na memória de Dionísio Cerqueira, que assim os descreveu:

> "O cacique da tribo chamava-se de seu nome 'Canrá' [...] Era um velhinho pequeno, seco, de olhos vivos e feio como um macaco. Tinha por único uniforme uma larga tira de couro de boi, muito duro, ainda com pêlo sem curtir, que lhe ia dos peitos à cintura. Ornava-lhe a cabeça estranho capacete de pele de guariba negra, com a cauda caindo-

[243] CERQUEIRA, Dionísio. *Op. cit.*, p. 80.
[244] Associação que já era antiga e remonta ao célebre livro de Domingo Faustino Sarmiento, *Facundo. Civilização e Barbárie*. Sobre o assunto, ver: PRADO, Maria Ligia Coelho. "Para ler o *Facundo* de Sarmiento", in. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP, 1999, pp. 151-177.
[245] CERQUEIRA, Dionísio. *Op. cit.*, p. 107.

> lhe pelos ombros e confundindo-se com os longos cabelos lisos e duros. [...] Montava um cavalo amame ou foveiro, cabano, magro e feio como ele [...]. Era singular a figura daquele chefe de tribo, bem diferente certamente dos Peris e Ubirajaras, que tanto deleitaram a nossa mocidade. Tibúrcio [comandante das tropas brasileiras], romântico como os rapazes daquela época [...] julgou, talvez, descobrir naquele selvagem encarquilhado a alma nobre de um Peri cavalheiroso, o valor e feridade de um tatu-guaçu rijo e potente, ou a cortesia e rapidez de Cacambo o esposo adorado de Lindóia, a bela ainda depois da morte. [...] Aquele bando nômade, depois de alguns dias vividos à nossa custa, levantou o pitoresco *bivaque*, e seguiu na sua peregrinação em busca de terras melhores para as suas caçadas e bandorias. A vizinhança tornara-se incômoda, porque, pedinchões, queriam tudo; eram porcos, e tresandavam à gordura de jacaré. Os nossos índios do Amazonas banham-se muitas vezes ao dia. Aqueles não sabem que gosto isso tem."[246]

A comparação está explicitada. À indolência e feridade paraguaia anteriormente descrita soma-se esse desleixo, meio exótico, meio bárbaro. Um quadro de miséria, de atraso e de rudeza, manifestação clara dos instintos primitivos de oportunismo e da ausência notável de valores corteses. Por oposição ao guarani, fica apresentado o asseio do índio amazônico. Mais do que revelar o grau de limpeza e higiene, a confrontação revela a existência de uma cultura positiva que se notava até mesmo nos indígenas brasileiros. Desse modo, apesar de todos os povos sul-americanos possuírem bons predicados de coragem e apego à pátria, os brasileiros se distinguiam por irem além, por serem detentores de modos polidos, emblema de civilidade no mundo ocidental. Essa superioridade servia, pois, como elemento adicional a legitimar o confronto contra o Paraguai.

Em linhas gerais, portanto, prevalecem nas *Reminiscências* de Dionísio Cerqueira representações semelhantes àquelas elaboradas na ocasião da guerra, na década de 1860. Ficam estabelecidas e reiteradas as imagens do Brasil como uma comunidade una, dotada dos mais elevados caracteres de civilidade e humanismo. Uma nação composta por um povo bravo e indulgente, ardorosamente patriótico e honrado, unido em torno da causa de proteger a integridade e a reputação da pátria. O conflito, por sua vez, aparece como resultado da mente desvairada e despótica do líder paraguaio Solano López. As causas da guerra, feita com exclusividade ao governo, se resumem, desse modo, a gestos e vontades pessoais. Tendo o Ditador invadido o Brasil, dando início às hostilidades, caberia ao povo brasileiro desagravar a honra nacional. E, justamente no campo de batalha, diante da população uruguaia, paraguaia e argentina,

[246] *Ibidem*, pp. 212-213.

identificam-se as semelhanças existentes entre povos da América do Sul, mas percebem-se, sobretudo, as particularidades e os atributos inerentes aos brasileiros. O Brasil faz a guerra baseado nos princípios de civilidade e justiça e volta para casa, vitorioso, com o sentimento de dever cumprido e convicto de sua condição de superioridade no cenário americano.

A caracterização dos segmentos populares

Essas imagens discursivas elaboradas por Dionísio Cerqueira para se referir aos brasileiros e aos estrangeiros compõem uma espécie de pano de fundo, um grande painel que permite entrever os valores e juízos mais gerais do autor das *Reminiscências*. Inseridas nesse quadro descritivo mais amplo surgem as representações de personagens dos grupos sociais subalternos. É bem verdade que a relação do general baiano com os segmentos populares não se deu de forma plenamente harmoniosa e fácil. Como já mencionado anteriormente, Dionísio Cerqueira, filho de uma tradicional família da Bahia, fora enviado ao Rio de Janeiro para realizar os estudos de engenharia na Escola Central. Seu círculo de amizades e relacionamentos nessa época envolvia pessoas oriundas de famílias de posses ou de setores médios emergentes. Ao alistar-se, contudo, o espectro de convívio social ampliou-se. Desse modo, o jovem baiano passou a viver em contato com pessoas dos mais variados estratos da sociedade, incluindo aquelas oriundas de grupos subalternos, marcadamente presentes nas fileiras do Exército. Numa passagem, ao descrever a rotina de seu acampamento e narrar os trabalhos corriqueiros das tropas, Dionísio Cerqueira emite com clareza seu juízo acerca dos novos companheiros de armas:

> "Assim passava a vida para o meu novo corpo [do Exército], no meio daquela soldadesca, que eu admirava, mas com quem me não podia identificar. Eram bons e bravos, mas ignorantes e sem educação. Quando falavam, diziam blasfêmias de arrepiar os cabelos e usavam uma gíria muito pitoresca e vedada aos profanos."[247]

Foram estas as impressões deixadas após o contato com as gentes "rústicas" e "incultas" de origem popular. Com estas considerações o General Cerqueira reproduzia opiniões semelhantes àquelas predominantes entre o grupo dirigente da sociedade escravista imperial, que julgava ser o Exército composto em grande medida

[247] *Ibidem.*, p. 147.

por "gente do populacho", gente indigna de apreço e de respeito.[248] Contudo, esta confidência de Dionísio Cerqueira talvez represente um lapso, um deslize em seu discurso harmonizador. Este excesso de sinceridade não se conforma bem com a proposta do livro de exaltar as tropas nacionais brasileiras tomadas como um corpo uno, um corpo monolítico no qual predominam a virtude e todos os nobres valores. Embora sintomática, esta inconfidência aparece isolada no texto, revelando opiniões pessoais fortes que Dionísio Cerqueira provavelmente desejava manter ocultas (daí não haver a repetição de considerações semelhantes). O que o general deseja tornar evidentes são, por oposição, as imagens valoradas e enobrecidas de todos os soldados brasileiros, incluindo, portanto, nesse grupo, os segmentos populares.

A alusão a soldados oriundos dos grupos sociais subalternos, ou, nas palavras do autor das *Reminiscências*, à "gente simples", faz-se diluída ao longo de todo o texto. Em linhas gerais, estes combatentes, assim como todos os brasileiros, são tomados como homens de valor, intrépidos e patrióticos. Pessoas dispostas a tudo, que arriscam o pouco que possuem e até mesmo a vida pela causa da defesa do país. A própria instituição do voluntariado como método de arregimentação vinha a confirmar essa idéia de entrega e compromisso com a nação, uma vez que todas as camadas sociais provavam seu destemor ao se apresentarem espontaneamente para lutar pelo Brasil. Em algumas passagens, a referência aos populares se faz por meio da retratação de uma coletividade. Este é o caso, por exemplo, do corpo de Voluntários da Pátria apelidado de Zuavos, que, oriundo da Bahia, aparece assim descrito:

> "Havia entre os voluntários um corpo [de infantaria], de uniforme estranho: – 'largas bombachas vermelhas presas por polainas que chegavam à curva da perna, jaqueta azul, aberta, com bordados de trança amarela, guarda-peito do mesmo pano, o pescoço limpo sem colarinho nem gravata e um *fez* na cabeça. Eram todos negros e chamavam-se – *Zuavos baianos*. Os oficiais também eram negros."[249]

O corpo dos Zuavos, o 24º, formou-se, em grande medida, graças aos esforços de persuasão e arregimentação efetivados pelo seu líder maior, Cândido da Fonseca Galvão, o príncipe Dom Obá II d'África, durante suas andanças pelo interior da Bahia, na região da cidade de Lençóis. Contudo o corpo não teve longa duração em terras paraguaias.[250] Após substantivo número de baixas causadas pelo frio intenso do

---

[248] Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*.
[249] CERQUEIRA, Dionísio. *Op. cit.*, p. 104.
[250] Para mais informações sobre Dom Obá II e o corpo de Voluntários da Pátria que se compôs graças aos seus esforços, ver: SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

inverno, pelas doenças e pelos combates, as tropas do 24º foram dissolvidas, para grande desapontamento de Dionísio Cerqueira, que assim manifesta as suas lamúrias:

> "Passados poucos dias, foi dissolvido [o corpo] e as praças distribuídas por outros batalhões. Muitos passaram a serventes dos hospitais. O General Osório teria podido tirar grande partido daquela gente forte e brava; mas o não fez, por não se lembrar talvez, naquele momento, do heroísmo e altos feitos com que os imortais terços de Henrique Dias, o heróico capitão negro, ilustraram a história pátria."[251]

Em clara alusão às tropas que sob comando de Henrique Dias combateram os holandeses no período colonial, Dionísio Cerqueira compara a bravura dos soldados negros que lutavam no Paraguai com o destemor dos antigos escravos pernambucanos do passado. Cria-se, assim, uma espécie de ancestralidade heróica, uma genealogia de heróis nacionais que incorpora também os grupos subalternos.

Em outro trecho, realiza-se uma nova referência a um grupo de soldados das classes populares. Tratava-se de homens recém-chegados ao território paraguaio e que acabavam de ser incorporados ao corpo que Dionísio Cerqueira integrava. Na narrativa, eles são assim apresentados: "Por esse tempo, recebeu o regimento um contingente de recrutas do Rio Grande [do Sul]. Eram quase todos mestiços de índio e branco, bonitos, fortes e moços. Melhores cavaleiros, mais guapos e elegantes sobre os arreios não era possível encontrar."[252] Aqui mais uma vez repete-se a abundante adjetivação positiva. Fossem brancos, negros, índios ou mestiços, os rapazes do povo brasileiro representavam sempre uma boa surpresa, agregando vigor e potencialidades ao Exército nacional e oferecendo provas de grande talento e valor que aquilatavam ainda mais a pátria.

Além de mencionar grupos de soldados vindos dos estratos subalternos, o autor das *Reminiscências* faz alusão a um tipo específico de combatente brasileiro de origem popular. Trata-se do sertanejo, designação que, como já dito anteriormente, era utilizada para se referir a todos aqueles que não viviam nos grandes centros urbanos ou não estavam habituados ao estilo de vida citadino. Vale reforçar que o termo referia-se àquele amplo segmento de pessoas oriundas do "sertão", ou seja, os vastos campos do interior do Brasil que abrangiam áreas rurais, zonas de mata, grandes descampados ou ainda pequenas povoações. Dionísio Cerqueira cita a presença do sertanejo entre as fileiras do Exército brasileiro quando está a discorrer sobre a rotina no acampamento militar, mais especificamente ao abordar a prática das vigílias em períodos noturnos,

---

[251] CERQUEIRA, Dionísio. *Op. cit.*, p. 104.
[252] *Ibidem.*, p. 88.

momento em que alguns soldados eram postos em locais estratégicos para espreitar o inimigo evitando, assim, qualquer ataque ou movimento hostil inesperado. O general afirma que, genericamente, o vigia brasileiro era muito eficiente, mas

> "Se, porém, a sentinela era um sertanejo, habituado à *espera* das onças e dos veados, recebia o temerário [paraguaio que vasculhava o acampamento aliado] com um tiro à queima-roupa. Ouvia-se a detonação, um grito, um ai de agonia e o estrebuchar de um corpo."[253]

O sertanejo, indivíduo dotado de uma sabedoria peculiar, originária das experiências cotidianas, é representado com um combatente eficiente que soube adaptar suas aptidões antigas à nova realidade de guerra, colocando seus talentos a serviço da nação. E se por um lado o sertanejo se configurava como um bom soldado, disposto a todas as provas de bravura e eficácia, por outro lado ele também era generoso para acolher e amparar o adversário que caia ferido em suas mãos.

Existem ainda nas *Reminiscências da Campanha do Paraguai* referências individualizadas a homens de origem popular pontuadas ao longo de toda a narrativa. Em uma passagem realiza-se a descrição breve, mas generosa, do camarada de armas Meireles, que era "[...] alferes do 3º. de infantaria, rapaz forte, louro, corado, jovial e bem educado; era rio-grandense."[254] Em outro fragmento, ao reproduzir o diálogo derradeiro com o alferes Aristides Bibiano Pereira de Faria, que caia mortalmente ferido, Dionísio Cerqueira compõe, com ternura, uma imagem do combatente do grupo subalterno plenamente comprometido com a causa nacional:

> "– Creio que me vou – murmurou serenamente [Aristides Bibiano Pereira de Faria].
>
> – Não penses nisso. O teu ferimento é leve – afirmei para tranqüilizá-lo.
>
> – Sofro muito – continuou o mísero e valente rapaz – mas morro satisfeito, porque penso como o General Sampaio: feliz do homem que morre no seu ofício.
>
> – Sim – disse eu – Deus abençoa os que se sacrificam pela pátria."[255]

Como essas, existem diversas outras menções a indivíduos dos grupos subalternos que se faziam presentes no acampamento brasileiro em solo paraguaio. Além de reveladoras por serem abundantes, tais alusões tornam-se ainda mais informativas por remeterem a todo um segmento social, como se essas pessoas representassem os valores gerais do povo brasileiro. Dentre as muitas personagens, três delas merecem uma atenção especial, quer seja pela riqueza e abundância de

---

[253] *Ibidem.*, p. 192.
[254] *Ibidem.*, p. 234.
[255] *Ibidem.*, pp. 202-203.

informações apresentadas, quer seja pela simbologia que elas carregam. Anselmo Pureza, ou simplesmente Pureza, é um desses personagens que se sobressai. Era um negro natural da Bahia. Nas *Reminiscências* é apresentado como "bom e valente capadócio baiano", "alegre" e de "voz meio fanhosa" que gostava muito de cantar. Durante grande parte da campanha do Paraguai Anselmo Pureza acompanhou as tropas brasileiras executando também trabalhos manuais de apoio às tropas. Serviu Dionísio Cerqueira na condição de faxineiro e cozinheiro, recebendo por esses serviços um pagamento adicional. Vale ressaltar que na caracterização de Anselmo Pureza, as relações de trabalho são introduzidas como forma de demarcar posições sociais distintas, dado importante para a análise das representações elaboradas referentes aos segmentos subalternos. Assim, fica registrado na narrativa que:

> "Reparti as minhas duas libras de mesada com o faxineiro, que o sargento me concedeu. Cozinhava a nossa *bóia* e dava-me a metade, lavava-me a roupa, que não ia além de uma só muda, açacalava-me o armamento e cuidava do meu equipamento. Era um crioulo alto e musculoso, *gingando* muito quando andava, com uma *trunfa* pontiaguda no alto da larga testa luzidia. Era muito limpo – fazia gosto ver a chapa do seu cinturão e os botões a reluzir. Afamado fabricante de cigarros, vendia-os aos oficiais. Gostava muito de cantar. Era baiano e foi recrutado no tempo do conselheiro Sinimbu, quando o povo da capital se levantou pedindo 'carne sem osso, farinha sem caroço e toucinho do grosso'.
>
> Anselmo Pureza era o nome do meu patrício. Os camaradas chamavam-no o Pureza."[256]

A menção a Anselmo Pureza nas *Reminiscências* permite avaliar também como questões de ordem financeira interferiam na rotina do acampamento aliado e demarcavam distinções de ordem social. Enquanto alguns combatentes mais abastados podiam se dar ao luxo de pagar por determinados serviços e confortos, outros soldados de origem mais modesta se viam obrigados a vender sua força de trabalho para desse modo obter algum ganho complementar que se somava ao pequeno soldo (pagamento este que estava constantemente atrasado). Em contraste com a figura de Anselmo Pureza, Dionísio Cerqueira revela indícios acerca de sua própria condição financeira durante o período de guerra, afirmando que:

> "Eu ganhava, nesse tempo [durante a estada no Paraguai], de soldo, gratificação de campanha e de voluntário, meia pataca e cinco réis por dia [o que corresponde a 165

[256] *Ibidem.*, p. 147.

réis]. A minha situação, pois, sob o ponto de vista pecuniário não era das mais folgadas, porquanto até então vivera com hábitos de conforto e no meio da abastança."[257]

Mas para tornar mais branda e confortável a vida do filho no acampamento militar, o pai de Dionísio remetia ao jovem combatente duas libras esterlinas adicionais, (trata-se da mesada referida na citação acima), valor este que se somava ao soldo pago aos soldados. Desse modo, fica na própria narrativa demarcada uma distinção social e uma posição de submissão dos segmentos populares diante dos grupos dirigentes.

Ainda com base nessa relação de poder estabelecida pelo elemento financeiro, Dionísio Cerqueira passou a contar com os serviços de bagageiro prestados por Antônio Faustino, mais um personagem popular destacado no livro. Ele era um negro natural da Bahia, morador da freguesia de Santo Antônio. Viveu em condições materiais muito modestas, encontrando no serviço das armas imperiais uma fonte para o sustento. Durante a guerra contra o Paraguai participou de importantes batalhas, as quais lhe custaram sérios ferimentos. Ao lado de Dionísio Cerqueira, sempre foi muito prestativo, servindo ao autor das *Reminiscências* sem se descuidar do trato dos cavalos. É caracterizado como "fiel camarada". Ao descrevê-lo, o militar-narrador recorda que "o Antônio Faustino havia estudado latim no Liceu. Lembrava-se ainda da *regra abaixo de Arbor, arboris*, e dificilmente traduzia ao pé da letra o período mais fácil de Eutrópio; fora ferido gravemente no Estabelecimento."[258] Se por um lado fica ressaltado que Antônio Faustino não domina o conhecimento acadêmico, por outro lado Dionísio Cerqueira registra com ternura os saberes populares de seu bagageiro, conhecimentos obtidos na experiência cotidiana que serviram para aliviar o desconforto do militar narrador quando este se encontrou ferido após a Batalha de Lomas Valentinas (de 27 de dezembro de 1868):

"Encharcado de sangue e de água até os ossos chamei o Antônio Faustino e pedi-lhe o cavalo; montei e recomendei-lhe que voltasse para a linha de fogo. Abriu a patrona e de um maço de cartuchos tirou uma bala, limpou-a e deu-ma com estas palavras: O ferimento dá muita sede; esta bala lhe alivia muito, Seu ajudante. Leve na boca; foi o que me valeu quando fui ferido no Estabelecimento."[259] (p. 286)

De acordo com o livro, a experiência da guerra representou a possibilidade de Antônio Faustino entrar em contato com a disciplina e a organização

[257] *Ibidem.*, p. 56.
[258] *Ibidem.*, p. 296
[259] *Ibidem.*, p. 286

militar. Depois de terminado conflito contra o Paraguai, ele se engajou mais uma vez nos serviços militares, alcançando a patente de furriel.

Por fim, a terceira menção de grande relevância a um personagem subalterno refere-se a Francisco Antônio. Tratava-se de mais um homem negro de origem popular que acompanhou Dionísio Cerqueira durante grande parte da campanha no Paraguai. Natural da Bahia, vivia, antes da eclosão da guerra, em São José de Itapororocas, perto de Feira de Santana. Diferente de Anselmo Pureza e de Antônio Faustino, não atuou nem como bagageiro, nem como cozinheiro ou faxineiro, e provavelmente não acompanhou as tropas aliadas na condição de serviçal. Os dados disponíveis indicam que Francisco Antônio teve uma relação de menor dependência em relação a Dionísio Cerqueira, que se refere a ele como "camarada" (sem nenhum qualificativo profissional complementar). O livro o apresenta como talentoso, afirmando-se mais especificamente que "o Francisco Antônio, meu camarada, era insigne nesse mister de açacalador."[260] Francisco Antônio participou de importantes combates, e chegou mesmo a sofrer sério ferimento na batalha de Lomas Valentinas. Numa passagem, ao aludir aos fiéis camaradas que sempre o acompanhavam, Dionísio Cerqueira afirma que: "Comigo ficaram o Antônio Faustino, meu bagageiro e o Francisco Antônio, meu camarada, vindos comigo do [batalhão] *Dezesseis*. [...] Eram valentes crioulos e meus amigos dedicados."[261]

Anselmo Pureza, Antônio Faustino e Francisco Antônio são figuras emblemáticas. Em comum, os três são representantes dos grupos populares. Todos estes personagens são negros de origem pobre. Estes homens são caracterizados como prestativos, cordiais, corajosos e cordatos. De uma obediência extrema, que beira à submissão, são todos retratados como fiéis ao amigo e aos superiores, prestando-se aos mais variados serviços. Eram humildes e bons cumpridores de ordens. Embora não dominassem o conhecimento científico ou acadêmico, possuíam um saber prático, originário das experiências corriqueiras, o que acabava por contribuir nas horas de batalha e na vida cotidiana do acampamento. Também eram destemidos e abnegados, e no campo de batalha colocavam suas próprias vidas em risco pela defesa da pátria. Detentores de atributos positivados, estes indivíduos são, de certa forma, postos como representantes dos segmentos sociais subalternos, encarnando as características ideais do povo brasileiro: talentosos e respeitosos (quase submissos) em face dos grupos

[260] *Ibidem.*, p. 280.
[261] *Ibidem.*, p. 296.

dirigentes. Outra semelhança na descrição dessas três personagens refere-se à parca quantidade de informações biográficas e à escassez de dados sobre a forma de alistamento, sobre o momento em que estes homens se incorporaram ao Exército. Salvo no caso de Anselmo Pureza, que se afirma ter sido recrutado no tempo em que o povo da cidade de Salvador revoltado pedia "carne sem osso, farinha sem caroço e toucinho do grosso", nada se sabe sobre as razões que teriam levado cada um destes homens a se fazer incorporar ao Exército. No caso de Anselmo Pureza, a clara alusão à revolta de caráter popular que eclodiu na Bahia em função da carestia e da alta inflação dos alimentos insinua um recrutamento forçado, uma forma de punição aos rebelados. Mas essa informação não é confirmada. Do mesmo modo como não se confirma a origem dos soldados negros presentes nas *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Estariam eles vinculados ao infame cativeiro, configurando-se em representantes do elemento servil que era alforriado para defender o Brasil no campo de batalha?

Apesar da precariedade das estatísticas oficiais da época da guerra, o que dificulta o estabelecimento de um número preciso de escravos alistados no exército imperial, é sabido que um significativo contingente de cativos, milhares e milhares deles, compunham as forças nacionais. Estimativas apontam para números que ficam entre 8.489 e 20.000, algo bastante significativo, muito embora este contingente não devesse exceder a 10% do total das tropas do Império.[262] Essa expressiva presença de escravos nas armas imperiais representava motivo de constrangimento para as autoridades brasileiras. Os inimigos paraguaios se aproveitavam dessa característica para afrontar o governo do Brasil e os periódicos que circulavam entre as tropas adversárias não hesitavam em satirizar as forças brasileiras. Na imprensa ilustrada paraguaia, particularmente em *Cabichuí* e *El Centinela*, os soldados imperiais eram representados como macacos, relembrando dessa maneira que a defesa do Império se fazia às custas de escravos e cativos recém-libertados.[263] Mas nas *Reminiscências da Campanha do Paraguai* essas informações não constam, assim como não consta nada que pudesse denegrir a imagem do Exército.

A omissão de dados sobre o recrutamento de escravos e ex-escravos e sobre a vida pregressa de muitos combatentes passa a ser, portanto, bastante

[262] Esses números são do General Queiroz Duarte e de Robert Conrad, respectivamente. Sobre essa discussão em torno dos números referentes à participação escrava na Guerra do Paraguai, ver SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, 1990, pp. 63-77.
[263] Para as representações iconográficas na imprensa paraguaia, ver TORAL, André Amaral de. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, 2001, pp. 67-74.

informativa. É como se apenas a experiência na caserna interessasse, ou melhor dito, apenas depois de incorporados ao Exército esses homens passam a ser dignos de louvores e recordação. E no Exército eles têm o seu valor reconhecido e passam a integrar também a grande celebração destinada a consagrar as instituições militares brasileiras. É bem verdade que a menção aos distintos grupos sociais não se faz de modo equânime. Ao incorporar os grupos subalternos em sua narrativa, Dionísio Cerqueira não deixa de revelar a existência de clivagens sociais no interior das forças armadas brasileiras. Quando se menciona, por exemplo, a existência de um grupo de homens que prestam serviços a outro agrupamento de pagantes, fica demarcada uma espécie de hierarquia que se constitui pelo poder econômico. Mas, se por um lado as *Reminiscências* deixam evidenciadas as distinções sociais que também se faziam presentes no Exército, por outro lado um discurso harmonizador faz com que essas diferenças permaneçam apagadas, ou melhor dito, diluídas, abrandadas no interior da corporação militar. Assim, omitindo as informações indesejáveis (como aquelas referentes a presença de escravos entre as tropas) e escamoteando e/ou atenuando as distinções e contradições sociais, Dionísio Cerqueira constrói em seu livro um discurso harmonioso, em que destaca a existência de um forte sentimento de solidariedade entre todos os combatentes brasileiros, independente de sua origem social, pois tais combatentes pautavam suas atitudes de forma coletiva em função do compromisso com a pátria. Por isso, entusiasticamente registra que

> "O decreto de 7 de janeiro de 1865 [que instituía os corpos de Voluntários da Pátria] repercutira no vasto território do Império, como na França o de 11 de julho de 1792, chamando às armas o povo para resistir à invasão da Europa feudal, que avançava rugindo. [...] Na minha terra, a bandeira era a auriverde, tremulando desfraldada à frente do povo entusiasmado, que se alistava, formando batalhões ao som do hino nacional."[264]

Nesse fragmento, evocando o exemplo da França, Dionísio Cerqueira estabelece uma única distinção: de um lado, os inimigos selvagens e atrasados que "avançam rugindo", como outrora se passou na Europa; de outro lado, o heróico e entusiasmado povo brasileiro respondendo ao chamamento da nação. Uma única bandeira tremula em todo território, a auriverde. E um único hino, o nacional, a todos irmana. O sentimento de comunhão está dado. Acompanhando este tom de entusiástica sinergia, em outras passagens o general baiano, ao se referir aos soldados, emite o seguinte juízo:

> "Ao ver a abnegação daquela soldadesca, o estoicismo com que ia vencendo as agruras da vida e o bom humor que explodia em pilhérias e risadas alegres, o amor à bandeira e

[264] CERQUEIRA, Dionísio. *Op. cit.*, p. 56.

> o orgulho de vestir a farda do Brasil, ninguém podia duvidar da vitória da nossa causa. Havíamos de triunfar, porque queríamos."[265]

E em outro momento, nessa mesma linha, o soldado-autor realiza a seguinte avaliação:

> "Muito valia aquela mocidade forte e sadia, cônscia de seus nobilíssimos deveres e cumprindo a sua missão com amor e entusiasmo. Os rapazes daquela época de glórias são os velhos de hoje. Olham para o passado com saudades dos camaradas, dos comandantes, dos generais que já se foram e deram exemplos dignos de imitação. Vêem com esperanças a geração nova, que se levanta cheia de seiva e de vida e confiam que ela seguirá sempre o caminho do dever, que Osório apontava aos seus soldados na véspera da invasão [da nação paraguaia]."[266]

Estas declarações são extremamente esclarecedoras na medida em que apontam para a construção de um forte sentimento de união a amalgamar o Exército. Nestes e noutros fragmentos o soldado-narrador aproxima-se de todos seus camaradas de infantaria, inclusive daqueles oriundos dos grupos populares (aqueles mesmos que chegaram a ser chamados de "ignorantes e sem educação"). Ainda que existissem diferenças entre os homens que compunham as tropas, não havia clivagens nas forças armadas brasileiras. A desconfiança e o preconceito em relação aos setores subalternos são, portanto, superados em nome de algo maior, em nome da idéia de unidade e em nome do compromisso, respeito e admiração em relação à corporação armada. O Exército como instituição unida é, portanto, apresentado como um dos pilares mais importantes da nação, responsável pela defesa da soberania e da integridade territorial.

Dando continuidade a este discurso de celebração do Exército em que as forças armadas brasileiras são representadas como instituições monolíticas e harmonizadas, Dionísio Cerqueira realiza o reconhecimento de todos os soldados da pátria, mesmo aqueles que lutaram e morreram anonimamente. A intenção das *Reminiscências* é representar uma construção simbólica do Exército em que todo combatente se sinta identificado e aclamado. Todos aqueles que lutaram têm o seu quinhão de glória, seja o soldado oriundo do grupo dirigente seja ele de origem popular. Assim, todos os combatentes brasileiros, por pertencerem igualmente ao Exército, fazem-se representados. Em uma passagem, ao relatar os feitos de soldados do segmento subalterno cujos nomes não são mais recordados, o autor das *Reminiscências* não hesita na hora de creditar os méritos:

> "Já não me recordo do nome desses heróis. Já lá vão tantos anos!... Mas, que importa? A Pátria conhece-os a todos:

[265] *Ibidem*, p. 98.
[266] *Ibidem*, p. 129.

Chama-se *Exército*: são seus gloriosos filhos, que morreram por ela e são sepultados na vala comum... da glória."[267]

Mais adiante, ao tratar de outro soldado realizador de proezas nos campos de batalha e anonimamente morto, complementa-se o raciocínio com mais uma passagem bastante elucidativa:

> "Contemplei, algum tempo, em respeitosa mudez, os restos mutilados desse homem, cujo nome me era desconhecido e cujas proezas talvez somente eu tivesse testemunhado na tremenda refrega. Era mais um dos heróis anônimos que lá caíram aos milheiros em defesa da honra nacional, deixando os esqueletos branqueando os campos ou enterrados em covas mal cobertas, amparados somente pela cruz simbólica da Pátria, o Cruzeiro do Sul, brilhando na cúpula do panteon [sic] infinito onde os seus nomes humildes se confundem e se integram no glorioso nome de – Exército Nacional."[268]

Eis o monumento ao soldado desconhecido produzido de modo grandiloqüente pela própria natureza! E para além desta espécie de "monumento" aos que tombaram, resta a magnificência do Exército. É por meio desta instituição que todos os soldados se afirmam e se realizam, sejam eles figuras dirigentes ou populares. As glórias e conquistas individuais são postas em segundo plano e restam, venerandas, as forças armadas nacionais, representantes de parcela significativa da sociedade, de uma importante comunidade em armas a serviço da nação. É bem verdade que a celebração realizada em honra ao soldado do grupo dirigente recebe uma "atenção especial", havendo sempre a menção do nome de cada um destes militares, com a exaltação de seus atributos e seus feitos.[269] Mas os subalternos não são esquecidos nas *Reminiscências*. Quanto aos populares, o tratamento é menos personalizado, muito embora haja algumas citações individualizadas a combatentes do povo. E ainda que, por

---

[267] *Ibidem*, p. 220.
[268] *Ibidem*, p. 329.
[269] Ao se referir ao General Osório, por exemplo, Dionísio Cerqueira registra que "Quando souberam no acampamento do Tuiuti que havia chegado a Itapiru o legendário cabo de guerra [o General Osório], todos sentiram indescritível alegria. Os soldados lá foram vê-lo. Chegavam perto da sua tenda, olhavam-no reverentes e voltavam satisfeitos. Todos sabíamos, que tendo à nossa frente aquele herói, seríamos invencíveis." (p. 204) Sobre Deodoro da Fonseca, afirma que "era uma das grandes figuras do exército e uma das mais brilhantes daquela plêiade de oficiais de artilharia, designados para o comando de batalhões de infantaria. [...] Ninguém mais do que Deodoro concorreu para o lustre das nossas armas. Que o diga o Vinte e Quatro de Voluntários da Pátria, do qual fez, em pouco tempo, um dos melhores corpos do exército." (pp. 324-326). E quanto ao Marquês de Caxias, declara "Para nós, soldados do seu exército, o Marquês de Caxias não era um homem como os outros. Tal prestígio envolvia-o que ninguém podia vê-lo senão através de uma auréola de glória. Quem não acreditava na sua onipotência? Quando passava no seu uniforme de marechal-do-exército, ereto e elegante, apesar da idade, todos nós perfilávamos reverentes e cheios de fé. Não era somente o respeito devido à sua alta posição hierárquica; havia mais a admiração religiosa e a admiração sem limites. Poderia fazer dos seus soldados o que quisesse – desde um herói até um mártir." (p. 241) Além destas personalidades, ainda há alusões ao Coronel Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, ao General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, o Visconde de Santa Teresa, ao General Manuel Marques de Sousa, o Conde de Porto Alegre, entre tantos outros.

vezes, a homenagem a este segmento social se faça por meio de aclamação mais ampla aos heróis anônimos, o tributo está prestado. Ao cabo, todos os militares brasileiros são homenageados pela caneta de Dionísio Cerqueira.

As *Reminiscências da Campanha do Paraguai* revelam-se, pois, detentoras de uma elevada carga simbólica. O feito máximo das armas brasileiras durante o século XIX – a atuação na guerra contra o Paraguai – e a sua memória ofereciam precisos elementos para a elaboração de representações nacionais positivas. Estas mesmas representações, somadas à tentativa de "recuperação" da atmosfera ardorosa e patriótica dos anos da guerra, se prestava a reforçar os laços de união a irmanar os compatriotas brasileiros, tornando o passado heróico mais um componente a integrar as marcas da identidade nacional no Brasil. Mas, para além das preocupações identitárias maiores, referentes à nação, as *Reminiscências* se propunham prioritariamente a disputar a memória da guerra, preservando-a de seus detratores (especialmente os positivistas), afastando-a dos antigos emblemas monarquistas e aproximando-a dos militares. O Exército surge, assim, como a instituição diretamente favorecida pelo livro. Ou, melhor dito, o texto de Dionísio Cerqueira, altamente indulgente com as falhas e apologético em relação aos grandes feitos, conferia centralidade ao Exército na vida nacional, e ao mesmo tempo credenciava as forças armadas para as mais elevadas e árduas missões políticas de interesse do Brasil.

Não é, portanto, de forma gratuita que Dionísio Cerqueira faz referência a personagens dos segmentos subalternos como Antônio Faustino, Anselmo Pureza, Francisco Antônio dentre outros populares, anônimos ou não. Se o livro *Reminiscências da Campanha do Paraguai* constitui uma celebração das instituições militares, os segmentos subalternos também são incorporados nessa celebração. É bem verdade que a menção a tais segmentos sociais se dá de modo peculiar, de forma regrada. Não constam na narrativa marcas depreciativas sobre a origem destes soldados nem mesmo manifestações de insubordinação. A alusão a esses indivíduos de origem popular, feitos disciplinados e incorporados ao Exército de forma harmoniosa representa a capacidade dos militares de assimilar toda variedade social no interior de sua instituição. O Exército desponta como um corpo plural mas coeso. E assim, orientados pelos princípios de respeito à hierarquia e à disciplina, os militares passam a representar a capacidade de integração regrada levada a termo pelas instituições armadas. Ao cabo resta a imagem fortalecida do Exército como instituição dotada de um forte sentimento de

solidariedade, como se em seu seio imperasse uma ampla irmanação de brasileiros comprometidos com a pátria.

A memória da guerra, a defesa da corporação militar e o lugar do Exército na sociedade brasileira

Com a intenção de transformar as *Reminiscências da Campanha do Paraguai* em uma apologia ao Exército brasileiro, Dionísio Cerqueira elabora uma atmosfera de triunfo em seu texto, havendo nele espaço para os combatentes de todos os grupos sociais, os quais, em essência, emergem como heróis nacionais (heróis que se realizam enquanto militares). O propósito maior do general narrador é resguardar a memória das forças armadas e, fazendo uso dessa memória, realizar uma celebração das instituições armadas. Mas embora o tom apologético predomine na narrativa, as exaltações são interrompidas em algumas passagens, quando então Dionísio Cerqueira recorda e lamenta a existência de um sentimento de reserva e preconceito por parte de alguns setores da sociedade em relação ao Exército. Tal indisposição se revelava, segundo Cerqueira, por meio da prática de promoções e condecorações que vigorava à época da guerra. Numa ocasião, após a Batalha do Estabelecimento, na qual o batalhão de Dionísio Cerqueira teve destacada atuação, foram "generosamente galardoados" todos os oficiais do quartel-general do comando-chefe, bem como a divisão da esquadra que realizara a passagem da temida fortificação de Humaitá. Em relação à infantaria, "à plebe do exército... ficaram as reminiscências daquele dia, com as saudades dos amigos que caíram para sempre, a consciência de termos cumprido bem o nosso dever e a honra incomparável de caber-nos, sempre, o papel principal nas horas solenes das batalhas."[270] Mais adiante, novo lamento, agora com ares irônicos:

> "A nossa *rápida* carreira não devia causar inveja a ninguém. Tampouco entibiava-nos o ânimo a notória falta de recompensas ao nosso glorioso batalhão. Nessa época de glórias, nenhum de nós pensava no seu eu. As nossas energias eram da Pátria, que queríamos grande e respeitada."[271]

Nas passagens acima registradas ficam patentes a insatisfação e a crítica à política de promoções e condecorações que vigorava nas forças armadas brasileiras no século XIX. Dionísio Cerqueira expressa com clareza o seu desagrado, afirmando que a

[270] CERQUEIRA, Dionísio. *Op. cit.*, p. 223.
[271] *Ibidem*, p. 279.

única motivação da infantaria nas batalhas era o patriotismo, uma vez que eram escassas as manifestações de reconhecimento aos atos de bravura destas tropas.

As razões para esta política eram variadas, conforme aponta a historiografia. Os dirigentes do Império entendiam que a manutenção de uma oficialidade numerosa representava um dispêndio financeiro elevado e caprichoso.[272] Ademais, na época da Guerra do Paraguai o Exército gozava de uma reputação ruim entre as altas autoridades monarquistas. No Brasil do Segundo Reinado a infantaria era composta pelo "populacho", havendo mesmo marcadas diferenças entre a história e a composição social desta instituição e a estruturação da Marinha. Ao longo do período imperial, as forças navais detiveram maior importância e foram agraciadas com volume superior de recursos orçamentários (até mesmo em função dos elevados preços das modernas armas de guerra). Além disso, do ponto de vista social, prevalecia, em geral, uma íntima associação entre os oficiais da Marinha e os altos círculos dirigentes do país. De modo diverso, com o crescimento do Exército (em grande parte decorrente do conflito contra o Paraguai), houve um aumento significativo no número de oficiais oriundos de setores médios da sociedade, sem que estes possuíssem necessariamente vínculos estreitos com as altas autoridades monarquistas. Àquela época, os membros dos grupos mais abastados da sociedade ingressavam também nos corpos da Guarda Nacional, tornando-se oficiais com substantiva influência na vida política. O critério de renda excluía os populares dos quadros mais importantes da Guarda Nacional. Já com o Exército a realidade era distinta.[273] Infratores e "homens da mais baixa estirpe" eram punidos com o alistamento forçado, conferindo a esta instituição péssima fama. Esse estigma perdurou durante toda a Campanha do Paraguai. E a presença maciça de mestiços, negros e escravos nos mais distintos batalhões agravava ainda mais esta percepção depreciada dos dirigentes do Império. Existem alguns testemunhos de combatentes nos quais transparecem queixas sobre a indisciplina que vigorava entre as fileiras das tropas brasileiras, atribuindo este desvio de caráter ora à forma como se

[272] Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda este política de promoções morosa orquestrada pelos dirigentes do Império constituiu fator para generalização de ressentimento nos setores militares, ressentimentos estes que viriam a contribuir para o desgaste da relação entre as forças armadas e o núcleo do poder civil. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque. *Op. cit.*, pp. 354-401.

[273] Estas peculiaridades na história e na composição social do Exército acabaram por favorecer o desenvolvimento de um sentimento de corpo nesta instituição. Ao longo do tempo, as forças terrestres, sentindo-se preteridas pelas autoridades civis, passaram a nutrir ressentimentos cada vez maiores em relação à Marinha e às lideranças políticas, pejorativamente apelidadas de "casacas", reforçando um espírito de unidade. Sobre a composição diferenciada das tropas do exército e o divórcio entre os grupos dominantes civis e os militares, ver CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*.

davam os alistamentos, ora ao elemento servil que ingressava no exército. Nesse sentido, o depoimento do Marquês de Caxias é bastante emblemático, ao lamentar, em carta de dezembro de 1868 endereçada ao Ministro dos Negócios da Guerra, que:

> "[...] a introdução do elemento servil nas suas fileiras [do Exército] esteja produzindo já seus efeitos maléficos resultados por meio dos exemplos imorais, e de todo contrários à disciplina e subordinação dados constantemente por homens que não compreendem o que é pátria, sociedade e família, e que se consideram ainda escravos, que mudaram apenas de senhor [...]."[274]

A cautelosa e parcimoniosa política de promoção e condecoração das forças armadas foi formulada, portanto, também com base nesta percepção. Para além da contenção de despesas, os dirigentes do Império não julgavam conveniente prestigiar os grupos populares, e, seguindo uma antiga tradição, acabavam permitindo que relações pessoais, de amizade e favor, servissem de critérios para que alguns poucos "apadrinhados" fossem promovidos, ascendendo na hierarquia militar.[275] De tudo isso resultava a impressão de injustiça e morosidade na prática de promoção, o que acabou desagradando a muitos e provocando importantes ressentimentos entre os fardados, como se comprova pelas passagens das *Reminiscências* acima citadas.

Para o General Cerqueira, a referida política de promoções era a manifestação clara do descaso dos dirigentes do Império. Assim, ainda que preserve a figura do imperador e dos demais membros da família real, as *Reminiscências* não deixam de eleger os membros do grupo dominante monárquico e a política partidária civil como alvos principais de suas críticas. Segundo o soldado-autor, as autoridades civis do Segundo Reinado, por seus vícios e preconceitos, foram extremamente displicentes com o Exército brasileiro, expondo irresponsavelmente o país a ameaças externas. Dessa forma, fica sentenciado que,

> "No Brasil, não se interessavam pela defesa do país. No parlamento, vozes autorizadas bradavam contra as despesas com a força armada. O voluntariado e o recrutamento forçado preenchiam os claros que se iam dando nas reduzidas fileiras dos nossos dezesseis batalhões de infantaria, cinco regimentos de cavalaria e outros tantos corpos de artilharia. O Brasil não tinha inimigos a temer, diziam os otimistas de todos os tempos."[276]

---

[274] *Cartas, Reservados e Confidenciais Referentes à Campanha do Paraguai (1867-69)*, Arquivo Nacional, Códice 924, carta confidencial e reservada ao ministro dos Negócios da Guerra de 13/12/1868, livro 4, apud SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, 1990, p. 135.

[275] Sobre o tema das promoções, condecorações e disciplina no Exército, ver SALLES, Ricardo, *Op. cit.*, 1990, pp. 137-149

[276] CERQUEIRA, Dionísio. *Op. cit.*, p. 62.

Os dirigentes e os grandes expoentes civis do Império são descritos desdenhosamente como sendo aqueles que de modo negligente se descuidaram da defesa do país. Como não identificavam no horizonte nenhuma séria ameaça externa, essas autoridades foram privando as forças armadas de recursos e de estrutura organizacional mínima para o bom funcionamento das tropas, que iam se adaptando com dificuldade a todas as adversidades. Para Dionísio Cerqueira, militar que faz uso da narrativa para constantemente celebrar a grandeza e importância do Exército brasileiro, era inadmissível a displicência dos dirigentes civis da época da monarquia, autoridades que não sabiam reconhecer a importância das forças armadas nacionais, e por conseqüência não conferiam às instituições militares o espaço de destaque na vida pública da pátria que lhes caberia por direito.

Seguindo esta linha de ataques, Dionísio Cerqueira questiona a postura dúbia e incoerente dos grupos dominantes do Império, que em tempos de paz tinham uma posição e em tempos de guerra começaram a adotar uma disposição diametralmente oposta. Segundo o general, aqueles mesmos dirigentes civis que antes se mostravam indiferentes aos temas militares, após a deflagração do conflito, passaram a se apresentar como legítimos defensores da pátria, mesmo estando longe dos campos de batalha. E eram estes indivíduos que se pavoneavam como exímios conhecedores das táticas e técnicas bélicas sem a mínima experiência no campo marcial. De acordo com as *Reminiscências*, a esses civis só interessava a autopromoção, daí se arvorarem de exímios gênios militares a apontarem as falhas dos generais em operações e as melhores manobras a serem executadas, sem ao menos possuírem os mais elementares conhecimentos bélicos. Esses dirigentes civis são então contrapostos e comparados com os soldados, e, em tom irônico e desafiador, sentencia-se:

> "Discutíamos [os soldados brasileiros], às vezes, sobre o melhor plano de invasão, mas não com o calor nem a mestria dos *mariscais* da rua do Ouvidor, capazes de dar lições de *estratégia* e de *tática* ao mais abalizado dos Oyamas. A esses conviria mandar para a campanha, para saberem as dificuldades com que lutávamos e afrontarem os mesmos perigos, que nos assaltavam, a cada passo e cada hora."[277]

Dionísio Cerqueira busca fazer a defesa dos oficiais do Exército (aqueles que eram questionados em suas decisões e manobras táticas) e, ao mesmo tempo, aponta o desconhecimento e o despreparo dos dirigentes imperiais. Reforçando este raciocínio, em outra passagem afirma-se que:

[277] *Ibidem*, p. 124.

> "Os poderes públicos confiavam demasiado na diplomacia imperial e não se lembravam que a paz é, como bem diz Roosevelt, uma deusa de espada à cinta. Ai do país que não estiver apercebido para os dias solenes das batalhas! A guerra hoje não espera. Em poucos dias entra-se em campanha e vêm logo as grandes batalhas, que decidem da sorte dos beligerantes."[278]

Por fim, são apresentadas aquelas que seriam as razões para a displicência civil em relação às armas brasileiras. Ao evocar o Major-General Von der Decken,[279] que afirmava que "*as despesas com o exército despertam a solicitude do civil pelo erário e não lhe faltam simulacros de prova para convencerem da inutilidade da instituição*"[280], Dionísio Cerqueira esclarece que os dirigentes políticos desprestigiavam o Exército com o propósito maior de se apoderarem do orçamento militar. Assim, além de oportunistas, presunçosos e ignorantes, o atributo da mesquinhez se somava na qualificação daqueles grupos políticos.

Desta forma, fica demarcada uma nítida distinção: de um lado estavam postos os civis que negligentemente trataram da defesa do país e desdenharam da capacitação do Exército; de outro lado se colocavam os militares que empenharam a vida para resguardar os interesses da pátria. Revela-se, assim, um segmento responsável pela fragilização nacional e simultaneamente apresentam-se aqueles que defenderam (e continuarão a defender) o país de forma incondicional, trazendo sempre a redenção. E assim, com este propósito de glorificar e legitimar a atuação dos militares, retoma-se a linha de qualificações laudatórias às forças armadas brasileiras, particularmente endereçadas ao Exército. Nessas circunstâncias, o tom apoteótico domina a narrativa. E Dionísio Cerqueira não cansa de exaltar as tropas e os soldados brasileiros, que, segundo o autor, eram todos dominados por

> "um nobre estímulo. Cada qual queria elevar mais alto o nome do soldado brasileiro. Naquela época gloriosa, pouco nos importava saber quem era o presidente do conselho de ministros, nem o partido que o Imperador havia guindado ao poder, para alternar com o outro, que já tinha muito governado."[281]

Mais uma vez o sentimento de corpo se evidencia. Entre os combatentes prevalecia o apego à corporação, o senso do dever e a lógica da eficácia pragmática. Já no campo da política imperial predominava a mesquinharia. O meio civil passa a ser

---

[278] *Ibidem*, p. 62.
[279] Trata-se de Johann Friedrich Graf Von der Decken, general e diplomata de origem aristocrática nascido em Hanôver em 1769 e que teve destacada atuação durante o período napoleônico, dedicando o final de sua vida a escrever sobre assuntos militares.
[280] CERQUEIRA, Dionísio. *Op. cit.*, p. 62.
[281] *Ibidem*, p. 97.

apresentado como o local onde imperavam as desavenças caprichosas e fúteis, e onde "há sempre dessas ingratidões, principalmente na política partidária."[282] De tal modo, as referências a serem seguidas não poderiam vir do corrompido universo civil, mas sim do próprio meio militar, ou mais precisamente, do exemplo dos generais de maior experiência. As queixas e denúncias de Dionísio Cerqueira buscavam revelar a existência de um espaço a ser ocupado pelos militares. Sendo os soldados figuras exemplares, o Exército passava a possuir maior relevância, emergindo como instituição privilegiada, dotada de um elevado dever em relação à pátria. E, em respeito à hierarquia, a figura dos generais expressa o exemplo maior a ser seguido. Acompanhando o raciocínio de Dionísio Cerqueira, os militares tinham um caminho a ser trilhado. Para o autor das *Reminiscências*, ele, em companhia de seus camaradas de armas:

> "Dávamos os primeiros passos, na carreira militar e longos anos tínhamos de percorrê-la para chegar à altura dos nossos generais, cuja alta missão era conduzir-nos à vitória e preparar continuamente o espírito para o exercício da função política, a mais nobre, que pode aspirar um homem de guerra. Em um Estado a melhor situação é aquela em que o generalíssimo e o político estão reunidos nas pessoas do seu chefe, diz Von der Goltz. Os maiores generais foram também os maiores políticos e homens de Estado: Alexandre, César, Frederico, e Napoleão. A vida militar dá o hábito da ordem, ensina a disciplina, inocula o respeito à lei e faz intenso o amor à glória da pátria.
>
> *The true soldier always makes a good citizen*, diz um pensador americano, referindo-se ao presidente General Harrison."[283]

Logo na seqüência, o general-narrador apresenta uma distinção entre duas formas de fazer política. Esclarece assim que "muitos confundem a verdadeira política, a nobre, patriótica, árdua e bela arte de governar, com a *politicagem* mesquinha e baixa, que vicia o caráter e entorpece o progresso. Desta o militar deve fugir com horror." E citando a alguns dos seus mais elevados exemplos, demonstra que os militares se filiam à melhor das maneiras de fazer política, uma vez que "os nossos maiores homens de guerra foram chefes políticos eminentes: Caxias, Osório, Porto Alegre, Polidoro, Pelotas."[284]

As reflexões de Dionísio Cerqueira perfazem, assim, um amplo percurso. Partindo do problemático tema da morosidade no sistema de promoções militares, realiza-se uma severa censura às práticas políticas corrompidas e aos valores distorcidos

---

[282] *Ibidem*, p. 56.
[283] *Ibidem*, p. 97.
[284] *Ibidem*, p. 97.

dos membros do grupo dirigente civil da época do Império. As autoridades do regime monárquico são tomadas como displicentes e são responsabilizadas por um processo de fragilização das forças armadas que expuseram o Brasil a riscos extremos e desnecessários. As denúncias avançam até o momento em que, como contraponto, emergem os militares como grandes exemplos de virtude e patriotismo, os militares como protagonistas da defesa do país, como aqueles que no campo de batalha lutaram pelos interesses da pátria. A confrontação que se realiza no âmbito do discurso entre dirigentes civis monarquistas e forças armadas cumpria, assim, o papel de re-significar a memória da Guerra do Paraguai no momento em que a República brasileira ainda engatinhava. *Reminiscências da Campanha do Paraguai* e as representações ali contidas se prestam, portanto, a reforçar e glorificar a imagem do Exército. No contexto republicano, a Guerra do Paraguai é novamente considerada como um embate pela civilização, mas um embate não mais capitaneado pela monarquia, e sim pelas forças armadas.[285] E daquele combate travado ao longo de cinco anos extraem-se as datas memoráveis[286] e as personalidades importantes, os heróis nacionais que merecem ser celebrados[287]. Figuram com destaque nas *Reminiscências* nomes como o do Coronel Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza; do General Manuel Marques de Sousa, o Conde de Porto Alegre; do General José Antônio Corrêa da Câmara, o Visconde de Pelotas; do General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, o Visconde de Santa Teresa; do Tenente-Coronel Floriano Peixoto; do General Manuel Luís Osório, o Barão, Visconde e, por fim, Marquês de Herval; do Coronel Deodoro da Fonseca; do General Luís Alves de Lima e Silva, o Marquês e depois Duque de Caxias, entre tantos outros... É interessante reparar que as personalidades alçadas à categoria de herói não se enquadram em um perfil político único (conservador, liberal, monarquista ou republicano). Os critérios adotados na seleção dos grandes ícones parecem ater-se

[285] Sobre a re-significação conservadora da Guerra do Paraguai no contexto republicano e a apropriação do tema do conflito pelos militares, ver ALAMBERT JR., Francisco Cabral. *Op. cit.*, pp.183-196. Ver também SALLES, Ricardo. Ricardo. *Guerra do Paraguai: memórias & imagens*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003, pp. 190-193

[286] Dionísio Cerqueira recupera e celebra ocasiões importantes, em especial alguns combates nos quais tomou parte: a Batalha do Passo da Pátria (de 02 de maio de 1866), a primeira Batalha de Tuiuti (de 24 de maio de 1866), a Batalha do Estabelecimento (de 19 de Fevereiro de 1868) e a Batalha de Lomas Valentinas (de 27 de dezembro de 1868, na qual o autor sofreu sério ferimento na cabeça). Estes momentos vitoriosos da pátria (conquistados pelo empenho fundamental das forças armadas) representam a manifestação triunfante das virtudes dos soldados brasileiros. E, por conseqüência, trata-se do triunfo de toda a nação. Referem-se, portanto, a datas a serem lembradas e comemoradas por todos os bons patriotas em sinal de reverência e gratidão aos que lutaram e tombaram pela grandeza do Brasil.

[287] Acompanhando a celebração de datas especiais, realiza-se uma relação de grandiosas e vitoriosas personalidades do Exército a serem comemoradas. Trata-se dos heróis nacionais surgidos e/ou amplificados por seus feitos no contexto da Guerra do Paraguai.

exclusivamente ao campo militar, reforçando a idéia de indiferença em relação às "questões menores da política partidária". Portanto, a intenção principal de Dionísio Cerqueira é contribuir, a seu modo, para a elaboração de ícones do Exército, os grandes expoentes da nacionalidade. Tais personagens representam figuras exemplares, cheias de virtudes, oriundas, todas elas, dos grupos militares e que ofertaram as suas vidas para a defesa e grandeza da pátria, sinal máximo de abnegação nacionalista. São estas as representações que Dionísio Cerqueira quer institucionalizar como signos nacionais e representativos da nacionalidade brasileira.

Mas a linha argumentativa de Dionísio Cerqueira avança ainda mais. Em seu livro, os militares são figuras dotadas de múltiplos talentos e aptidões, o que os habilita a ocupar um espaço de destaque na vida pública nacional, a despeito do descaso das autoridades civis. A par desse percurso reflexivo, o recurso à imagem de membros dos segmentos subalternos se presta a reforçar a idéia do Exército como corpo. Um corpo amplo, socialmente heterogêneo, mas unido, monolítico. Um corpo em que todos os seus membros encontravam-se igualmente injustiçados e desprestigiados pelo grupo dominante civil do período monárquico. Um corpo que está unificado e, em conseqüência da união, mostra-se forte e vigoroso. Um corpo que, em face das injustiças civis, solidarizou-se ainda mais para mostrar à pátria a sua importância e assim fazer valer os seus direitos, buscando conquistar benefícios e maior participação na esfera pública.

É preciso ressaltar que, muito embora as considerações e críticas de Dionísio Cerqueira remetam ao Brasil Império, as suas posições expressas nas *Reminiscências* parecem associar-se intimamente ao contexto político dos primeiros anos do regime republicano brasileiro, ou mais precisamente ao período de virada do século XIX para o século XX (momento em que o livro em questão era escrito). Os militares da proclamação do novo regime, aqueles mesmos que anteriormente se projetaram nos altos círculos políticos do país, começavam, nesta época, a ver seu prestígio e influência definhar. Sua atuação político-partidária era cada vez mais fortemente questionada, e assim, seguiam gradualmente perdendo espaço para os civis, que reocupavam seus antigos postos na administração pública e readquiriam projeção. Em 1894 era eleito o primeiro presidente civil da história brasileira, Prudente de Moraes. Apesar das medidas conciliatórias adotadas por seu governo com relação aos remanescentes da administração antecessora do Marechal Floriano Peixoto, significativos grupos de militares foram sendo gradativamente afastados de seus

postos.[288] O parlamento também oferece informações reveladoras sobre o declínio da proeminência militar. Dos deputados eleitos em 1890 para o Congresso Nacional, 19,03% eram militares. Esse número foi diminuindo, e em 1917 o percentual de congressistas fardados era de apenas 5,18%.[289] Na medida em que o regime republicano ia se consolidando, os dirigentes civis passavam a reocupar o comando e os militares perdiam relevância nas grandes esferas de comando do país.

Acompanhando este refluxo de poder dos militares, a sociedade brasileira vivia neste período histórico uma série de convulsões de caráter político-social. É bem verdade que as instabilidades haviam se iniciado desde o momento da Proclamação da República. A partir golpe de 15 de novembro de 1889, abriu-se no país um longo período de turbulências políticas. Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente eleito, não conseguiu conviver com o congresso e, ao dissolvê-lo (em 3 de novembro de 1891), acabou fornecendo material para críticas e fortalecendo a oposição, que o levou a renunciar à presidência no dia 23 de novembro de 1891. Num clima de grandes incertezas, Floriano Peixoto, à época vice-presidente, assumiu o governo da Federação, e uma de suas primeiras medidas foi dar respaldo aos movimentos de deposição dos governos estaduais que haviam apoiado a dissolução do congresso efetivada por Deodoro da Fonseca. Nesse momento era freqüente que as disputas entre grupos políticos locais (que buscavam assumir o controle dos estados) envolvessem a esfera federal. Não raro, os setores civis jogavam com as divisões existentes nas forças armadas e acabavam por atrair importantes personalidades do meio militar nos embates. Durante o governo do Marechal Floriano Peixoto, o clima de instabilidade se agravou até culminar com a deflagração de uma guerra civil no Rio Grande do Sul em 1893 (conflito que se arrastou por dois anos). Nas casernas o ambiente não era mais calmo.

---

[288] Sobre o Governo Prudente de Moraes e sua relação com os militares, ver CARONE, Edgar. *A República Velha. Evolução Política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. Ver também: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da república: jacobinismo – ideologia e ação, 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

[289] Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 227. José Murilo de Carvalho também destaca outros dados indicativos do prestígio e do poder de influência dos militares na vida política nacional. Um destes elementos é o crescimento dos efetivos, pois na medida em que os militares passam a influir no processo decisório político, eles conquistam maiores vantagens para as suas instituições. "De modo geral, o poder político das forças armadas varia em proporção direta ao seu tamanho." Assim, o historiador aponta a duplicação do contingente do Exército já em 1889, tendo o efetivo passado de 13.500 em 1888 para 24.877 no ano seguinte. Os dados de 1910, contundo, indicam uma queda no contingente, que não ultrapassa 20.096. Ainda de acordo com José Murilo de Carvalho, se por um lado os militares passaram paulatinamente a se afastar da política partidária, por outro lado eles se voltaram para a própria instituição com o propósito de organizá-la, buscando fortalecer a hierarquia e dar unidade de formulação e de ação às forças armadas. Sobre a evolução da relação entre civis e militares ao longo da República Velha e sobre a participação de oficiais nos altos postos administrativos, ver também: CARONE, Edgar. *A República Velha. Instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, pp. 345-372.

Enquanto uma parte das forças armadas adotava uma posição de respeito à Constituição, outro grupo organizava-se no sentido de intervir no processo político com o propósito de "corrigir os rumos da República". Buscando participação no comando político do país, esta parcela da alta oficialidade se articulou com os civis e realizou uma série de intervenções militares: a Revolta da Esquadra (1891), a Revolta do "Primeiro de Março" (1891), o Manifesto dos 12 Generais (1892), a Revolta do Sargento Silvino (1892), a Revolta da Armada (1893) e as Revoltas da Escola Militar (1895, 1897 e 1904).[290] Acompanhando estas crises políticas e militares, os momentos iniciais da República brasileira enfrentaram ainda turbulências de ordem social, notabilizando o caso da comunidade de Canudos, considerada por muitos líderes republicanos como um enclave de defensores da restauração monárquica que buscava desestabilizar o novo regime.[291]

Em face de tanta agitação, Dionísio Cerqueira, assim como um significativo grupo de militares, deplora o "estado caótico" em que se encontra a República, assolada por constantes enfrentamentos armados e deposições de autoridades eleitas.[292] Em alusão explícita aos conflitos civis travados em 1893, o general baiano, em tom lamurioso, lastima "as atrocidades praticadas por legalistas e rebeldes na última guerra civil que ensangüentou o solo brasileiro [...]."[293] Portanto, é nesse período tumultuoso que se insere a obra *Reminiscências da Campanha do Paraguai*: no momento em que o Exército perdia prestígio e espaço na máquina pública e na ocasião em que o país enfrentava convulsões de distintas ordens. É justamente nessa época que Dionísio Cerqueira recorre à memória do conflito contra o Paraguai para redigir um livro no qual se faz a apologia dos militares, habilitando-os como defensores máximos dos interesses nacionais. Ao mesmo tempo em que redigi algumas páginas da história

---

[290] Sobre a série de intervenções militares que se inicia com a Proclamação da República, ver CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*

[291] Sobre as turbulentas disputas políticas que marcaram os primeiros anos do regime republicano brasileiro, ver CARONE, Edgar. *Op. cit.*, 1971, pp. 7-132. Ver também: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. E ainda: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. cit.*.

[292] José Murilo de Carvalho identifica "três ideologias de intervenção" a inspirar a ação dos militares brasileiros. A primeira delas, a ideologia da "Intervenção reformista", possuía formulações mais radicais e pregava que o soldado, na condição de cidadão, deveria assumir para si um programa amplo de reformas. A ideologia da "Não-intervenção" propunha a total subordinação do militar às autoridades civis eleitas e o estrito respeito à constituição (os oficiais não deveriam participar da vida política, concentrando suas energias no fortalecimento das forças armadas). Por fim havia a ideologia da "Intervenção Moderada" que entendia que à corporação militar cabia o papel de estabilização da vida política e social do país através da ação do estado-maior. É nesse último perfil que se enquadraria o General Dionísio Cerqueira. Sobre as ideologias da intervenção, ver CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, pp. 209-215.

[293] CERQUEIRA, Dionísio. *Op. cit.*, p. 255.

do país, o general-narrador pleiteia para sua corporação um espaço devido na vida pública nacional, um espaço em que o Exército surgiria como garantidor da ordem e da estabilidade.

Dessa forma, dado o contexto político dos primeiros anos da República, é possível conjecturar que aquelas críticas dirigidas aos grupos dominantes monárquicos e a confrontação estabelecida com o período imperial se prestam a duas finalidades principais. Em primeiro lugar, ao vincular a Guerra do Paraguai às forças armadas nacionais, Dionísio Cerqueira está se apropriando (em nome dos militares e a bem dos militares) da memória do conflito. Não era admissível que nos primeiros anos da República, as glória e conquistas brasileiras em terras paraguaias continuassem associadas à Monarquia, como se a vitória no campo de batalha se creditasse ao regime monárquico. Buscava-se, pois, desvincular os dirigentes monarquistas daquele passado célebre, e assim, os grandes feitos e heróis passam a se associar aos militares. Em segundo lugar, mergulhado na turbulenta conjuntura política de seu tempo, o general e político Dionísio Cerqueira constatava a perda de prestígio e poder do Exército. Constatava mas não aceitava, e por isso a combatia para que o espaço dos militares na vida pública fosse preservado e respeitado. Ao apresentar a época da Guerra do Paraguai como um contexto em que os dirigentes civis agiram de forma displicente com os militares, expondo o país a vulnerabilidades, Dionísio Cerqueira parece alertar as autoridades civis de sua época sobre os riscos que o país correria caso negligenciasse novamente o Exército. Suas palavras representavam uma espécie de apelo para que os dirigentes civis da República não incorressem no mesmo erro de displicência do passado, o que poderia representar perigos inimagináveis ao país.

Ao apresentar os grandes feitos do Exército nos campos de batalha e as distintas virtudes do soldado, as *Reminiscências* deixam demarcadas de forma categórica os valores ideais ao povo brasileiro e em particular aos seus dirigentes. E são os militares aqueles que melhor encarnam tais valores. Cabia-lhes serem os arautos da retidão, da coragem e da civilidade. Sua conduta não era dirigida por interesses e orientações partidárias. E seu compromisso era com a pátria. Em face de tudo isso, o Exército se credencia para a missão de corrigir os rumos da nação e, ao mesmo tempo, esta instituição se apresenta como uma espécie de escola de civismo para os segmentos subalternos. Os militares passam a ser aqueles que melhor saberiam aproveitar as virtudes naturais do povo brasileiro (que se elevam e apresentam-se ainda mais vigorosas no soldado), levando o país a um rumo de superação da desordem e da

indisciplina; a um rumo de desenvolvimento e de concórdia calcado no império da lei. Seguindo o raciocínio e as concepções de Dionísio Cerqueira, fica estabelecido que "[...] a disciplina, a subordinação e o respeito mútuo entre os superiores e inferiores" representa "[...] o que a vida militar tem de mais belo e nobre e constitui a sua grandeza [...]".[294] Tais valores servem de referência para as políticas ideais a serem desenvolvidas no país, de onde se conclui sem muita dificuldade que o programa político defendido pelo narrador-militar possui nítida orientação conservadora e visa garantir a ordem pública e a manutenção das estruturas sociais, sendo o Exército, com seu pulso firme, um elemento fundamental para a boa execução deste programa.

Inserido nessa linha de raciocínio, o recurso à imagem dos grupos subalternos demonstra a capacidade das instituições armadas de incorporar os mais distintos segmentos da sociedade, aglutinando em seu seio todos os elementos sociais. Por conseguinte, em face dessa união, as forças armadas emergiam fortalecidas em seus pleitos. Mas, para além desta demonstração de unidade e poder, a alusão aos populares representa um atestado de competência do Exército em ordenar e disciplinar a sociedade. As representações de populares anteriormente citadas comprovariam esta capacidade, visto que os soldados de origem popular são retratados como homens ordeiros e respeitadores da hierarquia. Figuras patrióticas e de grande bravura, cônscias de seus deveres (mas talvez não dos direitos). As *Reminiscências* de Dionísio Cerqueira revelam, assim, o potencial do Exército no sentido construir hegemonias. Trata-se de um potencial que se revela não apenas em função do aparato repressivo que está intrinsecamente associado a esta instituição, mas também por conta de sua capacidade de formular e difundir discursos que explicam e organizam a realidade, que criam hierarquias e que induzem à ação coordenada. E para tanto, a guerra contra o Paraguai aparecia como um acontecimento de grande relevância a fornecer elementos preciosos para a construção de tais narrativas, nas quais se atestava o valor do Exército e se apontava para a necessidade de ter os militares sempre presentes e atuantes na vida pública nacional.

Por fim, as *Reminiscências* registram que a subordinação dos grupos sociais subalternos se amplia para além dos muros das casernas quando estes populares estão postos sob influência da disciplina das forças armadas. Encerrado o conflito contra o Paraguai, Dionísio Cerqueira retornou ao Brasil em maio de 1870. Ao chegar ao Rio

[294] CERQUEIRA, Dionísio. *Op. cit.*, p. 91.

de Janeiro, retomou, por orientação paterna, os estudos na Escola Militar, estudos que haviam sido interrompidos durante cinco anos. Apenas em fins de 1872, após a conclusão do curso de artilharia, e já na condição de capitão, recebeu a autorização do pai para realizar a primeira visita à saudosa família que o aguardava na Bahia. Já em sua terra natal, o jovem soldado se extasiava com a acolhida recebida, uma acolhida de acordo com as posses e relevância da família:

> "Tive também o meu triunfo.
>
> Pelo caminho, da cidade de Cachoeira até o Magalhães, fazenda dos meus avós paternos desde o século 17, cavaleiros, montados em fogosos cavalos relinchões e bem ajaezados davam-se a boa-vinda e iam aumentando a numerosa cavalgada, que me acompanhava. [...] Quando entrei na porteira da fazenda, ninguém podia avaliar a minha comoção. [...]
>
> Rendeiros, acostados e escravos, na mais franca alegria armados de granadeiras, que foram buscar às arcas de meu avô, faziam fogo de bilbode, sem parar. Foguetes do ar e roqueiras confundiam-se no estrondo; mas não abafavam os vivas de boa-vinda."[295]

Passados alguns dias desta triunfal recepção, Dionísio Cerqueira teve um inusitado reencontro com um já conhecido camarada de armas oriundo dos segmentos sociais subalternos:

> "Na ladeira do Capoeiruçu, em caminho para o Magalhães, ao romper do dia, vi caminhando na minha frente um *tabaréu* de espáduas largas, chapéu de couro pendido para um lado, camisa e calça de algodão listrado, alpercatas aos pés e uma faca larga na cintura, tangendo um sendeiro carregado de quartinhas. Piquei o cavalo e reconheci o meu antigo camarada Francisco Antônio, que se perfilou, tirou o chapéu e abraçando a minha perna, disse visivelmente contente:
>
> – Seu ajudante... meu senhor...
>
> Estendi-lhe a mão e apertou-ma comovido.
>
> Foi a última vez que o vi."[296]

As lembranças dos comportamentos protocolares e de respeito dos tempos de acampamento ainda se mantinham vivas na memória de Francisco Antônio. Os hábitos militares adquiridos na época da caserna haviam inoculado disciplina e subordinação no espírito do ex-combatente negro de origem popular. Retratado com traços de grande cordialidade que beira à submissão, estava demonstrada, com este exemplo, a capacidade do Exército de impor a ordem e harmonia a todos aqueles que se relacionavam com as instituições armadas brasileiras.

---

[295] *Ibidem*, pp. 339-340.
[296] *Ibidem*, p. 340.

Por fim, para arrematar suas *Reminiscências*, Dionísio Cerqueira apresenta mais uma prova da eficiência dos militares em fazer reinar a concórdia, o respeito e o patriotismo entre o povo brasileiro. Descreve com ternura os últimos momentos de vida de Antônio Faustino, exemplo de virtuosismo patriótico e resignação:

> "O outro, o bagageiro Antônio Faustino, engajou-se, mais uma vez, e chegou a furriel. Vi-o na Bahia já muito doente. Sofria do coração, talvez pelas inúmeras comoções da campanha ou pelo ferimento que recebera gloriosamente no ataque do Estabelecimento. Teve baixa por incapaz. Visitava-me com freqüência e era muito estimado por todos da minha família. Fui despedir-me dele na ladeira do Alvo, onde morava com a velha mãe. O ofício de sapateiro não lhe dava para viver... O coração cansava-o muito; por isso, trabalhava pouco e com dificuldade. Quando entrei, achei-o pondo tombas num sapato e assobiando, em surdina, o hino nacional. Nunca mais o vi. Morreu alguns meses depois."[297]

A memória da Guerra do Paraguai estava re-significada, prestando-se à glorificação do Exército. E associada à imagem do Exército, restava, portanto, a representação pacata, patriótica e submissa do homem do povo.

[297] *Ibidem*, p. 341.

CAPÍTULO 4:

A relação entre monarquia e grupos populares no diário *Viagem militar ao Rio Grande do Sul* do Conde d'Eu

Pedro Américo. *A Batalha de Campo Grande*, 1871. (Óleo sobre tela)
Fonte: *19&20 – A Revista Eletrônica de DezenoveVinte*. Rio de Janeiro, v. II, n. 3, julho de 2007.
Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_pa_arquivos/pa_1871_campogrande.jpg

As representações do “povo” sob a orientação da Monarquia

Quando, nos idos de 1865, a guerra contra o Paraguai tomou feições mais críticas, encontravam-se na Europa a Princesa Isabel Cristina Leopoldina de Bragança e Bourbon e seu marido, o Príncipe Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, o Conde d’Eu. Tratavam-se dos herdeiros do trono do Império brasileiro. As notícias sobre o agravamento do conflito em terras sul-americanas e sobre as recentes manobras ofensivas das tropas paraguaias em território aliado foram surpreender o casal imperial que se encontrava em viagem de núpcias. Junto às más notícias chegava também a recomendação do Imperador Dom Pedro II de antecipação do regresso dos príncipes ao Brasil. Após a invasão do solo sul-rio-grandense, desejando acompanhar de perto os desdobramentos do conflito, o monarca brasileiro partiu rumo à Província do Rio Grande do Sul no dia 10 de julho de 1865 acompanhado por sua comitiva composta pelo genro, Luís Augusto Maria Eudes de Saxe-Coburgo-Gota e Orléans, pelos generais Marquês de Caxias e Francisco Cabral, pelo Almirante Rodrigo Antonio de Lamare e pelo Ministro da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Almejava ainda o Imperador poder contar com a emblemática companhia do Conde d’Eu, que prontamente consentiu em satisfazer a demanda do monarca, empreendendo viagem de regresso ao Brasil já com o compromisso de se juntar à comitiva de Dom Pedro II na província mais austral da pátria.

Não seria esta a primeira vez que Gastão de Orléans se depararia com um cenário de guerra. Sendo filho de um combatente (Luís Carlos Filipe Rafael de Orléans, o Duque de Némours) e possuindo tios soldados, a carreira militar lhe despontava com naturalidade. Na Espanha, sob orientação e proteção do Duque de Montpensier (tio por parte de pai), o Conde cursou a Academia Militar de Segóvia, ganhando a patente de alferes. Na condição de ajudante de ordens do General Leopoldo O’Donell y Jorris, partiu com o exército espanhol rumo ao norte da África para enfrentar as tropas do Marrocos. Após esta campanha, recebeu a medalha da Ordem Militar de São Fernando e os galões de capitão. As insígnias e famas conquistadas em campo de batalha se prestavam a aquilatar ainda mais os membros da aristocracia. Num período ainda marcado pelo espírito romântico, a participação em combates era capaz de conferir heroísmo às mais distintas personalidades, fazendo o guerreiro de origem aristocrática

se revestir de uma nobreza ainda maior. Talvez o príncipe consorte identificasse na guerra contra o Paraguai mais uma oportunidade para demonstrar os seus dotes militares, ou mesmo uma ocasião para causar boa impressão ao sogro, o Imperador Dom Pedro II.[298]

Da expedição do Conde d'Eu ao sul do império brasileiro resultou a narrativa intitulada *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*.[299] O texto é um relato de viagem composto pelas impressões do príncipe anotadas sob a forma de diário, impressões estas que eram repassadas à Princesa Isabel para que ela as re-copiasse no Paço de São Cristóvão e as remetesse à família do Conde na Europa, a quem originalmente se destinavam as descrições.[300] As anotações de Gastão de Orléans vão do dia 1º de agosto (data na qual o Conde embarcou no vapor Santa Maria, partindo do Rio de Janeiro rumo ao Rio Grande do Sul) ao dia 09 de novembro de 1865 (ocasião que marcou o regresso dos membros da família imperial e sua comitiva à Corte). Portanto, o período compreendido nas páginas do diário do Conde d'Eu comportam uma série de fatos importantes dessa fase inicial da Guerra do Paraguai, a fase da ofensiva paraguaia.

A invasão do território meridional brasileiro havia se iniciado a 10 de junho, quando as tropas adversárias comandadas pelo Coronel Antonio de la Cruz Estigarribia empreenderam a travessia do rio Uruguai. São Borja constituiu o primeiro alvo das forças atacantes. A pequena guarnição que defendia aquela cidade – à época composta por poucos homens da Guarda Nacional – logo percebeu a sua inferioridade e sua incapacidade de fazer frente ao numeroso exército paraguaio, retirando-se e abrindo caminho para uma rápida e fácil ocupação. Itaqui foi a segunda cidade sul-rio-grandense a ser atacada, caindo ocupada em 07 de julho. Já no dia 18 do mesmo mês as tropas paraguaias reiniciaram a marcha. Tinham como objetivo a cidade de Uruguaiana, que também viria a ser ocupada sem grande resistência em 05 de agosto para ser libertada apenas no dia 18 de setembro, após cerco militar realizado pelas tropas aliadas, o que

---

[298] Estas são algumas das hipóteses bastante prováveis formuladas pelo historiador Roderick J. Barman em seu livro *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, pp. 109 e 110. Este historiador aponta ainda que existia em Gastão de Orléans uma nítida disposição de se projetar no cenário político imperial, procurando, por meio de conselhos, imiscuir-se (sem sucesso) nas deliberações de Dom Pedro II.

[299] D'EU, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul. Com prefácio e 19 cartas do Príncipe*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

[300] Cf. *Idem*, "Introdução", in. D'EU, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde. *Op. cit.*, pp. 13 e 14.

levou as forças de Estigarribia a se renderem.[301] Portanto, diante deste cenário, no dia 1º de agosto, quando o Conde d'Eu partiu do Rio de Janeiro, dando início a sua viagem, as forças paraguaias já haviam realizado importantes operações ofensivas e se encontravam em deslocamento, às portas de Uruguaiana.

Desde o primeiro momento de sua jornada, Gastão de Orléans assumiu para si uma imagem de observador vigilante, atento a tudo. Homem ilustrado, de educação refinada, procurava demonstrar simpatia pelo exótico, mas, sobretudo, revelava-se apegado aos valores e exemplos de "civilidade e progresso". As impressões e observações do príncipe consorte registradas em sua narrativa ativeram-se a um curto intervalo de tempo. Contudo, seu trabalho está impregnado de conceituações, simbologias e significados dignos de atenção, fazendo com que este texto constitua-se, pois, em um interessante relato que será aqui objeto central de análise.

A primeira vez que Gastão de Orléans pisou em terras brasileiras foi em 02 de setembro de 1864, ocasião em que, após algumas sondagens referentes ao contrato matrimonial, chegou ao Brasil ao lado de seu primo, Luís Augusto, para conhecer as filhas do Imperador Dom Pedro II, suas pretendentes. O Conde não gostou das donzelas. Ainda assim, o casamento com a Princesa Isabel foi consumado a 15 de outubro de 1864. Quando a guerra contra o Paraguai foi deflagrada, o príncipe consorte ainda estava pouco habituado aos costumes brasileiros, e sua visão de mundo se mantinha muito impregnada de valores "europeizados".[302] O próprio príncipe chega a admitir "que, recém-chegado ao Brasil, não estava eu ainda familiarizado com muitos usos especiais da terra". E este grau de desinformação e desconhecimento revelou-se ainda maior quando o príncipe se deslocou para o Rio Grande do Sul, deparando-se com um território inteiramente novo para ele. Assim sendo, o tal "olhar de estrangeiro" manifesta-se ao longo de todo seu diário, evidenciando-se nas mais singelas e

[301] Para informações mais detalhadas sobre as operações militares realizadas na Província do Rio Grande do Sul, ver: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 170-188; ver também: TASSO FRAGOSO, Augusto. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956, vol. 2, pp. 99-250.

[302] Luís Filipe Gastão de Orléans, o Conde d'Eu, nasceu em 1842 na França, tendo por avô paterno Luís Filipe I, rei dos franceses de 1830 a 1848. O matrimônio envolvendo o nobre de origem francesa e a primogênita do Imperador Dom Pedro II inseria-se no projeto de aproximar a família imperial brasileira de casas reais já tradicionais da Europa. Mais informações sobre a vida do Conde d'Eu podem ser encontradas em diversas biografias dedicadas aos membros da monarquia brasileira. Ainda que adotem um tom abertamente favorável à figura de Gastão de Orléans, representam relevantes subsídios as obras: CASCUDO, Luís da Câmara. *Conde D'Eu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933; RANGEL, Alberto. *Gastão de Orleáns, o último Conde D'Eu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935; e também FLEIUSS, Max. *Conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1942.

despretensiosas passagens, como quando, por exemplo, Gastão de Orléans se põe a tecer alguns comentários sobre as paisagens dos pampas, ou sobre as moradias da região, ou ainda sobre a fauna e flora locais. Em uma passagem, ao realizar observações sobre as distintas qualidades de bebidas, afirma que o vinho gaúcho, de cor vermelho-clara e sabor acre não se parece com aquele de produção européia. "Quanto a mim, sem querer dizer mal da vinha americana, prefiro francamente o vinho e as uvas da Europa."[303] Ao opinar sobre o sistema de alojamento dos soldados que se deslocavam de suas províncias de origem para o teatro de operações registra: "Pode-se estranhar que, em face de tão deplorável falta de edifícios adaptáveis ao aquartelamento das tropas, não se tenha recorrido ao sistema de aboletamento[304], que na Europa é tão geralmente empregado."[305] E assim, de aproximações em aproximações, prossegue a descrição do cenário local.

À medida que o Príncipe imperial consorte passava a se aproximar da realidade brasileira, foram sendo registradas suas surpresas e estranhamentos. Em algumas ocasiões, Gastão de Orléans empenha-se em ser elogioso e simpático às novidades apresentadas pela sociedade local. Sobre o consumo freqüente de erva mate, por exemplo, afirma que "para o gaúcho a cuia e a bombilha são distrações tão indispensáveis como o charuto ou o tabaco para a maioria dos europeus", manifestando ser esta uma bebida agradável e, citando as palavras de Parker, "*very healthy*".[306] Discorrendo sobre "matéria alimentícia", tece comentários generosos acerca do churrasco gaúcho.[307] Mas mesmo que se empenhe em ser lisonjeiro, os elogios do Conde são constantemente sucedidos por uma crítica depreciativa. É o que ocorre, por exemplo, quando são realizadas algumas observações de admiração e espanto referentes aos hábitos e costumes locais, afirmando-se que, de modo generalizado, verificam-se nos aposentos das casas sul-rio-grandenses simultaneamente características de suntuosidade e desconforto: "é sempre a mesma coberta de seda encarnada estendida sobre o leito, o mesmo lençol transparente [para se proteger do frio rigoroso do inverno] e guarnecido de uma larga orla de rendas e bordados. Travesseiro, toalhas, tudo é assim bordado e guarnecido de rendas; e isto com um só colchão muito delgado e duro sobre o

[303] D'EU, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde. *Op. cit.*, p. 27.
[304] Sistema pelo qual as instituições militares se aproveitavam dos estabelecimentos civis de uma dada localidade, servindo-se deles para abrigar tropas em operações. Os proprietários dos referidos estabelecimentos recebiam, em troca, boletos como promessa de pagamento pelo uso de seus imóveis.
[305] *Ibidem*, p. 33.
[306] *Ibidem*, p. 42.
[307] *Ibidem*, pp. 46 e 55-56.

leito de madeira: muito luxo e pouca comodidade."[308] Algo semelhante ocorre no momento em que se faz alusão às montarias gaúchas. Ainda que Gastão de Orléans tenha efetuado um gesto de simpatia, incorporando os acessórios utilizados na terra e fazendo-se passar "o mais gaúcho que era possível"[309], não deixa de registrar que os "tão gabados cavalos da província" possuem apenas uma falsa fama, sendo "todos muito medíocres", e que "o gaúcho prefere enriquecer os seus arreios a comprar grão para sustentar um cavalo, cujas pernas possam agüentá-lo e transportá-lo com segurança."[310]

De certo modo, a realidade das províncias do Brasil não se mostrava muito ao gosto do Conde d'Eu. Dessa forma, parece sempre prevalecer no diário do príncipe um discurso crítico de reprovação a muitos dos costumes brasileiros, em especial àqueles das regiões visitadas. Nessa linha, afloram questionamentos ácidos ao problemático e desestruturado sistema de informações, em que a comunicação era precária e eram constantes os atrasos na remessa de correspondências e periódicos;[311] queixas ao sistema de amparo aos soldados doentes e feridos e aos hospitais militares do Império;[312] contestações ao mau uso das terras locais, que não seriam cultivadas e bem aproveitadas ("É sempre a mesma cultura, ou antes, a mesma ausência de cultura: apenas se vêem estreitas faixas de vegetação marcando o curso dos diferentes riachos [...]"[313]); e talvez aquelas que sejam as ressalvas mais freqüentes e reveladoras, nas quais se tecem críticas ao aspecto das cidades e vilas visitadas e à qualidade das moradias e construções em geral.[314] Em uma passagem, diante do cenário que se revelava em São Borja, o Conde chegou a exclamar: "Faz pena encontrar já ruínas nesta terra da América, que devia ser, e que é, estou bem certo, a terra do porvir; é triste pensar que neste canto da terra americana a civilização retrogradou."[315] Revelava-se, pois, uma realidade inconveniente na qual prevalecia certo desmazelo e atraso. Tratava-se de um cenário onde a população local convivia já com ruínas e deficiências de toda ordem, não sendo notado o hábito de se cultivar valores da modernidade e civilidade. Quando muito, apenas se observavam retoques de luxo extravagantes. Além de surpreso, Gastão de Orléans demonstrava preocupar-se com tais aspectos de incivilidade

[308] *Ibidem*, p. 37.
[309] *Ibidem*, p. 43.
[310] *Ibidem*, p. 43.
[311] Ver: *Ibidem*, p. 16.
[312] Ver: *Ibidem*, p. 20.
[313] *Ibidem*, p. 62.
[314] Ver: *Ibidem*, pp. 50, 110 e 132.
[315] *Ibidem*, p. 115.

que eram por ele notados na sociedade brasileira, pois certamente identificava aí um terreno fértil para a barbárie tão indesejada que já grassava nas repúblicas vizinhas, às fronteiras do Império (algo que poderia equiparar o povo simples brasileiro ao selvagem paraguaio ou ao hispano-americano em geral, que gozava, no Brasil, de péssima fama).

É, portanto, este príncipe de cultura afrancesada e olhar europeizado, constantemente preocupado com os signos da civilização (muitas vezes superficiais, como se verá mais adiante), que, recém incorporado à corte imperial brasileira, pôs-se a acompanhar a comitiva de Dom Pedro II, registrando opiniões e estabelecendo juízos sobre os mais diversos aspectos da sociedade local. Conferia atenção a tudo que se colocava em seu caminho, sem nunca perder de vista os temas referentes ao conflito que então se travava contra o Paraguai. Aproveitando-se de algumas liberdades garantidas pela escrita em diário, Gastão de Orléans não se prendeu a grandes formalidades, e expôs, muitas vezes de forma direta, suas críticas e preconceitos. E exprimindo-se dessa maneira franca e sem muitas reservas, este membro do grupo dirigente de origem aristocrática não deixou de emitir suas opiniões também sobre os grupos subalternos, sobre o Exército brasileiro e sobre a composição das tropas. Em seu texto, os indivíduos de origem popular não são mencionados de modo destacado, nem tampouco aparecem em muitas ocasiões, de sorte que a descrição individualizada de personagens deste segmento social resulta rara, mas bastante significativa.

Numa passagem, ao descrever o encontro com quatro mulheres em humilde morada no interior do Rio Grande do Sul, a caneta do Conde d'Eu retrata tais personagens dos grupos sociais subalternos como "pobres" e "desventuradas criaturas", que se encontram no meio do "deserto, sem homem que as proteja", posto que o único varão da casa, marido de uma das moças, havia partido para a guerra.[316] Em outro momento de seu diário, o príncipe imperial faz referência a dois indivíduos do segmento popular pertencentes ao 19º batalhão de Voluntários da Pátria que, adoentados, encontravam-se no hospital militar improvisado de Cachoeira. Sobre o primeiro deles afirma tratar-se de "um negro do Piauí, que se exprimia de modo notavelmente inteligente, se bem que com o modo de falar freqüente nos indivíduos da raça africana." Sobre o outro enfermo, que naquela ocasião encontrava-se assistido por sua mulher, escreve que:

> "[...] era um branco de Sergipe. Estava em convalescença; mas de pé, à cabeceira, estava uma mulatinha que, com as lágrimas nos olhos, me suplicou que obtivesse para

[316] *Ibidem*, p. 55.

> seu marido uma licença. Isso não podia eu fazer, por ele estar convalescente. A mulher estava suja e esfarrapada e era feíssima [sic]. Mas era muito comovente a sua expressão quando explicava que não tinha pai nem mãe, nem irmão, nem pessoa nenhuma neste mundo senão o seu marido e que seu filho tinha morrido quando tinha estado no Desterro. Dei-lhe algum dinheiro e disse-lhe que era para a ajudar a voltar para a sua terra depois de ter curado o marido. Ao ouvir estas palavras iluminou-se-lhe o semblante.
>
> – 'Então – disse ela – voltarei para a minha terra!'
>
> Pobre criatura tão inocente.
>
> Parecia desconhecer o uso do papel-moeda e julgar que eu lhe dera um talismã capaz de a transportar imediatamente, a ela e ao marido, para o seu clima tropical e o seu Sergipe."[317]

De modo notável, o Conde d'Eu faz questão de registrar uma imagem de simplicidade (ou mesmo rusticidade) a marcar as personagens encontradas no hospital militar. Quanto à mulher sergipana que acompanha o marido doente, uma credulidade acentuada, misto de ignorância e ingenuidade, é traço a se somar a sua caracterização. Apesar de Gastão de Orléans afirmar que tais indivíduos despertaram o seu interesse, é significativo observar que nenhum deles tem a sua identidade revelada, e seus nomes restam omitidos na narrativa (o que, vale ressaltar, não se passa quando são mencionados personagens pertencentes ao grupo dirigente do Império).

Menos escassas que as referências individualizadas a personagens subalternos, as alusões a grupos de homens de origem popular são efetuadas um pouco mais freqüentemente, quando então são elaborados comentários acerca das tropas imperiais e de sua composição em geral. Nessas ocasiões o Conde de origem européia chega a tecer algumas observações elogiosas. Em uma passagem afirma que em relação aos "homens do Norte, estes homens de pequena estatura, trigueiros, muitos deles mestiços, que deixaram as suas residências tropicais para virem, a 800 ou a 1.000 léguas de distância, defender a pátria comum num clima para eles inóspito [o inverno gaúcho], inspiram-me profunda simpatia."[318] Em outro fragmento, longo mas muito ilustrativo, manifesta-se a respeito dos soldados provenientes das províncias mais austrais do Brasil:

> "Muito maior satisfação tive em ver o batalhão 25 de Voluntários, composto de homens das províncias do Paraná e Santa Catarina, que estava a fazer exercício na praça do Palácio. Com as suas blusas azuis de patilhas amarelas nos ombros e os seus chapéus de feltro com a aba levantada de um lado, posso dizer que era um lindo batalhão. Tem

[317] *Ibidem*, p. 41.
[318] *Ibidem*, p. 70.

> muito mais brancos que os batalhões do Norte e, sem embargo da minha simpatia pelas raças não européias, vejo-me obrigado a confessar que o elementos branco não prejudica o aspecto nem do conjunto nem dos pormenores; pelo contrário; e todavia não se podia dizer que fossem, na maior parte, homens de muito boa figura. A sua estatura era, na média, inferior mesmo à média que se observa no sul da Europa, e havia entre eles grande proporção de mancebos imberbes que, segundo suponho, ainda não tinham vinte anos. Mas todos tinham aspecto inteligente, estavam atentos e obedeciam às vozes com a maior prontidão."[319]

Os Voluntários catarinenses e paranaenses são, nas palavras do príncipe consorte, dignos de enaltecimento e compõem um batalhão vistoso e estimável. Contudo (e sempre há um "porém", uma ressalva que acompanha o discurso elogioso), esta apreciável tropa era composta por homens do povo "de não muito boa figura", e que se mostravam fisicamente inferiores mesmo à média que se observava no sul da Europa. Ainda no fragmento acima, é digno de nota a forma simpática usada pelo Conde para se referir às "raças não européias". À semelhança de um naturalista entusiasmado com o bioma local, Gastão de Orléans chega a manifestar seu interesse e atração pelos indivíduos nascidos fora da Europa, mostrando-se receptivo ao contato com a alteridade. Com tais palavras, registrava sua estima pela vasta população de origem indígena, africana e mestiça tão presentes na sociedade brasileira. Assim, ao se deparar com o Batalhão de Zuavos (o mesmo ao qual Dionísio Cerqueira se refere em suas *Reminiscências da Campanha do Paraguai*), o Conde d'Eu afirma que estes populares constituem

> "[...] a mais linda tropa, a meu ver, de todo o exército brasileiro. Compõe-se unicamente de negros; brancos, indígenas ou mulatos são dela excluídos. Os oficiais são também todos negros, negros retintos; e nem por isso são piores oficiais; pelo contrário. Estive propositadamente a conversar muito tempo com eles; estão inteiramente a par de todos os pormenores do seu serviço e orgulhosos do seu batalhão. Quase todos eram oficiais inferiores da Guarda Nacional; um tem a medalha de prata de 1852. Deram a estes zuavos um uniforme vistoso, que muito bem diz com a cor de sua pele; calça encarnada, colete verde com galões amarelos, cinta encarnada, jaqueta azul, pescoço descoberto, *fez* encarnado. Sobretudo a supressão da gola, que os homens de cor muitas vezes não sabem ajustar convenientemente, é uma idéia felicíssima; só lamento que se não tenha completado com polainas brancas o seu aspecto militar."[320]

Mas que não se engane o leitor. Ainda que exista certa simpatia pelas tais "raças não européias", este sentimento não deve ser confundido com admiração ou

[319] *Ibidem*, p. 33.
[320] *Ibidem*, p. 89.

mesmo respeito amplo e irrestrito ao diferente. Certa feita, quando se encontrava de passagem pela cidade de Rio Grande, na região sul da província gaúcha, Gastão de Orléans deparou-se com um batalhão composto por soldados pernambucanos e paraenses, muitos dos quais eram índios ou mestiços. Diante destes indivíduos realizou o seguinte juízo:

> "Entre os homens da Província de Pernambuco, assim como entre os do Pará, vê-se em muitos rostos o tipo do caboclo, nome que se dá no Brasil a todo indígena de raça americana quer seja civilizado, quer não. É um tipo de nariz grande, testa retraída e olhos alongados e suaves, que revela, a meu ver, menos inteligência que o das raças africanas."[321]

Em outra passagem, ainda na cidade de Rio Grande, o príncipe põe-se a comentar o aspecto que a Guarda Nacional local apresentava. Afirma que "não se vê nela um só homem de cor, e o tipo geral indica um grau de educação superior ao dos guardas nacionais do norte."[322] Assim, ainda que chegue a declarar "simpatia pelas raças não européias", Gastão de Orléans não deixa de revelar em seu texto uma série de juízos e preconceitos sobre africanos e indígenas. Ao cabo, o Conde parece elaborar uma espécie de escala humana baseada nos dotes físicos, morais e intelectuais de determinadas raças, e nesta escala os índios brasileiros pareciam ocupar o degrau mais baixo, seguidos de perto pelo negro, pelo mestiço, pelo branco de origem local e por fim, no ápice dessa graduação, encontravam-se os homens que, assim como ele, eram brancos nascidos na Europa, expoentes máximos da civilização.

Os soldados e oficiais das tropas que compunham a aliança com o Brasil também foram alvos de observações do Conde d'Eu, muitas das quais marcadas por uma significativa acidez. Sobre os uruguaios, comumente tratados por orientais, afirma serem homens que inspiram pouca confiança e que, embora auxiliados pela política externa brasileira no Prata, não demonstrariam apego à idéia de lealdade e gratidão em relação ao Império, uma vez que, para o príncipe, a atuação do Brasil havia sido decisiva para o suposto bom termo da disputa civil que vinha sendo travada entre *blancos* e *colorados*.[323] Os uruguaios também são retratados como indivíduos de pouca generosidade nos campos de batalha, posto não saberem respeitar os inimigos que caíam vencidos.[324] O primeiro contato estabelecido com combatentes oriundos do Uruguai se

---

[321] *Ibidem*, p. 30.
[322] *Ibidem*, p. 23.
[323] Cf. *Ibidem*, p. 59.
[324] Cf. *Ibidem*, p. 51.

deu quando uma pequena escolta de seis homens daquela nação se juntou à comitiva do Conde. Diante desta situação, afirma Gastão de Orléans que

> "Acha-se a nossa gente acrescida da escolta oriental [...]. Compõe-se ela de seis homens, cujas caras barbudas e tisnadas, com boinas escarlates semelhantes às dos bascos espanhóis e traje irregular, menos parecem de militares que de bandidos de melodrama."[325]

Em outro contexto, ao tratar dos "oficiais de menor graduação", o príncipe registra que "os orientais são em geral homens de certa idade e feios; trazem quepe cor de amaranto ou chapéu com fitas encarnadas com o letreiro *Ejército Oriental*."[326] E em outra passagem reforça a depreciação geral acerca dos uruguaios, que seriam semelhantes à bandidos selvagens:

> "Só fazem bom efeito as *boinas* encarnadas, semelhantes à dos bascos espanhóis, e as grandes barbas pretas. São homens de belo porte, mas têm caras de salteadores. O seu trajo é o mais irregular possível. Há soldados que não têm calças... Vou explicar: trazem as pernas embrulhadas numa espécie de manta de lã, que toma neste caso o nome de *chiripá*."[327]

Em relação aos argentinos são registradas impressões um pouco menos ríspidas e contundentes. Gastão de Orléans não deixa de observar que a política argentina estava sujeita a significativas instabilidades e que, no passado recente, sob a liderança de Rosas, o país restou "entregue a contínuas desordens" ocasionadas pela cizânia originada daquele sistema político.[328] Ainda assim, "em Montevidéu a turbulência do espírito público parece ainda mais crônica que na margem direita do [rio da] Prata [ou seja, em Buenos Aires]"[329]. E esta análise política é arrematada com a afirmação de que o Brasil era vítima constante das agitações decorrentes de rivalidades e disputas entre as autoridades da região, os famosos caudilhos. Quanto às impressões deixadas pelas tropas argentinas, anotou o Conde que, quando comparados aos uruguaios, "os argentinos têm feitio mais civilizado: há entre eles mancebos muito elegantes, de cintura fina, calças largas cor de garança ou de amaranto, trazem nas mangas o grande laço de galão estreito de ouro, à francesa."[330]

Mas as expressões mais duras e impiedosas são reservadas ao povo paraguaio. Sobre o Paraguai, o príncipe afirma que aquela nação vive um imenso

---

[325] *Ibidem*, p. 61.
[326] *Ibidem*, pp. 82 e 83.
[327] *Ibidem*, p. 92.
[328] *Ibidem*, p. 127.
[329] *Ibidem*, p. 72.
[330] *Ibidem*, p. 83.

"isolamento intelectual [em relação ao] resto do mundo", fundamentando tal observação pela extremamente lenta chegada de notícias de outros cantos do globo.[331] Para o Conde, informação, conhecimento e civilidade encontravam-se intimamente associadas. Desse modo, era conseqüência previsível a transferência dos efeitos perniciosos do deficiente sistema de comunicação à população paraguaia em geral. Tratar-se-ia, pois, de uma população mal informada e selvagem. E na medida em que o Paraguai se mostrava fechado e indiferente ao contato com os povos avançados, mais difícil se revelava a possibilidade de superação daquele estado de incivilidade. Desta situação árida e adversa derivava a condição de fanatismo que se notava nos soldados daquele país. Tais combatentes são retratados como ignorantes e alheios a quaisquer valores morais. E ainda que se revelassem bravos combatentes, seriam movidos menos pela razão do que pela paixão, estando sempre motivados por uma "coragem cega, ou antes, fanatismo" que os leva a cometer os atos mais irrefletidos e reprováveis, "o que torna muito difícil conservar-lhes a vida."[332] Agindo dessa maneira, seguem fielmente a seu líder, um ditador por quem nutrem um misto de admiração filial e medo subserviente.[333] Ainda sobre o fanatismo das tropas do Paraguai, o Conde reforça suas análises e impressões recorrendo ao testemunho de uma autoridade do exército uruguaio, para quem "quase todos [os paraguaios] preferem deixar-se matar a render-se, porque, dizem eles, o seu *'Supremo gobierno'* assim lhos ordena. Alguns soldados de cavalaria, apeados, desarmados, procuravam ainda defender-se, fazendo rodopiar à roda da cabeça as bolas que cada um levava pendentes da sela." E prossegue: "Em compensação, outros, ao que parece, julgam escapar à mácula de desobediência atirando fora as armas e dizendo ao mesmo tempo: *'No me riendo'*."[334]

Após a efetivação de contato mais íntimo, tendo estado diante de prisioneiros paraguaios, o Conde d'Eu põe-se a realizar uma descrição mais detalhada dos combatentes da república vizinha. Afirma que:

> Não é, de si, o soldado paraguaio mais feio que qualquer outro homem. Em primeiro lugar direi que, ao vê-lo, tenho por errônea a noção, tão geralmente divulgada, de ser o Paraguai uma nação puramente indígena; porém, na maioria são de raça mestiça. [...] Há entre eles, como entre nós, alguns que são ainda crianças; mas há muito maior proporção de velhos, de homens de barba grisalha. O que os distingue das nações civilizadas que lhes são vizinhas, e os torna tão feios e tão ridículos, é, em primeiro

[331] Ver: *Ibidem*, p. 86.
[332] *Ibidem*, p. 51.
[333] Ver: *Ibidem*, pp. 107-108.
[334] *Ibidem*, p. 60.

> lugar, o seu andar; depois, sobretudo o seu trajo. À exceção dos oficiais, não têm calçado, trazem as calças de brim e a blusa encarnada. Até aqui não há nada que seja propriamente singular. Mas a isso juntam eles duas mantas de lã de cores variegadas; o *bichará*, que enrolam em volta do corpo, e o *chiripá*; e em vez de enrolarem o chiripá nas pernas, como fazem os soldados orientais e brasileiros, de modo a fazer dele uma espécie de calças, acham mais simples enrolá-la ao mesmo tempo a roda das duas pernas. Formam assim como que uma saia perfeitamente cilíndrica, com franjas em toda a altura do tornozelo. É fácil imaginar que aspecto militar pode ter semelhante trajo. Completa o feitio grotesco do soldado paraguaio a sua cobertura de cabeça, que difere, segundo pertença à infantaria ou à cavalaria. Nesta é a barretina quase cilíndrica, a que já me referi, que é de couro pintado com as cores paraguaias, ao passo que na infantaria é uma espécie de boné cônico, mas mole, de lã azul e encarnada, encimado com uma borla encarnada. Não sei onde é que López foi buscar tão excêntrico modelo.
>
> Outro característico geral dos homens que estávamos vendo desfilar era a ternura infantil com que cada um parecia levar os objetos, muitas vezes incômodos e sem valor algum, que tinham roubado em Uruguaina."[335]

E segue a descrição de um cortejo de miseráveis boçais, feios e infantilizados. Um cortejo de homens retratados como selvagens que carregavam, amedrontados, alguns poucos objetos saqueados como preciosas relíquias que deveriam ser, a todo custo, conservadas dos olhares estranhos que os observavam. Os homens do Paraguai restam, enfim, representados de modo bastante depreciado, simbolizando o que havia de mais primitivo no mundo.

Com gradações diferentes, Gastão de Orléans identifica traços de incivilidade nos povos de todas as quatro nações envolvidas no conflito da Tríplice Aliança. É bem verdade que o Conde não deseja equiparar paraguaios, uruguaios, argentinos e brasileiros, e efetivamente não o faz, muito embora sejam apontadas marcas de atraso e selvageria nas populações de cada um dos países mencionados. Para o Conde d'Eu, as quatro nações sul-americanas se encontrariam em estágios civilizacionais distintos. Assim, à semelhança do raciocínio referido acima acerca das raças apreciadas pelo príncipe consorte, nota-se no diário uma espécie de "hierarquia da barbárie", uma cadeia evolutiva na qual os paraguaios são postos no mais baixo degrau. A cadeia segue evoluindo, passa pelos uruguaios, depois pelos argentinos, até chegar aos brasileiros, os quais esboçam marcas de atraso menos agudas do que aquelas notadas nos demais povos das repúblicas vizinhas do Império.

[335] *Ibidem*, p. 101.

O diário de viagem também reserva algumas linhas para a realização de comentários sobre os membros dos grupos dominantes. Vale registrar que, no geral, não se nota a mesma mordacidade no texto de Gastão de Orléans no momento em que são feitas referências a indivíduos dirigentes. Mesmo na Argentina e no Uruguai era possível encontrar algumas "pedras polidas" em meio a tanto cascalho de pouco valor. Assim, numa breve revisão de seus próprios valores preconcebidos, o príncipe pondera que: "Estamos tão habituados, no Rio de Janeiro como na Europa, a ouvir criticar a pouca civilização destes hispano-americanos que é agradável surpresa encontrar entre eles pessoas corteses e trajadas com elegância."[336] E prossegue, com grande cortesia, caracterizando o Presidente argentino, Bartolomé Mitre Martinez:

> "Mitre é homem de aparência extraordinariamente simpática. É alto e esbelto; o rosto é belo, pálido, um tanto magro e um pouco alongado; rodeia-o uma bela barba preta e cabelo flutuante, igualmente preto. Apesar de estar quase sempre com as pernas muito afastadas, o seu porte é muito elegante. A atitude, as feições e sobretudo e olhar, tudo nele respira reflexão, suavidade e certa melancolia. Quando fala, eleva pouco a voz e como que faz uma pequena pausa a cada frase; exprime-se sempre corretamente. É indubitavelmente um homem mui distinto; porém ao vê-lo, mesmo ao ouvi-lo, torna-se evidente que os seus talentos são mais civis que militares. [...]"[337]

Também se notava entre o séquito uruguaio uma figura notável. Tratava-se do Coronel Barnabé Magariños, primeiro ajudante-de-campo de Flores, que surge descrito em contraste com os soldados orientais que o acompanhavam:

> "Este castelhano não é, evidentemente, um republicano energúmeno: demora-se complacentemente a referir que seu pai era europeu e foi ministro de sua majestade católica no Rio de Janeiro; que seu irmão foi depois ministro da República Oriental no Rio; que ele próprio foi educado na Europa, é casado com uma brasileira, e três sobrinhas suas casaram com brasileiros."[338]

É interessante observar a associação existente entre Barnabé Magariños e o mundo europeu e brasileiro. Era como se os atributos de civilidade fossem adquiridos fora das terras hispano-americanas, local onde, por natureza, gestavam-se habitualmente indivíduos incultos e descorteses, como era o caso do Presidente uruguaio. Em relação a Venancio Flores Barrios, a autoridade máxima da República do Uruguai, a impressão deixada não é tão agradável e simpática. Afirma o Conde d'Eu que:

> "Flores apresenta um perfeito contraste com Mitre. É de pequena estatura, ainda mais feio de rosto que de figura; tem o cabelo preto, mas liso, o bigode louro, o

[336] *Ibidem*, p. 81.
[337] *Ibidem*, p. 81.
[338] *Ibidem*, p. 59.

> resto da barba grisalho, olhos pequenos e encovados, cor azeitonada; traz as unhas e as palmas das mãos pouco limpas. Tudo nele indica ter sangue indígena, inteligência pouco desenvolvida e pouca educação. [...]
>
> Nasceu d Venancio Flores em 1808 nos arredores de Montevidéu; e tem passado toda a sua vida a guerrear, por uma causa ou por outra, nas margens do Prata."[339]

Nessa linha de depreciação dos indivíduos hispano-americanos, o Paraguai se prestava a dar os exemplos mais cabais de atraso das repúblicas da América do Sul. Representando o auge da barbárie, Solano López, autoridade maior daquele país, surge como a encarnação da rudeza, da vulgaridade e da violência, sendo, pois, este líder tratado sempre como "ditador".

Em evidente contraste, os exemplos mais notáveis de virtude encontravam-se entre as autoridades brasileiras, sendo postos em destaque os membros da família imperial, à qual se associava, evidentemente, Gastão de Orléans. A realeza do Brasil apresentava-se como emblema de civilidade, um contraponto perfeito à barbárie reinante no Paraguai e tão notada nas demais repúblicas hispano-americanas. Um contraponto também àquela realidade que rondava o universo dos populares brasileiros. De acordo com esta visão, o primo e cunhado do Conde, o Príncipe Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gota surge descrito como um aristocrata distinto, sempre ocupado com caçadas e afeito à etiqueta e aos passatempos da nobreza.[340] Nem mesmo a rusticidade da terra e as circunstâncias adversas eram capazes de abalar a sólida formação aristocrática do rapaz.

Já o Imperador Dom Pedro II, mencionado diversas vezes ao longo do diário, é representado como um indivíduo cordial, que se comunica facilmente com todos e porta-se com muita simplicidade, embora se mantivesse sempre solene, em acordo com sua posição de líder e monarca. Dotado de uma curiosidade ilimitada, demonstrava interesse por tudo e a todos dedicava sua atenção. Também se revelava muito amável, representando uma espécie de "grande pai dos brasileiros". Em uma passagem, ao relatar a visita realizada a um dos hospitais militares instalados na Província do Rio Grande do Sul, o Conde constatava que "o que é digno de admiração é a paciência do Imperador, que pára ao pé de cada um daqueles 89 doentes, a perguntar-lhes ele próprio, de que se queixava e de que província é, e, sempre que seu rosto mostra

---

[339] *Ibidem*, p. 82.
[340] Ver, por exemplo, passagens em: *Ibidem*, pp. 50 e 58.

excessiva mocidade, que idade tem."[341] Tratava-se de mais um gesto de carinho paternal do chefe da pátria, que se mostrava disposto a pôr-se a par de tudo. Diante de quaisquer autoridades, Dom Pedro II é retratado como eixo das atenções, uma espécie de grande astro que a todos fascina e a partir do qual todos gravitam. O Estado-Maior imperial em sua totalidade se concentra em torno da figura do monarca. Em presença de dirigentes estrangeiros, na ocasião da reunião dos chefes de Estado da Argentina, do Uruguai e do Brasil, Dom Pedro II ganha mais uma vez centralidade, coordena as ações e protocolos, estende a mão a Mitre e depois a Flores e coloca cada qual ao seu redor, passando então a ser o alvo de todas as atenções.[342] Nas circunstâncias do ataque das forças paraguaias ao solo brasileiro, a defesa e reparação da honra do país revelavam-se como as missões mais urgentes, e o Imperador assumiu plenamente o papel de defensor número um do Brasil. Às vezes, afoito por agir com prontidão, o monarca chegava mesmo a se expor a riscos desnecessários. Mas o Imperador não transigia em relação a seu compromisso com a pátria. Dom Pedro II conciliava em si vigor inflexível e compaixão. Perante o inimigo que caía rendido, demonstrava sempre clemência. Após a rendição das tropas do Paraguai que se encontravam em Uruguaiana, realizou-se um desfile das forças derrotadas diante do Imperador – a vitória era consagrada ao monarca numa simbólica cerimônia na qual Dom Pedro II incorporava em si todo o triunfo da nação. Numa época em que a pátria e a família imperial associavam-se intimamente, o monarca triunfante encarnava a vitória da civilização brasileira sobre a barbárie paraguaia.

Por todos os lugares onde passava, o monarca era ovacionado e recebido com vivas: "Viva a Nação Brasileira! Viva Sua Majestade o Imperador!": "Apesar de o Imperador achar-se já há dois dias na cidade [de Rio Grande], não cessaram os mais variados vivas desde que desembarcou até que, seguindo a pé, voltou aos seus aposentos."[343] Ao longo de sua narrativa, o Conde d'Eu descreve diversas solenidades e homenagens que se realizavam em tributo à família imperial e particularmente a Dom Pedro II. E o monarca, sempre com simpatia e solicitude, acompanhava com gratidão e benevolência todas as recepções e demonstrações de apreço organizadas por seus súditos. Ainda em Rio Grande, iluminações especiais foram instaladas. "Muitas tinham as duas datas: 16 de julho (chegado do Imperador à província) e 18 de setembro

[341] *Ibidem*, p. 70.
[342] *Ibidem*, p. 80.
[343] *Ibidem*, p. 140.

(rendição de Uruguaiana).” E para completar esse cenário receptivo, as autoridades locais rebatizaram as ruas:

> “[...] num belo impulso de patriotismo, a Municipalidade acaba de resolver a supressão de todos os antigos nomes [dos logradouros] e a sua substituição pelos de ‘Rua do Imperador, Rua dos Príncipes, Rua Dezesseis de Julho, Rua do Riachuelo, Rua de Uruguaiana’, etc., etc. [...]”[344]

Já em Desterro, Gastão de Orléans lembra que as autoridades catarinenses organizaram uma solenidade no Paço Municipal para recepcionar o Imperador e sua comitiva, os quais empreendiam sua viagem de regresso ao Rio de Janeiro após a estada na Província do Rio Grande do Sul:

> “[...] apareceu no Palácio um grupo de meninas vestidas de branco com fitas das cores nacionais e das dos nossos aliados empunhando as bandeiras das três nações. Acompanhadas por alguns cavalheiros e sob a direção de um regente de orquestra, [...] as meninas cantaram um hino de que não fui capaz de entender senão este estribilho, que se repetia muitas vezes:
>
> *Viva o herói de Uruguaiana*
> *O Senhor D. Pedro Segundo!*”[345]

Assim como estas, muitas outras homenagens foram realizadas em honra à família imperial e ao monarca – e Gastão de Orléans faz questão de registrar todas elas em seu diário.[346] Que houvesse recorrentes manifestações de celebração à Monarquia e ao Imperador era algo previsível. As recepções e os “vivas” à autoridade maior da nação brasileira representavam uma espécie de protocolo habitual, um gesto de reverência que praticamente se impunha. O que não se impunha como uma necessidade era o registro incansável da cada uma destas celebrações. Mas o Conde não deixa de fazê-lo. Às vezes com entusiasmo, em outras ocasiões com ares de enfado e certo aborrecimento, mas sempre estão lá, anotadas cada uma das homenagens nas quais a Monarquia brasileira e seus integrantes representam o centro das atenções.

Àquela época, homenagear o Imperador representava, de certo modo, uma demonstração de patriotismo, posto que, segundo a professora Lilia Moritz Schwarcz, no período monárquico a figura de Dom Pedro II personificava toda a nação. Assim, quando Francisco Solano López empreendeu ataques contra os territórios das províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, muitos expoentes da monarquia e

---

[344] *Ibidem*, p. 140.
[345] *Ibidem*, p. 142.
[346] Ver, por exemplo, a manifestação realizada na Câmara Municipal de São Gabriel ou a recepção que se levou a cabo em Jaguarão, onde crianças trajadas com cintas de plumas e pintadas de vermelho dos pés à cabeça, à semelhança dos indígenas, “se apresentaram de uma maneira considerada talvez mais patriótica.” *Ibidem*, p. 62 e p. 132; ver também p. 52 etc.

diversos veículos de imprensa quiseram fazer parecer que os golpes desferidos pelos paraguaios foram particularmente sentidos no Paço Imperial, e os atos de guerra passavam a ser tomados como uma afronta pessoal ao líder maior da pátria.[347] De acordo com esta percepção, Dom Pedro II teria tomado para si a missão de desagravar a honra da pátria ultrajada, e a população brasileira, já habituada a se ver representada na figura do monarca, solidarizou-se com o Imperador em sua indignação. Numa demonstração de apoio entusiástico, o povo saudava Dom Pedro II como quem saúda o herói reparador de graves injustiças. Para além da dimensão simbólica, as homenagens que aparecem descritas no diário do Conde d'Eu se prestavam a representar o apoio maciço da população à família imperial e às ações que vinham sendo adotadas no tocante à política externa. Desse modo, a ida do Imperador para o teatro de guerra trazia, em si, uma série de significados. Em primeiro lugar, demonstrava disposição do governo em adotar prontamente medidas enérgicas, manifestando à população brasileira e às nações vizinhas o poderio do Império e sua capacidade de responder com presteza a quaisquer agressões contra o território nacional, além de revelar o comprometimento do monarca com a questão do conflito, tomando a defesa da pátria com uma prioridade. Em segundo lugar, a viagem do Imperador contribuía para inflamar o espírito público, motivando novos alistamentos espontâneos da população de todos os rincões do país. O deslocamento em direção ao sul do território brasileiro significava ainda que o governo estabelecido no Rio de Janeiro e a Monarquia como um todo se mostravam sensíveis aos interesses e aos problemas da Província do Rio Grande do Sul (província esta que, como é sabido, havia travado uma renhida luta separatista no processo revolucionário conhecido como Farroupilha, conflito recente que acabava de completar 20 anos de seu término), o que realçava a idéia de unidade nacional a partir da monarquia. E, por fim, a viagem de Dom Pedro II demonstrava que todos no Brasil estavam unidos em torno de uma causa comum, a defesa intransigente dos interesses e da integridade da pátria, e tal união se concretizava simbolicamente na figura do monarca. A partir desse momento, o Imperador, que até então era marcado pela postura civil, vestiu uniforme militar e passou a assumir para si a imagem de "rei guerreiro", sendo constantemente representado dessa maneira em fotografias, gravuras e caricaturas durante todo período em que se estendeu a guerra contra o Paraguai. Nesta perspectiva, o conflito

[347] Veja, a título de exemplo, as fotografias de Dom Pedro II em trajes militares ou as gravuras produzidas pela imprensa em que o Imperador aparece como protagonista das ações militares brasileiras, em SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador. Dom Pedro II: um monarca nos Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

transformava-se em questão de honra para o monarca e para o país simultaneamente. E Dom Pedro II passava a representar a nação em armas.[348]

Nessas circunstâncias, a família imperial e a nação brasileira apresentavam-se intimamente associadas. As aspirações da pátria eram as aspirações do rei. Os triunfos do rei eram os triunfos da pátria. Vinculado diretamente a esta lógica na condição de príncipe herdeiro, o Conde d'Eu faz questão de reforçar tais associações. É o que se nota, por exemplo, na descrição, já mencionada anteriormente, do desfile organizado após a rendição das tropas paraguaias em Uruguaiana, quando a vitória alcançada por intermédio do cerco surge creditada não ao Exército ou aos soldados combatentes, mas sim à família imperial. Outro exemplo pode ser verificado na passagem em que se narra o reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra.[349] Sobre o assunto, registrou Gastão de Orléans:

> "Chegou do Sul, por terra, o Sr. Thornton, ministro britânico em Buenos Aires. Vem encarregado pelo governo da rainha para exprimir ao Imperador o seu pesar pelas violências que haviam praticado os navios da estação inglesa no Rio de Janeiro, em Janeiro de 1863, e pela ruptura de relações diplomáticas que se lhes seguiu e que até hoje tem durado. O Imperador marcou o dia de amanhã e a hora de meio-dia para receber na barraca, com toda a solenidade que as circunstâncias comportam. Foram convidados para assistir à cerimônia os comandantes de todos os corpos."[350]

A ocasião era especial. Marcava a vitória da diplomacia brasileira sobre a maior potência da época. E o reconhecimento de que as autoridades inglesas haviam se

---

[348] Sobre esta discussão acerca da dimensão simbólica que envolvia o Imperador Dom Pedro II tornando-o uma espécie de personificação da nação, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op.cit.*; ver particularmente pp. 295-318, onde são abordadas estas questões no contexto da Guerra do Paraguai. Ver também: CARVALHO, José Murilo de. *Dom Pedro II – ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 106-125.

[349] As relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra haviam sido interrompidas em 1863, após uma sucessão de incidentes que culminaram na desastrada atuação de William Dougall Christie, representante inglês creditado no Brasil. Era o representante de Sua Majestade Britânica um sujeito inflexível e truculento, que vivia a se queixar daquilo que considerava manobras procrastinatórias do Império brasileiro. Em 1862, Christie encontrou uma oportunidade para dar uma demonstração de poder e severidade. Após um incidente envolvendo oficiais ingleses alcoolizados que, após arruaça, encontravam-se detidos, o representante diplomático apresentou ao governo brasileiro um ultimato exigindo a punição das autoridades policiais imperiais envolvidas no caso. Além disso, buscou-se associar a este episódio um outro acontecimento ocorrido um ano antes, exigindo, assim, que o governo do Brasil manifestasse um pedido formal de desculpas e pagasse uma indenização por conta de pilhagem popular realizada a um navio de bandeira inglesa naufragado em costas sul-rio-grandenses. Dom Pedro II apresentou uma resposta negativa a este ultimato, no que contou com o apoio maciço da população fluminense, que se encontrava furiosa, cada vez mais tomada de sentimento anti-saxão. Diante desta situação, a Inglaterra enviou uma esquadra que bloqueou o porto do Rio de Janeiro e apreendeu cinco embarcações nacionais. Foi então a vez do governo brasileiro apresentar um pedido de indenização às autoridades inglesas, que se recusaram a ceder. Em face desta escalada de desacordos e tensões, o governo do Brasil rompeu relações diplomáticas, as quais só vieram a se restabelecer em 1865. Sobre este incidente diplomático, ver: MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973, pp. 219-243.

[350] D'EU, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde. *Op. cit.*, p. 106.

"equivocado" vinha se realizar diante do Imperador, na presença dos "comandantes de todos os corpos" brasileiros (que, naquelas paragens, representavam as mais seletas personalidades dirigentes do Império). Assim, no dia 23 de setembro, com muita pompa, realiza-se a cerimônia de reconciliação, descrita nas palavras do príncipe imperial da seguinte maneira:

> "Cada um se veste o melhor possível para esta solenidade diplomática. Torna-se a armar a barraca com as velas e bandeiras; até se descobre um tapete. Ao lado forma um batalhão de linha completo; além dos oficiais convocados, muitos outros vieram, desejosos de assistir a esta satisfação que se vai dar à honra nacional.
>
> Tendo-se o Imperador colocado ao fundo da barraca e a seus lados o ministro e as outras pessoas principais, o general Cabral introduz o Sr. Thornton, que veio da cidade em carruagem escoltada por um destacamento de cavalaria; veste o uniforme diplomático com a comenda da Ordem do Banho. Depois de três reverências do estilo pronuncia um longo discurso em francês, e em seguida entrega ao Imperador a carta da rainha Vitória. Responde-lhe o Imperador igualmente em francês; e logo em seguida a música [...]."[351]

Esta descrição elaborada pelo Conde de certa forma servia para demonstrar a força e a eficiência do governo brasileiro, o que, em essência, representava a força e a eficiência da família imperial da qual ele era parte integrante. Diz Gastão de Orléans, num determinado momento, com certa dose de jactância que "O Brasil é bastante forte e está assaz compenetrado da excelência das suas próprias instituições [monárquicas] para não ter receio algum."[352] É bem verdade que esta frase foi anotada quando o príncipe refletia sobre a conjuntura platina, repelindo a idéia de que interessaria ao Brasil enfraquecer os Estados vizinhos para consolidar a sua supremacia. Mas tais palavras são bastante fortes e emblemáticas, e parecem aplicar-se muito bem também ao contexto do triunfo diplomático alcançado diante da Inglaterra, ou ainda em face da promessa de vitória que se aguardava conquistar na guerra contra o Paraguai. Na medida em que se mantinha à frente do governo brasileiro, a família real, composta por indivíduos dotados dos mais elevados valores civilizados, garantiria ao Brasil um futuro próspero e bem sucedido. Desse modo, a viagem dos membros da realeza ao sul representava, de certa maneira, uma expedição da civilização para fazer frente à barbárie da nação paraguaia, que agredia e ameaçava o Brasil.

E neste passeio da civilização, uma das missões complementares que se impunha à família imperial era inspecionar a pátria. Tarefa que foi levada à exaustão.

---

[351] *Ibidem*, p. 106.
[352] *Ibidem*, p. 72.

Em diversas passagens de seu diário, Gastão de Orléans narra visitas a fortificações, a hospitais do exército e a várias outras instalações, militares ou não. Nada ficava alheio à família real. Numa ocasião, registra o Conde que mesmo antes de empreender viagem de regresso ao Rio de Janeiro, continuava "o Imperador a examinar escrupulosamente as escolas e outros estabelecimentos públicos."[353]

Foi numa dessas andanças que o espírito curioso do príncipe de valores afrancesados deparou-se com uma triste realidade. Ao visitar a estância do Major da Guarda Nacional chamado João Tomás Meneses, o Conde teve a oportunidade de conhecer as quatro filhas daquele comandante local. Nessa ocasião, causou-lhe boa impressão o asseio e as aptidões das moças. Mas o príncipe ficou perplexo ao descobrir o analfabetismo das quatro jovens. "[...] Fiquei horrorizado quando soube que nenhuma delas se tinha lembrado a aprender a ler!"[354] O Conde, que sempre se mostrava tão atento e preocupado com questões superficiais como vestimentas, etiqueta, modos e conduta em geral, não pôde se conter diante daquele fato evidente. A ausência de educação formal e de cultura erudita era recorrente e grassava entre os grupos subalternos da sociedade brasileira. Assim, a ameaça representada pelos valores bárbaros parecia vir não apenas do lado de fora das fronteiras. O Brasil dos populares também trazia em si muitos costumes e valores reprováveis. Nesse sentido, a distinção no tratamento dispensado ao núcleo dirigente do Império e ao resto do povo tornava-se patente. De acordo com as impressões do Conde d'Eu, a família imperial e seu séquito representavam tudo o que havia de mais valoroso e civilizado em terras brasileiras, e dessa maneira, tinham como missão atuar como guias a conduzir toda a nação a um rumo de progresso. Justamente em função desse gritante contraste existente entre grupos dirigentes e grupos subalternos, opta o príncipe por conferir um "tratamento diferenciado" aos populares em seu diário. Por essa razão, são escassas as menções individualizadas a pessoas de origem popular na narrativa. Toda vez que o príncipe consorte se deparava com um indivíduo desse grupo social não encontrava nele nada que fosse digno de registro, ou, quando muito, restava uma observação recheada de ironias, lamentações ou termos depreciativos (como já foi apontado acima). Por outro lado, Gastão de Orléans põe-se a aludir aos populares enquanto coletividades. Este segmento social passa, então, a ser discretamente citado na condição de agrupamentos de soldados, uma espécie de contabilidade racionalizada. Registra-se em a certa altura:

---

[353] *Ibidem*, p. 130.
[354] *Ibidem*, p. 45.

> "São cerca de 300 [soldados a compor o batalhão de guardas nacionais vindos da Paraíba]; durante este mês, que aqui têm permanecido, têm dado baixa ao hospital 31 homens. Também dos 550 homens que devia contar o 28º de Voluntários há 53 no hospital."[355]

Como esta, existem diversas outras passagens com as mesmas descrições frias, nas quais homens são tratados unicamente como números.[356] Na narrativa do Conde d'Eu, os populares perdiam a sua individualidade, pois, quando tomados separadamente, revelavam em geral as marcas do atraso semelhantes àquelas notadas nos paraguaios, os inimigos a serem combatidos. Os grupos subalternos passavam, então, a ser representados coletivamente como instituição armada a serviço da monarquia, uma abstração na qual os indivíduos perdiam a sua singularidade e viravam apenas números à disposição das autoridades e da política externa do Império, sob orientação imediata dos grupos dirigentes monarquistas, aqueles que seriam realmente dotados dos mais elevados valores da civilização. Apenas quando analisados nestas condições – em agrupamentos – os populares passavam a ser dignos de menções elogiosas. Sobre a coluna brasileira que marchava em direção à Uruguaiana, assim a descreve o Conde:

> "Encontra-se a coluna em muito bom estado [...]. Os cinco batalhões [que compõem a coluna] são: o 4º de artilharia a pé (Pernambuco) e os batalhões de voluntários: 19 (pequenas províncias do norte), 24 (Bahia), 29 (idem), e 31 (Rio de Janeiro). Os dois mais brilhantes são incontestavelmente os dois últimos. Compõe-se o 29 de antigos guardas nacionais da Bahia; quanto ao 31, não é senão o famoso 'Corpo Policial da Corte', também denominado 'Permanentes Municipais', que o governo transformou de um jato em batalhão de voluntários. Para ser justo, deve acrescentar-se que, ao inverso de todos os outros batalhões de voluntários, é, na sua maioria, formado de brancos e contém mesmo forte proporção de europeus (principalmente súditos de S. M. F.)."[357]

Em outra passagem, registra o Conde:

> "Vê-se o batalhão [de Voluntário nº 4] avançar da margem, em massa compacta, e subir para onde nós estamos [a família real e parte do Estado Maior do Império]. Não tarda a chegar ao pé do Imperador, e depois dos gritos de 'Viva Sua Majestade o Imperador! Viva a Nação Brasileira!', entra em linha à esquerda da nossa artilharia. É um dos mais belos batalhões de Voluntários que tenho visto."

Nessa circunstância, sob a supervisão do grupo dirigente imperial e dando mostras de reverência a Dom Pedro II, os grupos populares se apresentavam de

---

[355] *Ibidem*, p. 21.
[356] Ver, por exemplo, passagens contidas nas páginas 69, 92, 121, entre outras.
[357] *Ibidem*, p. 69.

modo admirável, como um "belo batalhão". Na seqüência prossegue a descrição do Conde, e de todos aqueles soldados que se viam marchar, apenas o seu comandante, membro do grupo dirigente imperial, é tomado em destaque: "É comandado [o batalhão] por um doutor em Medicina, o Sr. Pinheiro Guimarães que, sendo professor da Faculdade do Rio de Janeiro, deixou de repente o conforto dessa situação para vir tomar parte na guerra [...]."[358]

Portanto, para o Conde afeito ao mundo europeu, o que interessava era o universo tido por civilizado. Neste universo civilizado, os populares apenas poderiam se fazer incorporados na condição de soldados e serviçais, na condição de subordinados aos grupos dirigentes do império. Os dirigentes, sim, saberiam os melhores e mais corretos rumos a serem trilhados por todos. Mas ainda que fosse estabelecida esta fórmula de convívio entre grupos sociais distintos, ou melhor dito, uma relação hierárquica (talvez em bases frágeis), algo ainda parecia incomodar o príncipe consorte. A rusticidade da vida em terras sul-rio-grandenses e a monotonia da geografia local resultavam insuportáveis. Ainda que não perdesse a oportunidade de se oferecer para combater no Paraguai, em mais de uma ocasião o Conde d'Eu deixa manifesta a sua predileção por estar no Rio de Janeiro, e repetidas vezes lamenta por estar longe da capital do Império. Ao registrar as impressões deixadas pelo litoral gaúcho, queixava-se o príncipe da monotonia da paisagem, "aspecto que a saudade da Província do Rio de Janeiro tornava duplamente triste."[359] Estas saudades chamam ainda mais a atenção quando se considera que, recém-chegado ao Brasil, o Conde tivera apenas alguns poucos meses para se pôr em contato com a capital do Império. No entanto, prosseguem as manifestações de apreço pelo Distrito Neutro e a ansiedade por retornar para lá. "Todos os pensamentos se voltam para o Rio de Janeiro, cada vez com maior impaciência."[360] Até que finalmente, no dia 09 de novembro, Gastão de Orléans anota no seu diário:

> "Logo pela manhã se viu terra, a terra da Província do Rio de Janeiro; e pouco depois via-se destacar da bruma distante a forma da Gávea, bem fácil de reconhecer, vista que a todos encheu de doce emoção. Pusemo-nos a contar as horas sem tirar os olhos dessa Gávea, que ia cada vez mais avultando. E quando defronte dela nos encontramos, como era bela essa massa enorme de rochedos que se eleva tão alto no céu azul e que naquele sítio se erguia quase verticalmente desde a superfície azul do mar, tão a prumo que só

[358] *Ibidem*, p. 98.
[359] *Ibidem*, p. 22.
[360] *Ibidem*, p. 141.

raras árvores puderam aí arraigar-se, e essa multidão de ilhotas tão verdejantes, que parecem ter sido atiradas por mão possante do cimo da Gávea, para caírem disseminadas nas águas que lhe banham o pé. Depois avista-se o Pão de Açúcar. Às 3 horas da tarde passamos as baterias de Santa Cruz que salvam. Estamos nas bem amadas águas do Município Neutro."[361]

É com esta manifestação de alegria por retornar ao Distrito Neutro que Gastão de Orléans encerra as anotações em seu diário. A Corte, enquanto lar da família imperial e centro de poder, representava uma espécie de eixo de civilização nos trópicos.[362] A partir desse lugar privilegiado, concentração dos maiores símbolos de poder e virtudes do Império, os bons valores se irradiariam para o resto do Brasil e impor-se-iam ao restante da América do Sul. A guerra contra o Paraguai, que no texto do Conde (como em muitos outros) surge como um embate pela civilização, estaria muito bem conduzida na medida em que se fazia capitaneada pela família imperial. Nessas circunstâncias, as batalhas até então vencidas e a vitória final a ser alcançada (o que soava como uma certeza, particularmente no início dos combates) atestavam a superioridade da monarquia enquanto emblema de civilização e progresso frente a um mundo de atraso e selvageria que imperava na América hispânica.[363] Nesse conflito, a família real e o seu séquito (composto pelos grupos dirigentes do Império) assumiam a condição de protagonistas, ao passo que aos grupos populares brasileiros restava o papel de coadjuvantes, meros executores de ordens recebidas dos superiores. Com seus belos figurinos (quase todos fornecidos pela Corte) e buscando se adestrar bem, os subalternos poderiam, sob o olhar atento das autoridades estabelecidas na corte, chegar ao exemplo de civilização tão desejado e amiudadamente citado: a Europa.

A guerra contra o Paraguai colocou Gastão de Orléans e outras autoridades monarquistas em contato direto com a realidade interna brasileira e com a realidade externa ao Império, e forneceu a estes segmentos sociais dominantes novos elementos e novas percepções para a elaboração (ou re-elaboração) de discursos de hegemonia centrada na família imperial. O Conde d'Eu notou no Brasil muitas marcas

---

[361] *Ibidem*, p. 143.

[362] A idéia de construção de um Império nos trópicos com aproximações em relação ao universo europeu e que se distanciasse das demais repúblicas sul-americanas foi muito bem abordada por Manoel Luís Salgado Guimarães no artigo "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional", in. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vértice, n. 1, 1988. Explorando este mesmo tema mas tendo como eixo a figura do Imperador Dom Pedro II, ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, pp. 11-34.

[363] Num primeiro momento, a monarquia capitalizou a vitória na guerra, recebendo os louros pelo triunfo. Apenas após a Proclamação da República a memória da guerra passou a ser re-significado, como se nota, por exemplo, na narrativa construída pelo General Dionísio Cerqueira. Ver: SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: memórias & imagens*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003, pp. 190-193.

do atraso. Mas ainda assim, o Império jamais poderia, em suas concepções, ser equiparado à desordem e selvageria reinantes nas repúblicas sul-americanas. Desse modo, em sua narrativa, a dicotomia envolvendo Brasil e a América Hispânica e o contraponto Monarquia *versus* República associam-se intimamente ao debate em torno do progresso e da civilização. E para além de definir alteridades e identidades, este confronto se prestou, tanto do ponto de vista da política internacional quanto do ponto de vista da política doméstica, a legitimar a proeminência do grupo dirigente imperial como agente difusor da justiça e dos bons valores morais e culturais. Ainda no âmbito interno, a percepção e a figuração dos grupos subalternos no discurso do príncipe (e de outros monarquistas convictos, como André Rebouças, por exemplo[364]) serviram para reforçar a idéia da necessidade das forças monarquistas como elemento de garantia da civilização. As repúblicas sul-americanas e o atraso visto entre os grupos subalternos brasileiros serviam como ante-exemplo, e a este não-exemplo se contrapunha a civilidade da família imperial, tomada como peça fundamental para a superação da barbárie. E assim, este discurso prestava-se a garantir a legitimação das forças dominantes monarquistas tanto interna quanto externamente.

Algum tempo depois, no ano de 1869, o conflito contra o Paraguai mais uma vez cruzou a vida de Gastão de Orléans. Depois de insistir, sem sucesso, por duas vezes para ser enviado à frente de combate, o príncipe consorte foi nomeado comandante-em-chefe das tropas brasileiras em operações pelo Imperador logo após ter-se demitido o Marquês de Caxias. É bem verdade que depois de uma série vitórias em batalhas decisivas e após a conquista de Assunção, a guerra assumia outras feições, revelando-se menos heróica e gloriosa. Justamente por isso o Conde hesitava em aceitar a nomeação, uma vez que não considerava digno de sua figura o papel de "capitão-do-mato" comprometido unicamente com a missão de capturar Francisco Solano López. Ainda assim, a vontade de Dom Pedro II se impôs e o príncipe consorte partiu para a luta, entrando para a história como o último comandante brasileiro no conflito e, o mais importante, como aquele que pôs termo à guerra, incorporando, por conseguinte, os louros da vitória. A partir de então, alguns veículos de imprensa e segmentos

[364] Sobre os juízos monarquistas elaborados por André Rebouças no contexto da guerra contra o Paraguai, ver: REBOUÇAS, André. *Diário: a Guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1973.

monarquistas se encarregaram de aclamar o príncipe e a família imperial como um todo, festejando os monarcas pelas ruas do país inteiro.[365]

Passados mais alguns meses, o artista Pedro Américo elaborou um grande quadro dedicado a esta fase final do conflito, a chamada Campanha da Cordilheira. A tela concluída em 1871 intitulava-se *A Batalha de Campo Grande*, em referência ao combate de mesmo nome que representou o último grande confronto da guerra e o mais importante que se travou sob o comando do Conde.[366] Esta representação iconográfica é bastante emblemática e talvez sintetize bem a relação de Gastão de Orléans e de outros monarquistas com o tema da Guerra do Paraguai e ao mesmo tempo expressa muito sobre a percepção destes indivíduos no tocante à participação dos segmentos populares no conflito. A pintura retomava, essencialmente, o tema do embate da civilização contra a barbárie, embate este capitaneado pela família imperial brasileira. De um lado da tela, no canto inferior direito, encontram-se representadas as tropas paraguaias, compostas por homens em grande parte desnudos, de aspecto selvagem e expressão brutal. Em contraposição apresentam-se as tropas brasileiras. Bem trajadas e armadas, constituem emblemas da civilização e do progresso, inexoravelmente fadadas a alcançar a vitória. Dominando toda a cena emerge a figura do príncipe consorte. A imagem magnânima do Conde d'Eu montado num imponente cavalo branco ocupa o centro da grandiosa tela (530 x 332 cm.). Na representação, Gastão de Orléans lidera pessoalmente a manobra ofensiva, dirigindo-se contra as tropas paraguaias com olhar ao mesmo tempo sereno e fulminante. Toda ação é conduzida pelo príncipe, que passa por cima da uma bandeira paraguaia abandonada, atirando-se contra os adversários para expurgar a barbárie. Apenas no canto esquerdo da tela é possível identificar o grosso das tropas brasileiras. Aqui, na obra de Pedro Américo, mais uma vez os populares aparecem despersonalizados, como figurantes da história, sendo guiados pelo gênio militar da monarquia brasileira. Numa época em que a família

---

[365] Sobre as comemorações realizadas após o término do conflito e particularmente sobre as celebrações efetuadas em honra ao Conde d'Eu, o homem que passava a ser tomado como o responsável pela conclusão da guerra contra o Paraguai, ver: RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: Os Caminhos da Memória entre a Comemoração e o Esquecimento*. São Paulo: Tese de Doutoramento em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009, pp. 178-206.

[366] Mais informações sobre a referida obra de Pedro Américo podem ser obtidas no artigo: CARDOSO, Rafael. "Ressuscitando um Velho Cavalo de Batalha: Novas Dimensões da Pintura Histórica do Segundo Reinado. *19&20 – A Revista Eletrônica de DezenoveVinte*. Rio de Janeiro, v. II, n. 3, julho de 2007. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/criticas/rc_batalha.htm. Ver também: DUQUE ESTRADA, Luiz Gonzaga. *A arte brasileira*. Campinas: Mercado de Letras, 1995, particularmente as páginas 146-149.

imperial constituía o eixo da identidade nacional brasileira, a pintura de Pedro Américo vinha a reforçar o discurso de Gastão de Orléans presente em seu diário, um discurso de clara defesa da primazia da realeza.

O diário de viagem no tempo de sua publicação

Quando, em princípios do século XX, foi finalmente publicado o diário de viagem ao Rio Grande do Sul redigido pelo Conde d'Eu, encontrava-se a República brasileira ainda conturbada por descontentamentos e agitações de diversas ordens. Novos episódios de orientação nitidamente popular, como a Revolta da Vacina em 1904, a Guerra do Contestado (que se estendeu de 1912 a 1916) e movimentos grevistas (em especial os de 1917 e 1919), revelavam o descompasso existente entre o projeto de modernidade conduzido pelos grupos dirigentes e os anseios e aspirações dos grupos subalternos. O regime republicano passava a revelar com evidências cada vez maiores as suas limitações em matéria de reformas transformadoras e sua incapacidade de diálogo com amplos segmentos da sociedade. Além disso, disputas entre os membros do grupo dirigente que buscavam apoderar-se da máquina pública convulsionavam o Estado e enfraqueciam ainda mais a imagem republicana, disseminando desilusão e descontentamento entre vastos setores sociais.[367] A representação da República como uma donzela cívica, distinta e vigorosa, às vezes com aspecto belicoso, foi sendo comprometida, e aos poucos passaram a retratá-la em diversas ocasiões como uma matrona aborrecida, uma senhora com ares de cansaço, ou mesmo como uma mulher prostituída.[368]

Ao mesmo tempo em que o país vivia estes solavancos, um grupo de adeptos da Monarquia ainda mantinha a esperança na restauração do antigo regime político. A partir do momento em que se destituiu a família imperial, o movimento monarquista em defesa da restauração começou a se mobilizar. Contudo, era nos contextos de crises e de disputas entre os distintos núcleos dirigentes republicanos que as atividades reduzidas e dispersas dos restauracionistas passavam a se dar de maneira

[367]Um bom quadro sobre o conturbado momento da República Velha pode ser encontrado em: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Ver também: CARONE, Edgar. *A República Velha. Evolução Política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. E ainda: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da república: jacobinismo – ideologia e ação, 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

[368] Sobre a utilização de figuras femininas em representações durante os anos iniciais da República no Brasil, ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, particularmente as páginas 75-96.

mais intensificada e organizada. Estas ocasiões de instabilidade eram interpretadas pelos adeptos da Monarquia como demonstração de inviabilidade do republicanismo em terras brasileiras, e assim, buscando galvanizar os setores descontes da sociedade, os monarquistas intensificavam sua campanha pela restauração. Foi por meio da intervenção jornalística que as ações dos restauracionistas se fizeram mais amplas e visíveis. Nos anos de 1900, 1902 e 1904, indivíduos adeptos da restauração se articularam com segmentos das forças armadas e com republicanos descontentes formando uma frente única que visava dar um golpe de Estado e estabelecer um novo governo. Mas em todas as situações, o movimento golpista não obteve êxito. Adotando uma estratégia distinta, em 1905 os monarquistas decidiram investir na via eleitoral. Em 1907 a perspectiva da vinda de Dom Luís Filipe de Orléans e Bragança, segundo filho do Conde d'Eu e da Princesa Isabel e um dos pretendes ao trono, provocou grande inquietação nas autoridades brasileiras. Impedido de desembarcar no Brasil, o príncipe lançou na França um programa destinado aos defensores da restauração, tornando-se assim um dos principais expoentes e artífices do monarquismo. Em 1913 espalharam-se boatos de que alguns oficiais brasileiros regressariam da Alemanha impregnados de ideais monarquistas. Neste mesmo ano, Luís Filipe de Orléans e Bragança lançou seu segundo manifesto.[369]

Ainda que, com o correr dos anos, o grupo de adeptos da Monarquia se tornasse cada vez mais minguado e enfraquecido diante da consolidação da República, muitas autoridades republicanas continuavam temendo o fantasma representado pela família imperial. É que nas mentes de grande número de indivíduos dos grupos populares ainda fermentava um significativo apego à figura do antigo monarca e às simbologias ligadas à realeza. Tratava-se de uma memória re-significada, na qual a imagem do último Imperador referia-se menos à dimensão de governante do que à dimensão mística, criando-se um culto a um rei sacralizado no imaginário popular. Tratava-se de um monarca recordado nas releituras efetuadas pelo povo, particularmente em trovas e festejos populares e religiosos. Diante das dificuldades encontradas pelos republicanos para fazer com que seus novos ícones se fizessem incorporados pela população, qualquer apego às representações imperiais ou traços de resquícios monarquistas soava como uma ameaça que deveria ser combatida a bem do

[369]Sobre a persistência de movimentos pela restauração da Monarquia ao longo dos primeiros anos da República, ver: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Op. cit.*. Ver também: CARONE, Edgar. *A República Velha. Instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, pp. 373-386.

êxito completo da República, particularmente nos contextos em que afloravam os descontentamentos e as decepções frente às limitações do novo regime.[370]

Durante um bom tempo, os republicanos enxergaram o passado monárquico como um fantasma que pairava sobre a sociedade, como uma ameaça sorrateira. É comum que em momentos de apreensão a assombração assuma feições mais assustadoras do que realmente possui. Foi assim que se passou em relação ao passado imperial. Esta situação de desconfiança e desconforto pode ser atestada nos debates travados no parlamento brasileiro, por exemplo. Em diversas ocasiões projetos relacionados à família imperial entravam na pauta do Congresso Nacional motivando grande celeuma. Já na sessão do dia 05 de agosto de 1891, o deputado eleito por Mato Grosso, Caetano Manuel de Faria e Albuquerque (homem próximo a Benjamin Constant e que obteve cargos de relevo tanto no período monarquista quanto no republicano) apresentou um projeto que visava à revogação do ato de banimento da família imperial brasileira. Em seu discurso, marcado pela quebra de expectativas em relação à República, o parlamentar afirmava:

> "[...] não sei se por má ou boa escolha, preparei o meu espírito em uma escola que ensina que as formas de governo são simplesmente concepções abstratas, que intrinsecamente não são nem boas nem más; são verdadeiros maquinismos e como um maquinismo o seu produto depende naturalmente do operário que o maneja; [...] Assim, entendo que este país podia ser tão feliz debaixo da monarquia, como pode vir a ser muitíssimo desgraçado sob a forma republicana."[371]

Tanto o projeto quanto o pronunciamento causaram grande alarido. Os republicanos, temendo os perigos representados pela família imperial fizeram questão de demarcar as posições. Na sessão da Câmara de Deputados de 07 de agosto de 1891, a questão de ordem apresentada pelo deputado Inocêncio Serzedelo Correia sintetiza o clima que envolvia a questão do banimento dos antigos monarcas:

---

[370] Lilia Moritz Schwarcz chega a afirmar que, após a morte do Imperador, gradualmente "D. Pedro é, portanto, apresentado como herói popular, reintroduzido lentamente como um herói oficial." Sobre a construção criada em torno da memória do Imperador nos anos subseqüentes à Proclamação da República, ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, pp. 495-515. Ver também SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Editora UFG, 2000. Sobre os novos símbolos e heróis criados pela República bem como a relação da população com este panteão e com esta simbologia, ver CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*.

[371] Em 1925, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* dedicou um de seus volumes à celebração da figura de Dom Pedro II, que comemoraria naquele ano o centenário de seu natalício. Ao final daquela edição, reproduziram-se os debates travados no Congresso Nacional durante o período republicano cuja temática envolvia a antiga família imperial. As notas taquigráficas citadas aqui valem-se, portanto, da transcrição efetuada pelo periódico do IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1925, pp. 1120 e 1121.

> "Sr. presidente diante da importância política do projeto que acaba de ser lido [do deputado Caetano de Albuquerque], não podemos deixar de definir as nossas posições. (*Apoiados gerais.*)
>
> Restauradores e monarquistas de um lado, republicanos de outro. (*Muito bem.*) Requeiro, portanto, votação nominal."[372]

A partir de então tem início um acalorado debate com oradores, aparteadores, manifestações de acordo e de desacordo. Então, em novo pronunciamento do deputado Serzedelo, manifesta-se com clareza os temores referentes aos movimentos ensaiados pelos grupos de restauradores monarquistas:

> "Eu estava, pois, no direito ante, não das intenções sagradas e respeitáveis dos ilustrados signatários do projeto, mas da exploração que se faz lá fora, da conspiração surda e covarde de nossos inimigos (*bravos, apoiados*); quando nós sabemos que neste país há um partido monárquico oculto, abafado, que conspira contra a República, que não tem a coragem de se bater abertamente; quando se afirma fora deste recinto que, aqui mesmo entre nós, eleitos em nome da República, há adesões, há convicções dedicadas à monarquia, estava, repito, no meu direito de republicano, e de revolucionário, de pedir que a Câmara, por uma votação significativa, em que cada um assumisse a responsabilidade e afirmasse as suas crenças, afirmasse também a estabilidade da República e a condenação da monarquia.
>
> Monarquistas ou restauradores de um lado, republicanos de outro. (*Aplausos; muito bem; muito bem.*)"[373]

A notícia do falecimento de Dom Pedro II em 05 de dezembro de 1891 significou um severo golpe para os adeptos da Monarquia. Já para os republicanos, a ameaça de restauração começava a representar um perigo menos inquietante. Diante deste cenário, em sessão do Senado Federal de julho de 1906 foi apresentado um novo projeto que envolvia diretamente a família imperial. Propunha-se, na ocasião, o traslado dos despojos mortais dos ex-imperadores – Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina (a Imperatriz havia falecido em 28 de dezembro de 1889). Em parecer relativo ao referido projeto, a Comissão de Justiça manifesta que "Morto o ex-Imperador, deixou ele de constituir um perigo para a manutenção da paz e tranqüilidade públicas."[374] Mesmo assim, o tratamento a ser conferido aos despojos mortais e aos demais membros da família imperial ainda constituíam temas espinhosos. As manobras procrastinatórias que retardaram a aprovação do traslado dos restos mortais atestam o embaraço e as preocupações que ainda existiam. Afirmava-se na ocasião, que não havia banimento de

---

[372] *Idem*, p. 1125.
[373] *Idem*, p. 1131.
[374] *Idem*, p. 1139.

cadáveres, sendo aceito o traslado. Contudo, não se admitia aos familiares "prestarem o preito de saudade", ou seja, acompanhar o sepultamento em solo brasileiro.

Em sessão da Câmara de Deputados de 19 de dezembro de 1913, quando mais uma vez se discutia o projeto de repatriação dos despojos mortais dos ex-Imperantes, a certa altura o Deputado Dias de Barros manifestou sua inquietação quanto à possibilidade das autoridades da República terem que transacionar com membros da antiga família imperial a respeito do traslado do corpo do ex-monarca. Segundo o parlamentar, os príncipes herdeiros ainda não haviam renunciado às suas pretensões políticas. A partir daí, lança-se o seguinte questionamento:

> "Seria justificável, no momento, tratarmos nós com o príncipe de Orléans [Luís Filipe de Orléans e Bragança], que se julga ainda e indebitadamente [sic] com direito a um trono esboroado, e que ele, com a sua energia e com o seu talento, tenta reerguer da poeira onde jaz?"[375]

Em sessão de 09 de julho de 1920, quando foi votado o requerimento de urgência para imediata discussão e votação do projeto nº 93 que revogava o banimento da família imperial, o deputado Maurício de Lacerda realizou um novo discurso. Nesta fala, o parlamentar referia-se ao contexto de 1912, quando pela primeira vez apresentou o projeto que autorizava o regresso da família Imperial e a repatriação dos despojos mortais de Dom Pedro II e sua esposa. Numa passagem, relataram-se as circunstâncias geradoras das resistências a seus dois projetos:

> "Quando apresentei o projeto, pus a restrição de uma renúncia expressa a quaisquer aspirações legitimistas, ou pretensões restauradoras, porque, no momento político de então, realmente se me afigurava que os que impugnavam a passagem de semelhante medida tinham, de fato, até certo grau, razão para assim proceder, no ponto em que se colocavam.
>
> À frente deles, achava-se o Sr. General Pinheiro Machado [...]."[376]

Diz o deputado que depois de apresentar e defender o seu projeto na Câmara, foi ao Palácio do Catete, onde se encontrou com a Comissão Executiva do Partido Republicano Conservador, composta, entre outros, por Pinheiro Machado, Sabino Barroso, Urbano Santos, Nilo Peçanha, Leopoldo de Bulhões e Quintino Bocaiúva. Desde logo, Quintino Bocaiúva manifestou apoio ao projeto de Maurício de Lacerda. Mas Pinheiro Machado não teve a mesma posição. Assim, ao retomar os acontecimentos passados, o deputado realiza o seguinte balanço:

---

[375] *Idem*, p. 1161.
[376] *Idem*, p. 1170.

> "Apenas o General Pinheiro Machado se levantou contra a idéia, ponderando que a própria trasladação, com que muitos concordavam, serviria para intensificar, em não poucas almas, o sentimento de saudade pela Monarquia. Foram as suas expressões: Napoleão, repatriado em cinzas, acordara na França o espírito imperialista, bonapartista, que dera o segundo Império."[377]

E continuava a avaliação:

> "O Sr. Pinheiro Machado conhecia mais do que ninguém os movimentos subterrâneos da nossa vida política. Sabia, como todos nós hoje sabemos, que o príncipe de Orléans, em inteligência direta, quotidiana, se é possível dizer-se assim, em matéria de correspondência inter-oceânica, com os nossos monarquistas mais em evidência e em cujo grupo então se manifestou combativamente o Sr. Visconde de Ouro-Preto, o príncipe se constituíra, pela sua intelectualidade, pela sua linha, pelo seu valor individual, realmente o mote monárquico que estava sendo glosado pelas esperanças e por aquela saudade, a que se referia o general republicano.
>
> Acrescia que a educação de alguns oficiais nossos na Alemanha, deslumbrados com o poderio dessa grande nação, concentrada em um regime monárquico mais ou menos absoluto, tinha, por assim dizer, reavivado no espírito de uma mocidade capacíssima do nosso Exército, não digo o sentimento favorável a uma restauração, mas talvez uma inclinação simpática, como remédio possível à sua desorganização militar, para um poder centralizado e fortalecido.
>
> Assim, não havia dúvida que no ambiente pairavam certas ameaças e a mentalidade do momento se apresentava de modo talvez que aconselhassem não se realizar a idéia [dos projetos de lei], sem muito cuidado."[378]

Enquanto as autoridades republicanas ainda manifestavam preocupações em relação aos símbolos e membros da monarquia (como se depreende, por exemplo, nos debates parlamentares), na sociedade brasileira era possível encontrar importantes focos de apoio irrestrito ao antigo regime, particularmente nos anos finais do século XIX e início do XX. Com o restabelecimento da liberdade de imprensa, periódicos como *Liberdade*, *Comércio de São Paulo*, *Gazeta da Tarde*, *Correio da Manhã* e *Apóstolo* passavam a defender abertamente o ideário monarquista. Naquela época, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que nascera sob a proteção direta do Imperador Dom Pedro II, ainda dava claras demonstrações de vivo apreço pelo período imperial. Entre os membros proeminentes desta instituição era possível identificar monarquistas convictos como o Conde de Afonso Celso, Presidente Perpétuo do IHGB de 1912 a 1938 e que, mesmo diante do Presidente da República, afirmava, em discurso público, "manter-se de pé", "guardando em seu coração a fidelidade à antiga bandeira

[377] *Idem*, pp. 1170 e 1171.
[378] *Idem*, p. 1171.

[do Império].”[379] Na sede do instituto conservavam-se em lugar de honra diversos retratos de Dom Pedro II e da família imperial, havendo mesmo no gabinete da presidência uma fotografia da Princesa Isabel.[380]

Além da preservação da memória da monarquia, nesta época eram constantes as comunicações estabelecidas entre sócios do IHGB e alguns membros da família real brasileira que se encontrava exilada na Europa. Gastão de Orléans era um destes interlocutores bastante acionados. Eleito Presidente Honorário daquela instituição desde a sessão de 16 de setembro de 1864 apresentava-se, à época, como um dos sócios mais antigos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nesta condição, o Conde era constantemente informado por meio de correspondências sobre as condições do IHGB. A instituição mantinha substantiva comunicação com Conde d’Eu, havendo constante troca de livros e outros materiais impressos entre as partes. Como exemplo de tal troca, Gastão de Orléans remeteu ao Instituto o seu próprio trabalho intitulado *Journal d’une promenade autour du Monde en 118 jours*, além das obras *A travers l’Hindo-Kush* e *Tour d’Afrique* redigidas pelo seu filho, o Príncipe Luís Filipe de Orléans e Bragança. Em contrapartida, recebeu por intermédio de membros do IHGB o livro *El Barón de Rio Branco – La muerte del Mariscal López – El concepto de la patria* escrito pelo ministro paraguaio Juan Silvano Godoy, bem como exemplares do *Diário Oficial*, edições variadas de periódicos, artigos, monografias e relatórios diversos além de alguns volumes da revista do IHGB.[381] Também por meio de missivas, o Conde era ainda muitas vezes consultado sobre os incidentes que envolveram a Proclamação da República, sendo, por diversas ocasiões, convidado a fornecer detalhes sobre os momentos que antecederam à derrocada do antigo regime, episódios que são tratados

[379] A transcrição do discurso proferido pelo Conde de Afonso Celso diante do Presidente da República, o Senhor Epitácio Pessoa, na ocasião da assinatura do decreto de número 4.120 de 03 de setembro de 1920 que revogava o banimento da família imperial e permitia o traslado e a repatriação dos despojos mortais do Imperador Dom Pedro II e de sua esposa, a Imperatriz Dona Teresa Cristina pode ser conferida nos anexos do livro *Viagem militar ao Rio Grande do Sul* da edição publicada pela Itatiaia e pela Editora da Universidade de São Paulo, pp. 169 e 170 ou também na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1925, pp. 1185 e 1186.

[380] Outras homenagens prestadas pelo IHGB à antiga família imperial, particularmente a Dom Pedro II, encontram-se relatadas, por exemplo, no trabalho de Lilia Moritz Schwarcz. *Op. cit.*, p. 496, em que são descritos alguns acontecimentos realizados no sentido da institucionalização do culto à memória do ex-imperador.

[381] Cabe ainda ressaltar que essa troca de correspondências, assim como o contínuo intercâmbio de materiais impressos sobre os mais variados assuntos da vida pública nacional se deu também entre o conde e outros indivíduos simpáticos à monarquia e amigos da família imperial, como, por exemplo, Alberto Ferreira Rodrigues e Otávio Silva Costa, entre outros.

por ele como "fatos do momentoso dia 15 de novembro de 1889, que deu causa a sermos afastados do Brasil amado!"[382]

Dentro dos limites estabelecidos pela lei, alguns dos sócios mais eminentes do IHGB ofereciam as mais entusiásticas demonstrações de estima e reverência pela antiga família imperial, assumindo para si a posição de uma espécie de elo de aproximação entre os exilados e o Brasil. Em meados da década de 1910, chegaram a se apresentar como agentes facilitadores do traslado dos despojos mortais de Dom Pedro II de sua esposa, Dona Teresa Cristina. Foi a partir de uma indicação apresentada em sessão de 26 de agosto de 1916 pelo professor e sócio Basílio de Magalhães e aceita pelos seus colegas do IHGB que a referida instituição passou a tomar perante os poderes públicos a iniciativa de solicitar o traslado à pátria dos corpos dos antigos imperantes. Para além das constantes comunicações e provas de presteza prestadas, o IHGB ofertava os seus espaços institucionais para a realização de comunicações a serem realizadas pelos integrantes da família imperial, possibilitando assim a promoção da monarquia.

Por meio de cartas, Max Fleiuss, Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, solicitou a Gastão de Orléans o envio de uma tese escrita pelo próprio Conde na qual se relatasse a campanha militar empreendida sob suas ordens no Paraguai. Este texto seria exposto no Congresso de História do Brasil organizado pelo IHGB e convocado para setembro de 1914. Mesmo após a Proclamação da República, o tema da Guerra do Paraguai continuava a freqüentar as páginas das publicações do Instituto.[383] Apesar do interesse existente, o Conde, contudo, lamentou não poder satisfazer o pedido de Max Fleiuss por não dispor de tempo suficiente para providenciar um trabalho satisfatório. Mas aproveitando-se da oportunidade que se abria, orientou a utilização das informações contidas no livro *Sob o Cruzeiro do Sul*, escrito pelo Príncipe Luís Filipe de Orléans e Bragança, texto este elaborado a partir das orientações e informações apresentadas pelo pai. No mesmo Congresso, o Coronel

---

[382] Ver, por exemplo, a carta endereçada a Max Fleiuss redigida no dia 1º de julho de 1920, disponível nos anexos do livro *Viagem militar ao Rio Grande do Sul* elaborado pela editora Itatiaia, p. 161.

[383] São exemplos desse interesse os artigos "Preliminares da guerra do Paraguay", escrito por Alencar Araripe que se somava a outros textos sobre o conflito in. *Revista do IHGB*, t. LIX, parte I, 1896; "História da guerra do Paraguai, por Max von Versen, major do exército real da Prússia", in. *Revista do IHGB*, t. LXXVI, parte II, 1913; "Campanha do Paraguay (diário do Exército em operações, sob o commando do marechal Marquez de Caxias)", in. *Revista do IHGB*, t. 91, v. 145, 1922; "D. Pedro II e a guerra do Paraguay", escrito por Affonso de Escragnolle Taunay, in. *Revista do IHGB*, t. 98, v. 152, 1925; "História da Guerra do Paraguai", escrito por Octaviano Pereira de Sousa com notas preliminares de Sousa Docca, in. *Revista do IHGB*, t. 102, vol. 156, 1927.

Antônio José Dias de Oliveira, então Chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exército, apresentou uma tese oficial sobre a Campanha das Cordilheiras que mereceu elogios do Conde, que escreveu em carta endereçada a Max Fleiuss de 12 de setembro de 1917: "Sempre me é grato ver recordados, após longos anos decorridos, os serviços que tive a fortuna de prestar ao Brasil."[384] Para o Instituto era lícita a retomada da participação heróica de Gastão de Orléans e com ela, a recuperação de uma antiga associação entre a vitória obtida contra o Paraguai e a monarquia brasileira.

Seguindo esta orientação, em mais uma ocasião, novamente por intermédio de cartas remetidas em finais do ano de 1917, Max Fleiuss solicita a colaboração do Conde no sentido de enviar escritos sobre a guerra que contribuíssem para elaboração do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico* que, à época, o IHGB pretendia desenvolver como parte da celebração do centenário da Independência do Brasil. Contudo, após a morte do filho Luís Filipe de Orléans e Bragança em princípios de 1920, Gastão de Orléans, já com 77 anos de idade, declara-se desprovido de condições para dar prosseguimento à empresa de colaborar com o IHGB no sentido de redigir o referido artigo para o dicionário. Propõe, em troca, a utilização das anotações redigidas quando da viagem ao Rio Grande do Sul realizada em 1865:

> "Em falta de coisa melhor, rogo-lhe que aceite as páginas que com esta [carta] lhe envio, primeiras do *Diário de viagem ao Rio Grande do Sul*, na qual acompanhei o Imperador em 1865 e as publique na *Revista* do nosso *Instituto*, se julgar que isso merecem. A boa intenção servirá de desculpa à insignificância dessas páginas, fruto da inexperiente mocidade, e escritas pela maior parte no *'carretilho'*; e bem assim aos defeitos da redação e aos erros da imperfeita cópia à máquina. À medida que esta se adiantar, enviar-lhe-ei as páginas que ficarem prontas e que, segundo julgo, não serão mais de duzentas, ficando, pois, todo esse diário em menos de trezentas."[385]

Pouco tempo depois, por meio de novas remessas dos serviços postais, o diário de viagem redigido pelo Conde chegava completo às mãos dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Partes desta narrativa foram primeiramente transcritas nas edições do *Diário Oficial* de 11 de maio e 02 de junho de 1920. Logo após, a Revista do IHGB reservou 172 páginas de seu tomo 85, volume 139 para a publicação integral do diário de viagem de Gastão de Orléans ao sul do Brasil no

[384] Carta endereçada a Max Fleiuss redigida no dia 12 de setembro de 1917, disponível nos anexos do livro *Viagem militar ao Rio Grande do Sul* elaborado pela Itatiaia e pela Editora da Universidade de São Paulo, p. 156.

[385] Carta endereçada a Max Fleiuss redigida no dia 10 de fevereiro de 1920, disponível nos anexos do livro *Viagem militar ao Rio Grande do Sul* elaborado pela Itatiaia e pela Editora da Universidade de São Paulo, p. 160.

contexto da guerra contra o Paraguai, recebendo o trabalho, desde então, o título *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*.[386] Ao texto do século XIX foi acrescida uma "Introdução" elaborada a partir do Castelo d'Eu, na França, no dia 10 de fevereiro de 1920, na qual Gastão de Orléans dedica sua obra ao IHGB:

> "Apesar de sua insignificância [da narrativa], impele-me o sentimento dedicá-la ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mui benemérita e ilustrada corporação, que tanto me honrou aclamando-me sem nenhum mérito de minha parte, seu presidente honorário, e da qual me ufano de ser hoje, mercê da Bondade Divina, o mais antigo consócio."[387]

Tratava-se de uma espécie de agradecimento à instituição que tanta atenção vinha conferindo à família imperial brasileira exilada na Europa. Além da dedicatória, uma espécie de retratação também se fazia presente no texto introdutório. Procurando contornar uma possível situação de mal-estar que a publicação do diário poderia causar, o Conde faz uma escusa, ressalvando que algumas das observações contidas na antiga narrativa eram resultado de "impressões imperfeitas":

> "Devo entretanto notar que as observações consignadas nas páginas que seguem referem-se a fatos ocorridos há cinqüenta e quatro anos passados, e não têm pois aplicação à situação atual das regiões, que então percorri e chegaram hoje a adiantado estado de civilização."[388]

Cercado de tais cuidados e ressalvas, o trabalho *Viagem militar ao Rio Grande do Sul* era pela primeira vez colocado ao alcance de um público mais amplo no ano de 1920. Para além das simpatias nutridas pelos membros do IHGB em relação à antiga família imperial, a iniciativa da publicação se inseria num projeto mais amplo de celebração do centenário da Independência do Brasil (1922), e logo depois, a comemoração do centenário de nascimento de Dom Pedro II (1925). Em realidade, o movimento em defesa da restauração monárquica encontrava-se em franco declínio no momento em que o antigo diário veio a público, em finais da década de 1910. Com a morte do Príncipe Luís Filipe de Orléans e Bragança, esvaneceu-se grande parcela das forças defensoras da Monarquia. A idéia de restauração não mais encontrava respaldo em nenhum grande segmento da sociedade brasileira. Nesse sentido, chega a ser emblemática a divulgação do texto *Viagem militar ao Rio Grande do Sul* nesta ocasião. Ou seja, num período em que cada vez mais escasseavam as vias de interlocução

---

[386] Este trabalho viria a ser re-editado em 1936 pela Companhia Editora Nacional e em 1981pela editora Itatiaia em conjunto com a Editora da Universidade de São Paulo.
[387] D'EU, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde. "Introdução", in. *Op. cit.*, p. 13.
[388] *Ibidem*, p. 13.

monarquista com a sociedade brasileira, deu-se a publicação de um texto em que a família imperial é descrita como um poder que se basta em si mesmo, independente da adesão maciça e do diálogo com amplos setores sociais, particularmente os grupos populares. Aquela narrativa elaborada por um aristocrata que olhava o povo com certa indiferença e que se mostrava convicto de seus valores e da grandeza da família imperial parecia não ter mais lugar privilegiado no Brasil. Aquele discurso que creditava os progressos já conquistados (e aqueles ainda por conquistar) à realeza brasileira – que não necessitava nem ao menos de recorrer aos subalternos para se legitimar – não encontrava ressonâncias na sociedade, mostrando-se incapaz de disputar a reconstrução de uma hegemonia monarquista e não representando mais uma ameaça para os grupos dirigentes republicanos.

Os momentos eram distintos. Por isso, neste contexto de arrefecimento do monarquismo, o bloco remanescente de simpatizantes da restauração conformou-se em focar suas energias nos temas da revogação do banimento da família imperial e do traslado dos despojos mortais de Dom Pedro II e de sua esposa, Dona Teresa Cristina. Entre a população em geral ainda se notava alguma simpatia pelos símbolos que envolviam a realeza, mas os resquícios de tais signos se apresentavam re-significados. Em festas populares, algumas das simbologias monárquicas eram celebradas e imortalizadas, mas o sentimento em relação ao regime destituído não era o mesmo. Retomando as considerações de Lilia Moritz Schwarcz, "festejava-se o rei destronado, mas não o regime abolido. Na memória popular, o brilho popular [da monarquia] é que era selecionado."[389] Neste momento em que a República se consolidava, as representações monárquicas se revelavam envoltas de elementos folclóricos e religiosos, sendo destituídas de sua dimensão de poder.

Em realidade, a ameaça monarquista foi durante muito tempo uma espécie de sombra que, quando projetada, tornava o objeto de temor maior do que realmente era. Após a morte do antigo casal imperial, os adeptos da restauração monárquica sofreram um primeiro grande golpe. O tempo e a repressão concorreram para desarticular ainda mais este grupo que, por fim, com o falecimento do Príncipe Luís Filipe de Orléans e Bragança em 26 de março de 1920, enfraqueceu-se irreversivelmente. Diante de tudo isto, na medida em que o passado imperial não

[389] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p. 508. Nesta mesma obra, a autora continua a discorrer sobre os resquícios da simbologia monarquista incorporados pela população no período republicano (com especial atenção para a figura de Dom Pedro II). Sobre este tema, ver particularmente as páginas 495-515.

representava mais uma ameaça concreta à consolidação das instituições republicanas, os dirigentes do novo regime realizaram uma reconciliação com a memória do Império. Assim, no dia 03 de setembro de 1920, o Presidente Epitácio Pessoa assinou o decreto de número 4.120 que revogava o banimento dos membros da antiga família imperial e autorizava o traslado dos despojos mortais do ex-Imperador Dom Pedro II e de sua esposa. Começava um processo de aproximação em relação ao passado monárquico, e o IHGB teve destacada atuação na reabilitação da memória do período imperial, ou, segundo o raciocínio do historiador Noé Freire Sandes, na construção de uma ponte entre o passado monárquico e o presente republicano, adequando a memória do período imperial ao novo regime e criando uma linha de tempo marcada pela continuidade política.[390]

Numa conjuntura de dificuldades econômicas e de insatisfações políticas e sociais, ocasião em que novos atores, como os operários e setores médios, começavam a ocupar as praças e outros espaços públicos, a leitura que se começava a se fazer do passado imperial era organizada e harmoniosa, em clara contraposição ao caos das ruas. O monarquismo passava a se incorporar não mais como ameaça, mas como tradição, como memória de um tempo em que reinou a unidade nacional e a estabilidade social. As lembranças do Império se vinculavam a uma imagem de tradição política centralizada e estável (em claro contraponto à lógica dos poderes e dos enfretamentos regionais que vigoravam na República Velha). Assim, nas palavras de Noé Freire Sandes:

> "A absolvição da monarquia e a revalorização de Dom Pedro II fortaleciam os laços de solidariedade nacional, possibilitando a emergência de uma memória coletiva capaz de abarcar o país como um todo. Tal herança importava revisar o passado em nome da concórdia e da pacificação do país. Esse projeto político estendeu-se até o ano de 1925, quando se comemorou os cem anos de nascimento do imperador. O passado monárquico fornece a senha para as reformas republicanas sob o repisado argumento de que o império, na figura centralizadora de Pedro II, foi o responsável pela unidade nacional. A mitologia da unidade é revivida pela república com base na rememoração do gesto de independência política de Pedro I e na vida política de Pedro II."[391]

Assim, em acordo com este processo conservador de apropriação da memória imperial, o trabalho *Viagem militar ao Rio Grande do Sul* era publicado em

[390] Mais informações sobre o tema da construção e reconstrução da memória da Independência do Brasil e de outras simbologias do período imperial podem sem encontradas no valoroso trabalho: SANDES, Noé Freire. *Op. cit*.
[391] *Ibidem*, p. 219.

1920 sem causar nenhum mal-estar. Este trabalho inseria-se no esforço do IHGB de reabilitação da memória imperial, conferindo à Monarquia um papel de relevo na história nacional, história esta que, ao cabo, resultava apaziguada e destituída de tensões políticas. Tudo em consonância com a proposta de construção de uma identidade pacífica e harmoniosa para a nação brasileira. Para a República, que assim como Gastão de Orléans, dava mostras de não saber dialogar com os segmentos populares e que voltava as costas para o povo, a publicação do diário do Conde d'Eu e a incorporação da memória personalista do período imperial não pareciam representar mais perigo algum, muito ao contrário, dialogavam satisfatoriamente com o programa conservador implantado agora pelos grupos dirigentes republicanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais

Em diversas ocasiões, em diferentes partes do mundo, experiências militares serviram de inspiração para a elaboração de monumentos de praças públicas, pinturas históricas de grande dimensão e obras literárias épicas. Este repertório simbólico construído buscava, sobretudo, imortalizar os momentos de glórias e aclamar as conquistas e valores de uma determinada pátria, passando, assim, a compor uma narrativa de exaltação nacional que visava, além de conformar a identidade de países, criar um sentimento de comunidade integrada e comprometida com os mesmos ideais e interesses. Uma coletividade unida, comprometida com a idéia de nação.

O Brasil encontrou na guerra contra o Paraguai esta "circunstância especial", esta espécie de terreno fértil, rico em acontecimentos e personagens propícios à elaboração de narrativas nacionalistas. A partir deste contexto tomado por paixões e ânimos exaltados, foram diversos os artistas e intelectuais que se apropriaram de tal temática militar para a construção de discursos que se propunham a pensar a nação, elaborando representações que passariam a integrar o imaginário nacional brasileiro. Foi justamente este processo de criação simbólica discursiva que se buscou analisar na presente dissertação por intermédio do estudo das obras selecionadas. Em função das grandes dimensões e implicações do conflito, a Guerra da Tríplice Aliança tornou-se uma espécie de temática recorrente, apropriada ao longo de décadas, para a elaboração de diferentes narrativas. Todos estes trabalhos, escritos em diversas épocas refletiram de algum modo sobre a problemática da identidade nacional brasileira, não deixando de ofertar alguma contribuição para a sua composição.

A freqüente menção a "traços negativos da cultura e dos costumes paraguaios" constitui um elemento comum a todas as obras aqui estudadas. O contexto de guerra com sua atmosfera de emoções extremadas acabou servindo para evidenciar uma relação de alteridade: o Paraguai era o oposto do Brasil. O Paraguai representava o atraso e a selvageria que tanto repugnavam as autoridades brasileiras. E na medida em que o "outro", o adversário, simbolizava o lado negativo a ser combatido, o Brasil, se afirmava, por oposição, como o eixo da virtude, da civilização e do progresso. Esta forma dicotômica de abordagem está presente em todos os trabalhos aqui analisados, e seus autores, servindo-se desta dualidade, buscaram construir uma concepção valorosa e grandiloqüente da nação brasileira.

A idéia de nação, contudo, não se constitui exclusivamente em função da alteridade, em função de uma relação de negação com aquele que é tomado como "distinto", como "excluído". Retomando as reflexões de Benedict Anderson, tem-se que um dos elementos mais importantes para a conformação das entidades nacionais e do sentimento de nacionalidade delas derivado diz respeito à idéia de comunidade e à noção de "camaradagem horizontal" que a ela se associa – a despeito de possíveis desigualdades e da existência de relações de exploração e de dominação.[392] Assim, do mesmo modo como acontecimentos concretos da vida social e política sempre forneciam material para a formulação de discursos que evidenciavam uma relação dicotômica entre "os nacionais" e "os estrangeiros", entre "nós" e "eles", estes mesmos fatos ainda se prestavam para a construção da tal idéia de "camaradagem horizontal" de que fala Anderson. E o caso extremado de uma guerra parecia constituir um evento assaz precioso neste sentido. No contexto de um conflito, pode-se criar uma atmosfera de tamanha unidade que se chega ao ponto de milhares de pessoas apresentarem-se voluntariamente para matar e morrer em nome da tal união. Para tanto, procurando criar um sentimento de comunhão, estes discursos nacionalistas comumente recorreram a representações dos segmentos subalternos da sociedade brasileira. Trata-se de algo mais do que justificável posto que, para se construir a sensação de vinculação de todos os indivíduos de uma comunidade nacional, era preciso de algum modo incorporar todos os segmentos sociais nessa atmosfera de ardoroso patriotismo. Contudo, há que se registrar que o recurso a figurações de membros do grupo popular não se deu de modo homogêneo e nem mesmo destituído de preconceitos e ressalvas nos discursos elaborados a partir da experiência da guerra contra o Paraguai. As variadas intenções de seus autores/agentes sociais, suas diversas preocupações e aspirações políticas repercutiram em suas narrativas de maneiras distintas, como se buscou demonstrar ao longo dos capítulos deste trabalho.

Redigido no momento em que episódios de guerra ainda se desenrolavam, *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*, assim como outros textos de mesmo período publicados particularmente em periódicos, registra a preocupação em se criar uma atmosfera de grande ufanismo. A utilização de personagens populares nessa ocasião – como foi o caso de Antonia Alves Feitosa – tinha como intenção maior a elaboração de

[392] Ver: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, particularmente pp. 31-34.

um clima de ampla união e, a partir daí, esperava-se uma grande "disseminação de patriotismo entre a população brasileira". A expectativa era que, tomado por um avassalador ardor nacionalista, o maior número possível de indivíduos aderisse espontaneamente às campanhas de arregimentação, compondo, deste modo, novos batalhões de Voluntários da Pátria a serem enviados ao Paraguai.

Publicada após o término da Guerra da Tríplice Aliança, a obra *A retirada da Laguna* apresenta a relação dual de um eminente homem do grupo dirigente imperial com os segmentos subalternos. Afeito ao projeto de dotar o país de uma identidade nacional, Taunay faz questão de incorporar em sua narrativa épica os setores populares. Ao realizar esta tarefa, o autor procurou demonstrar que no Brasil existia um sentimento de solidariedade responsável por fazer com que, mesmo nos momentos de dificuldade, a população toda aderisse ao chamamento supremo da nação. Contudo, Taunay não deixa de registrar sua preocupação com uma perigosa e oculta dimensão dos grupos populares, uma dimensão ainda rude que deveria ser controlada em nome do projeto civilizacional de Brasil defendido pelos grupos dirigentes.

Quarenta anos após o término do confronto contra o Paraguai, a memória do conflito ainda era recuperada (particularmente nas memórias de ex-combatentes) como uma espécie de demonstração das potencialidades e do heroísmo do povo brasileiro, como uma espécie de marca distintiva da identidade nacional. Foi desse modo que procedeu Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira em suas *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Ao mesmo tempo em que endossava a idéia da relevância da guerra como um importante momento definidor da nação brasileira, Dionísio Cerqueira ainda se apropria da imagem dos grupos subalternos para criar um clima de unidade, associando toda essa atmosfera de glórias e conquistas do passado ao Exército. Buscava, assim, legitimar uma participação mais ativa dos militares na vida pública nacional "pelo bem e pela defesa do país".

Por fim, o diário do Conde d'Eu, redigido no contexto do conflito e publicado apenas na década de 1910, constitui um texto que apresenta algumas das concepções e valores presentes nos discursos de muitos monarquistas. Para o príncipe, a guerra contra o Paraguai constituía um momento de evidenciação da singularidade do Brasil. No campo de batalha o Império afirmava sua superioridade graças ao papel protagonista da coroa. O recurso aos setores sociais subalternos nesta narrativa monárquica se prestava apenas para endossar a capacidade da família real enquanto indutora da idéia de comunhão nacional, idéia esta tão conveniente aos países

modernos. Encerrado o regime monárquico, este discurso excessivamente soberbo não conseguiu se manter vivo nas mentes dos brasileiros.

Sem negar as especificidades inerentes a cada uma das fontes acima mencionadas, existe a possibilidade estabelecer algumas aproximações entre as obras estudadas ao longo da dissertação. Apesar dos autores serem distintos, tendo escrito seus textos em períodos variados e com intenções e preocupações por vezes divergentes, é possível identificar algumas semelhanças entre estes trabalhos. Em primeiro lugar, é recorrente a utilização do episódio da Guerra da Tríplice Aliança como um acontecimento político de relevo na história do Brasil, sendo incorporado com o propósito de criação de discursos que visavam à conformação da nacionalidade brasileira. Nestes discursos, a partir da confrontação com o Paraguai, evidenciavam-se as peculiaridades e os atributos positivos do Brasil, individualizando-se este país enquanto uma nação única e grandiosa. Em segundo lugar, é possível identificar nestas narrativas um recorrente recurso às representações de pessoas dos grupos sociais subalternos. Ainda que a imagem dos segmentos populares tenha variado segundo o contexto histórico e de acordo com as intenções mais imediatas dos autores das narrativas estudadas, verifica-se em todos os casos a criação de uma atmosfera de unidade e comunhão nacional que se elaborava, em grande medida, a partir da utilização de figurações de indivíduos do povo. A constante alusão a estes segmentos da sociedade representa um elemento importante para a criação de um discurso nacionalista (no sentido de constituinte da idéia de nação brasileira), um discurso no qual se buscava atenuar as divisões de classe em defesa de uma idéia de comunhão nacional operada em função dos interesses da pátria. Nesse sentido, ao difundirem esta idéia de unidade, as narrativas brasileiras elaboradas a partir da experiência da guerra contra o Paraguai realizavam claramente uma opção por não mencionar ou por atenuar as tensões existentes no interior da sociedade. Ao procederem dessa maneira, não deixavam de constituir um instrumento simbólico a serviço da manutenção das hierarquias sociais e das relações de poder. Também é necessário observar que todas as fontes estudadas ao longo desta dissertação foram elaboradas por pessoas diretamente associadas ao aparato estatal ou que agiam sob influência direta ou indireta do Estado brasileiro. Assim, fazendo uso da terminologia gramsciana, cabe afirmar que tais discursos de construção da identidade nacional se vinculavam ao aparelho estatal e, por conseqüência, visavam à manutenção das hierarquias sociais e ao reforço das relações de poder no sentido de consolidação da hegemonia dos grupos dirigentes. Dito de outro modo, existe a

possibilidade de concluir que, ao longo do tempo, particularmente durante as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do XX, a guerra contra o Paraguai representou um assunto muitas vezes abordado, fornecendo elementos para a criação de discursos nacionalistas que, ao apelar a uma idéia de coesão social em defesa dos interesses da nação, se prestaram a preservar as relações de poder e a hierarquia social, e, desse modo, fortaleceram a hegemonia dos grupos dirigentes.

Décadas após o término da Guerra da Tríplice Aliança, muitos intelectuais brasileiros ainda endossavam esta versão de caráter mais oficial sobre o tema, e se empenhavam em difundir uma tese segundo a qual a pátria e o povo brasileiros passaram a vivenciar um vínculo especial após o conflito contra a nação paraguaia, como se este acontecimento histórico tivesse determinado uma etapa decisiva no processo de construção da identidade nacional no Brasil, como se este fato representasse um momento em que os brasileiros de todas as origens e classes sociais tivessem se irmanado indistintamente em torno da causa de desagravar a honra da pátria. Na década de 1910, por exemplo, o crítico literário José Veríssimo, ao refletir sobre os autores do Romantismo em terras tropicais, afirma que:

> "Após largos anos de paz, de tranqüilidade interna, de remansosa vida pacata sob um regime liberal bonachão, apenas abalada por mesquinhas brigas partidárias que não logravam perturbá-la, rebentou a Guerra do Paraguai, que durante os últimos cinco anos do decênio de 60 devia alvoroçar o país. Pela primeira vez depois da Independência (pois a guerra do Prata de 1851 mal durou um ano e não chegou a interessar a nação) sentiu o povo brasileiro praticamente a responsabilidade que aos seus membros impõem estas coletividades chamadas nações. Ele, que até então vivia segregado nas suas províncias, ignorando-se mutuamente, encontra-se agora fora das estreitas preocupações bairristas do campanário, num campo propício para estreitar a confraternidade de um povo, o campo de batalha. De província a província trocam-se idéias e sentimentos; prolongam-se após a guerra as relações de acampamento. Houve enfim uma vasta comunicação interprovincial do Norte para o Sul, um intercâmbio nacional de emoções, cujos efeitos se fariam forçosamente sentir na mentalidade nacional."[393]

Em pesquisa publicada na década de 1950, o sociólogo Gilberto Freyre também identificava as repercussões da temática da Guerra do Paraguai no Brasil de finais do século XIX e início do XX. Verificava sobretudo a persistência de símbolos herdados da época do conflito e que ainda se faziam notados entre os mais diversos segmentos sociais espalhados pelos quatro cantos do país, como se a guerra fosse

[393] VERÍSSIMO DE MATTOS, José. *História da Literatura Brasileira. De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954, p. 263

responsável por um legado de patriótica comunhão que atingia todos os setores da sociedade brasileira, que se manifestava das maneiras múltiplas mesmo após o transcurso de vários anos. O intelectual pernambucano afirma, por exemplo, que "alguns colégios da época [primeiros anos da República] começaram a exigir dos alunos uniforme e boné de algum modo militares: homenagem indireta ao Exército que estabelecera o novo regímen, depois de ter vencido a guerra com o Paraguai."[394] Gilberto Freyre ainda identifica por meio de suas investigações que o tema do conflito da Tríplice Aliança forneceu durante muito tempo inspiração para as brincadeiras infantis, fazendo-se muito presente no imaginário de toda uma geração:

> "Não só nos dois últimos decênios do Império, como já depois de fundada e consolidada a República, era de soldado que brincavam com mais entusiasmo os meninos brasileiros. Os nascidos ainda no tempo de Pedro II, mas crescidos sob a presidência de Deodoro e sob a de Floriano, foi como cresceram: sob o encanto da figura do soldado."[395]

E logo após, a partir de um expressivo repertório de informações obtidas por meio entrevistas com os "sobreviventes" ou remanescentes da época estudada, o sociólogo identifica que os heróis desta geração de brasileiros eram os militares que atuaram na Guerra do Paraguai: Caxias, Osório, Polidoro, Porto Alegre, Tamandaré e Barroso são alguns dos nomes de oficiais do período do conflito que se repetem enquanto referências a inspirar a mocidade daquela época.[396] Nas análises de Gilberto Freyre, a guerra constituía um acontecimento integrante da história e da identidade nacional brasileiras, legando às gerações futuras os ícones de heroísmo, os nobres valores de um momento de glórias e um forte sentimento de comunhão. E todos estes sentimentos do passado ainda se fariam notados no presente (ou ao menos naquele presente, na ocasião da transição do Império para a República). A guerra que outrora havia se prestado a gerar uma comoção nacional, criando laços de camaradagem manifestos em alistamentos de todos os segmentos sociais ainda se manteria viva, resguardada em símbolos que ajudavam a preservar e/ou construir vínculos de solidariedade a envolver todos os brasileiros, inclusive aqueles de origem popular.

É perfeitamente factível que o confronto contra o Paraguai, por suas grandes dimensões e impactos, tenha servido para aproximar as pessoas de todos os rincões do país e ainda tenha legado uma memória de bravura e heroísmo exultante à

---

[394] FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 170.
[395] *Ibidem*, p. 243.
[396] Sobre os dados completos colhidos por Gilberto Freyre e que fazem referência aos legados da Guerra do Paraguai, ver: FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, pp. 242-263.

sociedade brasileira, restando tais reminiscências impregnadas na mentalidade de um segmento da população nacional e perpetuando-se por meio de histórias institucionalizadas, devido às lembranças transmitidas nas relações familiares ou mesmo em função de brincadeiras de criança. Seguindo estas interpretações, seria correto afirmar que triunfou o discurso tradicional de alguns expoentes da vida política nacional segundo o qual a Guerra da Tríplice Aliança representou um momento em que todos os brasileiros, independentemente da origem social, abraçaram os interesses da nação, ofertando suas vidas em defesa da pátria, num processo harmonioso e nacionalista. O conflito contra o Paraguai representaria assim um precioso episódio de bravura, heroísmo e patriotismo a compor a identidade nacional, a compor uma página de importantíssima comunhão na história do Brasil. E nesta história, o recurso a representações referentes aos grupos sociais subalternos cumpria o relevante papel de construir uma atmosfera de sinergia e de pacto de todas as classes em torno de um mesmo projeto, em torno de uma mesma bandeira.

Mas, se por um lado insistiam em afirmar que os resquícios da guerra se mantinham vivos e se prestavam a preservar um sentimento de solidariedade e de ufanismo que já haveria sido incorporado à identidade nacional brasileira, por outro lado, nas lembranças e no cotidiano do povo simples, as recordações da guerra pareciam ganhar outro significado, menos glorioso e mais soturno. É o que sugerem, por exemplo, as investigações de Paulo Carvalho Neto que, ao estudar as manifestações folclóricas, identifica nesta produção cultural brasileira os resquícios deixados pela experiência da guerra contra o Paraguai, indícios estes que ajudam a compreender a percepção dos segmentos sociais subalternos acerca deste conflito. No mapeamento elaborado por Paulo Carvalho Neto encontra-se, entre outras, a famosa cantiga:

> "Eu fui lá no Tororó
> Beber água e não achei,
> Ver Moreno e Caballero
> Já fui, já vi, já cheguei!"[397]

Segundo as análises apresentadas por Paulo de Carvalho Neto, a quadra acima reproduzida faz alusão à Batalha de Itotoró, travada no dia 06 de dezembro de 1868, na localidade do arroio de mesmo nome. A menção à procura por água não localizada se refere à situação do riacho após os combates, quando o sangue parecia substituir o translúcido líquido de outrora. Moreno e Caballero constituem dois nomes

[397] CARVALHO NETO, Paulo. "Folclore da Guerra do Paraguai", in. *Journal of Inter-American Studies*. V. II, janeiro de 1961, p. 278.

de comandantes do Exército paraguaio. E o último verso representa uma referência à célebre frase do líder de Roma Antiga, Júlio César, que teria afirmado *veni*, *vidi*, *vinci*. De todas as simbologias presentes nesta singela canção popular, aquela que certamente provoca maior impacto e comoção é a alusão ao cenário de destruição e morte que passa a substituir a natureza paraguaia nas recordações de quem se lembra do conflito. Em outra peça resgatada pelos estudos de Paulo de Carvalho Neto, mais uma vez ficam evidenciadas as imagens de perda e de tristeza:

> "Aos vinte e cinco de agosto
> Às cinco pras seis da tarde,
> Embarcavam os voluntários
> Ai meu Deus, que crueldade.
>
> As mães choram pros seus filhos,
> As mulheres pros seus maridos,
> As irmãs pros irmãos
> As jovens pros seus queridos."[398]

O texto reproduzido acima era parte integrante de uma marcha cantada particularmente no interior de São Paulo, na região de Atibaia, e que aos poucos foi incorporada como canção de ninar. Abaixo, segue outra obra do cancioneiro popular que circulava entre a população brasileira:

> "Na, na, na, na, na,
> Que é feito do papai?
> Na, na, na, na, na,
> Morreu no Paraguai.
> Na, na, na, na, na,
> Na tropa se alistou.
> Na, na, na, na, na,
> E nunca mais voltou."[399]

Esta é mais uma cantiga popular que foi bastante cantarolada para embalar crianças. E mais uma vez fica evidenciada a atmosfera de tristeza e padecimento a compor as recordações da Guerra da Tríplice Aliança. Todas estas peças recolhidas de manifestações folclóricas brasileiras demonstram que a relação entre os segmentos populares e a história da guerra contra o Paraguai é distinta daquela que se

[398] *Ibidem*, p. 278.
[399] *Ibidem*, p. 279.

buscou perpetuar per meio de discursos deixados por atores oriundos dos grupos dirigentes do Brasil. A relação da sociedade brasileira com o passado de guerra resultava muito mais complexa do que faria supor as fontes legadas unicamente pelas elites letradas. Ou seja, acompanhando as narrativas glorificantes elaboradas pelos grupos dirigentes do Brasil havia também algumas manifestações dos populares nas quais estão registradas as impressões deixadas pela guerra nas memórias dos grupos subalternos. Nestes registros elaborados pelo povo sobre sua própria experiência em tempos de batalha desaparecem as intenções nacionalistas e a idéia de unidade harmoniosa. Ao contrário, restam registradas preocupações e sentimentos mais singelos evidenciados em toda sua simplicidade. Embora os grupos dirigentes procurassem legar um discurso de comunhão e de heroísmo nacionais, nas lembranças do povo pareciam restar, sobretudo, as imagens de perda, aflição e dor.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes:

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

D'EU, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul. Com prefácio e 19 cartas do Príncipe*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *A retirada da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

[SEM AUTOR]. *Traços biographicos da heroína Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º. Corpo de Voluntários do Piauhy*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial, 1865.

Fontes complementares:

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1997.

AZEVEDO, Carlos Frederico dos Santos Xavier. *Historia medico-cirurgica da esquadra brasileira nas campanhas do Uruguay, e Paraguay de 1864 a 1869*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

BURTON, Richard Francis. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

D'EU, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde. *Diário da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

GUIMARÃES, Francisco Pinheiro. *Um voluntário da pátria – folha de serviços prestados pelo general dr. Pinheiro Guimarães às classes armadas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

LEMOS, Renato (org.). *Cartas da guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo. *O onze de voluntários da pátria*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1909.

_____. *Episódios militares*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

REBOUÇAS, André. *Diário: a Guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1973.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Brasileiras célebres*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.

SILVA, José Luiz Rodrigues da. *Recordações da campanha do Paraguay*. São Paulo: Melhoramentos, 1924.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visconde de. *Cartas da Campanha: a cordilheira, agonia de López, 1869-1870*. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

_____. *Recordações de guerra e de viagem*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1920.

_____. *Dias de guerra e de sertão*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

_____. *De Campo Grande a Aquidabã*. São Paulo: Melhoramentos, 1926.

_____. *Cartas da Campanha de Mato Grosso: 1865-1866*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar/Instituto de Geografia e História Militar, 1944.

_____. *Memórias*. São Paulo: Iluminuras, 2005.

[SEM AUTOR]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1925.

Bibliografia:

ABENTE BRUN, Diego. "The War of the Triple Alliance: Three Explanatory Models", in. *Latin American Research Review*. Albuquerque: University of New Mexico, v. XXII, n. 2, 1987.

AMAYO, Enrique. "A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica", in. *Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 9, n. 24, maio-agosto, 1995.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ALAMBERT JR., Francisco Cabral. *Civilização e Barbárie, História e Cultura. Representações culturais e projeções da "Guerra do Paraguai" nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República*. São Paulo: Tese de Doutoramento em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

ALONSO, Ângela Maria. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai – 1865-1866*. Niterói: Tese de Doutoramento em História Social. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2009.

AZEVEDO, Gentil de. *O Visconde de Taunay: história de sua vida (estudo biográfico)*. Itatiba: Livraria Vanguarda, 1951.

BACZKO, Bronislaw. "A imaginação social", in. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UNB, 1998.

BARATA, Mario. "Século XIX. Transição e início do século XX. A arte no século XIX: do Neoclassicismo e Romantismo até o Ecletismo", in. ZANINI, Walter (org.). *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles/Fundação Djalma Guimarães, 1983.

BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.

BETHELL, Leslie. "O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai", in. *Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 9, n. 24, maio-agosto, 1995.

BREZZO, Liliana M. "Historiadores paraguayos y argentinos a comienzos del siglo XX: vínculos privados y visiones laterales del pasado", in. MOREIRA, Luiz Felipe Viel (org.). *Instituições, fronteiras e política na História sul-americana*. Curitiba: Juruá, 2007.

BROCA, Brito. "A Guerra do Paraguai", in. *Machado de Assis e a Política: mais outros estudos*. São Paulo/Brasília: Polis/INL/Fundação Pró-Memória, 1983.

_____. "A poesia na Guerra do Paraguai"; "O tema da guerra na literatura brasileira", in. *Teatro das Letras*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.

CAMPOFIORITO, Quirino. *História da Pintura Brasileira, volume 4: A proteção do Imperador e os pintores do Segundo Reinado (1850-1890)*. Rio de Janeiro: Edições Pinakotheke, 1983.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Itatiaia, 1975, 2 vols.

_____. "A literatura durante o Império", in. HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). *História Geral da civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, t. 2, v. 3.

_____. "As cartas do voluntário", in. *O observador literário*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CARDOSO, Rafael. "Ressuscitando um Velho Cavalo de Batalha: Novas Dimensões da Pintura Histórica do Segundo Reinado. *19&20 – A Revista Eletrônica de DezenoveVinte*. Rio de Janeiro, v. II, n. 3, julho de 2007. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/criticas/rc_batalha.htm

CARONE, Edgar. *A República Velha. Evolução Política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

_____. *A República Velha. Instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CARVALHO, José Murilo de. "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", in. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1996, t. 3, v. 9.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Dom Pedro II – ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____ (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO NETO, Paulo. "Folclore da Guerra do Paraguai", in. *Journal of Inter-American Studies*. V. II, janeiro de 1961.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Conde D'Eu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

CASTRO, José Antônio de Azevedo. “Escorço biográfico sobre o Visconde de Taunay”, in. *A Retirada da Laguna: Episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1975.

CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889).* Brasília: UNB, 1981.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand-Brasil, 1990.

_____. “O mundo como representação”, in. *Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 5, n. 11, janeiro-abril, 1991.

CHAVES, Joaquim. *Cadernos Históricos*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

COLI, Jorge. *Como estudar a arte brasileira do século XIX?* São Paulo: SENAC São Paulo, 2005.

CORREIA, Maria Parente. *Mulheres do Brasil*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno/Pensamento e Ação, 1971, v. 2.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1996.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1888).* Bauru: EDUSC, 2004.

DINIZ, Alai Garcia. *Máquinas, corpos, cartas: imaginários da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Tese de Doutoramento em Literatura Espanhola e Hispano-Americana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

DOLHNIKOFF, Mirian. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *A Guerra do Paraguai – 2ª. visão*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *O conflito com o Paraguai. A grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *General Osório*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. "História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai", in. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2009, Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/49012. Acessado em 22 de junho de 2010.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis. A presença feminina na Guerra do Paraguai*. Dourados: Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2002.

DUARTE, General Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

DUQUE ESTRADA, Luiz Gonzaga. *A arte brasileira*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

FLEIUSS, Max. *Conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1942.

FONSECA, Silvia Carla Brito. "Monarquia e razão vigilante: o pensamento político na literatura do Visconde de Taunay", in. ALMEIDA, Angela Mendes de; ZILLY, Berthold & LIMA, Eli Napoleão de (org.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Cadernos do cárcere*, volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRANZIERA, Rui Guilherme. *A Guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Unicamp, 1979.

GUIBERNAU, Maria Montserrat. *Nacionalismos: o Estado Nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional", in. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vértice, n. 1, 1988.

HARDMAN, Francisco Foot. “Antigos Modernistas”, in. NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____ e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A caminho da República”, in. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, t. 2, v. 7.

HOSIASSON, Laura Janina. *Guerra del Pacífico: literatura e historias de nación*. São Paulo: Tese de Doutoramento em Literatura Espanhola e Hispano-Americana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

IGLÉSIAS, Francisco. “Vida política, 1848/1868”, in. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, t. 2, v. 3.

IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia. A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G., “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”, in. MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias.* São Paulo: Editora SENAC, 2000.

JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2003.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JOBIM, Jorge. “Taunay”, in. OLIVEIRA, Alberto de e JOBIM, Jorge. *Visconde de Taunay. Páginas escolhidas*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1922.

LE GOFF, Jacques. “Memória”, in. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEONZO, Nanci. “Nossas Marias Quitérias”, in. SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Trabalho feminino e cidadania*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

LÖWI, Michel e SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia: o Romantismo na Contramão da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAGALHÃES JR., Raimundo. “Machado de Assis e a Guerra do Paraguai”, in. *Machado de Assis desconhecido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955.

_____. “Machado de Assis e a Questão Christie”, in. *Machado de Assis desconhecido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARETTI, Maria Lídia Lichtscheidl. O *Visconde de Taunay e os fios da memória*. São Paulo: UNESP, 2006.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

MATOS, Kelma. *Jovita Feitosa*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

MATTOS, Ilmar Rolhoff de. *O tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. “Um ‘País Novo’: a formação da identidade brasileira e a visão da Argentina”, in. *A visão do outro: seminário Brasil-Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000.

MEDEIROS, Sergio. “Introdução”, in. TAUNAY, Alfredo D’Escragnolle Taunay, (Visconde de). *A retirada da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. “Prefácio”, in. TAUNAY, Alfredo D’Escragnolle Taunay, (Visconde de). *Memórias*. São Paulo: Iluminuras, 2005.

MELLO JÚNIOR, Donato. *Pedro Américo de Figueiredo e Melo – 1843-1905. Algumas singularidades de sua vida e de sua obra*. Rio de Janeiro: Edições Pinakotheke, 1983.

MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Contexto, 1988.

MICHELET, Jules. *Les femmes de la Révolution*. Paris: Carrère, 1988.

_____. *Joana d’Arc*. São Paulo: Editora Imaginário/Polis, 1995.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel. "Os intelectuais brasileiros e o revisionismo histórico platino", in. MOREIRA, Luiz Felipe Viel (org.). *Instituições, fronteiras e política na História sul-americana*. Curitiba: Juruá, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. "História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) – 130 anos depois", in. *Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 9, n. 24, maio-agosto, 1995.

OLIVEIRA, Vladimir José Machado de. *Do esboço pictórico à rotunda dos dioramas: a fotografia na pintura das batalhas de Pedro Américo*. São Paulo: Tese de Doutoramento em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

PEDREIRA, Paulo. *General Dionísio Cerqueira*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1954.

PEREGRINO, Umberto. "A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis", in. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: 1966, v. XVI.

_____. "Introdução. Estudo biocrítico de Dionísio Cerqueira", in. CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

PIRES, Francisco Murari. "Charlotte Corday. O Anjo do Assassinato". Disponível em:<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/antigosmodernos/revolutions/francesa/corday/cordaymarat.html>. Acessado em 04 de janeiro de 2011.

POMER, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense*. São Paulo: Editora Global, 1981.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. "O Brasil e a distante América do Sul", in. *Revista de História*, nº 145. São Paulo: Humanitas/FFLCH/Universidade de São Paulo, 2001.

_____. "Identidades latinoamericanas", in. AYALA, Enrique Mora e POSADA, Eduardo Carbó (org.). *Historia General de América Latina*. Paris: Ediciones UNESCO/Editorial Trotta, 2008, v. VII.

_____ & FRANCO, Stella Maris Scatena. "A participação das mulheres na independência de Nova Granada: gênero e construção de memórias nacionais", in. PAMPLONA, Marco A. & MÄDER, Maria Elisa (org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da república. Jacobinismo: ideologia e ação, 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RANGEL, Alberto. *Gastão de Orleáns, o último Conde D'Eu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

REIS JÚNIOR, José Maria dos. *História da pintura no Brasil*. São Paulo: Editora LEIA, 1944.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política.* Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: Os Caminhos da Memória entre a Comemoração e o Esquecimento*. São Paulo: Tese de Doutoramento em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

RODRÍGUEZ ALCALÁ, Guido (org.). *Residentas, destinadas y traidoras. Testimonio de mujeres de la Triple Alianza*. Assunção: Servilibro, 2007.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma Literatura Nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Nostalgia imperial: a construção da identidade nacional no Brasil do segundo reinado*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.

_____. "Memória da guerra: Guerra do Paraguai e narrativa nacional", in. *Revista História*. N°. 16. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *Guerra do Paraguai: memórias & imagens*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Editora UFG, 2000.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o Interamericanismo. Do Congresso do Panamá à Conferência de Washington*. São Paulo: UNESP, 2004.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (org.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador. Dom Pedro II: um monarca nos Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. "Uma batalha de imagens. A Guerra do Paraguai em foco", in. SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: memórias & imagens*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003.

SILVA, Alfredo Pretextado Maciel da. *Generais do exército brasileiro de 1822 a 1889: traços biográficos*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1940.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel. A charge como arma na guerra contra o Paraguai*. Florianópolis: FAPEU/UFSC, 2010.

SMITH, Anthony D. *La identidad nacional*. Madri: Trama Editorial, 1997.

_____. "Conmemorando a los muertos, inspirando a los vivos. Mapas, recuerdos y moralejas en la recreación de las identidades nacionales", in. *Revista Mexicana de Sociología*. Cidade do México: Instituto de Investigações Sociais, 1998. Volume 60, número 1 – janeiro-março.

SOARES, Pedro Paulo. *A guerra da imagem: iconografia da Guerra do Paraguai na imprensa ilustrada fluminense*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUSA, Eusébio de. *Anedotário da Guerra da Tríplice Aliança, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, s.d.

SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte. Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/ Adesa, 1996.

SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora UFG, 1997.

SOUZA JÚNIOR, General Antônio de. "Guerra do Paraguai", in. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, t. 2, v. 4.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868-2003)*. São Paulo: Tese de Doutoramento em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TASSO FRAGOSO, Augusto. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956, 5 vols.

TAVARES, Aurélio de Lyra. "Prefácio", in. CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 3 vols.

TORAL, André Amaral de. "A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai", in. *Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 9, n. 24, maio-agosto, 1995.

_____. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, 2001.

VERÍSSIMO DE MATTOS, José. *História da Literatura Brasileira. De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954.